

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

MARIA APARECIDA DE SOUZA GUIMARÃES

***NÓS E A GENTE* NA FALA FEMININA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO
DAS RÃS NO INTERIOR DA BAHIA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

MARIA APARECIDA DE SOUZA GUIMARÃES

***NÓS E A GENTE* NA FALA FEMININA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO
DAS RÃS NO INTERIOR DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Viana Sousa

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

G979n	Guimarães, Maria Aparecida de Souza. Nós e a gente na fala feminina na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs no interior da Bahia. / Maria Aparecida de Souza Guimarães; orientador: Jorge Augusto Alves da Silva; coorientadora: Valéria Viana Souza. – Vitória da Conquista, 2024. 208f. Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024. Inclui referência F. 197 – 208. 1. Sociolinguística Variacionista. 2. Funcionalismo norte-americano. 3. Primeira pessoa do plural. 4. Pronomes. I. Silva, Jorge Augusto Alves da (orientador). II. Sousa, Valeria Viana (coorientadora) III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. IV. CDD: 306.44
-------	--

Catálogo na fonte: *Karolyne Alcântara Profeta* — CRB 5/2134
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: “Nós” and “a gente” in female speech in the quilombola community of Rio das Rãs, in the countryside of Bahia.

Palavras-chave em inglês: Variationist Sociolinguistics. North American Functionalism. First Person Plural. Pronoun. Quilombola Community.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente-Orientador); Prof^ª Dr^a Valéria Viana Sousa (Coorientadora); Prof^ª Dr^a Elisângela Gonçalves da Silva (UESB), Prof^ª Dr^a Vera Pacheco (UESB), Prof^ª Dr^a Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS) e Prof.^a Dr^a Zoraide Portela Silva (UNEB) – Membros Titulares

Data da defesa: 27/03/2024

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-2395-4996>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6798432375519007>

MARIA APARECIDA DE SOUZA GUIMARÃES

**NÓS E A GENTE NA FALA FEMININA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
RIO DAS RÃS NO INTERIOR DA BAHIA**

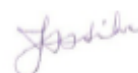
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Data da aprovação: 27 de março de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva
Instituição: UESB – Presidente-Orientador

Ass.:



Profa. Dra. Valéria Viana Sousa
Instituição: UESB – Coorientadora

Ass.:



Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva
Instituição: UESB – Membro Titular

Ass.:



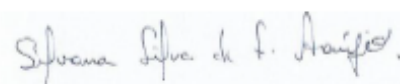
Profa. Dra. Vera Pacheco
Instituição: UESB – Membro Titular

Ass.:



Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Instituição: UEFS – Membro Titular

Ass.:



Profa. Dra. Zoraide Portela Silva
Instituição: UNEB – Membro Titular

Ass.:



Às mulheres que fazem da vida cotidiana um *canto* de luta e libertação de tudo quanto as oprime.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento das atividades do PPGLin da UESB.

Ao Professor Dr. Jorge Augusto Alves da Silva, meu (e)terno orientador, pela amizade, dedicação, minha formação acadêmica na lida com pesquisa, transmissão segura de conhecimentos e incentivo constante sobre a importância das pesquisas na sociedade.

À Professora Dra. Valéria Viana Sousa, minha coorientadora, minha (e)terna (co)orientadora de questões acadêmicas e da vida (com)partilhada. Grata pela amizade, acompanhamento no desenrolar desta pesquisa, pela paciência para comigo e, sobretudo, por não ter largado a minha mão nos momentos em que “o mundo” parecia desabar. Grata pela dedicação e pelos “vamos vencer”. Vencemos!

Aos membros da Banca de Qualificação e Defesa, Prof.^a Dr.^a Vera Pacheco, Prof.^a Dr.^a Silvana Silva de Farias Araújo, Prof.^a Dr.^a Zoraide Portela Silva e à Prof.^a Dr.^a Elisângela Gonçalves da Silva, por aceitarem avaliar o meu trabalho e pelas mais valiosas contribuições. A essas mulheres, meus sinceros agradecimentos, afeto e respeito.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Colegiado e às funcionárias do PPGLin, Vanêide e Luciana, por colaborarem com meu crescimento pessoal e profissional.

À Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (UNEB/DCHT XX), Colegiado de Letras, à Área de Linguística e ao Professor Baktalaia, em nome de quem agradeço aos demais colegas de trabalho pela licença concedida para realização do Curso de Doutorado.

Aos meus alunos e alunas que estimulam e alimentam, em mim, a busca por maiores conhecimentos e, por motivos vários, me fazem refletir sobre o processo libertário que emerge da/na educação linguística. Especialmente.

Ao Janus - Grupo de Pesquisa (mais que uma família, amigos e amigas colaborativos/as no fazer ciência) –, especialmente, a Elenita, Vânia, Milca e Nay, pela amizade, gentileza e muitas peraltices que adoçam o coração e a alma.

À Professora Dr.^a Célia Lopes pela atenção, calorosa acolhida e disponibilidade de tempo para conversas sobre o fenômeno linguístico desta pesquisa, pela gentileza, concessão de referências bibliográficas e valorosas sugestões. Meus mais sinceros agradecimentos.

Fazer pesquisa em plena pandemia de COVID 19, desencadeou, em muitos de nós, dentre outros, sentimento de impotência, de dúvida. Algo semelhante a um lavrador que perdeu toda a safra. Mas, apesar disso, outros caminhos, a exemplo dos proporcionados pelas tecnologias, permitiram encontros, “salvação da lavoura”. Assim foi com a Professora Dr.^a Sheila Elias de Oliveira, pelo encantamento com que lida com as palavras e reflexões a respeito da língua(gem) em sintonia com os recursos tecnológicos da atualidade. Grata por aceitar meu pedido de fazer a disciplina Lexicologia ofertada pelo IEL/Unicamp.

Ao Prof. Dr. Dermeval da Hora, pela amizade, pela gentileza de ministrar uma disciplina Variação e Linguística em Interface ofertada pela UFPA/PA (*on line*), também, em tempos de COVID 19. Grata pelo aprendizado e troca de experiência com pessoas de diversos estados do Brasil que foram acolhidas nessa disciplina. Pela(s) CONVERSA(S) DA HORA – com os/as estudiosos/as que fizeram e fazem Linguística no Brasil, incluindo-se, ainda, docentes que, também, se destacam pela lida com a Literatura Brasileira e comprometimento com/na educação brasileira.

À ABRALIN que, sabiamente, atuou durante a Pandemia de COVID-19 com ricas palestras e discussões, propiciando uma vasta educação linguísticas em diversas linhas de pesquisas.

À Gil, pela parceria - boas horas em que estivemos juntas realizando leituras, escrita de artigo, discussões e incentivos.

À Maura, Lécio e Danilo pela dedicação quanto à construção do *corpus* da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs – Ter acesso a esse *corpus*, dimensionou o meu modo de olhar para os acontecimentos da língua portuguesa e me fez refletir sobre eles e os falantes da língua.

Às mulheres e homens da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa – BA), por me permitirem refletir sobre a diversidade na língua portuguesa em contexto social.

A Carlos, Adilson, Edson, Cláudia, Joe e Léo, pelo apoio e incentivo de sempre e a Dani que, enquanto o tempo corria sem parar, me fazia acreditar que tudo daria certo. Muito grata pelo apoio técnico!

À minha mainha, Maria, meu porto seguro, pelo amor incondicional e pelas orações de benquerença (nesse meio tempo, vi, em minha mãe, muitas memórias se apagarem, mas, surpreendentemente, a memória “orante” dela tem-se mantido até hoje) e ter acreditado em mim e

em minhas “conversas” com os livros, e ao meu painho, Nilo (*in memoriam*), por vibrar pelas minhas conquistas – saudades e gratidão.

A seu Nô (*in memoriam*) e Dona Lourdes, pelo amor e convívio.

À Ana Mara, Indira e Eduardo Ledo, por permitirem consciência e leveza à minha vida, quando a vida não estava tão leve assim – tempos difíceis!

Aos meus irmãos e irmã (Jorge, Aroldo, Nivaldo, Adilson, Neto, Val, Rosi, Anderson e Juli), por me permitirem ver a vida por ângulos tão diferentes, muito aprendizado e afeto.

Às minhas Amigas-irmãs (Zó, Gó, Luzi, Alzi e Val) pelo encontro de vida e almas, incentivo, amor e crença de que ainda vamos ter muitas aventuras juntas.

Ao amigo Fábio, pela amizade e boas conversas sobre qualquer coisa.

À Rosinha, por tanto carinho e cuidado.

À Celma, fonte de amor e gentileza.

À Luciano, meu companheiro, pelo amor, incentivo e compreensão, e a Gabriel e Daniel, meus filhos, amores da minha vida - com suas presenças modelam a minha existência e experiência nesse mundo – sentido e equilíbrio no meu viver.

A todos/as aqueles/as que estiveram por perto durante esse meu estradar, mesmo sem se saberem anjos.

Ao Divino e Sagrado Coração de todas as Marias.

RESUMO

Nesta tese, temos como objeto de estudo o uso variável do pronome de primeira pessoa do plural *nós* e *a gente* em posição de sujeito em uma Comunidade Quilombola em Rio das Rãs no município de Bom Jesus da Lapa no interior da Bahia. Tratamos do processo de variação entre *nós* e *a gente*, apoiados em fundamentos da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Labov, 1990, 2008; Eckert, 2005, 2012), dos estudos da Sócio-história (Lucchesi, 2000, 2009); Mattos e Silva, 2004) e do Funcionalismo Norte-Americano, que consideram a influência de fatores linguísticos e extralinguísticos e o processo de gramaticalização, conforme Hopper (1991). Temos como objetivo investigar padrões de uso dos pronomes *nós* e *a gente* enquanto estratégias linguísticas usadas por mulheres falantes do Português Popular, com vista à compreensão da constituição de identidade de gênero feminino da mulher quilombola de Rio das Rãs. Para a realização da pesquisa, foram considerados, como fatores linguísticos e extralinguísticos: 1) Função de sujeito; 2) Marca morfêmica do verbo que acompanha o sujeito/o pronome; 3) Eu-ampliado; 4) Escolaridade; 5) Sexo e 6) Faixa etária. O *corpus* desta pesquisa é constituído por 24 (vinte e quatro) entrevistas, dentre as quais foram selecionadas 12 (doze), sendo 6 (seis) do sexo masculino e 6 (seis) do sexo feminino da Comunidade Quilombola do Rio das Rãs no interior da Bahia. Do ponto de vista metodológico, as falas masculinas, também, são submetidas à análise estatística, a fim de que possamos ter um comparativo entre a fala feminina e a masculina. Com isso, podemos vislumbrar melhor alguma tendência ou indicativo de aspectos linguísticos entre as falas. No entanto, para as nossas análises de cunho sociolinguístico e funcionalista, a nossa atenção encontra-se voltada à construção de identidade feminina de se ser mulher em uma comunidade quilombola rural no interior da Bahia. Assim, submetemos nossos dados ao Programa Estatístico *AntConc*, constatamos, por meio da ferramenta *Concordance*, do ponto de vista da sociolinguístico, que há a frequência de 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) ocorrências do pronome *nós*, 592 (quinhentos e noventa e duas) de *a gente*, sendo 348/592 (58, 79%) das ocorrências realizadas pelas mulheres em oposição a 244/595 (41,21%) realizada pelos homens. Quanto à frequência de uso do *nós*, as mulheres realizaram 164/459, o equivalente a 36 % de frequência de uso e os homens 293/459 (64%) dos dados de *nós*. Portanto, foi, assim, comprovada a hipótese de que as mulheres de Rio das Rãs preferem o uso da forma inovadora e utilizam com maior frequência o *a gente* do que os homens. Do ponto de vista funcionalista, foi possível comprovar a gramaticalização do pronome *a gente* e a sua ampliação semântica nos excertos analisados.

PALAVRAS-CHAVE

Sociolinguística Variacionista. Funcionalismo Norte-Americano. Primeira pessoa do plural.

Pronome. Comunidade Quilombola.

ABSTRACT

In this thesis, we focus on the variable use of the first-person plural pronouns *nós* (we) and *a gente* (we/people) as subjects in Quilombola Community in Rio das Rãs, located in the municipality of Bom Jesus da Lapa in the interior of Bahia, Brazil. We examine the variation process between *nós* and *a gente*, drawing on principles from Variationist Theory and Linguistic Change (Labov, 1990, 2008; Eckert, 2005, 2012), socio-historical studies (Lucchesi, 2000, 2009; Matos e Silva, 2004), and North American Functionalism, which consider linguistic and extralinguistic factors and the process of grammaticalization, according to Hopper (1991). Our objective is to investigate patterns of usage of the pronouns *nós* and *a gente* as linguistic strategies used by female speakers of Popular Portuguese, aiming to understand the construction of the female gender identity of the Quilombola women of Rio das Rãs. For the research, linguistic and extralinguistic factors were considered: 1) Subject function; 2) Morphemic marking of the verb accompanying the subject/pronoun; 3) Expanded “Eu” (I); 4) Education level; 5) Gender; 6) Age group. The corpus of this research consists of 24 (twenty-four) interviews, from which 12 (twelve) were selected, including 6 (six) men and 6 (six) women from the Quilombola Community of Rio das Rãs in Bahia. Analyzing our data using the *AntConc* Statistical Program, we found, through the concordance tool, from a sociolinguistic perspective, a frequency of 459 (four hundred and fifty-nine) occurrences of the pronoun *nós* and 592 (five hundred and ninety-two) of *a gente* with (348/592) representing 58.79% of occurrences being made by women in contrast to (244/595) representing 41.21% by men. Regarding the frequency of *nós* usage, women performed (164/459) times, equivalent to 36% frequency of usage, while men (293/459) times representing 64% of the *nós* data. Therefore, the hypothesis that the women from Rio das Rãs prefer the innovative form and use *a gente* more frequently than men was confirmed. From a functionalist perspective, it was possible to confirm the grammaticalization of the pronoun *a gente* and its semantic expansion.

KEYWORDS

Variationist Sociolinguistics. North American Functionalism. First Person Plural. Pronoun. Quilombola Community.

RESUMEN

En esta tesis, tenemos como objeto de estudio el uso variable del pronombre de primera persona del plural nosotros y la gente en posición de sujeto en una Comunidad Quilombola en “Rio das Rãs” en el condado de “Bom Jesus da Lapa” en el interior de Bahía. Tratamos del proceso de variación entre nosotros y la gente, apoyados en fundamentos de la Teoría de la Variación y Cambio Lingüístico (Labov, 1990, 2008; Eckert, 2005, 2012), de los estudios de la Socio-historia (Lucchesi, 2000, 2009); Mattos e Silva, 2004) y del Funcionalismo Norte-Americano, que consideran la influencia de factores lingüísticos y extralingüísticos y el proceso de gramaticalización, según Hopper (1991). Nuestro objetivo es investigar el uso de los pronombres nosotros y la gente como estrategias Lingüísticas utilizadas por mujeres hablantes del Portugués Popular, al fin de comprender la constitución de identidad de género femenino de la mujer quilombola de Rio das Rãs. Para la realización de la pesquisa fueron considerados, como factores lingüísticos y extralingüísticos: 1) Función de sujeto; 2) Marca morféica del verbo que acompaña el sujeto o pronombre; 3) Yo-engrandecido; 4) Escolaridad; 5) Sexo y 6) Rango de edad. El corpus de esa pesquisa está constituido por 24 (veintecuatro) entrevistas, de las cuales, fueron seleccionadas 12 (doce), siendo 06 (seis) del sexo masculino y 06 (seis) del sexo femenino de la Comunidad Quilombola del Rio das Rãs en el interior de Bahía. Presentando nuestros datos al Programa Estadístico *AntConc*, hallamos, a través de la herramienta Concordance, del punto de vista sociolingüístico, que hay una frecuencia de 459 (cuatrocientos y cincuenta y nueve) ocurrencias del pronombre nosotros, 592 (quinientos y noventa y dos) ocurrencias de la gente, dando 348/592 (58,79%) de las ocurrencias realizadas por las mujeres en oposición a 244/595 (41,21%) por los hombres. Cuanto a la frecuencia de uso del nosotros, las mujeres realizaron 164/459, el equivalente a 36% de frecuencia de uso e los hombres 283/459 (64%) de los datos de nosotros. Por lo tanto, fue así, comprobada la hipótesis de que las mujeres de Rio das Rãs prefieren el uso de una manera Innovadora y utilizan con mayor frecuencia el la gente de que los hombres. Del punto de vista funcionalista, fue posible comprobar la gramatización del pronombre la gente y su ampliación semántica en los extractos analizados.

PALABRAS-CLAVE

Sociolingüística Variacionista. Funcionalismo Norte-Americano. Primera persona del plural.

Pronombre. Comunidad Quilombola.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com a localização das comunidades quilombolas Brasileiras e Rio das Rãs	128
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pronomes pessoais no PB.....	69
Quadro 2 - Pronomes Pessoais: Retos e Oblíquos	70
Quadro 3 – Indicadores da primeira pessoa no Português Brasileiro	76
Quadro 4 – Distribuição da População por Habitantes e Residências	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <i>Concordance Plot</i> - Aplicação <i>a gente</i> e <i>nós</i>	142
Tabela 2 – Comparativo resumido - <i>a gente</i> e <i>nós</i>	143
Tabela 3 – Aplicação - <i>a gente</i> pelas mulheres de Rio das Rãs.	144
Tabela 4 – Aplicação - <i>a gente</i> pelos homens de Rio das Rãs	146
Tabela 5 – Aplicação - <i>a gente</i> pelos homens e mulheres de Rio das Rãs	146
Tabela 6 – Aplicação de <i>nós</i> pelas mulheres de Rio das Rãs	147
Tabela 7 – Aplicação de <i>nós</i> pelos homens de Rio das Rãs	147
Tabela 8 – Aplicação de <i>nós</i> pelas mulheres e homens de Rio das Rãs.....	147
Tabela 9 – Pulação Quilombola.....	181
Tabela 10 – Número de Alunos Matriculados nas Escolas dos Quilombos: Rio das Rãs, Brasileira e Exu	182

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A MULHER NO CONTEXTO SOCIAL DO BRASIL	25
2.1 “Problematizando” ser mulher no Brasil.....	26
2.2 A mulher negra sob a ótica do feminismo negro	30
2.2.1 <i>Ressignificando o conceito de quilombo e quilombola</i>	33
2.3 A mulher pós década de 70	42
2.3.1 <i>A mulher na contemporaneidade</i>	45
2.3.2 <i>Mulheres no Brasil ao longo da história: uma história similar?</i>	46
2.4 A mulher e as questões jurídicas	49
3 USO DO PRONOME A GENTE: DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	53
3.1 Dicionários.....	53
3.1.1 <i>Por um significado de pronome</i>	53
3.1.2 <i>Pessoa gramatical</i>	59
3.2 <i>Nós e a gente</i> nos dicionários da língua portuguesa: uma tentativa	63
3.3 <i>A gente</i> e a tradição gramatical	65
3.4 Abordagem Linguística	67
3.4.1 <i>Pesquisas linguísticas</i>	77
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	89
4.1 Aspectos variacionistas e funcionalistas	89
4.1.1 <i>Estruturalismo e Gerativismo: teorias que antecederam a Sociolinguística</i>	92
4.1.1.1 <i>Estruturalismo</i>	92
4.1.1.2 <i>Gerativismo</i>	93
4.1.2 <i>A Sociolinguística</i>	97
4.1.2.1 <i>O que dizem, teoricamente, sobre o que as mulheres dizem</i>	108
4.1.3 <i>O Funcionalismo</i>	113
4.1.3.1 <i>O processo de gramaticalização</i>	120
5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	126
5.1 Sócio-história da comunidade de fala: Rio das Rãs.....	126
5.2 Variáveis dependentes e sociais	132
5.3 Constituição do <i>corpus</i>	132
5.3.1 <i>Comunidades de fala e de prática</i>	133
5.4 Metodologia de análise: métodos quanti-qualitativos	136

5.5 Procedimentos de análise	137
5.5.1 Programa AntConc.....	138
6 ENTRE NÓS E A GENTE: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	140
6.1 Nossos dados.....	140
6.1.1 Dados gerais entre homens e mulheres	141
6.1.1.1 Variáveis sociais (sexo e faixas etárias).....	143
6.2 A gente e as comunidades de prática: uma comunidade quilombola.....	149
6.2.1 Identidade Quilombola	149
6.2.2 Luta pela posse da terra.....	152
6.2.3 Hábitos e costumes: um momento de solidariedade.....	153
6.2.4 Elementos do passado e do presente	155
6.2.5 A mulher negra quilombola de Rio das Rãs: uma questão de identidade.....	161
6.2.5.1 Mulheres quilombolas de Rio das Rãs: o que a gente diz	161
7 NÓS E A GENTE: TEORIA, PESQUISA E ESCOLA	178
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS.....	197

1 INTRODUÇÃO

Nesta tese, temos como objeto de estudo o uso variável de *nós* e *a gente* em uma comunidade de fala e, também, de prática¹ (de se ser mulher) em uma Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, no interior da Bahia. A partir da perspectiva sociolinguística e sócio-histórica de estudo, acreditamos que um determinado processo de “desenvolvimento” poderia modificar a situação linguística do português falado por uma dada comunidade. Assim, partimos da crença de que a comunidade de fala e de prática investigada, Rio das Rãs, delinearia um panorama peculiar do português popular do Brasil, resultante das mudanças sociais e econômicas pelas quais passou a comunidade, muitas vezes expressas nas noções de passado e presente (*hoje em dia, naquele tempo*), e, para este estudo, dedicamos nossa atenção à fala feminina.

Acreditamos e defendemos a tese de que é possível que a sócio-história da comunidade de fala de Rio das Rãs demonstre, com o atual estágio de desenvolvimento socioeconômico, transformações no vernáculo da comunidade que constitui a amostra de nossa pesquisa. Consideramos que nosso desejo em estudar esse fenômeno nessa perspectiva teórica seja ratificado por meio da afirmação realizada por Mattos e Silva (2004) sobre a variação espacial e social sincrônica. Para a linguista, a partir da variação espacial e social sincrônica, as novas preocupações com a história interna do português brasileiro exigem que melhor e mais detalhadamente se conheça a complexa história externa da sociedade multilíngue do espaço que, a partir do século XVI, se denominou Brasil (Mattos e Silva, 2004).

Nossas questões centrais, essencialmente, são saber se as mulheres de Rio das Rãs estão usando mais a forma inovadora² *a gente* do que os homens e, ainda, se estão usando mais a variante inovadora frente à variante conservadora. Para respondermos a tais questões, aventamos a hipótese de que o caráter conservador verificado acerca da mulher falante da variante popular está em um *continuum* que se afasta mais da visão conservadora à medida que essa mulher assume novos espaços e valores sociais (Silva, 2005). Em síntese, nossa hipótese é que a forma *a gente* encontra-se progredindo mais rapidamente na fala das mulheres na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs do que na dos homens, sobretudo, pela não obrigatoriedade da flexão relacionada ao pronome *nós*. Além disso, pela falta de estigma atribuída à forma inovadora.

¹ Conceito melhor explicitado na subseção 4.1.2 *A sociolinguística* desta tese.

² Esclarecemos que, considerando os pronomes de primeira pessoa de plural, *nós* e *a gente*, nesta tese será caracterizada como forma inovadora a forma pronominal *a gente* e, conseqüentemente, como forma conservadora o *nós*.

Em outras palavras, para respondermos à questão-problema, defendemos a hipótese de que as mulheres de Rio das Rãs se identificam como quilombolas e, mesmo que inconscientes, é mais fácil, para elas, do ponto de vista da articulação linguística (fonológico, morfossintático e semântico), usarem o pronome *a gente* para falarem de si, do seu cotidiano e demais membros da comunidade de mesma denominação.

Com relação às variáveis linguística e social, *a gente* em lugar de *nós*, denominada, na tradição gramatical, de pronome de primeira pessoa do plural e, por Câmara Júnior (1988), como P4, trazemos a pergunta: de que forma a Sócio-história de uma comunidade pode determinar o vernáculo dos falantes, considerando-se, nesta pesquisa, a variação *nós* e *a gente* e sendo o uso do *a gente* elemento linguístico que favorece a construção de identidade de gênero feminino na comunidade quilombola de Rio das Rãs? Vale dizer que consideramos o Português Popular, nos termos labovianos, como o vernáculo daqueles que compõem a base da pirâmide do Brasil (Silva, 2005) e partimos da crença de que a tese da bipolarização (Lucchesi, 2000) justifica a necessidade de se construir a história social do português no Brasil, conjugando-se o aparato da Sociolinguística com as investigações propostas pela Sócio-história e criação de significado social.

Com base nessa pergunta maior, pretendemos, ainda, responder às seguintes perguntas: O que a mulher falante do Português Popular (doravante PP) diz? Aquilo que a mulher falante do PP diz é conservador ou é inovador? Se houve alteração do espaço da mulher falante do PP, haveria em consequência disso alteração no vernáculo das mulheres?

Do ponto de vista do fenômeno linguístico, na presente investigação, observando as estratégias linguísticas usadas pelas mulheres quilombolas de Rio das Rãs na construção de sua identidade de gênero feminino, buscamos responder à pergunta: Podemos considerar que o uso do pronome *a gente* funciona como estratégia de construção de identidade de gênero feminino na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs?

Quanto à questão relacionada à importância da Sócio-história de uma comunidade na determinação do vernáculo dos falantes, nesse caso, sendo o uso do *a gente* elemento linguístico que favorece à construção de identidade de gênero feminino na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, nossa hipótese é que as mulheres de Rio das Rãs, mesmo tendo usado o pronome *nós* por uma questão atávica, em uma dada sincronia, atualmente, usam *a gente* por perceberem essa variável em outros falantes da sua própria comunidade e falantes de comunidades externas, reconhecendo nela (na forma inovadora) facilidade para se assumir quilombola e construir a sua narrativa do cotidiano como quilombola.

Para respondermos a respeito do que diz a mulher falante do Português Popular, considerando as formas conservadoras e inovadoras, incluindo-se as alterações do espaço em que essas mulheres atuam e consequências, a partir disso, no vernáculo dessas mulheres, temos a hipótese de que as mulheres de Rio das Rãs se identificam como quilombolas e usam o pronome *a gente* com mais frequência que o *nós* por entenderem que, por meio do *a gente*, tanto podem falar de si mesmas, quanto podem falar de si e, sempre que considerarem necessário, incluir outras pessoas. No caso, membros da família, vizinhos e vizinhas que também se autodenominam com o mesmo título identitário (quilombola) e, ainda, por trazerem em suas falas, por uma questão de ascendência, os “ausentes” (considerados por elas como “os mais velhos”), outros membros que já participaram da constituição daquela comunidade (ele/s e ela/s), o que teoricamente, denominaríamos, conforme Benveniste (2005), como a não-pessoa.

Conjecturamos que as mulheres na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs usam, em maior proporção, a forma inovadora *a gente*, sobretudo, as mais jovens, por não haver necessidade de flexão verbal relacionada ao pronome de primeira pessoa *nós*, ou seja, o uso do pronome *a gente* ocupando lugar de primeira pessoa do plural, *nós*, e com verbo flexionado, claro, em terceira pessoa do singular, forma considerada não estigmatizada³.S

Para analisar o padrão linguístico no uso pronominal de *a gente* na fala da mulher do PP da comunidade quilombola, buscaremos responder a cada pergunta. Para atender às primeiras perguntas, faremos um levantamento em dissertações e teses realizadas, capítulos de livros, periódicos, tendo em vista a variável gênero, sobretudo, em pesquisas de aporte Sociolinguística Variacionista.

Pesquisa de natureza sociolinguística e sócio-histórica requer, entre outros exercícios, o de realizar uma análise de fontes históricas. Nesse sentido, as fontes a serem consultadas fazem parte do conceito mais amplo de fontes históricas: documentos, registros, vestígios. Enfim, heranças materiais e imateriais deixadas pelos nossos antepassados que servem de base para a construção do conhecimento histórico (Silva; Silva, 2010, p.158). Essa abordagem estará presente no decorrer da tese.

Esclarecemos que o conceito de fontes históricas será visto na sua forma mais ampla, isto é, não só de documentos oficiais, mas como tudo aquilo que expressa um produto humano de um momento ou período histórico: as histórias narradas, a literatura produzida na região, as

³ A flexão “imposta” à primeira pessoa pronominal, *nós*, certamente, “obrigaria” maior atenção à fala e posição social.

revistas e periódicos em que a mulher aparece como referência direta ou indireta, conforme preceituam Silva e Silva (2010, p.158).

É importante lembrar que a Sociolinguística, em consonância com a Sócio-história, não pretendendo ser redundante, tem uma grande proximidade da História e, por isso, há a apropriação de métodos e técnicas desta ciência por aquela. Para tanto, as fontes históricas, aqui resumidamente elencadas, servem de lastro para descobrirmos os espaços sociais que a mulher outrora ocupava e que agora passaram a ocupar no entorno da nova sociedade.

Além disso, daremos muita relevância à história oral da comunidade, cuja metodologia é bastante usada pela Sociolinguística. A nossa expectativa é que, retomando a história oral, consigamos caracterizar essa nova mulher. Alberti (2008, p.165) afirma que a principal riqueza dessa metodologia é a de “permitir o estudo das formas como pessoas e grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” e, fundamentada em Salvatici (2005), acrescenta que a história oral permite a possibilidade de aproximação de uma história dentro da história:

Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Neste sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de ‘história dentro da história’, que, dependendo de seu alcance e dimensão, permitem alterar a “hierarquia de significações historiográficas”, no dizer da historiadora italiana Silvia Salvatici (Alberti, 2008, p.166).

Nesse sentido, a história oral abre outros campos e possibilidades como o estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse, estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões e outras tantas camadas sociais, espaços, instituições e expressões culturais.

No mais, tomando Labov como o principal expoente da Sociolinguística e em conformidade com ele, não podemos entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre (Labov, 2008). Nesse sentido, chamamos a atenção quanto ao olhar lançado às explanações sociolinguísticas (Labov, 1990, 2008) sobre variação e mudança linguística, sobretudo no que diz respeito ao olhar de uma época e ao olhar retrospectivo de hoje na comunidade em questão sobre o comportamento linguístico das mulheres.

Investigamos, dessa forma, na presente pesquisa, no sistema pronominal brasileiro, o uso variável da primeira pessoa do plural – *nós* e *a gente* – na forma gramatical de sujeito, em

entrevistas de mulheres e homens na comunidade de fala de Rio das Rãs, objetivando efetuar análise desse vernáculo e verificar um valor social na variação linguística. Com isso, a partir das pistas encontradas, pretendemos efetuar a construção do gênero feminino de pertença quilombola e, sobretudo, compreender a direção da variação e mudança linguística da comunidade.

Destacamos que, do ponto de vista metodológico, as falas masculinas, também, são submetidas à análise estatística, a fim de que possamos ter um comparativo entre a fala feminina e a masculina. Com isso, podemos vislumbrar melhor alguma tendência ou indicativo de aspectos linguísticos entre as falas. Ressaltamos, no entanto, que, para as nossas análises de cunho sociolinguístico, a nossa atenção encontra-se voltada à construção de identidade feminina de se ser mulher em uma comunidade quilombola rural no interior da Bahia.

Para a nossa investigação na variação das formas de primeira pessoa do plural, *nós*, e *a gente* em falas femininas e masculinas em uma comunidade quilombola rural, usamos o *corpus* do Português Popular de Rio das Rãs (PPRR), comunidade linguística estratificada por idade, sexo e escolaridade.

Com relação ao material de análise, esta pesquisa tem como *corpus* entrevistas com 24 (vinte e quatro) informantes, nas quais foram selecionadas 12 (doze), sendo 6 (seis) homens e 6 (seis) mulheres. As entrevistas que constituem esse *corpus* foram viabilizadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Oeste da Bahia – Campus de Bom Jesus da Lapa (Projeto PIBIC/UFOB, 2015) em parceria com o Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em (Sócio)Funcionalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/JANUS, vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Sociolinguística e em (Sócio)Funcionalismo - LAPESF/CEPELin/PPGLin/UESB⁴.

Cabe esclarecermos que, no panorama sociolinguístico do Brasil, as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas ocupam uma posição própria, em virtude de certas especificidades que as caracterizam do ponto de vista histórico, étnico e socioeconômico. Em sua maioria, essas

⁴ O presente *corpus* já se prestou a diferentes estudos em perspectiva linguística aos pesquisadores, a exemplo de Danilo da Silva Santos Brito (2013), Lécio Barbosa de Assis (2019), Juscimaura Lima Cangirana (2019), Jádila Leite Moreira (2020), Kércia Rosário Fiuza Oliveira (2020), e Maria Aparecida de Souza Guimarães (2024), desenvolvidos no PPGLIN/UESB. Além desses, temos conhecimento pesquisas realizadas em outras instituições a exemplo de Marcelo da Silva Souza (UEFS) e Jéssica Carneiro da Silva (UFBA) e outros, ainda, a exemplo de Dermeval da Hora e Luiz Carlos Schwindt (2022).

comunidades se originam em antigos quilombos ou em populações de escravizados⁵ que receberam doação de terra, com o fim dos empreendimentos agroexportadores escravagistas (Lucchesi; Baxter; Silva; Figueiredo, 2009).

Para explicitar a compreensão que temos de Português Popular, recorremos a Silva (2005) que observa, em sua tese, que o termo “popular” sempre esteve associado, em uma relação inversamente contrária, aos valores culto, aristocrático e de elite. Para Silva (2005), os informantes do Português Popular estariam configurados em dois grupos sociais: grupo 1, que diz respeito àquela parcela da população brasileira que não passou pelo processo de alfabetização. Parcela, a rigor, denominada nos estudos sociolinguísticos, como *sem escolarização*; e grupo 2, que diz respeito àquela parcela constituída por indivíduos que possuem até quatro anos de escolaridade, seja durante o período da infância ou não (Silva, 2005): grupo considerado, nos estudos sociolinguísticos, como pertencente ao *Fundamental I*, de 1 a 4 anos de escolaridade.

Dito isso, sublinhamos que as mulheres envolvidas nesta pesquisa moram em uma Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa, no Oeste do Estado da Bahia. Do ponto de vista linguístico (estrutural) e extralinguístico (social), a escolha da forma variável do pronome pessoal *nós* e *a gente* deu-se por quisermos observar padrão de uso dessas formas e identificar nelas indícios de processos de construção de identidade de gênero feminino em uma comunidade quilombola. Daí, justificar-se, também, a prática de se ser mulher, em conformidade com a concepção de Comunidade de Prática (Eckert, 2005, 2012). Observamos, que para além disso: a escolaridade, lugar em que habita e relação com outros sujeitos participantes dessa comunidade (filhos, filhas, maridos, amigos, amigas e vizinhos), religião e, sobretudo, pertencimento reforçam a caracterização de uma comunidade de prática.

Diante do exposto, resumizamos que pretendemos descrever e analisar padrões de uso do pronome *a gente* com foco nas falas femininas na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs - melhor delimitada na seção 2.2.1 *Sócio-história da Comunidade de fala: Rio das Rãs* -, tendo em vista o papel da língua na construção da identidade feminina em relação aos aspectos de variação/mudança linguística, vislumbrando, no caso, o uso da língua realizado pelas mulheres da comunidade quilombola, levando-se em conta o universo social que as permeia, a relação entre indivíduo, sua identidade e os papéis desempenhados por elas na comunidade.

⁵ Optamos pelo termo “escravizados” a “escravos”, vez que o primeiro termo, a nosso ver, reporta a pessoas negras que sofreram escravização. Portanto, foram forçadas a essa situação.

Assim, temos, como objetivo geral, investigar padrões de uso do pronome *nós* e *a gente* enquanto estratégias linguísticas usadas pela mulher falante do PP, com vista na compreensão da constituição de identidade de gênero feminino da mulher quilombola de Rio das Rãs e, para atingirmos esse objetivo geral, elegemos os objetivos específicos a seguir:

1. Levantar os temas recorrentes nas narrativas femininas, relacionando-os à constituição sócio-histórica da comunidade quilombola de Rio das Rãs;
2. Definir e explicar padrões de usos gramaticais (emprego dos pronomes pessoais *nós* e *a gente*) na fala das mulheres e homens do PP na comunidade quilombola de Rio das Rãs;
3. Analisar as formas de uso do pronome *a gente*, observando padrões sociolinguísticos quanto a esse uso em outras variáveis da língua;
4. Analisar a forma, sentido e função do pronome *a gente* usado na fala da mulher do PP na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs;
5. Relacionar o uso do pronome pessoal *a gente* na fala da mulher quilombola de Rio das Rãs enquanto marca de identidade;
6. Contextualizar o padrão do português popular no Brasil, em especial, o de variante rural, por condicionamentos históricos, afro-brasileiro, contrastando com os dados do Português Popular da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs;
7. Relacionar o fenômeno de estudo a questões referentes ao ensino, pontuando a diversidade linguística.

Com isso, esperamos que a pesquisa *Nós e A Gente na Fala Feminina na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs no Interior da Bahia* possa ampliar a discussão acerca da variável sexo, com abordagem feminina, buscando compreender a importância do gênero feminino no cenário teórico da sociolinguística e sócio-história a partir da revelação dos dados e análises.

Nesse sentido, além de compreender os dados históricos, da comunidade em estudo, necessários à interpretação do fenômeno linguístico nessa comunidade, a relevância desse trabalho mostrar-se-á por revelar a possibilidade de explicação de uma “nova” configuração do Português Popular a partir, sobretudo, da presença de fenômenos linguísticos de uso pronominal *a gente* e *nós* presentes na fala feminina no vernáculo de Rio das Rãs.

Esta tese encontra-se organizada em 8 (oito) partes, formadas por esta *Introdução* e mais 7 (sete) seções. Na seção 2, *A Mulher no Contexto Social do Brasil*, com o propósito de contextualizarmos as nossas informantes e o espaço que elas ocupam, problematizamos alguns aspectos sobre a mulher em contexto social no Brasil, discutindo a mulher negra sob a ótica do feminismo negro, bem como acerca da ressignificação do conceito de quilombo e quilombola.

Na seção 3, *Uso do Pronome A Gente: Descrição do Objeto de Estudo*, descrevemos o nosso objeto de estudo, o uso do pronome *a gente*, recorrendo a dicionários da língua portuguesa e especializados, à tradição gramatical e à abordagem linguística. Na seção 4, *Pressupostos Teóricos*, apresentamos os pressupostos teóricos que elegemos na Sociolinguística Variacionista (Labov, 1990, 2008), dando uma especial atenção aos princípios sociolinguísticos, à discussão sobre comunidade de prática definida por Eckert (2005, 2012) e ao Funcionalismo Norte-americano com foco nos princípios da gramaticalização que nos orientam para a análise de nossos dados: a) estratificação, b) divergência, c) especialização, d) decategorização e e) persistência, em conformidade com Hopper (1991). Na seção 5, *Pressupostos Metodológicos*, apresentamos os pressupostos metodológicos desta pesquisa, bem como a explicação e o funcionamento do Programa *AntConc* usado para a análise estatística dos dados desta pesquisa. Na seção 6, *Entre Nós e A Gente: Análise e Discussão dos Dados*, retomamos aos princípios teóricos, escolhidos por nós, que podem dialogar com os resultados obtidos em nossa pesquisa. Feitas a análise e discussão, apresentamos os resultados, daí, na seção 7, *Nós e a gente: teoria, pesquisa e escola*, apresentamos sugestões de atividades voltadas à Comunidade Quilombola implicada em nossos estudos. Por fim, nas *Considerações Finais*, na seção 8, evidenciamos os achados desta pesquisa, seguidas das Referências.

2 A MULHER NO CONTEXTO SOCIAL DO BRASIL

Das histórias, eu não sei dizer qual é mais. Como uma laboriosa aranha, tento tecer essa diversidade de fios. Não, meu labor é menor, os fios já me foram dados, me falta somente entretecê-los, cruzá-los e assim chegar à teia final. Tento apreender a história e seus sentidos. [...] As meninas, minhas irmãs, no silêncio guardam lembranças. Impossível que elas não tenham as suas águas. De fala escolhi que a palavra é um direito e um dom. Muitos escolhem o silêncio para fabricar o esquecimento. O esquecimento também dá sentido à história. Por que é preciso esquecer? Alguém já disse que a fala e a mudez moram na mesma casa e que de vez em quando uma pisa no pé da outra. O lembrar e o esquecer também coabitam sob o mesmo teto. Às vezes se trombam e sangram (Evaristo, 2016, p. 103).

Nesta seção, discutimos sobre a mulher no Brasil para que possamos refletir sobre alguns aspectos socioculturais pelos quais passaram a mulher brasileira em diferentes momentos históricos⁶, a exemplo, de opressão⁷, violência⁸ e desigualdade no cotidiano da mulher, de mulheres, incluindo-se elementos de natureza socioculturais que impunham que as mulheres dessem ter esse ou aquele comportamento. Em outras palavras, a existência de uma imposição de como as mulheres deveriam ser, o que deveriam aprender, o que poderiam dizer, falar, calar. Buscando fazer essa reflexão, lançamos um olhar assumindo postura de permanente observância, vislumbrando o contexto sócio-histórico e suas influências quanto ao uso dos pronomes *nós* e *a gente* na sincronia do século XXI.

Em busca do objetivo apresentado quanto ao uso alternado de *nós* e *a gente*, algumas indagações se fizeram necessárias quanto ao sentido do que venha ser a mulher em determinados contextos: o que venha ser mulher e mulher no Brasil? Para uma discussão generalizada, tomamos posicionamento de Izquierdo (2008), Oliveira (2012/2015), Lacerda (2010) para falarmos sobre a mulher do período colonial, Império, República Velha (1889-1930) e pós década de 70.

⁶ Evidenciamos as mulheres pós década de 70 e contemporâneas.

⁷ Compreendemos *opressão* na perspectiva usada por Saffioti (2013) que, por sua vez, fundamenta-se em Karl Max e Engels. Sendo que esse último adota um raciocínio analógico, 1848, afirmando que a divisão do trabalho não era primitivamente senão a divisão do trabalho no ato sexual e acrescenta que a primeira oposição de classe que se manifesta na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher no casamento conjugal, e a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino (Saffioti, 2013)

⁸ Nossa compreensão de *violência* contra as diversas situações vividas pelas mulheres no Brasil, fundamenta-se em Schwarcz (2019).

Quanto à situação da mulher na contemporaneidade e em outros contextos históricos no Brasil, elegemos, em especial, Schwarcz (2019), considerando os posicionamentos críticos realizados pela autora a despeito de acontecimentos políticos que têm marcado o momento sócio-político no Brasil, sobretudo, com as eleições presidenciais de 2018.

Do ponto de vista linguístico, consideramos o posicionamento de Eckert e McConnell-Ginet ([1992] /2010) sobretudo por chamarem a atenção para os estudos sobre linguagem e gênero nas diferentes dimensões de uso da linguagem que, por um lado, tem sido vista como suporte da dominância masculina e, por outro, considerada como um recurso para as mulheres que resistem à opressão ou perseguem seus próprios projetos e interesses. Apesar de esses estudos serem apoiados por observações instigantes, as autoras afirmam que “sua força explicativa torna-se frágil em razão da falta de um arcabouço teórico coerente dentro do qual se possa refiná-las e melhor explorá-las como parte de uma comunidade de pesquisa em andamento” (Eckert; Mcconnel-Ginet, ([1992]/2010, p.94).

Sem perder de vista a perspectiva “local” quanto à análise linguística propostas por Eckert e McConnell-Ginet (2010[1992]), justificamos nosso percurso quanto aos aspectos das várias mulheres que trouxemos para essa discussão (branca, indígena, negra), tendo em vista que cada uma delas ocupou papéis diversos e fundamentais ao longo da historicidade na constituição do povo brasileiro e, conseqüentemente, pode contribuir na explicação da história social da língua portuguesa falada no Brasil, direcionando o nosso foco principal à compreensão da mulher brasileira negra quilombola no interior da Bahia.

2.1 “Problematizando” ser mulher no Brasil

Nesta subseção, ressaltamos algumas indagações que podem ser efetuadas quanto ao que venha ser mulher, a exemplo de: o que significa ser mulher no Brasil? E ser mulher negra? O que é ser mulher negra quilombola no interior da Bahia? O que faz essa mulher? Como vive? Onde vive? O que é importante para ela? E, por fim, entendemos esse perfil feminino, buscamos responder à pergunta quanto às estratégias linguísticas selecionadas por essas mulheres quanto ao uso dos pronomes *nós* e *a gente*.

Para discutir o que é ser mulher em um sentido mais generalizado, abraçamos Izquierdo, (2008) e, quando sinalizamos aspectos mais específicos que dizem respeito a períodos na historiografia do Brasil e no contexto atual do país, fomos guiados por estudiosas apresentadas ao longo desta seção.

Do ponto de vista linguístico, perguntamos: Que estratégias de linguagem a mulher quilombola usa para construir, para tecer os sentidos dos acontecimentos de sua vida cotidiana, as suas narrativas, para lidar com os membros de sua família, seus vizinhos e sua comunidade? A postura dessa mulher frente às questões da língua é inovadora ou conservadora? Que estratégia efetua no uso da expressão “*a gente*” na posição de sujeito com função de pronome pessoal em lugar do pronome canônico *nós* ou há outras estratégias também de uso? O uso de *a gente* é uma questão de variação ou mudança propriamente nesse lugar de fala? Que elementos favorecem mais esses usos (*nós* e *a gente*)? Para responder a essas questões, são observados fatores linguísticos e extralinguísticos, explicitados na Seção 4, que apresenta o aporte metodológico desta pesquisa.

Para tratar da temática da mulher negra, optamos por trazer algumas situações acerca da condição da mulher no Brasil em diferentes períodos muito a título de contextualização e o fazemos por considerá-la importante e esta dar-se-á em aspectos sócio-histórico, cultural, jurídico, que destacamos sem pretensão propriamente historiográfica.

Por outro lado, dado o aspecto sócio-histórico da língua portuguesa no Brasil, seguimos a orientação de Mattos e Silva (2004) quando defende a importância de compreender aspectos sócio-históricos para explicar a variação e mudança linguística, que, com seu olhar posto na história do Brasil, argumenta:

Irá mal, de fato, o vernáculo no Brasil? Claro que não. Vai mal a expectativa de alguns, até numerosos sem dúvida, que, desligados da realidade da nação brasileira, desejam recuperar algo que nunca fomos e, por isso, não assumem de fato o que nos legou e lega a nossa própria história (Mattos e Silva, 2004, p. 11).

Mattos e Silva (2004) adverte-nos sobre a importância de um olhar tanto na magnitude territorial quanto na heterogeneidade cultural, social e econômica, frutos da história do Brasil. Assim, buscamos, por meio desses aspectos, compreender a elaboração de estratégias linguísticas de comunicação em suas comunidades de práticas em conformidade com Eckert e McConnell (2010), sobretudo, quanto ao uso da variável dos pronomes *nós* e *a gente* na fala de quilombolas moradoras de Rio das Rãs, no interior da Bahia, município de Bom Jesus da Lapa, conforme mencionamos.

Ao falarmos genericamente a respeito de mulheres, podemos dizer que algumas delas na história apresentaram-se como desafiadoras das regras e tabus vigentes em suas épocas. Como foram os casos de Isabel I (Inglaterra - 1533-1603), Paulina Bonaparte (1780-1825), Colette (1873-1954), Simone de Beauvoir (1908-1986), entre outras (Izquierdo, 2008).

Sob a ótica do “desafio” quanto a valores sociais de características perversas, logo, opressoras, essas mulheres aqui mencionadas, eram vistas pela sociedade de suas épocas como prostitutas ou frívolas. Na compreensão da escritora espanhola Izquierdo (2007), essas mulheres só pretenderam ser elas, com personalidade forte e com sua maneira de ser, impunham aos usos e costumes da época em que viveram. Ser “elas próprias” foi sempre uma tarefa muito difícil (Izquierdo, 2008).

Ainda em conformidade com Izquierdo (2008), trazendo outras autorias para a discussão, quando se queria arruinar o prestígio de uma mulher, imputava-lhes os adjetivos: “puta, feia ou mulher-homem” (Ana Caballé). Ela ainda faz duas outras citações que corroboram com isso: “Quando uma mulher se torna demasiado forte, o homem tem vontade de a matar” (Thomas Bernhard) ou “O que perpetua, através dos séculos e continentes, o ódio face à mulher? Resposta: a sua debilidade, porque é a de todos”. O medo de ‘o que é que dirão’ continua vigente no século XXI” (Izquierdo, 2008, p. 14). No entanto, as mulheres citadas por nós no início da discussão (Isabel I, Paulina Bonaparte, Colette, Simone de Beauvoir, entre outras) “não caíram na armadilha da vulnerabilidade ou, pelo menos, não pelo facto de serem mulheres”, esclarece Izquierdo (2008).

Seguiremos nossa reflexão, trazendo nomes representativos de mulheres engajadas em grandes lutas no Brasil. Para citar apenas algumas mulheres, Dandara⁹, Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), Nísia Floresta (1810-1885), Chiquinha Gonzaga (1847-1935), Zuzu Angel (1921-1976) e Leila Diniz (1945-1972) são exemplos de mulheres que assumiram posturas que desafiaram a sociedade fechada em si mesma comprometida com certos valores condizentes à sociedade patriarcal que ditava o que as mulheres deviam saber, fazer, dizer, tornando a vida dessas mulheres em um estado de opressão e até de morte.

Desses tempos idos, Colônia [1500-1822], Império e República Velha [1889-1930], Pós década de 70 e Contemporaneidade, podemos contextualizar alguns aspectos da situação da mulher, melhor, das mulheres no Brasil. Daí a questão: Quais mulheres? Falemos, pois, da mulher no Brasil, observando, alguns comportamentos de cunho sócio-histórico, e, de modo aprofundado, da mulher negra, da mulher quilombola a que se refere este estudo.

⁹ Sendo o Quilombo dos Palmares invadido e destruído com o apoio do bandeirante Domingos Jorge Velho, em 6 de fevereiro de 1694, Dandara, após ser presa, cometeu suicídio em 06 de fevereiro de 1694 [se jogando de uma pedra ao abismo]. <http://usp.br/cienciaweb/2021/11/dandara-heroina-que-prefereu-morrer-a-ser-escrava/>. Acesso em: 02 jul.2022.

Segundo Amaral (2011), no século XIX, sob o domínio do pensamento da Igreja, as mulheres encontravam-se em condições de dependência e sob o jugo do pai inicialmente e, depois, do marido. Desse modo,

Por ser considerada propensa ao pecado, a mulher sempre deveria obediência a alguém do sexo masculino: inicialmente à figura paterna, posteriormente à do esposo. A ideia de controlar a mulher, principalmente sua sexualidade dentro do matrimônio, decorria ‘do interesse de fazer da família o eixo irradiador da moral cristã’ (Amaral, 2011, p. 1).

Associações a essa citação, podemos fazer, por exemplo, no ato do casamento heteroa-fetivo, no qual o pai entrega a noiva ao marido, como se entregasse um bem, que, a partir de então, será de responsabilidade de outro homem. Também é, nesse tipo de casamento, que, a rigor, ao nome da mulher é agregado o sobrenome do marido, ato que leva, por vezes, o sobrenome da mãe, presente até então, ao desaparecimento.

Para não correremos o risco de incoerência, dada a complexidade da temática [mulher], ressaltamos que fizemos a opção de falarmos, com mais ênfase, da mulher negra no Brasil. No entanto, mencionamos a mulher no Brasil Colônia [1500-1822], Império, República Velha (1889-1930), pós década de 70 e na contemporaneidade, com objetivo de contextualizar a mulher brasileira.

As pesquisas realizadas por Oliveira (2015), Lacerda (2010), Amaral (2011), entre outras, permitiram-nos observar a condição da mulher frente à opressão e ao momento de partida em busca de caminhos em perspectiva libertária.

Quanto à representação da mulher negra, contamos com clássicos da literatura feminista negra, a exemplo de Carneiro (2019), Gonzales (2020), hooks¹⁰ (2020) e Nascimento (2021) com pressupostos do feminismo negro que tem definido bem aspectos de identidade e rompimento com a escravidão advinda de uma sociedade de cunho machista, patriarcal, eivada de opressão e violência.

Consideramos a fala dessas pesquisadoras ideal para, além de favorecer-nos na compreensão e explicação dos resultados dos nossos dados quanto às estratégias de linguagem quanto ao uso dos pronomes *nós* e *a gente*, contextualizar o cenário brasileiro no que se refere à situação da mulher negra quilombola.

¹⁰ É o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó materna, que deve ser grafado com letras minúsculas, refletindo o posicionamento político de que o necessário e esperado é que a atenção seja destinada às suas obras e não à sua pessoa.

Discutimos, na próxima subseção, alguns aspectos relacionados à força do feminismo negro e pautas que incluem, entre outros pontos, a opressão, estado de violência, racismo efetuado no Brasil e pistas de aquilombamento que levam a processo de reconhecimento identitário e práticas libertárias ligadas à ancestralidade.

2.2 A mulher negra sob a ótica do feminismo negro

De acordo com Moraes (2019), o Feminismo Negro possui profundas raízes em movimentos auto-organizados por mulheres negras ao longo da história, abrangendo o período colonial nas Américas, às revoluções ocorridas em África, até a instauração da luta em prol dos direitos civis nos USA. Em busca de maior autonomia e ótica direcionada às demandas femininas negras, no Brasil, o feminismo negro teve início no final da década de 1970, quando um movimento coletivo de mulheres negras se fortaleceu e se encorpou politicamente ao país¹¹.

Gonzalez (2020) apresenta uma pesquisa realizada em 1983 com mulheres negras de baixa renda que, dentre as entrevistadas, poucas eram aquelas que não tinham começado a trabalhar ainda na sua infância. Muitas já começaram a trabalhar por volta dos oito ou nove anos, principalmente aquelas advindas da zona rural, para contribuir com a manutenção da sua casa. Já aquelas que viviam nos centros urbanos passavam a trabalhar em casa de família na esperança de terem uma oportunidade de frequentar a escola. Porém, poucas eram aquelas que conseguiam terminar as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Conforme Gonzalez (2020), no período entre 1968 e 1980, houve um impacto substancial na força de trabalho feminino no Brasil. Principalmente, na década de 1970, com o milagre econômico. Com o crescimento econômico desse período, a força de trabalho feminino dobra, assim como o número de mulheres nas universidades. Entre 1969 e 1975, o número de mulheres nas universidades passa de 100 (cem) mil para 500 (quinhentos) mil, quintuplicando em 5 (cinco) anos.

Na zona urbana, porém, com relação às mulheres negras, os índices de crescimento nas universidades e de perspectiva de ascensão social não se confirmavam. Pois, continuavam concentrando-se em atividades manuais, isto é, 83% das mulheres negras estavam inseridas em ocupações de baixos níveis de rendimento e escolaridade. Em contrapartida, as mulheres brancas e atividades manuais eram de 61,5%. No entanto, em atividades não manuais, a presença

¹¹ Daí, o surgimento de teóricas tais Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Com elas, surgiram discussões acerca da intersecção e conexão das questões raciais, sexuais e econômicas em Brasil (Moraes, 2019).

das mulheres negras era de 16,9%, enquanto das brancas era de 38,5%, o que demonstra uma dificuldade na mobilidade e ascensão social das mulheres negras (Gonzalez, 2020).

Acrescido a isso, ainda conforme Gonzalez (2020), havia uma visão depreciativa dos negros nos textos escolares e que perpetua em uma estética racista transmitida pela mídia de massa, sem falar do sexismo e da valorização dos privilégios de classe que amplia mais ainda esse quadro, induzindo as crianças negras a acreditarem que ser homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado, e que as mulheres negras e pobres é um dos piores males.

Como vimos, há várias formas de opressão que vão desde a negação de uma fonte de renda, à uma educação que venha proporcionar oportunidades de mobilidade e ascensão social até uma efetiva participação política. E, por causa disso, as pessoas negras, sobretudo, as mulheres tornam-se vítimas de outro mecanismo opressor, a língua.

bell hooks (2013) declara que, no primeiro ano de sua faculdade, leu o poema de Adrienne Rich que falava “contra a dominação, o racismo e a opressão de classe”. E um verso desse poema a comoveu e a perturbou e ela não conseguiu esquecê-lo: “Talvez não conseguisse esquecer-lo nem que tentasse apagá-lo da memória.” O verso dizia “Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você” (hooks, 2013, p. 223).

Para a autora, a leitura desse verso leva a pensar no inglês padrão “[...] em aprender a falar de modo contrário ao vernáculo negro, de modo contrário à fala quebrada, despedaçada, de um povo despossuído e desalojado.” Nesse sentido, o inglês padrão é a língua “da conquista e da dominação” não é a fala do “exílio” (hooks, 2013, p. 224). Em sua reflexão, hooks (2013) admitiu que não era a língua inglesa que machuca, “mas o que os opressores fazem com ela, como eles moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar e colonizar” (hooks, 2013, p. 224).

Quanto a uma participação política das mulheres, Carneiro (2002) admite que houve avanços nos últimos anos na organização das comunidades remanescentes de quilombos, na participação nos meios de comunicação, assim como da consciência da exclusão da imagem dos negros nesses veículos. Houve também o surgimento do movimento de mulheres negras, novos temas foram introduzidos na agenda do movimento e o levantamento da bandeira do movimento feminista negro.

Em diálogo com a questão que norteia esta pesquisa, o que as mulheres negras quilombolas de Rio das Rãs dizem, observamos que, nas narrativas femininas, são relatadas situações de dificuldades que vêm da infância à vida adulta. Dificuldades que implicam opressão, tentativa de fazerem suas vidas invisibilizadas ou silenciadas. No entanto, verificamos que, apesar de cada dificuldade, da falta ao acesso à educação formal, de transporte, dificuldades para terem

o acesso à posse da terra, em seu quilombo, lugar que simboliza a resistência, essas mulheres trazem uma crença e uma luta por dias melhores e não se calam. Assim, viver nas suas vidas já representa a própria resistência.

As mulheres, dessa maneira, teimam em resistir e têm esperança de dias melhores. Porque resistem, elas, além de carregarem a sua identidade quilombola, constroem, valoram, têm percepção de si e dos elementos que as constituem e caracterizam sua condição mulher na comunidade, como é o caso das mulheres quilombolas de Rio das Rãs em sua identidade feminina, o de ser mulher e atuar como mulher. Sem perder a noção de passado, buscam construir o presente lutando por uma vida digna para si, para os filhos, filhas e seus companheiros. E, na junção dos elementos que compõem a comunidade quilombola, constroem por meio da linguagem sua existência humana, sua existência feminina e sua condição de mulher negra.

Quanto às mulheres negras e quilombolas, podemos dizer que, graças a elas, a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro. Na condição de escravizadas, exerceram diferentes tipos de trabalhos, desde os do campo, ao doméstico. Quando, na condição de trabalho de eito, elas estimulavam as revoltas, fugas e formação de quilombos. Quando se tornavam membros de um quilombo, participavam das lutas contra as expedições militares destinadas à destruição do seu quilombo. Como educadoras, ensinavam seus filhos a serem antiescravistas, anticolonialistas e antirracistas. No trabalho doméstico, na função de mucama e/ou de ama de leite¹², o que lhes permitiam um contato direto com seus senhores, elas usufruíam dessa condição e faziam a cabeça dos seus senhores, aproveitando-se de sua condição materna enquanto “mãe preta”. Muitas vezes, também, eram vítimas desse contato, sofriam violência sexual, castigos e eram reprodutoras da ideologia dos seus senhores (Gonzalez, 2020).

De acordo, ainda, com a autora, a mãe negra, apesar dessa condição, de forma consciente ou não, passou, também, para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas da qual era representante. Dessa forma, a mãe preta africanizou o português falado no Brasil.

Gonzalez (2020) complementa que as mulheres negras, quanto mais desenvolviam sua prática em termos de movimento, mais sua lucidez e sua sensibilidade se enriqueciam. Tendo, dessa maneira, um jogo de cintura muito maior do que elas acreditavam. Tornaram-se dessa

¹² Conforme Telles (2018, p. 99), as amas de leites compõem “Personagens recorrentes em pinturas, na literatura de ficção e de memórias, as amas de leite foram representadas como símbolos do carinho e devoção dos seus senhores no interior de uma escravidão doméstica, idealmente doce e benevolente. No âmbito das vivências cotidianas, a ocupação de ama de leite impactou as experiências da maternidade e as formas de exploração dos corpos dessas mulheres”.

forma, a grande herdeira dos quilombos, como Dandara, Luísa Mahin, de Tia Ciata e Mãe Senhora; mas, sobretudo, herdeiras da grande massa anônima que, na casa-grande ou na senzala, no eito ou nos quilombos, no candomblé ou na umbanda, nos ranchos ou nos afoxés, garantiam a sobrevivência de todo um povo enquanto raça e cultura.

Tomando essa discussão como mote, podemos dizer que a mulher negra em sua trajetória foi sempre vítima de opressão e, nesse sentido, passado/presente, tradição/mudança e identidade têm sido uma dinâmica em sua vida, nas comunidades rurais quilombolas. Para melhor explicitar essas questões, discutimos a ressignificação de conceitos como “quilombo” e “quilombola” na seção 2.2.1.

2.2.1 Ressignificando o conceito de quilombo e quilombola

Acreditam-se que os primeiros quilombos no Brasil tenham surgido em meados do século XVI, porém, foi, no final desse século, que surgiu o mais conhecido dos quilombos do Brasil, o dos Palmares, que durou cerca de 100 anos. Mas qual é o conceito de quilombo?

Para Houaiss *et al.* (2009), o termo “quilombo” está presente no século XVI na história do Brasil para significar local escondido, geralmente no mato, onde se abrigavam escravizados fugidos, povoação fortificada de negros fugidos do cativeiro, dotada de divisões e organização interna (onde também acoitavam indígenas e eventualmente brancos socialmente desprivilegiados). Os filólogos remetem o termo “quilombo” ao quimbundo, etimologicamente, *kilombo* ‘união, cabana, acampamento, arraial’ (Houaiss *et al.*, 2009, p. 1594).

De posse dessa informação, cabe-nos refletir sobre a criação desses grupos e o que significou essa criação. Os pesquisadores Fonseca e Silva (2020, p. 238), no artigo *Quilombos: escravidão e resistência*, afirmam que “Onde houve escravidão houve resistência, e, vale mencionar, de vários tipos”. Dito isso, mencionam que, mesmo sob ameaça do chicote, o negro escravizado negociava espaços de autonomia com os senhores ou, entre outras ações, boicotava a produção. Além disso, chamam a atenção de que a fuga e formação de grupos fugidos como um tipo de resistência a que os pesquisadores caracterizam como a mais típica da escravidão. Ressaltam, no entanto, que a fuga nem sempre levava à formação desses grupos, uma vez que podia ser individual ou grupal.

Para os autores, o tamanho desses grupos, seu tempo de formação, localização geográfica ou mesmo sua configuração eram muito diversificados. Quanto à “revolta”, essa “podia reivindicar mudanças específicas ou a liberdade definitiva para grupos específicos ou para os escravizados em geral” (Fonseca; Silva, 2020, p. 240).

Tratando negros escravizados como negros escravos, Pedreira (1962, p. 79) menciona o tratamento bárbaro e cruel dado pelos “seus senhores” e, assim, justifica as fugas como forma de busca pelo amor e a liberdade perdidos “e a nostalgia que os assaltava vez por outra, faziam com que os escravos fugissem para os matos, buscando um local onde pudessem viver em paz”.

De acordo com Curto (2005, p. 67-68), na América, esses grupos passaram a ter denominações diferentes a depender de sua localização. Na “América espanhola, palenques, cumbes etc.; na inglesa, maroons; na francesa, *grand marronage* (para diferenciar da *petit marronage*, a fuga individual, geralmente temporária); no Brasil, esses grupos eram chamados, principalmente, quilombos e mocambos e os seus membros, quilombolas, calhambolas ou mocambeiros (Curto, 2005, p. 67-68/ João José Reis – Liberdade por um fio, 1996).

Silva (2000, p. 11), porém, fundamentado em Théo Brandão, Décio Freitas e Munanga, acredita que o termo tenha origem no povo bantu e significa habitação, ou telheiro ou, ainda, cumeeira da casa. No entanto, com a migração desse povo para várias regiões da África, passou a ser um termo “transétnico”, pois tornou-se utilizado por povos de diferentes regiões da Zaire e Angol. O pesquisador acrescenta, também, que esse termo foi aprofundado ainda mais com a transposição para a América Portuguesa, onde sofreu adaptações à nova realidade e quando novas formações são constituídas com os indígenas e brancos em várias regiões do Brasil, inclusive, no quilombo dos Palmares.

Silva (2000) afirma que a nova configuração racial adquirida no Brasil faz com que os quilombos tivessem uma forma própria de organização cultural e de estratégias de ocupação do território. O que leva também cada comunidade ter as suas próprias experiências de formação, transformando-as em uma “instituição transcultural”:

Se, do ponto de vista étnico, a experiência quilombola no Brasil comportou africanos de diferentes regiões, negros aqui nascidos, índios e, em alguns casos, brancos, é evidente que esta composição racial teria que repercutir nas formas de organização, na cultura e nas estratégias de ocupação do território engendradas por estes grupos. Às novas condições de composição racial, combinaram-se outras variáveis envolvendo o momento de se empreender as ações e as forças políticas e militares contrárias. Isso quer dizer que cada quilombo tem uma experiência particular de formação, em que os mencionados fatores, e outros, foram, com certeza, avaliados pelos que desejavam se aquilombar. Num quadro onde os africanos vinham de diferentes regiões da África, e foram deliberadamente “misturados”, é compreensível a associação destes com outros grupos étnicos locais, face ao que os quilombos no Brasil ter-se-iam transformado numa instituição transcultural (Silva, 2000, p. 12).

Essa complexidade adquirida pelos quilombos em sua configuração no Brasil fez com que surgisse também uma série de nomeações como: comunidades remanescentes de quilombola, terras de preto, comunidades negras rurais, mucambo, quilombos modernos, herdeiros, entre outras (Silva, 2000). Do ponto de vista normativo, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, dos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), preconiza que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”. Essa denominação (“remanescentes das comunidades dos quilombos”), contudo, pode levantar críticas. A exemplo de Silva (2000) que interpreta “remanescente” como uma formulação que traz em si uma ideia de sobra ou de resto e perde a ideia de processo que foi “incorporado ao longo da história, as mudanças internas e externas a cada formação” (Silva, 2000, p. 12). O estudioso considera, no entanto, como mais apropriada, a denominação “quilombos contemporâneos”, porque a expressão submete à ideia de resgate e de atualização da experiência das comunidades que não são, segundo ele, formações estáticas e defende, também, que a forma de ocupação do território é fundamental para compreender a cultura, política e os valores simbólicos de uma determinada comunidade quilombola. Nesse sentido, afirma:

Contudo, para além do que é recorrente, é importante destacar que o que particulariza as comunidades negras rurais é o processo através do qual elas tomaram posse da área que hoje habitam, elemento fundamental para se entender a formação do grupo, sobretudo as suas estratégias de preservação no espaço territorial. É enquanto ocupante de um território que o grupo se reproduz cultural, política e simbolicamente como organização distinta no meio rural (Silva, 2000, p. 5).

Em Santos (2010, p. 229), encontramos denominações como: território negro e comunidades de quilombo que são para essa autora denominações utilizadas para designar “uma coletividade camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade”. Nesse sentido, a consciência de identidade é fundamental para o reconhecimento jurídico de uma comunidade remanescente de quilombo. É dentro dessa perspectiva de reconhecimento da identidade que Santos (2010) afirma que, após a Constituição de 1988, uma nova legislação veio conceituar comunidade quilombola através de critérios de autorreconhecimento coletivo. Isso se deu através do Decreto 4.887 de novembro de 2003.

Em consonância a Santos (2003), é importante, na conceituação de quilombo, “[...] o critério da autodefinição dos agentes sociais, a autonomia do grupo social, o modo de apropriação ou posse e o uso dado aos recursos naturais disponíveis” (Santos, 2010, p. 229). A partir

dessa visão, e com o intuito de fazer justiça com a relação passado/presente, é importante que uma comunidade tradicional em um dado momento de sua história venha a assumir sua condição de quilombo, desde quando essa nova identidade tenha surgido a partir de um resgate histórico-cultural, imbuída de uma nova consciência. E essa nova realidade promova um autorreconhecimento, e, como isso, venha transformar seus membros em reconhecidos agentes sociais, por pertencimento, com autonomia, apropriando-se de todos os recursos naturais, sociais, culturais, econômicos e jurídicos em uma perspectiva de garantir, também, uma nova cidadania com a conquista de novos direitos e um futuro com dignidade.

Mas para que esse processo libertário se efetue, é premente que se livre, sobretudo, do estereótipo de que quilombo é toda comunidade que tem sua origem em negros fugidos do cativeiro como foi definido pelo Conselho Ultramarino em 1740.

A professora Mattos (2006) levanta um questionamento que nos ajuda a refletir no momento em que pergunta: se os novos quilombos não são necessariamente descendentes de antigos acampamentos de escravos fugidos, escondidos nas matas desde os tempos do Brasil monárquico, de onde então eles surgiram? Para ela, a sua origem é “recente nas demandas por garantia de direitos à posse coletiva de terras, apresentadas por colonos e posseiros negros tradicionais, a partir do apoio de novos aliados” (Pastoral da Terra da Igreja Católica, os movimentos negros, a Associação Brasileira de Antropologia e alguns outros atores da sociedade civil brasileira pós-redemocratização) (Mattos, 2006, p. 107).

Com relação ao artigo 68 da Constituição, vale ser retomado, dada a relevância da participação de cientistas sociais quanto à compreensão da ideia de “remanescente de quilombola”, como veremos em Vêran (1999, p. 298):

os cientistas sociais têm fornecido um quadro teórico permitindo compreender a ideia de ‘remanescência de quilombo’. Com justa razão, foi-se insistindo sobre o fato de que o reconhecimento do caráter ‘remanescente’ de uma comunidade não poderia só basear-se sobre o conhecimento explícito de um passado de quilombo, tal como ele é definido por atores externos. Devem ser consideradas, também, a existência de formas e de símbolos mais difusos de articulação com este passado, tais como a ‘consciência de uma origem comum’, o ‘sentimento de pertencer a um território’, o ‘mito das origens’, ou a ‘existência de um grupo étnico’.

Com esses acontecimentos, identificamos um processo de construção de identidade dos “novos quilombos” e, vale reportar, que havia comunidades negras que não sabiam o que era “quilombo”, a exemplo do que foi mencionado por Ribeiro (2016), em sua vivência, quando trabalhou no INCRA e interagia com comunidades negras. No entanto, o reconhecimento como

membro de uma comunidade quilombola só ocorria quando esses membros da comunidade percebiam que a aceitação desse termo era um “passaporte para o ingresso à aquisição de direitos sociais”. Para a autora, o “ritual de passagem” para o reencontro com a sua história dá-se na descoberta dos chamados ‘benefícios sociais’ e das ‘políticas públicas’”. Eles sabem que, só a partir do reconhecimento da identidade, que terão seus direitos, também, reconhecidos (Ribeiro, 2016, p.1258).

É importante, no entanto, salientar que, para Ribeiro (2016), tal processo não deve ser lido como motivo para desconfiar da autenticidade da identidade, pois, para ela, esse processo de reconhecimento e de resgate dos rituais de “africanidade” são símbolos legítimos. E como as comunidades quilombolas dependem de “estímulos sociais, econômicos, políticos e históricos [...] [podem] elas desaparecerem ou (re)surgirem” (Ribeiro, 2016, p. 1260).

A título de exemplo, a informante DAOm2RRr¹³ demonstra, em sua narrativa, o que é reconhecimento de identidade e o que significa reunir-se em torno de um bem em comum que é a terra:

(01) DAOm2 RRR - O que Deus dá licença da gente ter, né? Eu tenho sonho de ter minhas coisinha. Ficava, caminhava de pé pra vim praqui pra reuniões, por que nós morava na beira do rio, né? E pra vim praqui pra beira da caatinga, no pé, sempre tinha reunião por causa das luta aí, não queria deixar as pessoa por roça, e as criação da gente não podia ficar a vontade, que nem hoje em dia **a gente**¹⁴ fica, eu cumpanhei, derrubava as casa, era aquela luta. Foi muito difícil. Agora depois, que agora melhorou mais, né? **A gente** pode botar ni roça, pode pescar ni tudo que é canto, que de primeiro não pescava, tinha as *dividição* das cancela e a pessoa não podia tá *entrano*, quando queria trabaiar não deixava, por uma roça pra plantar. Hoje em dia põe a roça no canto que a pessoa quer, né? Essas roça, planta ni lameiro, planta tudo, de *premero* não, eu cumpanhei essa luta e foi muito difícil. Tinha vez que, **a gente**, reunia e saia pedino dinheiro, **a gente** vendia ovo de galinha, vendia coisa de roça pra poder arrumar o dinheiro pra eles poder tá correno atrás dos benefício da gente. Correno atrás por causa da luta, né? Que, e tinha aquelas pessoa enfrentano, Seu M. aí **a gente** tinha que tá ajudano ele, que ele ia as viagem pra Salvador, que a gente, ele mesmo não tinha dinheiro, **a gente** tinha que tá ajudano, vendia ovo de galinha, vendia farinha, pra poder arrumar o dinheiro pra poder dar pra ele, pra ele poder tá correno atrás do nosso interesse pra poder conseguir essa terra aqui, foi muito difícil. Não foi fácil. Ele já lutou muito, coitado.

¹³ Com propósito de assegurar o anonimato, representações como essas, substituem o nome dos informantes do *corpus* em análise. As três primeiras letras estão relacionadas ao nome do informante; a seguir “h” minúsculo para “homem” e “m” minúsculo para “mulher”. O numeral representa a faixa etária do informante (1 a 3), “RR” Rio das Rãs e, por fim “r” para designar comunidade rural.

¹⁴ Para fácil visualização, estão destacados os termos **a gente** e **nós** nos excertos de fala apresentados nesta tese.

No excerto (01), a informante registra o deslocamento que realizava a fim de participar da reunião em prol da conquista pelo espaço de terra em que pudesse morar e plantar. A informante relata, nesse fragmento, o sofrimento em função das disputas e enfrentamentos pela posse da terra. Por fim, reconhece que, na condição atual, vivem uma outra realidade: “que agora melhorou mais, né? *A gente* pode botar ni roça, pode pescar ni tudo que é canto, que de primeiro não pescava, tinha as *dividição* das cancela”.

Com a modernização ocorrida no século XX e a luta pela terra, em consonância com Mattos (2006, p.111), esses são acontecimentos apontados como responsáveis pelo processo que levaram os quilombolas a “identificarem-se primeiro como ‘pretos’ e depois como ‘quilombolas’” e, assim, “tornaram-se sujeitos políticos coletivos” (Mattos, 2006, p. 111). Para ela, essas mudanças sociais só ocorreram porque essas comunidades estavam “ancoradas na associação entre identidade camponesa e memória do cativo, seja como reminiscência familiar ou estigma” e, por isso, é que passaram a reivindicar políticas de reparação do estado brasileiro. A autora chama, ainda, a atenção de que a identidade coletiva é sempre processo e construção e só pode ser entendida levando-se em conta contextos históricos e políticos (Mattos, 2006, p. 111).

Nesse sentido, destacamos o movimento negro, na década de 90, que encampou intensas lutas para o Estado Brasileiro, no qual foi reconhecido o legado violento da escravidão e suas práticas racistas. Foi também um período em que se elaborou importantes pautas de políticas públicas com fins de diminuir a exclusão e a desigualdade em que se encontrava a população negra e, assim, combater os efeitos dos longos anos de escravidão dos negros no Brasil.

Destacamos, também, a marcha de 300 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares, ocorrida em 1995, que contou com as comunidades quilombolas e os movimentos negros brasileiros, quando foi realizado o 1º Encontro Nacional de Quilombos no Brasil e produzindo um documento de abrangência nacional, reivindicando do Estado Brasileiro a efetivação de políticas públicas e o cumprimento da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao reconhecimento dos seus direitos territoriais.

Frente a discussões já realizadas, parece-nos muito pertinente apontar as concepções de quilombo/quilombola elaboradas por Beatriz Nascimento. Para ela, o termo quilombo passa a ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de comunidade de luta, como se reconhecendo homens, como se reconhecendo pessoas que realmente devem lutar por melhores condições de vida, porque merecem essas melhores condições de vida na medida que fazem parte dessa sociedade.

Para tratar desse contexto de quilombo, sob noção de “poder”, Nascimento (2021) explica não ser só um estado de poder no sentido que entendemos de poder político, poder de denominação, porque ele [quilombo/negro?] não tem essa perspectiva, cada indivíduo é o poder, cada indivíduo é o quilombo.

Ainda de acordo com o pensamento de Nascimento (2021), “A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.” E, para ela, essa relação de autorreconhecimento, de autodefinição é de fundamental importância para a compreensão da identidade de um determinado grupo. Da mesma forma, é fundamental compreender-se como é construída, também, uma identidade linguística, objetivo desta pesquisa.

Do ponto de vista linguístico, Livia Oushiro (2019, p. 309), em seu trabalho *Conceitos de identidade e método para seu estudo na sociolinguística*, afirma que a identidade “não é um atributo pessoal, muito menos uma posse; ela é um processo de criação de sentidos que deve ser ao mesmo tempo individual e coletivo”. Essa construção de sentido ocorre em uma dada cultura e a partir de um referencial ideológico, onde o indivíduo não possui um total controle. Afirma, assim, que um indivíduo não manipula de forma consciente a sua fala a todo momento, pois os traços linguísticos é uma construção coletiva que sobrepõem a ação individual. É pouco provável, conforme Oushiro (2019, p. 309), “que um indivíduo possa monitorar e manipular conscientemente cada traço linguístico de sua fala a todos os momentos; além disso, uma série de construtos sociais que servem de parâmetros identitários preexiste e ultrapassa o domínio da ação individual”.

Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2006), teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano, vem contribuindo com discussões em pesquisas na área de Sociolinguística a exemplo do trabalho organizado por Freitag (2015). Nesses trabalhos, vem-se utilizando com frequência acepções de identidade. Hall (2006) afirma que “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”. Hall (2006, p.71), contundentemente, pontua que essa identidade está “localizada no espaço e no tempo simbólicos”.

Hall (2006) fala de uma identidade ou cultura híbrida que é característica da modernidade tardia, fim do século XX, para entender esse novo tipo de cultura que produz também um novo tipo de identidade. Estão emergindo, em toda parte, “identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição* culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado” (Hall, 2006, p. 88).

Com isso, o autor defende que se tem uma falsa impressão de que, no mundo globalizado, as identidades vão desaparecer em alguns lugares ou por assimilação ou por homogeneização, ou mesmo, voltar as suas “raízes”. Assim, aponta movimentos contraditórios como “Tradição” e “Tradução” e, nesse sentido, aponta a “Tradução” como possibilidade de formação de identidade, aquelas formações [de identidade] que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Segundo Hall (2006),

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, por elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a um e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’ (e não a uma ‘casa’ particular). Hall (2006, p. 88-89)

Para Hall (2006), pessoas que pertençam a uma cultura híbrida são levadas a abrir mão de qualquer possibilidade de uma pureza de cultura ou de um absolutismo étnico, são o produto das *novas diásporas* criadas pelas migrações pós-coloniais e devem “aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”. E continua, ainda, afirmando que “as culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidades distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia” (Hall, 2006 p. 89).

O pensamento de Hall (2006) é importante para entender os quilombos de hoje e, em especial, o de Rio das Rãs. Muitos procuram nos atuais quilombos a representação das tradições ancestrais, sem levar em conta que a identidade é construída e reconstruída no caminhar da história sem, no entanto, deixar de preservar seus traços culturais anteriores, como bem retrata o autor.

Como, então, foi construída a identidade da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs? A partir de que elementos significativos? Há quem diga, a exemplo de Steil (1998), que essa identidade foi construída a partir da ritualização do conflito pela posse da terra, nos processos de negociações políticas, no palco dos órgãos governamentais e nas manifestações em praças públicas, seguindo o modelo das procissões e peregrinações religiosas e não em bases biológicas, cor da pele, em um fato de origem histórica. Os “rituais políticos” que ajudaram a comunidade a “elaborar sua identidade negra de forma positiva”. Levando a esses atores a reformularem positivamente sua memória, enquanto remanescente de quilombo. Os rituais passaram a

funcionar “como suporte para a construção de uma memória que se perdeu na nebulosidade de um tempo em que para sobreviver como negro e quilombola era precisa se tornar invisível” (Steil, 1998, p. 103).

Ao falarmos da caravana que houve em Brasília em maio de 1993, somos levados a retomar à ideia de “remanescente” que, em dado momento, foi interpretada como “sobra” ou “resto” (Silva, 2000). Essa caravana é apontada como o marco que permitiu a comunidade de Rio das Rãs a “reinterpretar e assimilar novos sentidos étnicos forjados através desta mobilização política” (Steil, 1998, p. 109). Esse novo significado desloca de uma concepção de remanescentes de quilombos que “está associado à ideia de resíduo histórico, parte de um passado que é preciso redimir” (Steil, 1998, p. 109) para construção de uma ideia de identidade, positiva, que estava sendo construída no presente.

Corroborando com esse posicionamento, encontramos também Miranda (2012), com pesquisa realizada sobre Rio das Rãs e Véran (1999). Por um lado, Miranda (2012) afirma que o conceito de quilombo não foi elaborado pela própria comunidade, mas, a partir das circunstâncias que estavam sendo vivenciadas pela comunidade, quando os membros se viram ameaçados em relação à perda das terras. Assumir uma identidade quilombola, dessa forma, era necessário para garantir legalmente o direito à terra. Com isso, a autora traz uma fala de D. Maria Zélia, moradora da comunidade, como demonstrativo: “Fiquei sabendo que ficou reconhecido como quilombo, né, do meu ponto de vista, pra mim foi grande coisa porque eu não sabia, a gente ficou sabendo depois”.¹⁵

Por outro lado, Véran (1999) também aponta a ameaça de perder a terra como o motor propulsor que levou a comunidade a “iniciar” sua identidade como uma comunidade negra quilombola. Isso porque a propriedade e a anterioridade da ocupação “implicou necessariamente a referência a um ordenamento tirado do passado, e conduziu as famílias a explicitarem, pelo exercício da memória, uma ligação entre o passado e a legitimidade da sua presença nessas terras” (Véran, 1999, p. 298).

Em diálogo com o que foi exposto nesta subseção e caminhado para a sua conclusão, trazemos as narrativas de 2 (duas) mulheres da Comunidade de Rio das Rãs:

(02) **DOC.:** A senhora morava na beira do rio? Como era?

FFSm3 RRr: Era. Eu morava na beira do rio. Lá na beira do rio, ai depois, que ... somo quilombola, entendeu? E era tudo da gente, mais, como o conflito do grileiro... eles exportou a gente como se a gente fosse uma carga de bicho por outro lugar, entendeu? Aí a gente foi, em primeiro lugar a gente foi. Quando ele derrubou as casa da gente.

¹⁵ Trecho de uma entrevistada realizada por Miranda em 20 de agosto de 2009.

FFSm3RRr: Então a gente chegou lá, aí *a gente* chegou e e e fiquemo lá e fui pra, pra plantar, era isso aí, eu era mulher e era homem, entendeu? Aí eu ia pra roça e ficava lá o dia todo, tinha que atravessar o rio, pegar a canoa de remo e remava, ia pra lá, ia cortar de foice, roça de enxada, capinar aqueles capinzão, (ININT) e quando eu não tinha, quem tinha bondade me dava uma coisa de comer pra mim dar meus filhos, né? Aí quando era um bando, *a gente* comia nós tudo, quando era pouco, comia só os meninos, sempre a mãe fica com fome pra dar pros filho.

ANSm2RRr: o meu esposo me ajuda muito assim em casa sabe, na tarefa de casa ele me ajuda, lá pa roça, mas eles me ajuda, se eu tiver doente, por isso não, ele limpa uma casa, ele cozinha, ele lava minha roupa, ele faz tudo. Quando a pessoa chegou aqui as vezes a pessoa ... ele já fez tudo, me ajuda muito, muito muito. Se ele pudesse ajudar mais assim ele ajudava, mas ele tem problema né de coluna, não pode sair pra trabalhar né, mas o que ele poder fazer ele faz.

Na fala de FFSm3 RRr, há a explícita identificação da informante como quilombola (*somo quilombola, entendeu?*). Ela também ratifica os conflitos pela posse da terra. (*E era tudo da gente, mais, como o conflito do grileiro... eles exportou a gente como se a gente fosse uma carga de bicho por outro lugar, entendeu?*).

Em ANSm2RRr, flagramos o engajamento entre homens e mulheres na divisão das tarefas quer seja no espaço público (roça), quer seja no espaço privado (casa), como em: *o meu esposo me ajuda muito assim em casa sabe, na tarefa de casa ele me ajuda, lá pa roça.*

Por um lado, optamos pelo reconhecimento da terra, identificação com ela e engajamento entre homens e mulheres na construção da identidade de pertencimento e de nação brasileira em espaço social e reconhecimento por meio de uma língua. Nesse caso, a língua portuguesa.

2.3 A mulher pós década de 70

Temos conhecimento de que, enquanto as mulheres da Europa e dos Estados Unidos já estavam lutando desde o século XIX por melhores condições de vida e de salários, reivindicando equiparações entre o salário de homens e mulheres, as mulheres brasileiras somente, a partir da década de 1970, é que passaram, de fato, a ingressar de forma mais efetiva no mercado de trabalho.

A esse respeito, Oliveira (2015) argumenta que “A mulher ainda se ocupa das atividades relacionadas aos serviços de cuidar, serviços domésticos (ser doméstica), comerciárias e uma pequena parcela na indústria e na agricultura” (Oliveira, 2015, p. 7-8). Já Schmidt (2015), que viveu a criação do movimento feminismo no Brasil nos anos 70 e 80, traz, em um capítulo

intitulado *O feminismo, ainda*¹⁶, alguns dos principais momentos quanto à construção do movimento feminista. Refere-se às reivindicações da população por democracia e condições mínimas de sobrevivência e cidadania, além, é claro, dos muitos desafios na proposição de uma prática feminista.

Um dos pontos discutidos que, nesse momento, também queremos ressaltar diz respeito ao público *versus* privado. Sob a legenda “O PRIVADO É POLÍTICO”, Schmidt (2015, p. 293) afirma que o feminismo dos anos 60-70 virou do avesso o senso comum de que “aquilo que acontecia na intimidade, na intimidade e no silêncio deviam permanecer.”

A autora expõe que, em nome da “privacidade”, situações como segredos das famílias permaneciam ocultos, sofrimento em silêncio de agressões e abandono vividos pelas esposas, repressão da sexualidade dos filhos e filhas. Daí, um dos pontos proposto pelo feminismo foi o rompimento definitivo da parede que ocultava o privado do público.

Outra contribuição do feminismo que merece destaque, ainda na perspectiva do rompimento dessa parede quanto ao privado e público, e que, em nossa pesquisa, merece ser sublinhado é sobre a hierarquia de saberes. Sobre isso, Schmidt (2015, p. 294) afirma que:

foi a importante virada epistemológica que promoveu, trazendo também para o campo do conhecimento a proposta de dar visibilidade ao pequeno, ao subalterno, aos temas cotidianos e privados que supostamente não mereciam atenção da teoria. Assim o corpo, a casa, a cozinha, a comida, o quarto, as ervas, os rituais, os pequenos ritos, tudo se tornou passível de investigação, abandonando-se pouco a pouco as hierarquias de saberes, bem como do que deve ou merece ser estudado.

Com o enunciado “NÃO ESTAMOS MAIS EM CASA”, Schmidt (2015) reúne inúmeros teóricos, pensadores que tratam do “sujeito”, a exemplo de Stuart Hall (2003)¹⁷ que, por sua vez, traz quatro pensadores decisivos no descentramento do sujeito, a saber, Marx (a sociedade), Freud (o inconsciente), Saussure (a linguagem) e Foucault (o poder). O quinto elemento de deslocamento do sujeito apontado é um movimento político: “Sim, é a partir do feminismo que nós vimos expulsos definitivamente da casa patriarcal, esse lugar onde reinou sozinho, por séculos, o sujeito moderno, racional, masculino, heterossexual, branco, ocidental” (Schmidt, 2015, p. 295).

¹⁶ Capítulo que integra o E-Book *Mulheres, Linguagem e Poder: Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira*, organizado pelas pesquisadoras Raquel Meister Ko. Freitag e Cristine Gorski Severo e publicado pela Blucher, 2015.

¹⁷ Teórico que também nos baseamos na análise do quilombola de Rio das Rãs.

E, se a perspectiva foi alterada de que “não estamos mais em casa”, mas passamos a estar “COM A CASA NAS COSTAS”, “A fronteira cruzada torna-se, assim, um lugar de perigo e estranhamento, mas também, ao mesmo tempo, um lugar potencial de autotransformação e de agenciamento de novas identidades” (Schmidt, 2015, p. 296).

Dadas as contribuições fluídas de Schmidt (2015) e acrescentado a noção de “corpo”, sob o enunciado “NOSSOS CORPOS, NÓS MESMAS”, é bom que afirmemos com a autora que se a casa em seu sentido material e simbólico se perde, em grande parte, no presente povoado pela ideia do trânsito, da viagem, da fronteira, do deslocamento, há entretanto uma dimensão irredutível da materialidade do sujeito que se desloca com ele, que lhe pertence e em lhe pertencendo, o define e constitui [o corpo].

Schwarcz (2019), por sua vez, chama a atenção para o final dos anos de 1970, pois esse momento é tido como aquele momento em que as mulheres deixaram o lugar social que lhes era predeterminado no Brasil, a saber, o da passividade ou do vitimismo e, a partir de movimentos organizados, passaram a reivindicar direitos e oportunidades iguais no trabalho, no lazer, dentro de casa e no espaço público.

Quanto à reivindicação de seus direitos e à equiparação entre homens e mulheres por melhores condições de vida, as mulheres no Brasil só passaram a fazê-lo a partir do final dos anos 70. O final desses anos é marcado pelo surgimento dos movimentos feministas e sindicais. O movimento sindical passou a assumir as lutas pelos direitos das mulheres. Nesse momento, e, na década de 80, surgiu a Comissão da Mulher Trabalhadora, na CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Entre outras questões, vale ressaltar a busca da igualdade jurídica pela mulher. Na Constituição de 1988, as mulheres no Brasil passaram a conquistar a igualdade jurídica. O homem deixou de ser o chefe de família e a mulher passou a ser considerada um ser tão capaz quanto o homem. Contudo, só a partir de 1990, é que as mulheres passaram a ter um nível educacional igual ou superior aos homens, em uma tentativa de superar os preconceitos do mundo do trabalho. Para isso, tiveram que mostrar que eram mais preparadas e com maior escolarização para ocupar cargos que antes eram ocupados apenas por homens (Oliveira, 2015).

Há quem diga que, apesar das diferenças sociais permanecerem até hoje, a distância a cada dia vem diminuindo, assim como os preconceitos sobre o trabalho das mulheres no Brasil e em muitos lugares do mundo. No entanto, condições de silenciamento, apagamento, opressão, invisibilidade, gênero, raça e classe - violência contra as mulheres no Brasil continuam gritantes. Além das condições mencionadas, feminicídio, genocídio, aborto e outros. Aspectos cada

vez mais alarmantes em contexto do século XXI a serem tratados adiante na subseção *A mulher na contemporaneidade*.

2.3.1 A mulher na contemporaneidade

Schwarcz (2019), em seu livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, procura examinar a origem do autoritarismo brasileiro, das desigualdades, a negação do preconceito racial, o racismo, o patriarcalismo, o mandonismo, a violência, a disparidade e a intolerância social. No capítulo 7 *Raça e gênero*, a autora, intentado apresentar um painel que bem represente a temática que dá nome ao capítulo, traz subtópicos que contemplam, entre outros aspectos, reflexões sobre: 01) *Violência e desigualdade de gênero e sexo*; 02) *Cultura do estupro, ou quando o príncipe não casa com a princesa*; e 03) *Feminicídio* e 04) *Pessoas LGBTQ: alvos diletos da política autoritária*.

Vimos, nesse capítulo, elementos que favorecem nossa discussão sobre a condição da mulher no Brasil, sobretudo, nos pontos 01, 02 e 03 quando a autora nos faz ver processos de opressão e retrocesso relacionados à raça e gênero. Ressalta que o termo violência no mundo contemporâneo também é aplicado para justificar um tipo de comportamento que privilegia a formação de grupos isolados em suas mídias digitais, separados por seus interesses e polarizados nas suas identidades, bem como expõe que o aumento da percepção social da igualdade, com a inclusão de novos sujeitos políticos, muitas vezes acaba por gerar insatisfação em setores da sociedade que tendem a considerar o outro como menos legítimo e dessa maneira lhe negam o direito a uma cidadania plena, condicionada pela diferença que ostentam.

Trouxemos alguns pontos sobre situações vividas por mulheres no Brasil, com objetivos de tomarmos essas situações como ponto valerosos para nossa discussão sobre o uso linguagem, do ponto de vista linguístico, observando, sobretudo, as situações vividas por essas mulheres, as situações voltadas às tentativas de formação dessas e, inclusive, pela falta dessa formação, formal e informal e, do ponto de vista linguístico, paira a pergunta da relação social e linguagem e as mulheres e implicação daquilo que elas escolhem: léxico, a estratégia para se “posicionar no mundo”, se de modo mais genérico ou mais restrito.

Deslocando nossa reflexão para questões de ordem social, até por compreendermos o quanto a relação linguagem e sociedade estão implicadas, e com nosso olhar postos às mulheres que justificaram nossa pesquisa até aqui, as mulheres negras, sobretudo, as quilombolas – objeto dileto da violência sexual – apresentamos as noções básicas que guiaram nossa pesquisa. Aliás, noções caras à sociolinguística: “sexo” e “gênero” por Schwarcz (2019):

O conceito de ‘sexo’ é regularmente utilizado para definir categorias inatas, dadas a partir da perspectiva da biologia: o feminino e o masculino. Já ‘gênero’ diz respeito aos papéis e às construções sociais que homens e mulheres optam por performar durante a vida. Em suma, sexo é uma categoria mais fixa, o resultado visível de diferenças anatômicas, enquanto o gênero ‘traduz o sexo’; é uma distinção socialmente construída e que ultrapassa a evidência biológica operada a partir de categorias binárias. Schwarcz (2019, p. 183-184)

Na presente pesquisa, optamos por usar o termo sexo, entendendo que, nas entrevistas que compõem o *corpus* de análise, os informantes foram estratificados, a partir da observação apenas de natureza biológica, em homem e mulher. Ressaltamos também que essas noções (sexo/gênero) estarão presentes nas seções 4 *Pressupostos Teóricos* e 6 *Entre Nós e A Gente*, que corresponde à análise dos nossos dados.

Continuando nosso propósito de observação dos aspectos da linguagem e sociedade, sob o foco do uso dos pronomes, escolhas que “aproximam”, “afastam”, “comprometem-se mais”, “comprometem-se menos”, denominam um único ser, aquele ser que fala ou um conjunto de seres, incluindo-se o que fala, de pessoas denominadas na singularidade “quilombola” linguagem e o corpo feminino, linguagem expressa na voz mulher contemporânea, mulheres quilombolas. Nesse lugar, falas de mulheres quilombolas que se fazem representar na constituição de identidade feminina quilombola de Rio das Rãs em sua comunidade de prática. Se inovadoras ou conservadoras, veremos na seção 6. Enquanto isso, sigamos para a subseção 2.3.2 *Mulheres no Brasil ao longo da história: uma história similar?*.

2.3.2 Mulheres no Brasil ao longo da história: uma história similar?

Se retroagirmos à história, e compreendermos as mulheres no Brasil Colônia até a década de 1970 (mulheres indígenas, negras e brancas), podemos afirmar que a condição dessas mulheres era de similaridade entre si ao se encontrarem em situação de inferioridade e de exploração. Sumariamente falando, eis as condições a que eram submetidas (Lacerda, 2010, p. 44):

- a) A mulher indígena é apresentada, nas palavras de Lacerda (2010), com múltiplos papéis dentro da sociedade brasileira colonial: abusadas sexualmente, exploradas como mulheres escravizadas, dotadas do nobre papel de mães de famílias de filhos considerados legítimos e ilegítimos.

Além disso, foram as responsáveis pela construção das primeiras gerações de brasileiros quando trabalhavam na roça e com os cuidados da casa e da família. Daí, provavelmente, a sociedade brasileira herdou, entre outras tantas questões, hábitos de higiene. Foram, também, junto com seu povo, vítimas do extermínio quando essa ação foi conveniente. Geraram, em seus ventres, os primeiros mestiços brasileiros.

- b) Com relação à mulher negra no Brasil, não diferenciavam muito da condição das mulheres indígenas: escravizada e duplamente explorada, econômica e sexualmente.

Lacerda (2010) é de opinião, também, de que toda a vida social do Brasil colônia se fundou em duas necessidades primárias do homem: o econômico e o sexual. Nesse sentido, as mulheres negras integraram-se a esse contexto através do seu trabalho escravo e das relações de família, no trabalho compulsório e na procriação de mão-de-obra e na satisfação dos desejos sexuais dos seus senhores.

A presença da mulher negra estava em todas as esferas da sociedade escravista brasileira, fosse no trabalho pesado dos canaviais, nas atividades domésticas da casa grande e na manutenção dos companheiros e filhos. Com a urbanização da sociedade brasileira, advinda principalmente com o Império, outras atividades foram agregadas como a de vendedoras de quitutes e doces.

De acordo com Schwarcz (2019), mulheres indígenas e negras, além de serem consideradas produtoras de riquezas – eram utilizadas na agricultura, na casa-grande, nas cidades e na mineração -, serviam a seus proprietários como instrumento de prazer e gozo. A violência do sistema como um todo encontrava um locus especial na sexualidade exercida pelos senhores na intimidade da alcova escravista.

Ainda em conformidade com Schwarcz (2019), vale dizer que a sensação de medo, a realidade do assédio sexual e do estupro não ficaram retidas, contudo, aos tempos do escravismo. Essas são questões que permanecem frequentes no momento presente, sendo possível verificar dados do Ipea, Atlas da Violência (2018), Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) e Ministério da Saúde (2016). Pesquisas a serem realizadas em outro momento. Enquanto isso, muito com fim de contextualização sobre os lugares ocupados pela mulher indígena, negra, lancemos o olhar à branca.

- c) A mulher branca era destinada ao casamento e, por isso, sob um rígido controle social e sexual. Inicialmente, no Brasil colônia, o número de mulheres brancas era muito reduzido, por isso, talvez, papéis vivenciados pelas mulheres indígenas e negras, participando em número maior na formação inicial da sociedade brasileira como já foi visto anteriormente.

A mulher branca, pertencente à elite, a senhora de engenho levava uma vida limitada à casa grande, muitas vezes não tendo contato nem mesmo com as visitas. cremos que isso explique a interpretação de Lacerda (2010) ao dizer que a mulher da casa grande vivia uma “submissão muçulmana diante dos maridos, a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-o de senhor” (Lacerda, 2010, p. 56). As poucas vezes que a mulher branca saía de casa era para as atividades religiosas, quando podia ter um contato visual com homens.

Um pouco diferente era a mulher branca que passou a viver nos centros urbanos e podia frequentar as festas de danças e músicas que eram destinadas a toda a família. Ainda assim, existem relatos que, na cidade do Rio de Janeiro, as mulheres pouco saíam de casa a não ser para a igreja, contudo, cobertas por lenços e véus. Diferentemente, as mulheres da classe popular tinham um convívio maior com os homens, pois a concepção de “honrar” não era tema de preservação entre as mulheres da classe popular.

Quanto à educação formal, também era diferente entre os homens e mulheres, pois, como afirma Lacerda (2010), havia um programa de estudo destinados aos homens e outro às mulheres. “E mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve. Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendiam latim e música” (Lacerda, 2010, p. 55).

Isso vai influenciar diretamente no papel ocupado pela mulher na sociedade. É o que aborda Amaral (2011), pesquisadora na área de Direito, ao afirmar que, no século XIX, a mulher estava ainda limitada ao espaço privado:

Logo o mercado de trabalho e a vida pública estavam com as portas fechadas para a maior parte das mulheres, pois, privadas de educação, não tinham qualificação suficiente para uma profissão, continuando confinadas ao lar. Amaral (2011)

Diante do que foi discutido até aqui quanto à situação das mulheres, vivida em diferentes épocas, importa ressaltarmos a compreensão, ainda, da mulher e o direito, ou seja, as mulheres frente à questão jurídica, o que teve início a partir do século XIX, com a Independência do Brasil, 1822, e da outorga da sua primeira Constituição em 1824. As relações entre homem e mulher no período anterior eram regulamentadas pelo que estabelecia a Igreja Católica para as relações sociais e, principalmente, conjugais.

A mulher e as questões jurídicas, com base em Schwarcz (2019) e fundamentos à “cultura do estupro”, cultura tida como um legado do passado, embora tão presente, cultura que

envolve não apenas o ato criminoso, mas também a negação e o silêncio, individual e coletivo. Essa “cultura do estupro” vai além e espraia-se também para/em uma “cultura do medo”.

2.4 A mulher e as questões jurídicas

Na verdade, a situação da mulher não mudou com a primeira Carta Magna (1824). Quanto a isso, Amaral (2011) sustenta-se no artigo 179, inciso XIII, quando é declarado que todos seriam tratados de forma igual perante a Lei, tanto nas recompensas como nos castigos. No entanto, o que se observa é que, nas Leis posteriores, na maioria das vezes em que é feita referência à mulher, esposa, filha ou viúva é, a rigor, para restringir, proibir, apresentá-la como inferior ou subjugá-la de outrem ou de direitos (Amaral, 2011, p. 3).

Um notório exemplo disso é o Código Comercial que foi estabelecido pela Lei 556 de 25 de junho de 1850 que, em seus artigos 1º e 37, preconizam que:

Art. 1 – Podem comerciar no Brasil:

1 -

2 -

3 -

4 – As mulheres casadas maiores de 18 (dezoito) anos, com autorização de seus maridos para poderem comerciar em seu próprio nome, provada por escritura pública. (...)

Art. 37 – Não podem ser corretores:

1 - Os que não podem ser comerciantes;

2 – as mulheres;

Isso coaduna mesmo com o que é dito por Amaral (2011), pois, apesar de a maioridade civil nesse período ser adquirida aos vinte e um anos de idade, principalmente, após o casamento, em relação à mulher, essa incapacidade era prolongada mesmo após o casamento quando essa era submetida ao poder do marido. Mas é bom ressaltar que essa incapacidade da mulher não era para todas, pois viúvas e solteiras, a partir dessa idade, eram emancipadas.

Quanto aos artigos 250 a 252 do Código Criminal de 16 de dezembro de 1830, onde há menção ao crime de adultério, encontra-se que é punido em igualdade homens e mulheres. No entanto, é de amplo conhecimento, na prática, que homens não eram punidos ao cometerem adultério. Observemos os artigos:

Art. 250. A mulher casada, que commetter adulterio, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a tres annos. A mesma pena se imporá neste caso ao adultero.

Art. 251. O homem casado, que tiver concubina, teúda, e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente.

Art. 252. A accusação deste crime não será permittida à pessoa, que não seja marido, ou mulher; e estes mesmos não terão direito de accusar, se em algum tempo tiverem consentido no adulterio.

Dando continuidade, cabia ao homem também a responsabilidade pela administração do patrimônio da família, somente na falta desse é que a viúva passava a assumir o patrimônio.

Vemos, no século XX, o que trata o Código Civil de 1916 em seus artigos 242 e 243:

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

I - praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235);

II - alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, II, III e VIII, 269, 275 e 310);

III - alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV - aceitar ou repudiar herança ou legado;

V - aceitar tutela, curatela ou outro múnus público.

VI - litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados no arts. 248 e 251.

VII - exercer a profissão (art. 233, IV)

VIII - contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

Art. 243. A autorização do marido pode ser geral ou especial, mas deve constar de instrumento público ou particular previamente autenticado.

Essas limitações não estavam apenas na administração dos bens, mas, também, no exercício da atividade profissional, conforme está descrito no parágrafo único do artigo 243 do referido código.

Parágrafo único. Considerar-se-á sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupar cargo público, ou, por mais de 6 (seis) meses, se entregar a profissão exercida fora do lar conjugal.

As mulheres no Brasil só passam a ter seus direitos reconhecidos a partir da Lei nº 4.121/62 (*Estatuto da Mulher Casada*) quando, então, deixaram de ser consideradas civilmente incapazes e adquirem o direito de comercializar.

Antes disso, com o Código Eleitoral de 1932, as mulheres passaram a ter o direito de participar das eleições e, assim, passaram a ter direito ao exercício do voto aos vinte e um anos de idade. Com a Constituição Federal de 1934, a idade foi reduzida para dezoito anos. Foi com

a Constituição de 1988, porém, que as mulheres passaram a adquirir a igualdade de direitos frente aos homens. Isso está expresso no artigo 5º no seu inciso primeiro que possui a seguinte redação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

A referida Carta Magna acrescenta outros direitos que tratam de forma igual homens e mulheres como é o exemplo dos artigos 7º, inciso XVIII, 183, 189, 201 inciso V, e 226, parágrafo 8º, que tratam da licença maternidade, beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária, pensão por morte e os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal, principalmente no que se refere à agressão contra a mulher.

Além da Constituição em vigor, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Magistrada brasileira, Ministra do Superior Tribunal Militar (STME) desde 2007, primeira mulher, em 206 anos, a assumir o STME, destaca que outras leis posteriores, infraconstitucionais, passaram a garantir às mulheres outros direitos como foram os casos do novo Código Civil que trouxe mudanças substanciais na situação feminina; a Lei nº 8.930/94, que incluiu o estupro no rol dos crimes hediondos; a Lei nº 9.318/96, que agravou a pena dos crimes cometidos contra a mulher grávida; a Lei nº 11.340/06 – a Lei Maria da Penha – que penaliza com efetividade os casos de violência doméstica e a da lei do feminicídio – a Lei nº 13.104, 9 de março de 2015 (Rocha, 2018) E, com relação à participação nas eleições, a Lei nº 9.504/1997 no artigo 10, parágrafo 3º, que, por sua vez, garante às mulheres 30% das vagas para as disputas eleitorais.

Apesar dos avanços legais conseguidos, principalmente na Constituição de 1988, ainda há um caminho longo a ser percorrido para que as diferenças jurídicas sejam superadas. Não apenas no aspecto jurídico em si, mas, sobretudo, em questões práticas, em termos do exercício desses ganhos.

Com a Seção *A Mulher no Contexto Social do Brasil*, buscamos, por meio de uma discussão sobre o tema mulher, contextualizarmos as nossas informantes e o espaço que elas ocupam hoje a partir das histórias de lutas vividas pela mulher ao longo dos tempos, em especial considerando a mulher negra no país. Dessa forma, o nosso esforço, nesse primeiro momento, foi o de esboçar o real significado de ser mulher no Brasil, considerando as particularidades,

ainda, do que é ser mulher negra no Brasil e, sobretudo, do que é ser mulher negra e quilombola no Brasil.

Realizado esse percurso sócio-histórico, sentimo-nos mais à vontade para entendermos o uso linguístico que a mulher negra e quilombola realiza em suas interações.

3 USO DO PRONOME *A GENTE*: DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

*A gente pensa que aqui tá difícil mas fora é mais difícil ainda,
porque a gente tem que passar por muita, muita luta, sabe?*
(IRSmIRr)

Intentando descrever e analisar padrões de uso do pronome *a gente* na fala da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, tomamos como objetivo geral definir e explicar padrões de usos gramaticais (alternância dos pronomes pessoais *a gente* e *nós*) nessa comunidade. Para isso, recorreremos, inicialmente, a (1) dicionários de Língua Portuguesa e especializados; e (2) gramáticas (prescritivas e descritivas).

As referências advindas de dicionários e gramáticas favorecem à compreensão do fenômeno linguístico. Quanto ao suporte de teorias linguísticas, além dessa contribuição mencionada, ajuda-nos a descrever, analisar e explicar dados de fala de uma determinada comunidade e estabelecer, mediante análise dos nossos dados, quais são as variáveis linguísticas e extralinguísticas relevantes para a descrição e interpretação do fenômeno em estudo. Nos dicionários e demais suportes, já explicitados, buscamos apreender a compreensão e o posicionamento dos autores quanto à definição e ao emprego dos termos *pronome* e *pessoa gramatical* para, posteriormente, descrevermos o fenômeno de análise linguística da alternância do pronome *a gente* por nós escolhido para esta pesquisa de cunhos sociolinguístico, funcionalista e com apoio dos estudos sócio-históricos (Mattos e Silva, 2004; Lucchesi, 2000).

3.1 Dicionários

Discutimos, nesta subseção, inicialmente, sobre os termos pronome, pessoa gramatical e, em seguida, especializamos a busca no pronome *a gente* a partir de acepções de dicionários.

3.1.1 Por um significado de pronome

Nesta subseção, trazemos autores e organizadores de dicionários como Bluteau (1789)¹⁸, Cunha (2010), Ferreira (2009), Houaiss *et al.* (2009), Borba (2004), Dubois *et al.*

¹⁸ SILVA, Antonio de Moraes, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. **Diccionario da lingua portugueza** composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K). 752 p. Editor: Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789 e SILVA, Antonio de Moraes, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre Rafael Bluteau**, reformado, e accrescentado por Antônio

([1973]/2004), Crystal (2000), Câmara Júnior (1977), não necessariamente nessa ordem, a fim de verificarmos acepções de verbete como *pronome*, *pessoa gramatical* e *a gente*, conforme mencionamos.

Na perspectiva etimológica, em seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Cunha (2010) afirma ser o pronome um substantivo masculino. No que tange à gramática, o filólogo define pronome como a “palavra que substitui o substantivo, ou que o acompanha para tornar-lhe claro o significado XVI. Do lat. *prōnōmen – ĩnis* || **pronominado XX** || **pronominAL** 1813. Do lat. *prōnōmĩnālis*” (Cunha, 2010, p. 525, grifos do autor). Nesse sentido, podemos observar aspectos básicos do pronome apontados por Cunha (2010) por meio do emprego de verbos usados pelo autor, como “substituir” ou “acompanhar” o substantivo com uma finalidade específica (“tornar-lhe claro o significado”).

Para Houaiss *et al.* (2009), no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, e para Cunha (2010), o pronome possui a mesma definição e a mesma datação em relação ao século XVI (1540). Para Houaiss *et al.* (2009)¹⁹, tanto do ponto de vista da linguística quanto da gramática, pronome é a palavra que representa um nome, um termo usado com a função de um nome, um adjetivo ou toda uma oração que a segue ou antecede (Houaiss *et al.*, 2009, p. 1560). De acordo com esse dicionário, podemos falar em pronome adjetivo, demonstrativo, de tratamento, indefinido, interrogativo, pessoal, possessivo, relativo e substantivo. Ressaltamos, no entanto, que nosso foco para essa pesquisa está voltado para a especificidade do pronome pessoal *a gente* em função de sujeito em alternância com *nós*.

Por um lado, Cunha (2010) chama a atenção para o fato de o pronome ser a palavra que substitui o substantivo ou que o acompanha, e, como já foi destacado, com a finalidade explícita desde o século XVI que seria o de tornar-lhe claro o significado. Diferentemente de Houaiss *et al.* (2009) que, além de definirem o pronome na condição de palavra que representa um nome, um termo, destacam o uso da palavra [pronome] quanto à função: “sendo essa palavra usada com a função de um nome, um adjetivo ou toda uma oração que a segue ou antecede” (Houaiss *et al.*, 2009, p. 1561). Além disso, Houaiss *et al.* (2009) definem nove tipos de pronome já explicitados. Entre eles, ressaltamos apenas um, por interesse desta presente pesquisa, como já foi mencionado: “**p. pessoal** GRAM pronome que serve para substituir as pessoas, que são três:

de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. (Volume 2: L - Z). 541 p. Editor: Lisboa Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Acesso em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>>. 26 de julho de 2022.

¹⁹ Justificamos a contribuição de Houaiss *et al.* (2009) em proximidade à Cunha (2010) por semelhança de perspectivas de apresentação, apreciação do fenômeno (fundamentos etimológicos).

a primeira, a que fala (*eu, nós*); a segunda, com quem se fala (*tu, vós*); e a terceira, de quem se fala (*ele, ela, eles, elas*)” (Houaiss *et al.*, 2009, p. 1561, grifo do autor).

Sem maiores detalhamentos e com ênfase no discurso e no ato da comunicação, Borba (2004) afirma, no *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*, ser o *pronome* um substantivo masculino, palavra que se refere a um termo utilizado no discurso ou que representa um participante do ato de comunicação, seres ou objetos presentes no momento da fala.

Apresentadas noções de pronome e, conseqüentemente, pessoas pronominais em dicionários da língua portuguesa de acordo com Cunha (2010), Houaiss *et al.* (2009) e Borba (2004), trazemos, sob o ponto de vista linguístico, definições sobre pronome em dicionários especializados, portanto, de abordagem linguística.

Apontamos que Dubois *et al.* ([1973] /2004, p. 489), no *Dicionário de Linguística*, trazem diferentes destaques para o pronome quando afirmam que existem palavras, em todas as línguas que

se empregam para reenviar a ou substituir uma outra já utilizada no discurso (emprego anafórico), ou para representar um participante na comunicação, um ser ou um objeto presentes no momento do enunciado (emprego dêitico). Conforme os contextos, a palavra substituída pode ser qualquer nome (de onde ‘pronome’), mas também pode ser um adjetivo como em *Tu és corajoso? – Sim, eu o sou*, ou mesmo uma frase em *Vais escrever à tua mãe? – Pretendo fazê-lo*. Esta é a razão pela qual tendemos a denominar os pronomes de substitutos.

Ressaltamos que, nessa acepção, Dubois *et al.* (2004) fazem referência à pronome, relacionando-o à existência de determinadas palavras, não em uma língua específica, mas em todas as línguas que são empregadas para “reenviar a”, para “substituir”.

Pensando-se no termo “reenviar” e sua significação²⁰, podemos verificar que o pronome, na acepção de Dubois *et al.* (2004), funciona por meio de movimentos em direção a algo conhecido. Daí a possibilidade de substituir ou reenviar, com vistas a determinada palavra, assim, nesses termos, a pessoa gramatical em seus usos anafóricos e dêiticos e, até mesmo, a frase pode ser substituída ou reenviada.

²⁰ Palavra que nos leva ao prefixo latino “re-”. Assim, fazemos uma retomada a Houaiss *et al.* (2009, p. 1615): “re- *pref.* Do lat. re- ‘movimento para trás ou em sentido contrário; repetição’” e -*enviar*. Ainda por Houaiss *et al.* (2009), “enviar”, “v. (1188-1230) 1 t.d. bit. Fazer seguir (algo) [ao endereço de]; despachar, endereçar, expedir, remeter 2. Fazer chegar (alguém ou algo) a; mandar (alguém ou algo) para; encaminhar, conduzir 3. Arremessar, atirar (algo) contra (alguém ou algo); desfechar, lançar. *Pron.* Lançar-se contra; atacar. GRAM a respeito da conjugação deste verbo -*iar*. ETIM lat. tar. *Invio,as,ãvi,atum,ãre* ‘andar sobre, percorrer’” (Houaiss *et al.*, 2009, p. 1615, 777).

Em outras palavras, Dubois *et al.* ([1973] /2004) destacam os usos anafóricos e dêiticos dessas palavras. Ressaltam ainda que, de acordo com sua natureza, sua função na frase e seu sentido, a gramática tradicional distingue os pronomes pessoais dos demais: possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos e interrogativos. Quanto à discussão realizada acerca das *pessoas pronominais*, existem aspectos que merecem observações a seguir explicitadas. Segundo Dubois *et al.* ([1973] /2004),

A definição tradicional do pronome permitiria a inclusão aí dos ‘nomes próprios’: na frase *João veio*, o pronome João funciona no lugar de um nome como *um homem*, sem que seja, ele próprio, um subst. comum. É a razão pela qual, no que concerne aos pronomes pessoais, os linguistas distinguiram, de um lado, a categoria dos ‘pronomes pessoais’ propriamente ditos (3ª pessoa do singular e do plural) e, de outro, a dos ‘pronomes pessoais’ (pronomes de 1ª e 2ª pessoas do singular e do plural na gramática tradicional) que desempenham o papel de nomes próprios. (Dubois *et al.*, [1973] /2004, p. 489).

Do ponto de vista da gramática tradicional, Dubois *et al.* ([1973] /2004) afirmam que esses pronomes [pessoais] são diferentes conforme substituam o nome do que fala, daqueles entre os quais se encontra o que fala, daquele a quem se fala, ou daqueles entre os quais se encontra o ser a quem se fala, ou, enfim, daquele ou daqueles que não falam e a quem não se fala. Com essa afirmação, uma reflexão acerca da definição de pronome vem à tona, devido ao elenco de *pessoas* (1ª, 2ª e 3ª) mencionadas, sendo a 3ª pessoa do singular e do plural consideradas pronome pessoal propriamente dito pelos linguistas (Dubois *et al.*, [1973] /2004, p. 489).

A afirmação de Dubois *et al.* ([1973] /2004) leva-nos a uma definição apresentada por Benveniste (2005), quando o linguista discutiu sobre *estrutura das relações de pessoa no verbo* e chamou-nos a atenção sobre o verbo, sendo este [o verbo], com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria de pessoa. Nessa perspectiva do verbo, Benveniste (2005, p. 247) destaca que:

Em todas as línguas que possuem um verbo, classificam-se as formas da conjugação segundo a sua referência à pessoa, constituindo a enumeração das pessoas propriamente a conjugação; distinguem-se três no singular, no plural e eventualmente no dual.

Tendo em vista essa afirmação e, também, algumas observações sobre o uso do verbo, a exemplo de línguas nas quais a expressão da pessoa é susceptível de faltar ao verbo, como a

coreana, por exemplo, em que as principais distinções verbais são de ordem social²¹, e tomando como base um estudo realizado por G. R. Ramstedt, afirma Benveniste (2005) que:

as formas são diversificadas ao extremo segundo o nível do sujeito e do interlocutor e variam segundo se fale a um superior, a um igual ou a um inferior. O falante apaga-se e prodiga as expressões impessoais; para não sublinhar indiscretamente a relação das posições, contenta-se frequentemente com formas indiferenciadas quanto à pessoa, que só o sentido afiado das conveniências permite entender corretamente. (Benveniste, 2005, p. 249)

Além disso, Benveniste (2005) nos esclarece quando as chamadas pessoas pronominais estão em discussão, uma vez que, para ele, a pessoa só é própria às posições “eu” (1ª pessoa) e “tu” (2ª pessoa), sendo a 3ª pessoa a forma não pessoal da flexão verbal. A terceira pessoa, portanto, “foi conformada às duas primeiras por razões de simetria e porque toda forma verbal indo-europeia tende a pôr em relevo o índice de sujeito, o único que pode manifestar. Temos aqui uma irregularidade de caráter extremo e excepcional” (Benveniste, 2005, p. 252-253). Conforme esse autor, compreendemos que a 3ª pessoa “ele/eles, ela/elas” pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, e compreendemos, sobretudo, que é considerada como a não-pessoa.

Vejamos, no *Dicionário de Linguística e Gramática*, como Câmara Júnior (1977), fundamentado em Said Ali [197-?], define pronome:

‘Palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-se apenas como pessoa do discurso’. (Ali, s.d. A., 91). Assim: 1) como substantivo (v.), denotando o “ente”, não dá a sua significação intrínseca, decorre de certas propriedades, como acontece com o nome substantivo, mas o indica extrinsecamente pela sua situação no espaço (v. dêixis) ou por anáfora (v.) no contexto; 2) como adjetivo (v.) referindo-se ao “ente”, não o qualifica por algumas de suas propriedades, como acontece com o nome adjetivo, mas o determina deiticamente ou anaforicamente, isto é, pela sua situação no espaço e no contexto. (Câmara Júnior, 1977, p. 201)

Observamos que, para Câmara Júnior (1977), a indicação característica do pronome é sempre em função da pessoa gramatical ou do discurso, cabendo ser distinto à medida que: a) designa diretamente uma das pessoas gramaticais; b) referem o ser como “posse” de uma delas;

²¹ Afirmação de Benveniste (2005, p. 249), com base em G. J. Ramstedt, *A Korean Grammar*, p. 61. Apesar dessa valorosa contribuição, Benveniste (2005) destaca também que G. J. Ramstedt erigiu um hábito em regra absoluta e, até porque, o coreano possui uma série completa de pronomes pessoais que podem entrar em jogo.

c) indica o ser do ponto de vista de uma delas; e d) faz do ser uma indefinida 3ª pessoa gramatical.

Ainda com base em Câmara Júnior (1977), ao contrário dos nomes, os pronomes constituem sistemas fechados de oposições, que podem ser apresentados totalmente na gramática descritiva e, assim, são estudados na morfologia. Por isso, há o problema de decidir se os radicais dos pronomes correspondem a semantemas ou a morfemas. Reportam-se ao ambiente bi-ossocial como sucede com o semantema, mas essa referência é feita na base da estruturação gramatical da língua, como também acontece com o morfema categórico. Desse modo, para o linguista, o pronome deve ser considerado um vocábulo gramatical, participante da gramática, ao lado do vocábulo lexical (nome ou verbo), participante do léxico (Câmara Júnior, [1997] /2007).

Além de Câmara Júnior ([1997] /2007), Crystal (2000), em consonância quanto à categoria de “conjunto fechado”, define pronome como “termo usado na classificação GRAMATICAL das PALAVRAS, para caracterizar conjuntos FECHADOS de itens que podem ser usados para substituir um SINTAGMA NOMINAL (ou um SUBSTANTIVO)” (Crystal, 2000, p. 212, grifos do autor).

De acordo com Crystal (2000, p. 212), “há muitos tipos de pronomes, com terminologia variando de gramática para gramática”. O linguista chama a atenção para os pronomes pessoais, *eu, tu, me* etc. em formas de sujeito (caso reto) ou de objeto (caso oblíquo) e conclui dizendo que: “a explicação gramatical da distribuição dos pronomes em uma língua é, em geral, bastante complexa. Muitas vezes, a noção é debatida com referência às concepções mais gerais de PRO-FORMA e DÊIXIS” (Crystal, 2000, p. 212). Como vimos, podemos, assim, nos reportar ao pronome pessoal *nós* em variação com *a gente* no Português no Brasil, observando a relação da primeira pessoa plural *nós* e *a gente*, sendo este último comportando-se como pronominal de primeira pessoa do plural e atentando-nos à função de substituição (pro-forma) ou de reenvio (dêixis), já citadas em nesta subseção.

Com as definições aqui elencadas, apontamos acepções de pronome a partir de diferentes perspectivas (dicionários da língua portuguesa e dicionários especializados), cabendo-nos, então, refletir, mormente, sobre o uso do pronome *a gente* na função de sujeito ou para além dessa função, buscando relacionar, inclusive, à noção de pronome, definição de pessoas gramaticais e, especialmente, como essas noções e registros são efetuados na tradição gramatical e como se dá a realização do pronome *a gente* ocupando o lugar de *nós* na comunidade de fala em questão.

Dáí, inclusive, a importância de definições e discussão acerca da *pessoa* gramatical vinculada a dicionários e visão na perspectiva das gramáticas. Inicialmente, das de tradição gramatical e, posteriormente, das descritivas, com abordagens linguísticas. Versando sobre as definições de pronome já apresentadas e pessoa, na próxima subseção, seguimos nosso raciocínio quanto ao funcionamento do morfema de plural *-mos* (marca de PPP) e, no caso do *a gente*, observamos, nas amostras, a marcação ou não da terceira pessoa e, assim, a direção quanto ao fenômeno de variação e mudança linguística.

3.1.2 Pessoa gramatical

No campo etimológico, Cunha (2010, p. 493, grifos do autor) define **pessoa** como “*sf.* ‘homem ou mulher’ ‘personagem’ | XIV, *persoa* XIII, *pessôa* XIII, *persôa* XIV | Do lat. *Pērsōna* -ae || DESPERSONAL.IZAR XX || IM**pesso**AL.IDADE XX||IM**pesso**AL 1844. Do lat. *Impersōnālis* || **pesso**AL| *pessoões* pl. XV | Do lat. tard. *personalis*. Cp. PERSONAGEM”²².

Em dicionários de língua portuguesa, no dicionário de Borba (2004), o verbete *pessoa* [s.f.] é definido enquanto criatura humana, figura dramática de uma peça ou filme; *personagem* e outros significados. Para este estudo, realçamos *pessoa* definida como “3 (*Gram*) categoria de cada um dos dois participantes do discurso – o que fala (1ª p) e o que ouve (2ª p) – e do tema, ou assunto (3ª p)” (Borba, 2004, p. 1068).

Dubois *et al.* ([1973]/2004) e Borba (2004) evidenciam a categoria de dois participantes do discurso (1ª e 2ª pessoas), no entanto, Borba (2004), diferentemente de Dubois *et al.* ([1973]/2004), ao denominar a 3ª pessoa relaciona-a apenas como tema ou assunto, independentemente se se trata de *pessoa* ou objeto.

Para Houaiss *et al.* (2009, p. 1483), *pessoa* pode ser definida como “s.f. (sXIII) **1** indivíduo considerado por si mesmo; ser humano, criatura **2** indivíduo notável, eminente; *personagem* **3** caráter particular ou original que distingue alguém; individualidade”. Além disso, os filólogos apontam para a perspectiva da gramática e da linguística:

4 [...] categoria linguística, ligada esp. a verbos e pronomes, que mostra a relação dos participantes do ato de fala com o(s) participante(s) do acontecimento narrado [...] **5** [...] • **primeira p.** GRAM LING aquele que fala; locutor, falante • **segunda p.** GRAM LING aquele a quem se fala; interlocutor • **ser a**

²² Pudemos observar, em Cunha (2010), variáveis de ordem fonético-ortográfico, ao longo dos tempos, quanto ao termo *pessoa* nos séculos XIII e XIV [*persoa* < *pessôa* e *persôa*] e uma forma plural no século XV [*pessoões*].

segunda p. de ser o auxiliar mais importante de • **terceira p.** GRAM LING aquele ou aquilo de que se fala ◦ ETM lat. *Persōna*, *ae* ‘máscara de teatro’ ◦ criatura, indivíduo ◦ COL bando, gente, hoste, magote, massa, multidão, pessoal, povo, turma (1483)] (Houaiss *et al.*, 2009, p. 1483, grifos do autor).

Para além de Borba (2004), Houaiss *et al.* (2009) apresentam a 3ª pessoa como ser humano em sua individualidade e, por questões óbvias, apresentam, também como coisa, objeto. Seguindo para uma abordagem em dicionários especializados (linguística), Dubois *et al.* ([1973] /2004), em seu *Dicionário de Linguística*, afirmam que:

Pessoa é uma categoria gramatical que se funda na referência aos participantes da comunicação e no enunciado produzido. A situação de comunicação é definida pela relação entre o falante que enuncia e um outro falante a quem este enunciado é dirigido, para que, por seu turno, ele dê uma resposta: ‘eu te digo que’ (comunicação intersubjetiva). (Dubois *et al.* [1973] /2004, p. 467).

Desse modo, Dubois *et al.* ([1973] /2004) seguem sua exposição com foco no que chamaram de campo compreendido como “comunicação, ou intercâmbio verbal” e implicação quanto aos participantes dessa e enunciado produzido. Podemos destriçar o pensamento desses autores da seguinte forma:

- 1) Um falante (primeira pessoa). Essa pessoa é também denominada de “eu” ou “ego”, considerada o centro da comunicação (egocêntrico).
- 2) Um interlocutor ou alocutor (segunda pessoa), o “tu” e um objeto enunciado (aquilo de que se fala), o “ele” (terceira pessoa).

Desse modo, clarificam que “a distinção é primeira entre o ‘ego’ e o que não é ‘ego’, entre o interlocutor que, na intercomunicação verbal pode, por seu turno, tornar-se um falante, e aquilo que constitui o objeto da comunicação (pessoas ou coisas)” (Dubois *et al.*, [1973] /2004, p. 467). Os autores destacam que a primeira e segunda pessoas remetem a seres humanos e se exprimem pelos nomes pessoais, cujas propriedades semânticas e sintáticas são próximas das dos nomes próprios: eles são indeterminados (se referem aos participantes da comunicação, podem designar não importa qual pessoa), definidos (ao implicarem um falante definido, eles supõem a presença de um artigo definido, subjacente, expresso em certos casos). A terceira pessoa, segundo eles, que se refere aos seres ou objetos do mundo, expressa-se pelos pronomes pessoais cujas propriedades semânticas e sintáticas são próximas daquelas do sintagma nominal, que constitui a frase e que é ele próprio uma terceira pessoa. Nas palavras de Dubois *et al.* ([1973] /2004, p.468), “os nomes pessoais e os pronomes pessoais podem ser reunidos numa mesma categoria pelas gramáticas sob o nome de *pronomes pessoais*”.

Supomos que seja importante para compreensão e análise de nossos dados, destacar que, de acordo com Dubois *et al.* ([1973] /2004), a pessoa se manifesta na categoria verbal pelas marcas de concordância com a pessoa do sujeito. Além disso, os autores ressaltam que “alguns fenômenos da sintaxe, próprias a certas línguas, fazem com que as marcas verbais da pessoa sejam as únicas a aparecer nas frases, como, em geral, no latim, e no português, ou, no francês, no imperativo” (Dubois *et al.*, [1973] /2004, p. 468).

Dado destaque à comunicação, Dubois *et al.* ([1973] /2004) afirmam que essa comunicação implica também um julgamento feito pelo falante acerca da relação social que ele, o interlocutor, estabelece entre si e seu interlocutor

a comunicação tem um estatuto: quando o falante define uma distância social entre si e o alocutário (em francês, a diferença entre *tu* e *vous*, singular; no português, a diferença entre *você* e *senhor*) e entre si e seu enunciado (valores pejorativo, melhorativo, neutro, etc., em relação aos seres e coisas se fala: em latim, a diferença entre *iste* e *ille*); em certas comunidades socioculturais fortemente diferenciadas, os sistemas de pessoas podem ser relativamente complexos (Dubois *et al.* [1973]/2004, p. 468).

Consideramos relevante, por acrescentar aos já ditos, o posicionamento de Dubois *et al* (2004 [1973]) quanto à interpretação “ego” e o que “não é ego” conjugada à noção de “turno” e objeto da comunicação relacionada à 3ª pessoa (pessoa ou coisa).

Câmara Júnior (1977), já na década de 70, contribuiu com a definição de pessoa gramatical ao abordar sobre a indicação mórfica das pessoas: a) do falante – primeira (1ª); b) a do ouvinte - segunda (2ª); e c) de tudo que distinto de ambas, feita numa enunciação linguística - a terceira (3ª), fora do eixo “falante – ouvinte”, suscetíveis de um plural. O linguista mostra que as formas verbais do português expressam a pessoa gramatical do sujeito, mediante desinências pessoais de que resultam seis formas distintas para cada tempo verbal – 1ª, 2ª e 3ª do singular e 1ª, 2ª e 3ª do plural (Câmara Júnior, 1997, p. 191).

Ressaltamos que, na definição apresentada por Câmara Júnior (1977), é chamada a atenção para a significação dêitica dos pronomes, baseada na distinção das pessoas gramaticais, que são diretamente indicadas pelos pronomes pessoais, a que se relacionam os pronomes possessivos. Não deixando de lado, também, o fato de que a correlação rígida entre a forma verbal ou pronominal e a pessoa gramatical respectiva é *perturbada* pelo tratamento indireto, pelo qual em português um ou mais ouvintes são indicados por formas de 3ª pessoa, bem como por uma

convenção, de ordem social, que consiste em uma pluralização na indicação do falante ou do ouvinte (Câmara Júnior, 1977)²³.

Crystal (2000), em seu *Dicionário de Linguística e Fonética*, define que pessoa é uma categoria usada na descrição gramatical para indicar a natureza dos participantes de uma situação. Os contrastes são dêiticos e remetem diretamente às características da situação do enunciado. As situações de pessoas, em geral, são marcadas no verbo e/ ou nos pronomes associados (pronomes pessoais). Para o autor, geralmente, o contraste se faz em três pessoas: primeira pessoa, em que o falante se refere a si mesmo ou a um grupo em que ele si inclui (eu, nós); a segunda pessoa, em que o falante se refere à pessoa a quem está se dirigindo (você, tu, vós); e terceira pessoa, em que ele se refere a outras pessoas ou coisas [ele, ela, eles, elas, *it* do inglês] (Crystal, 2000).

Na abordagem de pessoa gramatical efetuada por Crystal (2000), fica explícito que outras distinções formais nas línguas podem ser feitas, a exemplo do

nós ‘inclusivo’ ou ‘exclusivo’ (falante, ouvinte e outros X falantes e outros, mas não o ouvinte); FORMAL (ou ‘honorífico’) X informal (ou ‘íntimo’), como *vous* e *tu* no francês; masculino X feminino; definido X indefinido (cf. *one* em inglês, *se* em português) e assim por diante. Existem ainda diversos usos estilisticamente restritos como nos usos especiais de *nós* (plural de modestia) (Crystal, 2000, p. 201).

Crystal (2000) diz, ainda, que outras classes de palavras também podem mostrar a noção de pessoa, como os pronomes reflexivos e possessivos em inglês ou português: *myself*, *my*, *meu*, *se*, etc. As construções verbais sem contraste de pessoa, e que, geralmente, aparecem na terceira pessoa, são chamadas de impessoais, existindo, em algumas línguas, o contraste com o obviativo.

Realizado esse levantamento quanto a definições sobre *pronome* e *pessoa gramatical* a partir de dicionários na língua portuguesa e especializados (linguística, filologia e etimologia), podemos, nesta parte de nosso estudo, refletir sobre definições de pronome aliadas à ideia de pessoa gramatical do pronome e suas implicações quanto a essas categorias com vista aos falantes da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs em comparação a outras comunidades de fala.

Na sequência, trazemos registros e definições acerca do pronome *a gente*, foco do nosso estudo, incluindo-se, nessa tentativa, o verbete *nós*, observando, além de registro e definições,

²³ Consultar também verbete *pessoais* e *pronomes* (Câmara Júnior, 1977, p. 192-193).

quais correlações são feitas ao pronome *a gente* e ao pronome canônico *nós* nos dicionários consultados. Para tanto, usamos autores como Bluteau (1789), Aulete (1964), Borba (2004), Ferreira (2009) e Houaiss *et al.* (2009). Justificamos o uso desses dicionários para que pudéssemos observar aspectos diferentes e, dadas as devidas proporções, por tratarem de diferentes momentos da realização da língua.

3.2 *Nós e a gente* nos dicionários da língua portuguesa: uma tentativa

Além das definições de *pronome* e *pessoa* que nos permitem refletir sobre o nosso objeto de estudo, verificamos, a seguir, o verbete *nós* e, na medida do possível, o verbete *a gente* para compreendermos o caminho percorrido por este verbete.

Em um dos primeiros dicionários da língua portuguesa datado dos séculos XVII e XVIII composto pelo padre Rafael Bluteau (1789), vimos o pronome pessoal *nós* como “variação de Eu no pl. que indica o sujeito da oração v. g., nós rimos, e brincamos muito. § Usa-se com preposições v. g., a nós, para nós, de nós”. Não há qualquer menção ao pronome *a gente*. Mas ressaltamos que, nas abonações, observamos os registros relacionados ao *nós* expressos e não expressos.

Aulete (1964), no *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, mencionando a forma latina de *nós* [*nos*], aponta modos do uso do pronome pessoal da primeira pessoa por meio de abonações e quanto às possibilidades do ponto de vista sintático, ou seja, quanto à função que o pronome *nós* ocupa na oração e até forma estilística: “usam-no às vezes os escritores, em vez do *eu*, quando a si mesmos se referem, e neste caso o atributo ou adjetivo referido à primeira pessoa costuma ir no sing., não concordando com a forma, mas sim com a realidade do sujeito” (Aulete, 1964, p. 2792). Após investigação, não foi possível também encontrar, em Aulete (1964), no verbete *nós*, nenhuma menção ao pronome *a gente*.

Quanto à investigação do verbete em questão no *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, de Ferreira (2009), lançamos, “casualmente”, um olhar no verbete *nos*¹. Feita a definição do verbete, identificamos que, em uma das abonações, há o registro de *a gente* atribuída a Raul Brandão: “As mãos quando a gente as aperta e as tem entre as suas dão-nos o ser inteiro pelo contacto” (Raul Brandão, *Memórias*, II, p. 14). No entanto, ao definir *nós*, o autor não realiza qualquer menção ao pronome *a gente*, em qualquer que fosse a função que o *a gente* pudesse ocupar. Realizada essa observação, eis a maneira como se define o verbete em análise [nós]: “[Do lat. *nos* (tônico). *Pron. pess.* (da 1ª pess. Do pl. de ambos os gêneros). Funciona como sujeito, como predicativo ou como regime de preposições” (Ferreira, 2009, p. 1409).

Ressaltamos, então, que, embora o registro tenha sido feito, não mereceu qualquer atenção do autor.

Segundo Houaiss *et al.* (2009),

nós *pron.* (1192) *pron. p.* da primeira pessoa do plural, indicando *eu* mais outra ou outras pessoas; funciona como sujeito (p.ex., *nós já vamos embora*), como predicativo (p. ex., *os vencedores somos nós*) ou como complemento, precedido de preposição (p.ex., *não houve discórdia entre nós*). [...] ■ GRAM [...] b) em *eu e mais outra(s) pessoa(s)*, pode ou não estar(em) incluído(s) o(s) interlocutor(es); só o contexto pode esclarecer ■ Uso em registros formais (discursos, ensaios etc.), *nós* é us. em substituição a *eu*, como plural de modéstia ou plural majestático ■ ETM lat. *nos*, nom. de *nos*, *nostri* ou *nostrum* ‘nós’ (Houaiss *et al.*, 2009, p. 1362).

Nesse dicionário, é ampliada a descrição do verbete *nós*, quanto à definição dada por Ferreira (2000), incluindo de modo mais explícito a etimologia da palavra [nos]. No entanto, assim como os demais, não se registra o uso da forma pronominal *a gente*, embora o autor chame a atenção para a substituição *nós* e *eu*, chama a atenção também para o uso de *eu* como plural de modéstia ou plural majestático, sentido caro à nossa pesquisa.

Quanto ao pronome *a gente*, vejamos como se deu o seu registro ainda nos mesmos dicionários usados na investigação do pronome *nós*; enquanto buscávamos encontrar pistas ou abonações que nos levassem ao *a gente*, apenas conseguimos encontrar, como alternativa possível diante da lacuna, o termo “gente”.

Para Bluteau (1789),

gente, s. f. multidão de pessoas de ambos os sexos. § Sua gente, i. e. a sua família, parentes. § Concurso, nação, povos. § Ser gente, i. e. pessoa de consideração. § Tropas v. g.” gente de pé, ou Infantaria; gente de cavalo, cavalaria. ‘§ Gente de armas, homens nobres, e vassallos,’ que erão obrigados a servir na guerra armados, e acompanhados de certo número de soldados armados, para o que recebião soldo em terras, ou dinheiro. Severim Not. f. 44. § Gente de armas (do Francez Gen d’armes) tropa de cavallaria armada de todas as armas, e nisto differente dos cavallos ligeiras, e da gente de cavallo contraposta a peões v. Lobo Corte D. 15. f. 293. ult. ed. de 1774. § Gente do mar, os marinheiros, mossos, grumetes, e os seus officiaes. Barros *freq.* (Bluteau, 1789, p. 126)

Bluteau (1789) assegura em *gente* a ideia de muitas pessoas, quer sejam do sexo feminino ou masculino. Assim, “sua gente” corresponde à família, parentesco, entre outras acepções que designam, de algum modo, coletividade, mas, apenas, aparece na acepção do substantivo, sem que seja mencionada a possibilidade de um pronome constituído a partir desse nome.

De forma semelhante, no *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo* organizado por Borba (2004), para chegarmos ao registro de *a gente*, investigamos, também, o verbete *gente*:

Gente [Sf] 1. grupo de pessoas [...]. 2. conjunto de habitantes de uma região; povo [...]. 3. número indeterminado de pessoas [...]. 4. exemplar da humanidade; ser humano [...]. 5. pessoa que tem vínculo com ou está a serviço de [...]. 6. pessoas, em geral, vistas não coletivamente²⁴. 7. povo, população [...]. 8. Conjunto de pessoas que têm algo em comum (Borba, 2004, p. 674).

Embora não faça relação do fenômeno linguístico da gramaticalização, de algum modo, Borba (2004, p. 674) registra expressamente o *a gente* em função de *nós*, mesmo que não seja ocupando a função de sujeito, ao afirmar que: “(i) Precedido de artigo definido, equivale ao pronome pessoal **nós**: *Essa equipe trabalha para a gente*. (ii) No discurso direto, é usado para dirigir-se a todas as pessoas presentes: *Está na hora, gente!*”.

Ao que pudemos observar, não foi possível encontrar o pronome *a gente* nos dicionários listados (Aulete, 1964; Bluteau, 1789; Ferreira, 2009; Houaiss *et al.*, 2009). Quanto à Ferreira (2009), encontramos o registro de *a gente* em abonação, mas sem objetivação do autor quanto à definição de pronome compatível com essa realidade na língua portuguesa²⁵; exceto quanto a Borba (2004) que o faz de maneira restrita, mas já trazendo o *a gente* à equivalência a um pronome pessoal [*nós*]²⁶.

Prosseguindo com a discussão sobre a ocorrência do pronome pessoal *a gente*, propusemos a investigá-lo em algumas gramáticas de língua portuguesa de tradições gramatical prescritiva e descritiva(linguística).

3.3 *A gente* e a tradição gramatical

O olhar sobre as gramáticas prescritivas nos permite afirmar que, em se tratando de pronomes pessoais, quanto à sua definição e quanto ao quadro em que se encontram organizados, não aparecem diferenças significativas entre si. A rigor, tais gramáticas começam a apresentação desse tema pela caracterização em torno das pessoas, apontadas em três (a que fala,

²⁴ Abonação: Tem gente que gosta de *rock* pesado.

²⁵ Ferreira (2009), verbe *nos*¹, em uma das abonações, há o registro de *a gente* atribuída a Raul Brandão “As mãos quando *a gente* as aperta e as tem entre as suas dão-nos o ser inteiro pelo contacto” (Raul Brandão, *Memórias*, II, p. 14, grifo nosso).

²⁶ *Essa equipe trabalha para a gente* (Borba, 2004, p. 674).

com quem se fala e de quem se fala, ou o que se fala). No entanto, há questões relacionadas, sobretudo, à terceira pessoa ou à *não-pessoa*, que precisam ser discutidas, dada a relação dessa com o verbo.

No capítulo intitulado *Pronomes na Nova gramática do Português Contemporâneo*, de acordo com Cunha e Cintra (1985), os pronomes pessoais se caracterizam por denotarem as três pessoas gramaticais: 1) quem fala (1ª pessoa – singular (eu) e plural (nós); 2) com quem se fala (2ª pessoa - singular (tu) e plural (vós); e 3) de quem se fala (3ª pessoa – singular (ele, ela) e plural (eles, elas) (Cunha; Cintra, 1985).

Quanto às formas dos pronomes pessoais, essas podem ser, segundo suas funções, retas ou oblíquas. As primeiras funcionam como sujeito da oração e as segundas, quando nelas se empregam fundamentalmente como objeto (direto ou indireto). Quanto à acentuação, distinguem-se nos pronomes pessoais as formas tônicas das átonas²⁷.

Ainda no que tange às definições, para Bechara ([1999] /2004), pronome é a classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto: de modo geral, referência feita a um objeto substantivo, considerando-o apenas como pessoa localizada no discurso. Nesse sentido, ainda em conformidade com Bechara ([1999] /2004), é possível falar em pessoas do discurso (1ª *eu* - a pessoa correspondente ao falante - e 2ª *tu* - correspondente ao ouvinte), sendo que a 3ª pessoa, indeterminada, aponta para a outra pessoa em relação aos participantes da relação comunicativa.

Imediatamente depois dessa classificação, Bechara ([1999] /2004) abre nota de rodapé para explicitar um contexto da língua portuguesa que vem se ampliando na contemporaneidade. Essa afirmação pode ser comprovada nas inúmeras pesquisas realizadas em todas as partes do Brasil com fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística Laboviana quanto ao uso do pronome *a gente* em alternância com o de 1ª pessoa do plural *nós*, que serão apontados mais adiante.

Ao tratar sobre as *Formas de Tratamento*, na 4ª observação, Bechara ([1999] /2004, p. 166) pontua que “o substantivo *gente*, precedido do artigo *a* e em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a que está sozinha, passa a pronome e se emprega fora

²⁷ Consultar, segundo interesse, quadro correspondentes entre as formas retas e oblíquas (Cunha; Cintra, 1985, p. 270).

da linguagem cerimoniosa”. Ainda segundo o autor, em ambos os casos o verbo fica na 3ª pessoa do singular”²⁸ (Bechara, [1999] /2004, p. 166).

Não muito diferente, Almeida (2005) traz o *a gente* em sua gramática metódica da língua portuguesa na subseção de pronomes de tratamento, forma que, assim, conceitua, relacionando-a a tantas outras: “chamam-se *pronomes de tratamento* as palavras e expressões que substituem a terceira pessoa gramatical: *fulano, beltrano, sicrano, a gente, você, vossa mercê, vossa excelência, vossa senhoria, sua senhoria, sua majestade*” (Almeida, 2005, p. 172).

Em outras palavras, há o registro do *a gente*, nas gramáticas tradicionais e até em alguns dos dicionários usados nesta pesquisa, porém falta ainda um reparo quanto a esse fato. O *a gente* não está inserido no quadro dos pronomes pessoais, uma vez que, inclusive, em alguns casos, o *a gente* é apontado como índice de indeterminação, de tratamento, ou ainda como expressão realizada por pessoas com baixo grau de escolarização ou, mesmo, sem escolarização. Informações que, aliás, seguem na contramão de dados estatísticos divulgados por meios de pesquisas sociolinguísticas, realizadas, sobretudo, no âmbito das universidades brasileiras, considerando os informantes com mais de 11 anos de escolaridade.

3.4 Abordagem Linguística

Tendo em vista o aspecto heterogêneo da constituição de uma língua, considerando, sobretudo, o aspecto de uma língua usada em contextos sociais no cotidiano e falada por diversas pessoas e o quanto são diversos os grupos que falam essa determinada língua, crê-se que é, no contexto social e dinâmico que a língua se manifesta e é, também, nesse contexto social, que pode ser observada, analisada, descrita e explicada. É com essa perspectiva que trazemos posicionamentos de linguistas para apresentarem seu ponto de vista sobre o fenômeno linguístico do *a gente* em suas respectivas gramáticas. Além da visão dos linguistas, apresentamos concepções acerca do *a gente* a partir de gramáticas de língua portuguesa pelo viés de linguistas brasileiro, como Castilho (2010), Perini (2010), Neves (2011) e Bagno (2012).

Castilho (2010), em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, elabora um profícuo estatuto categorial dos pronomes, indo desde a tradição gramatical ocidental (séc. I d. C.), passando pelos gramáticos latinos, ibéricos renascentistas, à gramática de Port Royal, classificação

²⁸ Exemplo: “É verdade que *a gente*, às vezes, *tem* cá as suas birras” [AH.4, II, 158] (Bechara, [1999] /2004, p. 166).

de pronome efetuada por Jeronymo Soares Barbosa e suas influências, destacando, na atualidade, discussões restritas à observação quanto ao comportamento dos pronomes pessoais que, embora já resolvidas pela gramática greco-latina, voltam à baila. O linguista expõe que as propriedades sintáticas de adjacência e substituição cindem os pronomes em (1) possessivos, demonstrativos e quantificadores, que acompanham e substituem os substantivos, e (2) pessoais, em que na P1 e P2 não acompanham nem substituem os substantivos; e em que, na P3, apenas os substituem.

Ainda tomando como base o estatuto categorial dos pronomes de Castilho (2010), segundo a noção de função e forma, as principais propriedades dos pronomes são a dêixis (de pessoa, lugar e tempo), foricidade (ou retomada de conteúdos anteriores) e caso (que permite aos pronomes desempenharem funções argumentativas).

Além disso, Castilho (2010, p. 476) afirma que, aparentemente, as línguas naturais organizam seu quadro pronominal privilegiando a condição (i) das pessoas do discurso, (ii) dos lugares ocupados por elas no espaço físico e (iii) de seu tempo, abordando que, por essas propriedades, os pronomes são fundamentalmente dêíticos. No entanto, o linguista destaca o surgimento do pronome pessoal da terceira pessoa, trazendo para dentro do quadro outra prioridade, a de retomar conteúdos já mencionados. Ao caráter dêítico, mostrativo dos pronomes, agrega-se outra propriedade, a da retomada de elementos do texto, ou anáfora (Castilho, 2010). Vê-se que se se trata da terceira pessoa, colocada em um lugar abstratizado (lugar-no-texto), dada à função anafórica. Com isso, Castilho (2010) argumenta que a terceira pessoa não acarretou aos pronomes uma perda de propriedades, mas um acréscimo no que se refere às categorias de movimento, pessoa, espaço e tempo.

Do ponto de vista sócio-histórico contemporâneo do PB, a terceira pessoa vem influenciando na alteração do quadro dos pronomes pessoais a exemplo do pronome *a gente*, apresentando um funcionamento de P4, no entanto, com pessoa gramatical em P3.

Do ponto de vista do registro e compreensão do *a gente* no PB, Castilho (2010) explicita a variação *a gente* em lugar de *nós*, quer na morfologia do português brasileiro popular, quer na morfologia do português brasileiro culto. Na morfologia nominal e pronominal, aponta a alteração no quadro dos pronomes pessoais: por um lado, “(ii) substituição de *nós* por *a gente*” no Português Brasileiro Popular; e, por outro, no Português Brasileiro Culto, a alteração no quadro dos pronomes pessoais: “(ii) substituição progressiva de *nós* por *a gente*” (Castilho, 2010, p. 207). Com isso, embora qualquer comentário pareça dispensável, não podemos perder

a oportunidade de sermos concordes com Castilho (2010) e reafirmarmos a necessidade da investigação do uso do *a gente* em comunidades de fala, sem perder de vista aspecto sócio-histórico da constituição da língua portuguesa.

Quanto à morfologia verbal, o gramático observou a elevação da vogal temática no pretérito perfeito: *fiquemu, falou, bebemu*, no PB Popular e manutenção da vogal temática, continuando o presente e o pretérito: *ficamos, falamos, bebemos*. Além disso, por um lado, a simplificação na morfologia de pessoa, dadas as alterações no quadro dos pronomes pessoais, reduzindo-se a conjugação a apenas duas formas diferentes: *eu falo, você/ ele/a gente/ eles fala*. Por hipercorreção, adverte-nos que podemos ouvir *a gente falamos*; e, por consequência também da presença de *a gente*, a morfologia de pessoa reduz-se a três formas (às vezes, a quatro formas diferentes): *eu falo, você/ele/a gente fala/ eles falam*. Quando ocorre *nós*, ocorrerá a quarta forma: *nós falamos* (Características do PB Popular e do PB Culto conforme Castilho (2010)).

Essas características apresentadas por Castilho (2010), além de estar em conformidade com os estudos presentes no polo funcionalista do PB, coadunam, obviamente, no quadro dos pronomes pessoais no PB:

Quadro 1 – Pronomes pessoais no PB

PESSOA	PB FORMAL		PB INFORMAL	
	Sujeito	Complemento	Sujeito	Complemento
1ª pessoa sg.	<i>Eu</i>	<i>me, mim, comigo</i>	<i>eu, a gente</i>	<i>eu, me, mim, Prep + eu, mim</i>
1ª pessoa pl.	<i>Nós</i>	<i>nos, conosco</i>	<i>a gente</i>	<i>a gente, Prep+a gente</i>

Fonte: Adaptação do quadro de Castilho (2010, p. 477).

Na visão de Castilho (2010, p. 477), tanto é possível comutar nos mesmos contextos²⁹, dando-nos a entender a “expressão” *a gente* como sinônimo de *eu* ou de *nós*. Ainda no quadro dos pronomes pessoais no Português no Brasil, em se tratando da primeira pessoa (singular ou plural) no que concerne ao uso de *a gente*, tanto pode ocorrer em contexto de sujeito quanto de complemento. Com isso, apontamos um ganho quanto à descrição, explicação e análise de fenômeno relacionado ao português do Brasil e suas variáveis.

²⁹ [*a gente e nós; nós, nós, a gente, a gente; nós, a gente*] – Cf. exemplos (1-45), (1-46) e (1-47) (Castilho, 2010, p. 477).

Perini (2010), em sua *Gramática do Português Brasileiro*, que compõe a série educação linguística, direciona a discussão a partir do elenco dos pronomes pessoais: *eu, você, tu, ele (ela), nós, vocês, eles (elas)*, além de *se*. No entanto, lembra-nos que algumas dessas palavras têm formas oblíquas e afirma que “Os pronomes pessoais têm um comportamento gramatical peculiar e precisam ser estudados separadamente. Ao passo que outros se comportam como nominais comuns e não precisam ser estudados separadamente, a exemplo, de *vossa excelência, o senhor, a senhora, a gente*.” Seriam, segundo o gramático, considerados como ‘pronomes pessoais’ no sentido de que se referem ao interlocutor; mas gramaticalmente não diferem dos outros SNs (Perini, 2010, p. 115).

Por compreendermos que Perini (2010) reconhece o uso de *a gente* como pronome, a ausência do *a gente* na elaboração do quadro dos pronomes pessoais (retos e oblíquos) organizado por ele chamou muito nossa atenção. Diferentemente de Castilho (2010), Perini (2010) não apresentou, no quadro de pronomes, elaborado por ele, a forma *a gente*.

Quadro 2 - Pronomes Pessoais: Retos e Oblíquos³⁰

Forma reta	Forma oblíqua
<i>Eu</i>	<i>me, mim, -migo</i>
<i>você, (tu)</i>	<i>te, (-tigo), (ti), (lhe)</i>
<i>ele, ela</i>	-
<i>nós</i>	<i>nos, -nosco</i>
<i>vocês</i>	-
<i>eles, elas</i>	-
-	<i>Se [reflexivo]</i>

Fonte: Perini, 2010, p.116.

Bem adiante, em outro capítulo, Perini (2010), ao tratar dos *Nominais* (capítulo 31), reserva um item para os pronomes (31.2.2) e permanecem os mesmos itens quanto à exposição dos pronomes pessoais. Para Perini (2010, p. 301),

Os pronomes pessoais (*eu, ele/ela, eles/elas, você, vocês, nós* e também *tu* para muitos falantes, além do reflexivo *se*) só ocorrem como núcleo do SN, quando constituintes imediatos. Além disso não admitem outros termos no SN, ou seja, um SN cujo núcleo é um pronome só contém esse pronome, e mais nada (Perini, 2010, p. 301).

³⁰ “As formas entre parênteses são de uso restrito, só sendo corrente em parte do território brasileiro”. Além disso, Perini observa que os pronomes que não têm formas oblíquas (*ele/ela, vocês, eles/elas*) são usados em todas as funções, sem mudança de forma (Perini, 2010, p. 116).

Perini (2010, p. 302), após definição de *Tipos de Nominais* (nomes (31.2.1) e pronomes (31.2.2)), argumenta que desses dois traços definem o que é chamado de pronome pessoal e destaca que “formas como *o senhor* e *a gente*, muitas vezes analisadas como pronomes, são nomes de acordo com nossa definição; eles se diferenciam nitidamente de *você*, *eu*, *ele*, que, por exemplo, não pode ocorrer com artigo”. Com essa afirmação, Perini (2010) faz-nos lembrar, inclusive, que nem sempre é fácil proceder análise de dados tendo em vista o uso da forma *a gente*. Pareceu-nos, no entanto, na exposição do linguista, um espaço ainda vago quanto ao *a gente* como variável de *nós*, fato que se opôs ao que fez Castilho (2010) quando trouxe para dentro do quadro dos pronomes esta ocorrência, expondo a intensificação do uso do *a gente*, inclusive, por falantes dos mais diversos graus de escolarização e classe social.

Neves (2011), por sua vez, discute o tema na *Gramática de usos de português*, na Parte II, intitulada *A referência situacional e textual: as palavras fônicas*, seção organizada na seguinte ordem: *Uma Introdução*; *O artigo definido*; *O pronome pessoal*; *O pronome possessivo* e *O pronome demonstrativo*. Nesse caso, voltamos a nossa atenção ao pronome pessoal.

Neves (2011) classifica o pronome pessoal como tendo uma natureza fônica, o que equivale dizer que o pronome pessoal é um elemento que tem como traço categorial a capacidade de fazer referência pessoal: a) a uma pessoa ou coisa que foi (função anafórica) ou vai ser (função catafórica) referida no texto, nesse caso, especialmente os pronomes de terceira pessoa; e b) a um dos interlocutores (função exofórica ou dêitica), ou seja, a uma pessoa que pertence ao circuito de comunicação. Nesse caso, a primeira e a segunda pessoas.

Para a autora, é raro que um pronome de terceira pessoa faça referência a alguém ou algo da situação de comunicação. Explica, ainda, que, apenas em discurso relatado, ou seja, em discurso dentro de discurso (discurso direto), a recuperação referencial de um pronome de primeira ou de segunda pessoas se faz no texto. Exemplifica:

Enérgica, **Angela** interveio:

- E você acha que **EU** ia ouvir calada? (A)

(eu=>Angela)

Por fim, **Sílvia** respondeu:

- Acabou o quê, Sérgio? Nunca houve nada, **VOCÊ** sabe. (A)

(você=> Sérgio). (NEVES, 2011, p. 449-450).

As considerações apontadas por Neves (2011) são pertinentes quanto à raridade da terceira pessoa fazer referência a alguém ou algo da situação de comunicação (sendo possível por meio “discurso dentro de discurso”) e, para além disso, a terceira pessoa é posta como aquela

que pode ser recuperada em contexto de fala em que alguém se faça presente e aponte com o dedo: “Eu vou à festa, mas ela não”.

Tendo em vista a ampla abordagem realizada por Neves (2011), buscamos identificar alguns pontos mais específicos, capazes de nos deixar em sintonia quanto à apresentação acerca da primeira pessoa do plural e à forma *a gente* em contexto de pronome de primeira pessoa do plural ou P4.

Como já foi mencionado sobre a natureza fórica, o pronome pessoal tem duas funções básicas: uma interacional que representa na sentença os papéis do discurso, função que remete à situação de fala e uma função textual que garante a continuidade do texto, remetendo a elementos do próprio texto. Dada à natureza referenciadora, os pronomes pessoais têm, na oração, uma terceira função, qual seja, a de explicitar a natureza temática do referente, dispondo, para isso, de formas particulares. Grosso modo, conforme Neves (2011), podemos citar:

- Algumas formas como EU e TU são, em princípio, restritas à função de sujeito;
- São restritas a funções completivas as formas oblíquas átonas;
- Também são restritas a funções completivas as formas oblíquas tônicas MIM e TI, que ocorrem regidas de preposição;
- Funcionam como sujeito e como complemento as formas tônicas ELE (e flexões), NÓS e VÓS.

Dando foco a função dos pronomes pessoais, Neves (2011) afirma que uma das funções básicas dos pronomes pessoais é a de constituir expressões referenciais que representam, na estrutura formal dos enunciados, os interlocutores que se alternam na enunciação. Com isso, elenca:

- “a) **primeira pessoa**: aquela de quem parte o discurso, e que só aparece no enunciado quando o locutor faz referência a si mesmo (autorreferência);
- b) **segunda pessoa**: aquela a quem se dirige o discurso, e que só aparece no enunciado quando o locutor se dirige a ela;
- c) **terceira pessoa**: aquela sobre a qual é o discurso.” (Neves, 2011, p. 457)

Diante dessa interpretação quanto às pessoas pronominais, ressaltamos a importância dos eixos: subjetivo e não subjetivo. O primeiro abriga as pessoas implicadas na interação verbal, as pessoas que têm papel discursivo – o locutor (primeira pessoa) e o alocutário, ou receptor (a segunda pessoa). Já o segundo eixo (não subjetivo) abriga as pessoas ou coisas não implicadas na interação verbal, que são, segundo Neves (2011), as entidades a que se faz referência na fala (a terceira pessoa ou a não pessoa).

No eixo da terceira pessoa, pode haver oposição básica uma terceira pessoa determinada, segundo exemplo: “*Amanhã mesmo, eu partirei com **ELE** para São Paulo. (A)*” e uma terceira pessoa indeterminada: “***Fala-se** em grande lucro, mas o que existe são despesas, impostos e mais impostos. (AS)*”. (Neves, 2011, p. 458).

Antes de trazermos a forma *a gente* apresentada por Neves (2011), pareceu-nos interessante destacarmos uma observação feita pela autora sobre o uso da primeira pessoa no plural efetuada na indeterminação do sujeito. Para ela, “A indeterminação [...] não é total, já que, na forma **NÓS**, pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante (o **EU**).” (Neves, 2011, p. 465).

Neves (2011) tratou do *a gente*, no item 5.6, intitulado: *Na linguagem coloquial o sintagma nominal A GENTE é empregado como um pronome pessoal*. A seguir, aponta: a) para referência à primeira pessoa do plural (=NÓS) e b) para referência genérica, incluindo todas as pessoas do discurso.

Para o primeiro caso, traz os seguintes exemplos:

É. Vamos... Mais adiante, A GENTE toma um táxi e manda rumar para o Marrocos. (A)
Depois A GENTE conversa. (AGO)
Não sei que espécie de negócio o senhor vai poder fazer com A GENTE. (ALE)
O senhor me desculpe, seu vigário, mas lá na roça, depois do que aconteceu, A GENTE ficou sem um grão de farinha para matar a fome... (ALE) (Neves, 2011, p. 469).

Em todos esses exemplos, é possível identificarmos uma primeira pessoa (aquela de quem parte o discurso, *eu*) e mais o interlocutor, ainda que saibamos precisar que outra ou outras pessoas, passíveis de participarem do discurso, se fizeram presentes.

Além desses exemplos, a autora faz uma observação quanto à realização da concordância, mesmo em se tratando do pronome *a gente*, que, teoricamente, funciona com o verbo em P3, como em: *Vou montar uma casa para você e A GENTE vai ficar sempre juntos. (ETR)*.

Quanto ao segundo ponto mencionado por Neves (2011), b) para referência genérica, incluindo todas as pessoas do discurso, dos exemplos apresentados por ela, trazemos 4 deles:

- i) Dizem que A GENTE, se habitua com tudo;
- ii) Nessas horas A GENTE não pensa em nada, perde a cabeça;
- iii) Não, é lá perto. A GENTE vai de Belém a Altamira pelo rio, um rio grande chamado Xingu – vai de barco, dorme nele, demora quatro noites e três dias.

Chega a Altamira que é como Parapitinga, depois levam A GENTE de caminhão para as tais agrovilas;

iv) Não se pode falar desse assunto com Carlinhos. A GENTE quer fazer um bem, vira pecado mortal. (AF)

(Neves, 2011, p. 469-470),

Gostaríamos de fazer uma observação quanto à forma *a gente* interpretada como forma genérica nos exemplos apresentados, trazendo a afirmação da autora quanto à indeterminação da forma *nós* em alguns casos em que a forma *foi/é* usada como indeterminação do sujeito (Neves, 2011). Contando com a afirmação de que “A indeterminação não é total, já que, na forma *NÓS*, pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante (o *EU*)” (Neves, 2011, p. 465), a nosso ver, também a forma *a gente* requer essa interpretação que aponta para a existência de, ao menos, um *eu*, mesmo que se se trate de um eu + todo mundo.

Já, valendo-se de sua gramática pedagógica, Bagno (2012), para falar de pronome, intitula capítulo afirmando que *Pronome não é classe, é função*. Quanto ao capítulo 10, intitulado *Universais³¹ e brasileiros: Conceitos importantes para entender a gramática*, traz em si o propósito de examinar alguns conceitos importantes para uma boa compreensão do funcionamento da gramática. No entanto, é bom que se diga que Bagno (2012) tem interesse em examinar aqueles conceitos que se aplicam à gramática do PB.

Assim é que, no tópico (10.8), *Pronome não é classe, é função*, Bagno (2012) define:

os pronomes não são classe de palavras, mas uma função que palavras de diversas classes podem exercer – a função da retomada anafórica. Outra razão para tratar os pronomes como uma função é o fato de muitas palavras tradicionalmente chamadas de ‘pronomes’ não só empreenderam a retomada anafórica, mas também funcionarem como determinantes. Os demonstrativos, p.e., podem ser dêiticos – esse livro aí – caso em que funcionam como determinantes (dêiticos), ou anafóricos – cigarro, eu queria muito viver sem isso -, caso em que funcionam como pronomes. (Bagno, 2012, p. 462-463)

Nessa perspectiva, Bagno (2012) demonstra que fato semelhante acontece quando com os possessivos – teu avô italiano, o meu era francês, com os “pronomes” indefinidos, chamados de quantificadores, com os conectivos relativos (“pronomes” relativos) etc. Com isso, o autor

³¹ Conceitos de aplicação universal [vale para todas as línguas do mundo], mesmo considerando-se que estes podem valer para umas línguas e não para outras.

apresenta duas possibilidades: 01) de se criar uma classe ampla de pronomes e outras de determinantes ou 02) ou se distribuir as palavras segundo o critério lexicogramatical, subclassificando os membros de cada classe em determinantes/dêiticos e pronomes/anafóricos quando for o caso. A segunda opção é a escolhida por ele: “apesar de saber que ela representa uma ruptura com uma tradição de pelo menos dois mil anos” (Bagno, 2012, p. 463).

Bagno (2012), baseado em Benveniste, interpreta que os pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas pertencem à linguagem, ao passo que a 3ª pessoa pertence à língua, sendo a 1ª e 2ª pessoas comuns a todas as línguas. No entanto, a 3ª, por pertencerem à língua, ou seja, “aos idiomas particulares, muitos dos quais não tem pronomes de ‘3ª pessoa’” (Bagno, 2012, p. 463), e que “*eu* e *tu* estão no mundo da *enunciação*, das ‘instâncias de discurso’, enquanto *ele* pertence ao mundo da sintaxe, ao mundo do *enunciado*”.

Assumindo a defesa da tese de que *Pronome não é classe, é função*, Bagno (2012, p. 465) afirma que “já passou da hora de incorporarmos definitivamente as reflexões de Benveniste às descrições gramaticais”. Em lugar de pronomes pessoais, Bagno (2012) usa “índices de pessoa”, fazendo parte de seus argumentos afirmar que:

é preciso decidir a que palavras aplicar o rótulo de pronomes: às ‘pessoas do discurso’, que não substituem/retomam nada, mas apontam para a dinâmica da interação verbal, ou para os termos que empreendem a retomada anafórica agindo em favor (*pró-*) do nome, economizando seu uso, poupando-o de ser repetido. [...] (Bagno, 2012, p. 465)

Por fim, o linguista relaciona o termo “índice” ao uso de outros pesquisadores a exemplo do pensador Charles Sanders Peirce (1839-1914) e outros que se referiam aos pronomes pessoais como *palavras indicadoras*. São eles: Karl Brugmann (1849-1919), Karl Bühler, entre outros (Bagno, 2012).

Ainda na *Gramática do português brasileiro*, Bagno (2012) trata dos índices da primeira pessoa e atualiza-os, em forma de quadro, a saber, sujeito (singular e plural); objeto (direto e indireto) reflexivo (singular e plural); e complemento oblíquo (singular e plural):

3.4.1 Pesquisas linguísticas

Muito tem sido o interesse por pesquisas, na área de Linguística, que trilhem caminhos em direção a uma língua falada por pessoas inseridas em uma comunidade, seja ela uma comunidade maior, comunidade nação, regional, ou algo mais restrito. Queremos dizer, aparentemente restrito, pois o que parece restrito, no caso, uma comunidade local, está inserida nesse algo maior que é a comunidade nação. Cabendo falar que, nessa visão de comunidade, há, também, os chamados grupos minoritários, minorizados, que, por serem considerados com *status* social mais baixo, carecem de políticas linguísticas.

Com isso, voltamos nossa atenção para os falantes da língua que, naturalmente, fazem parte de um contexto sócio-histórico e “inspiram” pesquisadores e pesquisadoras e até outros profissionais que se valem da língua, a pensarem, a refletirem sobre uma língua com características internas, mas (ex)posta em um campo diverso. Há, entre os pesquisadores e pesquisadoras, interesse em investigar sobre o jeito de falar, estudos relacionados à dimensão sexo/gênero, à dimensão social, racial, entre outras. Enfim, espaço da variação e mudança linguística.

Mencionamos, nesse sentido, nesta subseção, pesquisas realizadas por Eckert e McConnell-Ginet ([1992] /2010) dada a importância do posicionamento quanto a pontos a serem aprofundados em análise linguística, pelo viés da Sociolinguística, e abordagem sexo/gênero, com foco na fala feminina, na fala da mulher, em ambiente de comunidade. Salientamos que não compreendemos comunidade, meramente, na perspectiva de localização e população, mas, também, no engajamento entre seus partícipes por meio da linguagem, como recomendam Eckert e McConnell-Ginet ([1992] /2010) no capítulo intitulado *Comunidades de práticas: lugar onde coabitam linguagem, gênero e poder*, publicado no livro *Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos*, organizado por Robin Lakoff *et al.*

No Brasil, observamos a atuação de mulheres pesquisadoras que têm elevado os estudos de base Sociolinguística, a despeito de Freitag e Severo (2015), quando colocam em cena grandes reflexões em torno da discussão sexo/gênero, na perspectiva da variação e mudança linguística. São olhares lançados a comportamentos linguísticos de homens e mulheres, falantes da língua portuguesa, que vivem em uma sociedade marcada por desigualdades de natureza várias e diferença quanto ao comportamento linguístico frente a situações sociais quer de sexo, gênero, idade, localidade, comunidade em que habita, profissão, identidade, sendo tudo isso mediado por noções de tempo (passado e presente), inclusive, em observância e reflexões acerca da teoria de Labov.

Além dessas autoras, trazemos, nesta seção, dada a natureza, uma relevante contribuição referente a pesquisas, feitas por Lucchesi (2009), acerca da variável linguística em primeira pessoa do plural, realizadas em diversas comunidades quilombolas no interior da Bahia, a saber, Sapé, Helvécia, Barra e Bananal e Cinzento.

Para assegurarmos uma visão mais ampla a respeito do nosso objeto de estudo, optamos, entre os trabalhos localizados, por apresentar uma pesquisa que trata da variação em torno do pronome de primeira pessoa do plural, *nós*, e a variante *a gente* em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no interior da Bahia, feita com base nos pressupostos teóricos do encaixamento linguístico e social dos processos de variação e mudança amparados por Weinreich, Labov e Herzog 1968 [2006]; Labov 1972, 1982, 1994 (Lucchesi, 2009).

Na referida pesquisa, Lucchesi (2009) chama a atenção para a concorrência enfrentada pelo pronome pessoal canônica de primeira pessoa, *nós*, em todas as variedades da língua portuguesa na América e na África. Afirma que:

o pronome canônico da 1ª pessoa do plural nós enfrenta uma concorrência crescente da forma *a gente*, que constituía, antes de seu processo de gramaticalização, um Sintagma Nominal, formado pelo artigo e pelo nome, cujo significado era ‘comunidade, população’ (e.g., *a gente deste lugar é muito desconfiada*). Hoje, como resultado do processo de gramaticalização, a consciência dessa estrutura sintagmática original já se perdeu para a maioria dos brasileiros [...] (Lucchesi, 2009, p. 457).

Essa base de dados da pesquisa foi retirada de uma amostra de fala constituída por 24 (vinte e quatro) entrevistas de tipo sociolinguístico realizada com moradores de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de quatro regiões da Bahia (entre 1992 a 2002). Segundo o linguista, todos os informantes, relacionados à pesquisa, tinham pouca ou nenhuma escolarização, e alguns viveram por mais de seis meses fora da comunidade, trabalhando em centros urbanos.

Os informantes, na composição da amostra, foram distribuídos, equitativamente, por sexo e faixa etária, sendo a amostra estruturada de acordo às seguintes variáveis:

- i) Comunidade – Sapé (Município de Valença, no Recôncavo Baiano); Helvécia (Município de Viçosa, no Extremo Sul); Barra e Bananal (Município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina) e Cinzento (Município de Planalto, na região do Semiárido);
- ii) Idade: faixa 1 (20 a 40 anos); faixa 2 (41 a 60 anos) e faixa 3 (mais de 60 anos);
- iii) Escolaridade: semianalfabeto e analfabeto e, por fim

- iv) Estada fora da comunidade: para figurar valor positivo, o falante deveria ter vivido pelo menos seis meses fora da comunidade (Lucchesi, 2009).

Sobre a temática *a gente*, Lucchesi (2009) afirmou que, no Brasil, pode-se dizer que essa forma já superou *nós* em frequência de uso na língua falada, em todas as variedades do Português Brasileiro, apesar de o pronome *nós* ainda predominar largamente na escrita, sobretudo nos textos formais. Na fala, mesmo na norma urbana culta, o *a gente* predomina.

Voltemos, pois, aos resultados referentes à amostra linguística do português afro-brasileiro analisada em questão. Quanto à frequência geral de uso de *a gente* como pronome de 1ª pessoa do plural, o uso de *a gente* atingiu praticamente três quartos do total de ocorrências. Vejamos: *a gente* 73,0 % em frequência de uso (1328/1820) e *nós* com 27% em frequência de uso (492/1820).

Para Lucchesi (2009), do ponto de vista da referencialidade, o uso de *nós* no português abarca vários níveis. Desde o seu significado básico, que compreende o falante, o(s) ouvinte(s) e / ou outrem, até o seu significado mais genérico, como índice de indeterminação do sujeito, passando pela possibilidade de referência ao próprio falante, exclusivamente, no que as gramáticas normativas designam plural de modéstia.

A seguir, trazemos a forma do pronome de primeira pessoa do plural no português afro-brasileiro, segundo seu nível de referência conforme Lucchesi (2009, p. 461): a) Indeterminação universal de *a gente* 86% (85/99) em frequência de uso e *nós* 14% (14/99) em frequência; b) Indeterminação circunscrita 80% (396/495) e *nós* 20% (99/495) em frequência de uso.

Frente a esses dados, Lucchesi (2009, p. 461) aponta que o *a gente* prevalece nos contextos de maior indeterminação, enquanto o contexto em que *nós* é mais frequente exatamente o contexto de referência específica, com 27% de ocorrências. Ao que ele justifica devido ao fato de o significado original da expressão *a gente* remeter-se a uma coletividade. Conclui o pesquisador a esse respeito: “Portanto, no espectro semântico da forma *a gente*, o traço [- específico] ainda se mantém forte. Essa correlação entre o uso de *a gente* e a referência mais genérica é geral, sendo também detectada nas análises variacionistas de outras variedades do PB (cf., por exemplo, Omena, 1996, p. 204; Lopes, 1998, p. 416)”.

Para dar continuidade à nossa discussão, destacamos, ainda, nesta subseção, o uso do termo *homem* funcionando como um pronome que indicava a indeterminação do sujeito, objeto descrito minuciosamente por Lopes (2003) em um estudo em tempo real de longa duração. Nesse sentido, ressaltamos que Lucchesi (2009) leva em consideração o ponto de vista apresentado pela pesquisadora e afirma que a gramaticalização de *a gente* pode se ter desencadeado

a partir da lacuna deixada pelo desuso do substantivo *homem*, que, no português arcaico, funcionava como um pronome que indicava a indeterminação do sujeito, como o *on* do francês.

Com a gama de pesquisas que aponta para a variação e mudança linguística, concebemos que, se por um lado, pode não ser fácil classificar a ocorrência crescente de *a gente* no português brasileiro, não há como negar a existência e uso da expressão *a gente* em alternância com o *nós*, inclusive, em espaços formais como as escolas. Não é mais possível negar esse conhecimento aos estudantes, independentemente do nível de formação em que se encontrem. Por isso, não é sem razão que pesquisadores e pesquisadoras têm se debruçado em realizar estudos que favoreçam a constituição sócio-histórica do português no Brasil e, com isso, contribuir, não só na colaboração de mapeamento de pesquisas, bem como na ampliação das possibilidades em termos teóricos e metodológicos voltadas à prática de ensino e aprendizagem sobre a aquisição e usos da língua.

Prosseguimos, então, apontando trabalhos que discutem, na contemporaneidade, a alternância *a gente* e *nós* com foco voltado para a implementação do *a gente* no português falado no Brasil. Destacamos alguns pontos de análise sociolinguística a partir da linguagem com vista na fala de mulheres, em uma perspectiva de sexo/gênero, realizada por pesquisadoras brasileiras, sob organização das linguistas Freitag e Severo (2015), no livro *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gêneros sociolinguísticos brasileiros*.

Chamamos, ainda, a atenção para os trabalhos desenvolvidos por Santos e Araújo (2015), no capítulo intitulado *Marcas linguísticas e polidez e sexo/gênero*, em que analisam a forma *a gente* e *nós*. As autoras escolheram a forma verbal futuro do pretérito, tendo em vista os efeitos do fator sexo/gênero no uso de suas estratégias linguísticas de polidez. Embora não discutamos nosso objeto por meio dessa abordagem (polidez), não pudemos deixar de apontar a relevância dessas pesquisas no campo linguístico. Falamos, inclusive, no sentido de influenciar a realização de outros trabalhos. Segundo Santos e Araújo (2015, p. 213), os falantes têm utilizado as formas pronominais *nós/a gente* “como estratégia de polidez, ao passo que o uso dessas formas está estritamente atrelado a fatores linguísticos, sociais e pragmáticos, determinando, assim, seu caráter específico e genérico”.

Há dois aspectos tratados por Santos e Araújo (2015) que destacamos: um deles é quando afirmam que o pronome *a gente* funciona como uma estratégia de identidade grupal, uma vez que o falante compartilha da mesma atividade do ouvinte, tratando-se, portanto, de estratégia de polidez positiva. O outro é que as estratégias de polidez negativas são utilizadas em ações corretoras da face negativa do interlocutor e geralmente usadas como forma de distanciamento social (Santos; Araújo, 2015, p. 214).

Informações sobre a estratégia de polidez positiva despertaram a nossa atenção por investigarmos falantes que participam de uma comunidade quilombola e compreendermos a relação quilombo como um espaço sociocultural que reflete relação de vida em comum, logo, reflexos identitários. Com isso, fomos levados a uma das nossas hipóteses: o uso do *a gente* em lugar de *nós* pela não obrigatoriedade da flexão do verbo primeira pessoa do plural, além disso as mulheres estariam, mesmo, usando a forma *a gente*, mais que os homens? E estariam os homens usando a forma *nós*, sob reflexo da estratégia de polidez negativa, das “ações corretoras da face negativa do interlocutor”, aproximando-o a um distanciamento social muito propício às durezas das regras mais rígidas da tradição gramatical? São perguntas a serem respondidas em um outro momento, em outra pesquisa.

Um outro estudo com ideais variacionistas, na perspectiva sexo/gênero, também pelo viés de polidez, foi realizado por Mendonça e Nascimento (2015), que apontam, em suas pesquisas, resultados quanto ao uso de *a gente* e *nós* que corroboram com outros resultados sobre o uso do *a gente* como recurso de indeterminação do sujeito, sendo favorecido às mulheres e *nós* correspondente à fala masculina. Das 640(seiscentas e quarenta) ocorrências da forma *a gente*, 512 (quinhentas e doze) /80% foram utilizadas por falantes do sexo/gênero feminino e, em relação ao uso do pronome *nós*, de um total de 76 (setenta e seis) casos, 65(sessenta e cinco)/86% corresponderam à fala masculina de ocorrência de *nós*.

Além dessas pesquisas mencionadas que muito têm inspirado outros trabalhos que possuem como foco a variação e a mudança linguística, destacamos as propostas apresentadas por Lopes (1993, 2003), Borges (2004), Vianna e Lopes (2015) e Mendes (2019).

As pesquisas de Lopes (1993; 2003), na variante da língua culta, são trabalhos pioneiros quanto aos estudos linguísticos pronominais *a gente* e *nós* em posição de sujeito. Na pesquisa de 1993, a pesquisadora contemplou, em seus estudos, as cidades Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador e, assim, usou como *corpus* amostra do Arquivo Sonoro da Fala Culta do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta – NURC. Nesse material, foram selecionados 18 (dezoito) informantes, 06 (seis) entrevistas por cidade, sendo 01 (um) inquérito de cada sexo (masculino e feminino) e 03 (três) faixas etárias: (01) de 25 a 35 anos; (02) 36 a 55 anos e (3) + de 56 anos.

A partir de um cuidadoso levantamento do fenômeno linguístico na tradição gramatical e se debruçando sobre trabalhos à luz da Sociolinguística Variacionista, estudos de pronomes pessoais e, mais especificamente, as formas de representação da primeira pessoa do plural (doravante PPP) que enfatizam os aspectos levantados sobre a categoria de pessoa e número e a noção do “eu-ampliado” (Albán, 1991; Bastos, 1988; Bondim, 1989; Cunha, 1993; Freitas *et*

al., 1991; Freitas; Rollemberg, 1991; Lemos Monteiro, 1991; Omena, 1986), em que são identificadas as diferentes possibilidades de formas pronominais, como *nós* e *a gente*, serem utilizadas para expressar o “eu-ampliado”), ressaltamos que, de acordo com Lopes (1998), todos esses estudos foram realizados tomando como base na discussão de Benveniste (1988) sobre pessoa.

Lopes (1993) explica que a passagem singular/plural do pronome de 1ª pessoa implica acrescentar ao *eu* contornos vagos e indefinidos das outras pessoas do discurso, podendo englobar, com isso, ao “eu-ampliado” além do “eu” o não *eu* (interlocutor) e as outras pessoas - definidas ou não.

Tendo em vista a perspectiva de Benveniste (1988) e esquemas propostos de trabalhos Bastos (1988), Freitas (1991) e Lemos Monteiro (1991), foram definidos níveis de abrangência na noção do “eu-ampliado” situados entre dois extremos: o grau máximo de inclusão do *eu* e o grau mínimo de inclusão do eu. Assim, ficaram apresentados os níveis da escala em que as formas *nós* e *a gente* podiam ocorrer conforme proposta de Lopes (1993, p. 42-43): aspecto inclusivo, aspecto exclusivo e genérico em que consiste a proposta e os respectivos exemplos apontados pela autora:

- a) ASPECTO INCLUSIVO [+ determinado] - abrange o emissor (eu) e o receptor (não-eu), correspondendo a eu+você(s):
 - (a) “Então acho que se *nós* resumíssemos isso que *nós* estamos falando em termos de jogos, dos brinquedos, tudo, acho que o boxe também desenvolve uma técnica, onde há obviamente, até certo ponto, passa da parte da força bruta em si para a mental, de agilidade e tal” (Inq 18, PoA).
- b) ASPECTO EXCLUSIVO [+ou-determinado] - abrange o emissor (eu) e alguém, que não é o interlocutor, mas sim uma outra pessoa ou outras pessoas que estão fora do momento da enunciação, correspondendo a *eu* + ele/ela ou eles/elas (não-pessoa):
 - (b) “eu, por exemplo, *eu* dia de sexta-feira à noite, gosto de sair, pegar um churrasco... Às vezes, quando disponho de tempo, saio com a companheira e *nós* vamos e jantamos juntos. Normalmente, *nós* vamos a uma churrascaria” (Inq 136, SSA).
 - (c) “Olha, iluminação *eu* acho que melhorou a iluminação, ainda não está quase 100%, mas que melhorou bastante... Há uns anos atrás *nós* tínhamos zonas escuras, a minha zona mesmo, *eu* falo pela minha zona, que agora é muito mais cuidada” (Inq 133, PoA).
- c) ASPECTO GENÉRICO [- determinado] - abrange o emissor (eu), o receptor (não-eu) e outras pessoas (não-pessoa), correspondendo a *eu* + você(s) + ele(s)/ela(s):

(d) “Havia uma tradição, desde a copa do mundo de cinquenta, pelo menos aquele pessoal que assistiu e se lembra daquilo. Ah, até *nós* sairmos perdendo. Então, acho que foi o jogo mais emocionante. O Brasil estava jogando mal” (Inq018, PoA).

Verificamos, na pesquisa de Lopes (1993), que, no grupo “eu-ampliado”, confirmou-se a hipótese de que há uma diferenciação no emprego de *nós* e *a gente* em relação a um uso mais restrito ou mais genérico. Podendo-se afirmar que o uso mais restrito favorece o uso do *nós*, ao passo que o uso mais genérico favorece ao emprego de *a gente*.

Vista a proposição de Lopes (1993), observemos alguns resultados: do total de dados obtidos, 972, constatou-se que 375 de *nós* (39%); 333 de *a gente* (34%); 187 de sujeito 0 com verbo na 4ª pessoa gramatical (19%) e 77 de sujeito 0 com verbo na 3ª pessoa do singular (8%). Quanto à análise geral, constataram 562 dados de sujeito *nós*, explícito ou não, contra 410 de sujeito *a gente*, explícito ou não. Dos 972 dados, 523 são de mulheres e 449 de homens. No tocante à idade, a distribuição também foi, segundo interpretação de Lopes (1993), bastante equilibrada: 253 dados de jovens, 333 de adultos e 386 de idosos³².

Observando as considerações finais de Lopes (1993), com investigação de falantes com formação universitária completa, ou seja, variante culta, em comparação com hipóteses baseadas no estudo de Omena (1986) realizado com falantes com pouca escolaridade, chegou-se à conclusão de que

os fatores linguísticos que condicionam o uso de *nós* e *a gente* são os mesmos, tanto para os falantes com pouca escolaridade, quanto para os de formação universitária completa. O processamento da mudança linguística nos dois grupos, entretanto, está ocorrendo de forma diferenciada. Nos falantes com pouca escolaridade (Omena, 1986) a substituição de *nós* por *a gente* encontra-se em um estágio mais avançado do que entre os falantes cultos. Nestes últimos - os homens e as mulheres de meia-idade - sofrendo pressões sociais maiores, em função de suas atividades profissionais, estão, talvez, retardando, a efetivação da mudança (Lopes, 1993, p. 74).

Continuamos a nossa exposição quanto às pesquisas a respeito do uso de *nós* e *a gente* sob a ótica de Lopes (2003) e justificamos a nossa escolha por compreendermos relevante o seu posicionamento quando percebe o processo de gramaticalização do fenômeno *a gente* por meio dos estudos realizados por Omena e Braga (1996) em uma perspectiva funcionalista. Diante

³² Sob ressalva da autora, de poder haver “uma ligeira diferença com relação ao número total de dados em algumas tabelas, uma vez que os marcadores discursivos do tipo ‘vamos dizer’, ‘digamos’, etc. foram incluídos no cômputo geral, embora tenham sido retirados em algumas rodadas ou não codificados em alguns grupos de fatores” (Lopes, 1993, p. 26).

disso, a autora toma como objetivo o de mapear, na diacronia, o percurso histórico do processo de gramaticalização, identificando o seu início, a fase de transição e apontar as causas do processo da gramaticalização da forma *a gente*. Com esse propósito, é na pesquisa intitulada *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português* que Lopes (2003) segue, com muita propriedade, trazendo uma valorosa revisão histórico-descritiva relacionada à temática em estudo.

Na elaboração de sua tese, há um chamado para uma observação de autoria de Cintra (1972, p. 13) acerca de característica peculiar do português: “a extraordinária variedade e frequência de emprego dos tratamentos de tipo nominal” (Lopes, 2003, p. 7).

Nunca é demais, para se tratar do pronome *a gente*, lembrar a etimologia da forma *gente*. De acordo com Lopes (2003, p. 9), “o substantivo *gente* origina-se do substantivo latino *gēns, gēntis*: ‘raça’, ‘família’, ‘tribo’, ‘o povo de um país, comarca ou cidade’”. A autora lembra, com Meyer-Lübke (1935), que *gens*, - *ēnte* faz referência a *homo gentis* (pessoa da família). A seguir, aponta que, em Corominas (1980), encontram-se abonações desde o século XIII até o século XV, havendo predomínio no uso plural (*las yentes*) no espanhol” (Lopes, 2003, p. 9).

Em cumprimento à sua proposta, Lopes (2003) afirma que, em português, há exemplos do substantivo, tanto no singular, quanto no plural, em textos do século XIII ao XV. Para tanto, mostra como exemplos trechos extraídos das *Cantigas de Santa Maria* (século XIII):

(e) No que o moço cantava | o judeu meteu mentes, e levó-o a ssa casa, | poi se foram *as gentes*.
mas o monge lla cuidou fillar, mas disse-ll' *a gente* (Lopes, 2003, p. 9).

Além disso, Lopes (2003) sinaliza dois movimentos interessantes a respeito do singular e plural. Se, por um lado, no século XVI a forma singular ganha terreno, o plural entra, gradativamente, em desuso. No entanto, ainda se encontram exemplos desses até o século XIX, como o trecho de *O juiz de Paz na roça* (1815-1848):

(f) Juiz – Agora vamos nós jantar (Quando se dispõem para sair, batem à porta). Mais um! *Estas gentes* pensam que um juiz é de ferro! Entre, quem é?

Lopes (2003) destaca que Vasconcelos (1906), Huber (1986) e Nascentes (1953), ao tecerem comentários sobre questões particulares que envolvem a concordância no português arcaico, verificam a existência de muitos casos de concordância semântica, realizados assim: o

sujeito formalmente no singular, mas com significado plural ou coletivo, concordando com o verbo plural, no predicado. Vejamos como isso no excerto a seguir uma dessas realizações:

(g) Se *esta gente*... Não queres que *padeçam* vituperio... (Séc. XVI, *Lusíadas*, I, 38, 3-5).

(h) *a gente* da terra *perdem* suas casas e suas roupas e non as *querem* mais recobrar... (Séc. XV, *Livro da Cartuxa*, Dias 1982:45) (Lopes, 2003, p. 10).

Em (g), o sujeito *esta gente* concorda com o verbo *padeçam* e, em (h), o sujeito *a gente da terra* concorda com o verbo *perdem* e *querem*, além das marcas de plural presentes nos pronomes demonstrativos em *suas casas* e *suas roupas*. Temos notícias de que, como explicitado, as particularidades da concordância no português arcaico, conforme Vasconcellos (1906), podem ser um recurso, entre tantos outros desse português, para expressar a impessoalidade do sujeito.

Lopes (2003), fundamentada em Huber (1986, p. 280), sublinha ainda que, “aparentemente, a concordância semântica não se processava apenas com relação às propriedades de número, mas também no que se refere ao gênero, uma vez que “também *gentes* se liga por vezes, no sentido *de homens*, a predicado masculino”.

(37) E por jsto disse Salamom: hi há huñ caminho que aos homens parece bemdireito, mês na fim leuaos ao Inferno, ca muytas hi há de gentes de que he dauer doo, que cujdam estar em camjnho de saude, e som auyados a perdiçon (Séc. XIV, *Do “Castello perigoso”*, Vasconcelos, 1959, p. 50).

Lopes (2003, p. 10-11) lembra-nos que a relação com o vocábulo *homem*, seja funcionando como substantivo, seja como pronome indefinido, no português arcaico, é tema recorrente nas gramáticas históricas, principalmente quando se apresentam os recursos possíveis de indeterminação do sujeito. Essa transição nome > pronome é mencionada também por Said Ali (1971, p. 116).

Desse modo, Lopes (2003) retoma sua proposta de 1993, ao afirmar que considera *a gente* como variante de *nós*, tradicionalmente entendida como ‘plural de eu’, podendo apresentar várias possibilidades a saber: *eu+tu/você*, *eu+ele/ela*, *eu+vós/vocês*, *eu+eles*, *eu+todos*³³. A forma plural, portanto,

³³ De acordo com Lopes (2003), essas possibilidades de A GENTE como variante de NÓS, ‘plural de eu’, como mencionado acima, é o que Benveniste (1988) convencionou denominar de “eu-ampliado” (Lopes, 2003, p. 12).

refere-se a um conjunto de pessoas *com quem se fala*, admitindo também um valor indeterminado, abrangente, genérico e até difuso. A diferença semântica coaduna-se com uma distinção formal, uma vez que o sentido expresso e os radicais das formas *eu/nós* e *tu/vós* são completamente distintos. A introdução de formas como *você/s/a gente* ratifica a ideia de que a pluralização do *eu/tu* por *nós/vós* não se processa pela junção de elementos iguais³⁴ (Lopes, 2003, p. 12).

Quanto à gramaticalização de *a gente*, como já mencionado, Lopes (2003, p. 12) dá, merecidamente, os créditos a Omena e Braga (1996), quando essas mostram a gramaticalização de *a gente* aplicando os cinco princípios de Hopper (1991), a saber, *layering*, *divergência*, *especialização*, *persistência* e *deategorização*, questão sob a qual nos debruçamos na subseção sobre Funcionalismo e na análise.

Na busca de descrição eficaz da gramática do português, diferentemente do trabalho de 1993, Lopes (2003) se apropria de modelos teóricos diversos, a saber, Funcionalismo, Gerativismo e Teoria da Variação, quando decide lidar com *corpora* múltiplos (como cartas oficiais e pessoais, peças teatrais, prosa literária, poesia religiosa etc.), visto que o aporte teórico selecionado pode oferecer maior confiabilidade às conclusões analíticas sobre o objeto em estudo.

Para compor esta subseção, elencamos, também, o estudo de Borges (2004), que, tendo como um dos objetivos em sua pesquisa analisar a introdução da forma *a gente* no quadro dos pronomes pessoais do PB e verificar etapas do processo de pessoalização envolvendo o pronome ora mencionado, investiga 5 (cinco) regiões do país: Rio de Janeiro (1980), Florianópolis (1990), Porto Alegre (1990), Pelotas (2000) e Jaguarão (2000). Trata-se de pesquisas realizadas com diferencial de 10 (dez) anos entre si.

Com disso, Borges (2004) observa que a mudança em torno da forma *a gente* está ocorrendo em todas as comunidades, embora com ritmos diferenciados. Além disso, o linguista registra que a substituição de *nós* por *a gente* caracteriza-se como uma mudança bastante avançada no Brasil. Esse fato reforça a ideia de que a diversidade linguística do PB tem o fator sociocultural como uma importante variável a ser considerada (Borges, 2004).

Conforme estamos apresentando nesta subseção, existe, atualmente, uma gama de estudos acerca da Variação/Mudança linguística. Entre outros, reportamo-nos ao trabalho de Mendes (2019). A autora, com vista à implementação do uso do *a gente* no PB, observou, além da posição de uso no sujeito, o *a gente* nas posições de complemento (objeto direto, objeto indireto, com preposição, sem preposição). Para isso, escolheu 03 (três) cidades de Minas Gerais, quais

³⁴ Para melhor compreensão, conferir exemplo 9 (Lopes, 2003, p. 12).

sejam, Machacalis, Itaúna e Piranga. A pesquisadora realizou o estudo por meio de fundamentos teóricos da Variação e Mudança de perspectiva laboviana e abordagem de rede apresentada por Milroy (1987).

Precisamos retomar a um outro estudo, datado de 2015, realizado por Vianna e Lopes (2015). Essas autoras fizeram um vasto levantamento abrangente quanto às pesquisas realizadas no PB acerca do processo de substituição de *nós* e *a gente* iniciadas há mais de 30 anos, estendendo-o a todas as regiões do país. Segundo elas, as pesquisas indicam que o fenômeno da variação entre *nós* e *a gente* pode ser caracterizado como um processo de mudança linguística, no qual a forma inovadora tem ocupado os espaços da mais antiga. Com base nos estudos de Lopes (1993) e Zilles (2007), as autoras destacam dois pontos fundamentais quanto à propagação crescente do pronome *a gente* na língua oral do PB: em primeiro lugar, o espraio crescente do pronome *a gente* não só entre jovens, mas também em todas as faixas etárias nos últimos 20 anos e, em segundo lugar, o fato de não haver estigma associado ao uso da forma no desempenho oral dos falantes, mesmo entre os considerados cultos³⁵.

Intentando descrever a variação *nós* e *a gente* em posição de sujeito no Brasil, feito esse levantamento, as pesquisadoras apontaram para a falta de paralelismo de pesquisa no país entre as regiões, tratando, inicialmente, da região Sudeste, com pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e o interior, Vitória e São Paulo, sendo que uma dessas pesquisas, além de ser realizada em dados do Rio de Janeiro, estendeu-se para outras regiões, a exemplo do estudo de Lopes (1993).

A seguir, trataram do inovadoríssimo na região Nordeste: Salvador e o recôncavo baiano, João Pessoa e São Luís. Com essa informação, verificaram, assim, um lapso de pesquisa dessa natureza em inúmeros outros estados que compõe a região em destaque. Quanto ao Centro-Oeste, tem Goiás por representante e, nesse caso, a mudança chega com a urbanização. Já a região Sul traz pesquisas em todos os seus estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Mediante as várias pesquisas de diferentes regiões do país, sobre a variação linguística entre *nós* e *a gente* no português, presentes no levantamento realizado por Vianna e Lopes (2015), resumimos:

³⁵ Consideremos, pois, a data de publicação desse livro, podemos acrescentar aí outros 7 anos. Assim, últimos 27 anos. Bem como adaptação realizada por nós quanto ao início das pesquisas, utilizando o mesmo raciocínio. Por isso, em média 37 anos de início a esses estudos.

1. Entre os grupos de fatores linguísticos que se mostram pertinentes em praticamente todas as investigações, podem-se elencar, em ordem de importância: (i) *o paralelismo formal e discursivo*; (ii) *traço semântico de [+ indeterminação] do referente*; (iii) *tempo verbal*; e (iv) *saliência fônica*.
2. Entre os fatores sociais que normalmente são relevantes para o fenômeno, podem-se citar, em ordem de recorrência: (v) *faixa etária*, (vi) *gênero/sexo*; (vii) *escolaridade*; e (viii) *localidade* (Vianna; Lopes, 2015, p. 127).

Além desses trabalhos apresentados até aqui, compreendemos que as investigações em torno da alternância do *a gente* e *nós* seguirão vastos caminhos e diferentes comunidades e, como consequência, haverá o engajamento crescente dos falantes da língua em suas respectivas comunidades de fala e de práticas.

Nesta Seção ***A Gente: Descrição do Objeto de Estudo***, com o propósito de compreendermos a complexidade do nosso objeto de estudo, buscamos, em dicionários da língua portuguesa e especializados, em gramáticas prescritivas e descritivas, bem como em pesquisas linguísticas, selecionadas por meio de teses, dissertações, artigos e capítulos, descrever o pronome *a gente*.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, tratamos da Sociolinguística e do Funcionalismo, buscando (i) sumarizar aspectos de estudos que antecederam as linhas teóricas mencionadas e, ao mesmo tempo, (ii) compreender que teorias são essas, o que criticam das teorias que as antecederam, o que elas acrescentam aos estudos anteriores a elas, trazendo, assim, também, pontos que consideramos relevantes e que as caracterizam e o quanto dão mote para o desenvolvimento desta pesquisa atual em que tratamos da alternância do uso *nós* e *a gente*.

4.1 Aspectos variacionistas e funcionalistas

O século XX pode ser tomado como referência no que tange aos estudos linguísticos e, especificamente, aos estudos sobre a concepção de língua, uma vez que, nesse século, acontece o marco da Linguística enquanto ciência. No início do século, a grande referência para os estudos linguísticos foi o Estruturalismo, corrente teórica que concebia o funcionamento da língua em sua forma estanque e sem valorar os fatores extralinguísticos (Guimarães, 2014).

Saussure [1916]/(2012, p. 37) traz elementos fundamentais no processo de construção da Linguística enquanto ciência, a exemplo do seu reconhecimento da constituição da matéria da Linguística “por todas as manifestações da linguagem humana” e conjunto de definição de conceitos concernentes à língua, linguagem e fala, definições dos elementos que compõem sua teoria e que denotavam discrepâncias frente à natureza da língua e seu valor social se pensarmos no contexto da língua e linguagem na relação com a sociedade.

Assim, destacamos, mesmo, o século XX como referencial aos estudos linguísticos na perspectiva de inauguração de uma nova ciência, dando a Saussure o seu merecido lugar nesse importante feito, mas também mencionamos várias outras tentativas de busca por tecer o lugar da Linguística enquanto ciência. Nessa perspectiva, tomamos os estudos de Weedwood (2002), publicados em *A História Concisa da Linguística*, por meio dos quais, reportamo-nos a inúmeras experiências no tocante à “língua(gem)”, a exemplo do capítulo *Tradição Ocidental até 1909*. Nele, identificamos o início da historiografia da Linguística ocidental em Atenas, com Platão e suas reflexões sobre os problemas da linguagem.

Segundo Weedwood (2002), as obras atribuídas a Platão tiveram questões cruciais levantadas a ponto de se ter uma agenda à qual a tradição europeia retornou muitas vezes ao longo de seu desenvolvimento. A tradição ocidental tem seu próprio e claro padrão de desenvolvimento. No entanto, é sabido que diversas ideias tenham sido emprestadas das fontes externas,

a exemplo da tradição judaica no início do primeiro milênio depois de Cristo, da linguística hebraica e árabe durante o Renascimento e da Índia por volta de 1800. Nesse sentido, contendo consequências para a historiografia linguística em geral. Sem intentar uma discussão alongada sobre a tradição ocidental, com fins de contextualização, consideramos importante trazer algumas observações, presentes nesses estudos quanto aos planos geográfico e temporal dessa historiografia. Conforme Weedwood (2002), é inútil tentar ligar, no plano geográfico,

todas as grandes tradições linguísticas numa única sequência cronológica, saltando da Índia à China, à Grécia e a Roma, aos povos semíticos e de volta ao Ocidente [...]. No plano temporal, em contrapartida, embora alguns modos de pensamento permaneçam características de uma tradição particular por um longo período de tempo, outros se sucedem um ao outro mais ou menos rapidamente com efeito cumulativo ou cíclico. A tradição ocidental é marcada por uma importante mudança de direção que ocorreu durante o século XV (Weedwood, 2002, p. 22-23).

Weedwood (2002) sugere, em seu estudo, que se classifique a Linguística tendo em vista os aspectos pré-renascentista e pós-renascentista por considerar mais adequado que tratar por periodização tradicional. Desse modo, a linguística grega e romana, segundo a autora, “formam um *continuum* com a medieval: os romanos se basearam nas iniciativas dos gregos (e, de maneira limitada, desenvolveram-nas), enquanto os pensadores medievais estudaram, digeriram a versão romana da tradição linguística antiga” (Weedwood, 2002, p. 23).

A partir desses estudos, antes de seguirmos para alguns acontecimentos do século XX, por entendermos ser necessário, fizemos uma breve passagem pelo século XIX, destacando os seguintes acontecimentos: (i) o desenvolvimento do método comparativo, que resultou em um conjunto de princípios pelos quais as línguas poderiam ser sistematicamente comparadas no tocante aos seus sistemas fonéticos, estrutura gramatical e vocabulário de modo a demonstrar que eram aparentadas; (ii) descobertas como o fato de o latim ter dado origem ao francês, italiano, português, romeno, espanhol e outras línguas românicas, e de o latim, o grego, o sânscrito terem se originado de alguma língua mais antiga chamada de indo-europeu ou proto-indo-europeu; (iii) o conhecimento de que as línguas românicas descendiam do latim e, assim, constituíam uma “família”, sendo a existência da família linguística indo-europeia e a sua relação genealógica demonstrada no século XIX pelos filólogos comparativistas.

Além disso, evidenciamos feitos que se remeteram ao século XVIII, como o desenvolvimento do método comparativo e como isso se justificou: (a) o ímpeto para o desenvolvimento da filologia comparativa chegou ao fim do século XVIII, quando se descobriu que o sânscrito tinha algumas semelhanças com o grego e o latim; e (b) Sir William Jones, um orientalista

inglês, em 1786, lançou a hipótese de que aquelas três línguas deviam ter “jorrado de alguma fonte comum, que talvez não exista mais”.

Ademais, Jones se deu conta de que o germânico, o persa antigo e talvez o céltico tinha evoluído desde aquela “fonte comum”. O segundo passo mais importante foi dado pelo pesquisador alemão Jakob Grimm, em 1822, que demonstrou que havia correspondências sistemáticas entre os sons do germânico e os sons do grego, do latim e do sânscrito em palavras de sentidos semelhantes³⁶.

Um outro ponto que mereceu destaque data de 1870, ou seja, cerca de 50 (cinquenta) anos depois, com um grupo de pesquisadores conhecidos como “jovens gramáticos” ou “neogramáticos”, ao lançar a tese de que todas as mudanças no sistema fonético de uma língua, enquanto essa se desenvolvia ao longo do tempo, estavam sujeitas a operação de leis fonéticas regulares. Essa tese de que as leis fonéticas são absolutamente regulares em sua operação (a menos que fossem inibidas em instâncias particulares pela influência da analogia) foi, a princípio, considerada controvertida, mas, no final do século XIX, tornou-se o fundamento do método comparativo. Assim, usando o princípio da mudança fonética regular, os estudiosos reconstruíram formas “ancestrais” comuns das quais se poderiam derivar as formas mais tardias encontradas em línguas particulares.³⁷

Quanto ao papel da analogia, os neogramáticos pensavam-na como poder de inibir a operação regular das leis fonéticas em formas lexicais particulares. Ao longo do século XX, porém, ficou reconhecido que a analogia, em sentido mais amplo, desempenha um papel importante no desenvolvimento das línguas, mais do que inibir aquilo que seria uma transformação completamente regular do sistema fonético de uma língua. Nesse sentido, por exemplo, quando uma criança aprende a falar, tende a regularizar as formas anômalas, ou irregulares, por analogia com os padrões mais regulares e produtivos de formação na língua, como acontece quando diz “eu fazi” em vez de “eu fiz”. O fato de a criança proceder dessa maneira indica que ela aprendeu ou está aprendendo as regularidades ou regras de sua língua.

Pautados no processo da analogia, pensada, inicialmente pelos neogramáticos, como poder de inibir a operação regular das leis fonéticas em formas lexicais particulares, passa a ser

³⁶ Entre outras descobertas, Grimm observou que onde o gótico (a mais antiga língua germânica sobrevivente) tinha um F, o latim, o grego e o sânscrito frequentemente tinham um P.: *Gótico* FOTUS, *Latim* PEDIS, *Grego* PODÓS, *sânscrito* PADÁS, todas significando “pé” (Weedwood, 2002, p. 105).

³⁷ Por convenção, as formas reconstruídas são marcadas na literatura técnica com um asterisco (*). Com base na palavra reconstruída indo-europeia para “dez”, *DEKM, foi possível derivar do *sânscrito* DASA, o *grego* DÉKA, o *latim* DECEM e o *gótico* TAIHUN, postulando diferentes leis fonéticas que operaram independentemente nos diferentes ramos da família indo-europeia (Weedwood, 2002, p. 106).

compreendida em um sentido mais amplo. Desse modo, torna-se considerado um papel importante no desenvolvimento das línguas. Daí, também, alguns sinais que poderiam ser levadas à variação e mudança, tal qual foi firmada, posteriormente, por Labov com a fundação da Sociolinguística a ser apresentada mais adiante nesta pesquisa.

Outro ponto apresentado no estudo em que nos pautamos diz respeito à contribuição de Wilhelm von Humboldt³⁸, dada a sua teoria mais original ser sobre a forma “interna” e “externa” da língua, ou seja, uma concepção estrutural. Para o linguista, a forma externa da língua seria a matéria bruta (os sons) com base na qual as diferentes línguas são moldadas e a forma interna seria o padrão ou estrutura de gramática e significado que é imposto sobre esta matéria bruta e que diferencia uma língua da outra o que viria tornar-se dominante até meados do século XX. No contexto do polo formalista³⁹, tratamos, a seguir, sobre o Estruturalismo e Gerativismo.

4.1.1 Estruturalismo e Gerativismo: teorias que antecederam a Sociolinguística

4.1.1.1 Estruturalismo

Considerando-se as correntes assim denominadas e suas abordagens específicas, iniciemos, pois, dizendo que Saussure inaugurou a Linguística com *status* de ciência através do seu *Curso de Linguística Geral* (doravante CLG) publicado em 1916, sob organização de seus discípulos Bally e Sechehaye por meio de anotações realizadas em aulas. No que diz respeito a essa recorrente informação, Battisti *et al.* (2021) recomendam dizer que se trata de uma edição póstuma feita por colegas de Saussure (Albert Sechehaye e Charles Bally) com a colaboração de alunos – no caso, um aluno (Albert Riedlinger) que teria frequentado os dois primeiros cursos (Battisti *et al.*, 2021).

Tendo Saussure estabelecido o objeto de estudo da linguística, a língua, e organizado os princípios gerais da nova ciência, bem como o método a ela relacionado, para a compreensão da sua obra, ressaltamos que é fundamental entender o que significa a palavra “língua” e sua

³⁸ Um dos linguistas de maior influência do século XIX.

³⁹ “O polo formalista caracteriza-se pela tendência de analisar a língua como um objeto autônomo, cuja estrutura independe de seu uso em situações comunicativas reais. Já o polo Funcionalista caracteriza-se por conceber a língua como um instrumento de comunicação que não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas” (Martelotta; Kenedy, 2015).

aplicação no CLG. Para Saussure (2012, p. 41), entre outras definições, a língua “não se confunde com a linguagem [...]. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade dos indivíduos”. Mais adiante, Saussure (2012, p. 46) afirma que “3º - Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea”.

Desse modo, de acordo com Battisti *et al.* (2021, p. 54), no contexto da teoria de Saussure no CLG, a palavra “língua” precisa ser compreendida como um termo técnico, ou seja, “‘língua’ é o nome que Saussure dá ao objeto de sua teoria e não pode, portanto, ser confundido com qualquer outro entendimento comum da palavra (idioma, estilo de um autor etc.)”. Ainda segundo os autores, essa perspectiva se estende também à linguagem e à fala, tendo em vista que são termos técnicos e, por isso, possuem sentido somente no interior da teoria à qual pertencem. A compreensão da palavra “língua”, então, justifica-se, sobretudo, por configurar-se objeto de estudo da Linguística em decorrentes relações mantidas com a linguagem e a fala, mesmo que linguagem e fala não constituam o objeto de estudo da linguística.

Por tratar-se de uma teoria, naquele momento, em processo de criação, cremos que ainda muito há de ser discutido e interpretado sobre a “criação” e a “criatura”, se assim podemos dizer, a exemplo de estudos como os desenvolvidos por Bouquet (2004) por meio da obra *Introdução à leitura de Saussure*, por Bouquet e Engler (2012) na obra *Escritos de Linguística Geral* entre outros. Se mal compreendidos ou não, teorias outras surgem com finalidade, de acordo com seus “criadores”, para melhor responder, melhor entender, analisar e explicar fenômenos linguísticos.

4.1.1.2 Gerativismo

A teoria gerativista, por sua vez, teve início com os trabalhos do linguista Noam Chomsky, nos Estados Unidos, sobretudo, em 1957, com seu livro *Estruturas Sintáticas*. Já na década de 1960, é sabido que o estudioso trata de noções como “aceitabilidade” (e “inaceitabilidade”), “gramaticalidade” (e “agramaticalidade”). Quanto à discussão realizada por Chomsky (1975)⁴⁰ a respeito do desempenho (*performance*) e competência (*competence*), partindo-se do objeto falante-ouvinte ideal, vinculado a uma comunidade linguística completamente homogênea, ele compreende que, assim como para a criança que aprende a língua, para o linguista,

⁴⁰ Obra traduzida em português (*Aspectos da teoria da sintaxe*) por J.A. Meireles e E. P. Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1975.

o problema consiste em determinar, a partir dos dados da performance (desempenho), o sistema subjacente de regras que foi dominado pelo falante-ouvinte e que ele põe a uso na performance efectiva. Logo, no sentido técnico, a teoria linguística é mentalista, na medida em que tem como objetivo descobrir uma realidade mental subjacente ao comportamento efectivo. [...] Uma gramática de uma língua pretende ser uma descrição da competência intrínseca da língua (Chomsky, 1975, p. 4).

Vê-se que, no Gerativismo, a competência de um falante-ouvinte ideal representa a idealização do conhecimento gramatical de uma língua, portanto, uma realidade mentalista. No intuito de estudarmos a performance efectiva, Chomsky (1975) afirma que:

tem que se considerar a interacção de uma variedade de factores, entre os quais a competência subjacente do falante-ouvinte é apenas um deles. Deste ponto de vista, o estudo da linguagem não é diferente da investigação empírica de outros factores complexos. Fazemos, portanto, uma distinção fundamental entre *competência* (o conhecimento que o falante-ouvinte possui da sua língua) e *performance* (o uso efectivo da língua em situações concretas). A performance só é um reflexo directo da competência no caso de vigorarem as condições ideais estabelecidas no parágrafo anterior. Na realidade dos factos, é óbvio que ela não pode reflectir directamente a competência. Uma gravação da fala natural mostrará numerosos arranques em falso, desvios das regras, mudanças de intenção a meio caminho, e assim por diante. Chomsky (1975, p. 83-84)

Pudemos observar que uma das grandes proposições de Chomsky (1975) está directamente relacionada à investigação da competência linguística do falante-ouvinte ideal, ou seja, do conhecimento gramatical internalizado que esse falante-ouvinte “idealizado” domina, dando margem a críticas e observações por parte de estudiosos de natureza funcionalista.

Ao tratar sobre os estudos chomskyanos quanto ao falante-ouvinte ideal⁴¹ (meados de 1950), *competence* e *performance*, Sousa (2008) afirma que, na escola gerativista, os conceitos de *langue* e *parole* foram, de certa forma, reditos por meio dos termos *competence* (competência) e *performance* (desempenho). No Gerativismo, há de se considerar as variações individuais ou coletivas como resultado de misturas dialetais ou variações livres. Afinal, a grande preocupação dos estudiosos, da escola linguística em questão, era com o dispositivo mental inato que deveria ser explicado pela teoria da gramática universal. Assim, a variação linguística ocupou, nessa teoria, bem como na que a antecede, a posição marginal dos estudos (Sousa, 2008, p. 53).

Dada essa lacuna, a posição marginal da variação linguística, a compreensão de Sousa (2008) remeteu-nos a um posicionamento de Labov (2008, p. 301), quando decide “reexaminar

⁴¹ Membro de uma comunidade linguística completamente homogênea.

brevemente a história das relações linguistas e sociedade”. Isso porque, além da importância dessa relação, a forma com que o linguista concebe e atua no quesito análise de fatos linguísticos diz muito sobre os princípios da teoria adotada.

Retomando um “sinal prévio” da variação linguística dado pelos neogramáticos e passando pelos caminhos do fazer linguístico, enquanto ciência, traçados por Saussure, e pelos caminhos traçados por Chomsky, vimos, na construção da Linguística nas teorias aqui mencionadas, um avanço. Ainda assim, pairava uma lacuna quanto à realização da língua no seio de uma comunidade linguística em meio a uma sociedade.

Essa discussão nos remete a uma afirmação de Labov (2008, p. 308) a respeito da aceitação de linguistas em torno da relação *língua e sociedade*: “Todo linguista reconhece que a língua é um fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato”. Quando os linguistas escrevem sobre mudança linguística, segundo Labov (2008),

encontramos um grau muito diferente de preocupação de contexto social em que essas mudanças ocorrem. Alguns ampliam sua visão para incluir uma ampla gama de fatos sobre os falantes e seu comportamento extralinguístico, enquanto outros estreitam sua visão para excluir o máximo possível. Em geral, podemos predizer, com base na definição que o autor dá de língua, o quanto ele estará preocupado com os fatores sociais na mudança linguística. Além disso, aqueles que focalizam a comunicação da informação cognitiva ou referencial tratarão mais do indivíduo, e aqueles que se envolverem com os usos afetivos e fáticos da língua, das questões sociais (Labov, 2008, p. 302).

Nesse sentido, refletimos a respeito do linguista e a sua relação com a língua, compreendendo-o como fazendo parte do grupo “A” (social) ou grupo “B” (associal), ou seja, a depender do “para onde” o foco do pesquisador se direciona: se for para a heterogeneidade, o linguista tende a ampliar sua visão para incluir uma gama de fatos sobre os falantes e seu comportamento extralinguístico; se o foco se encontrar voltado para a homogeneidade, o linguista tende a estreitar sua visão para excluir o máximo possível o contexto social em que as mudanças ocorrem. É válido ressaltar que ambas as visões são legítimas e podem responder adequadamente às questões propostas em uma investigação.

Em nossa pesquisa, diante da questão norteadora, optamos pelo polo funcionalista e, assim, amparados em um dos postulados da Sociolinguística quanto à mudança linguística, concordamos, por fim, com Weinreich, Labov e Herzog (2006), ao sustentarem que:

A chave para uma concepção racional da mudança linguística – e mais, da própria língua – é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa

língua que serve a uma comunidade. [...] Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional. (Weinreich, Labov; Herzog, 2006, p. 36)

Tendo aceitado as orientações aqui mencionadas, podemos dar continuidade à nossa discussão afirmando que, do ponto de vista da “linguagem e sociedade”, referindo-se à tradição estruturalista iniciada por Saussure, Alkmim (2001, p. 23) destaca que a linguística do século XX teve um papel decisivo consideradas essa relação: “é esta que se encarrega de excluir toda consideração de natureza social, histórica e cultural na observação, descrição, análise e interpretação do fenômeno linguístico”.

Nessa acepção teórica, a linguística terá como tarefa a de descrever o sistema formal: trata-se da abordagem imanente da língua. Com isso, fica claro o quanto Saussure privilegiou o caráter formal e estrutural do fenômeno linguístico, fazendo-nos reforçar compreensão do ponto de vista de Labov (2008), quando separa os linguistas em dois grupos (social e associal), sendo que:

O grupo A, o grupo ‘social’, presta maior atenção aos fatores sociais para explicar a mudança; vê as funções expressivas e diretivas da língua como intimamente entrecruzadas com a comunicação de informação referencial; estuda a mudança em progresso e vê mudança em andamento refletidas nos mapas dialetais; e enfatiza a importância da diversidade linguística, das línguas em contato e do modelo de ondas para a evolução linguística (Labov, 2008, p. 305).

Já os linguistas que compõem o grupo B, o “associal”, segundo Labov (2008), concentram-se em

fatores puramente internos – estruturais ou psicológicos – para explicar a mudança; separam a comunicação afetiva ou social da comunicação de ‘ideias’; acreditam que a mudança sonora em progresso não pode ser estudada diretamente e que os estudos das comunidades e dos mapas dialetais não mostram mais do que os resultados do empréstimo dialetal; assumem a comunidade homogênea e monolíngue como típica, trabalhando dentro do modelo Stammbaum [árvore genealógica] de evolução linguística (Labov, 2008, p. 306).

É por comportamento como esse - (grupo B) - que justificamos, mais uma vez, o surgimento da Sociolinguística, uma teoria que foca seu objeto de estudo na língua falada e na heterogeneidade linguística. Além disso, há outros pontos que diferem esta corrente (Sociolinguística) da inaugurada por Saussure a despeito da observação e análise, levando-se em conta o contexto social em que a língua é realizada.

Nessa perspectiva teórica que direciona seu foco para a variação e mudança linguística, verificamos a importância da comunidade linguística quanto à observância da variação e mudança já manifestadas por Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 36) e a proposta de solução, que, segundo eles, encontra-se “no rompimento da identificação de estruturalidade [*structuredness*] com homogeneidade”, visto que “a chave para uma concepção racional da mudança linguística – e mais, da própria língua – é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade”.

Não é sem razão, pois, o entendimento de Alkmim (2001, p. 32), quando afirma que “Ao estudar qualquer comunidade linguística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou da variação. Isso é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar”. Se compreendemos a relação *língua e sociedade*, dada a complexidade da constituição de ambas, incluída a diversidade de grupos, etnias, gênero etc., não há a menor possibilidade da existência de homogeneidade. Aliás, podemos, categoricamente, afirmar que tanto o Estruturalismo Saussureano quanto o Gerativismo Chomskyano padeceram por questões de escolhas metodológicas, em suas bases, da ausência dessa relação (língua e sociedade). Ausência percebida e, de alguma forma, reparada pela e a partir da Sociolinguística.

4.1.2 A Sociolinguística

Para além da retomada de estudos linguísticos, com base em Weedwood (2002) e alguns posicionamentos de Labov (2008) e Weinreich, Labov e Herzog (2006), situamos a Sociolinguística nos anos de 1960 como a corrente linguística que carrega em sua base a visão de heterogeneidade da língua, conforme mencionamos anteriormente. Nesse aspecto da heterogeneidade da língua, do olhar lançado à língua, não mais como algo em si mesmo, mas como algo intrinsecamente relacionado a aspectos sociais, é que se vê um caráter de “novidade” dos estudos linguísticos, sinalizando um marco divisor dos estudos até aqui realizados.

Tarallo (2006), fundamentado nos estudos labovianos, mostra que, em toda comunidade de fala, são frequentes as formas linguísticas em variação, às quais dá-se o nome de variantes (variantes linguísticas). Portanto, variantes são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Assim sendo, a um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística. Observemos, pois, os excertos retirados do *corpus* do Português Popular de Rio das Rãs sob a perspectiva das desinências número-pessoal (DNP) e modo-temporal (DMT):

(03) E aí **nós** moremo sempre lá. (MMSH1RRr)

(04) **nós** morava na beira do rio. Perto daqui mesmo, na beira do rio. Aí,(ININT) **nós** veio pra cá. Fez as casa aqui **nós** mudemo pra cá. Mas sempre aqui mesmo. Já sai pra trabalhar fora, mas sempre tomo aqui de novo. (IRSm1RRr)

(05) Eh, pai, se o senhor manda nós, **nós** vomo. Aí eu fui, coloquei eles na Lapa, com oito dia que eles tava estudano, o Colégio São Francisco queria mandar eles embora. (ADSh3RRr)

(06) Eu tem é lucrado, você mesmo vê aí, oh, que **nós** compremos, trator pros menino, nunca peguei nem na chave dele. (ADSh3RRr)

(07) Nesse dia, aí **nós** tomô conta da boca da porta, e torno botar o revolver na, na vazia, e a turma vendeno madeira, tombava o caminhão da madeira, durmia no mato, tomano chuva, e assim, nossa vida. (ININT) (ADSh3RRr)

(08) Quem tem amigo não dorme. Aí foi que **nós** viemos chegar meia-noite. (LFSm3RRr)

(09) Nem eu, nem **nós** nenhuma aqui, que criemos aqui nesse lugar. Nenhuma delas conta vitória. Por que **nós** não tivemos, e aí **a gente** continuou, aí quando casei, casei muito nova, casei com idade de dezessete anos, porque eu não tinha quem me dava comida (LFSm3RRr)

(10) Uma coisa que **nós** não podemos tirar pra lugar nenhum. Quando foi caçar recurso e quando o recurso chegou já tinha morrido. E aí, **a gente** não conta nada de vantage, de bondade, na infância, de contar que era isso, que era aquilo, não. (LFSm3RRr)

(11) **a gente** levantava de manhã cedo (MMSH1RRr)

(12) Aqui dentro **a gente** somo uma coisa, aqui dentro **a gente** somo uma coisa e lá fora é outra coisa, é outra realidade, outra realidade.” (MMSH1RRr)

(13) Oh, D. Nilza, **a gente** chegar aqui e a senhora não ser em frente **nós** vai embora. Que **nós** sem a senhora, **nós** num é nada”. (ADSh3RRr)

Nos excertos de (03) a (13), verificamos tanto o uso de *nós* (03 a 10; 13) quanto o de *a gente* (11 a 13). Em determinados contextos, contudo, verificamos situações em que há variação realizada pelo mesmo falante, quer do uso do pronome *a gente* quer do uso do *nós* (09, 10 e 13).

Para explicar processos de variação, trouxemos estes cinco pontos apresentados por Tarallo (2006): 1. Levantamento exaustivo de dados de língua falada, para fins de análise, dados estes que refletem mais fielmente o vernáculo da comunidade; 2. Descrição detalhada da variável, acompanhada de um perfil completo das variantes que a constituem; 3. Análise dos possíveis fatores condicionadores (linguístico e não-linguístico) que favorecem o uso de uma variante sobre a(s) outra(s); 4. Encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade: em que nível linguístico e social da comunidade a variável pode ser colocada; 5. Projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade. A variação não implica

necessariamente mudança linguística. A mudança, ao contrário, pressupõe a evidência de estado de variação anterior, com resolução de morte para uma das variantes.

Cada ponto apresentado por Tarallo (2006), visto um a um, leva-nos a compreender e analisar os processos pelos quais passam a variação *nós* e *a gente* e a potencialidade da língua falada frente a esses processos de fenômenos linguísticos de vertente sociolinguística. Esses pontos mostram-se fundamentais para a nossa pesquisa por termos dados exaustivos da língua falada da comunidade que ora examinamos, sem falar que só podemos descrever a variável pretendida por nós na realização das variantes em dada comunidade, com vistas aos condicionadores linguísticos e extralinguísticos⁴².

Além disso, tencionamos identificar o encaixamento da variável quer no sistema linguístico, quer no sistema social da comunidade. Nesse sentido, buscamos validar, ou não, o aspecto teórico defendido por Labov (2008) quanto à variação e mudança linguística e compreensão do comportamento linguístico dos usuários da língua no que tange à variável *nós* e *a gente* na comunidade de Rio das Rãs. Podemos também descrever e analisar a projeção histórica da variável *nós* e *a gente* no sistema sociolinguístico na comunidade em questão, uma vez que o uso alternado de *nós* e *a gente* em Rio das Rãs implica variação. Entretanto, não podemos afirmar, ainda, se essa variação implicará mudança linguística.

Na concepção laboviana, a língua falada em qualquer comunidade é representada por um conjunto de variedades linguísticas. Se, nas escolas que antecederam a Sociolinguística, as formas variantes eram percebidas como partes constituintes de sistemas diferenciados (formas que existiam junto a outras formas ou que configuravam alternativas cuja escolha era livre e assistemática), ficando sempre à margem desses estudos, para os variacionistas, fenômeno da variação e da mudança linguística nunca constitui literalmente um problema, e, assim, essa heterogeneidade linguística, derivada de uma sociedade plural, constitui uma característica inerente à língua. Com essa compreensão, coube à Sociolinguística a tarefa de operacionalizar esses fenômenos através de teoria e metodologias próprias, acreditando que a heterogeneidade presente na fala é passível de sistematização (Sousa, 2008).

No que diz respeito à Sociolinguística e seu objetivo, Sousa (2008), fundamentada nos estudos labovianos, ressalta que essa ciência tem como objeto de estudo a língua falada, observada, descrita e analisada em situações reais de uso. Desse modo, examinamos quais são as variáveis linguísticas e extralinguísticas (variáveis sociais) que orientam o comportamento verbal dos falantes em situações de interação. A pesquisadora ressalta, também, que a língua se

⁴² Na expressão de Tarallo (2006), “não-linguístico”.

apresenta como um objeto histórico e cultural que se constitui a partir da interação social entre os membros de uma determinada coletividade.

Nesse sentido, Sousa (2008) dá-nos um fio condutor relacionado ao processo de variação linguística quando menciona o comportamento verbal dos falantes em situações de interação. Há de nossa parte, nesse argumento, um convencimento de que alguns aspectos que fundamentam a Sociolinguística enquanto ramo da Linguística que se ocupa com a/da língua falada. Dito isso, faz-se necessária uma discussão acerca das variantes: padrão/não-padrão; conservadoras/inovadoras; estigmatizadas/de prestígio. O uso de uma dessas variantes por outra implica, por sua vez, uma outra discussão: a do nível de consciência social, bem definida por Coelho *et al.* (2010).

Coelho *et al.* (2010) afirmam que o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística que deve ser determinada diretamente, visto que “a mudança linguística se inicia em um determinado grupo social – associada a um determinado valor social – e, gradativamente, se expande para outros grupos até se completar”. Por conseguinte, apresentam pontos acerca da correlação entre uso e valor social:

- 1) Variantes de maior prestígio estão associadas, quase sempre, a estilos de fala mais formais e variantes de menor prestígio a estilos de fala mais informais (ao vernáculo);
- 2) As formas mais conservadoras (e, em geral, mais prestigiadas) são usadas majoritariamente no trabalho e as mais inovadoras na interação com os amigos (e familiares) e nas brincadeiras (Coelho *et al.*, 2010, p. 104).

Quanto à discussão sobre *nós* e *a gente* e seus usos variáveis, notadamente, a forma inovadora *a gente* tem sobressaído, nas variáveis popular e culta. Dessa forma, de algum modo, apresentando um comportamento diferente do apresentado por Coelho *et al.* (2010) quando, ao discutirem sobre as formas conservadoras (mais prestigiadas) e inovadoras, afirmam que a forma dita conservadora segue dando lugar à forma inovadora.

Temos visto, no Brasil, pesquisas apontando a dinâmica do PB em inúmeros fenômenos linguísticos, tendo a Sociolinguística como guia, e a tendência de se verificar os aspectos de variação e mudança linguística a partir de ondas (primeira, segunda e terceira). De modo breve, com fins de contextualização, podemos falar dessas ondas seguindo o raciocínio de Eckert (2005). Inicialmente, é válido dizer que os estudos quantitativos da variação sociolinguística têm cerca de 60 (sessenta) anos⁴³. Ao longo desses anos, o foco tem sido dado, a rigor, aos

⁴³ Considerando-se os estudos desenvolvidos por William Labov no início dos anos 60.

dialetos regionais e étnicos e às mudanças linguísticas. No entanto, mesmo que timidamente, a terceira onda tem galgado espaços nas pesquisas no Brasil.

Eckert (2005) lança um olhar à variação como recurso para a construção do significado social da linguagem. Segundo a linguista, essa tomada de decisão significou um afastamento das mudanças em andamento para considerar o sistema mais amplo de significado social: trata-se de um sistema mais amplo no qual as mudanças participam. Conforme Eckert (2005), a primeira onda é constituída pelos estudos de variação realizados por Labov em Nova York, 1966, que forneceram uma base sólida para o estudo da variação, estabelecendo amplas correlações entre variáveis linguísticas e as principais categorias sociais da classe socioeconômica, sexo e idade. Além disso,

estabeleceram um padrão regular e replicável de estratificação socioeconômica de variáveis, em que o uso de variantes não padronizadas geográfica e etnicamente distintas se correlaciona inversamente com o *status* socioeconômico. Esses estudos também mostraram uma estratificação estilística regular de variáveis em todos os níveis da hierarquia socioeconômica, com o uso de variantes não padronizadas e distintamente regionais correlacionadas inversamente com a formalidade de estilo (Eckert, 2005, p. 2, tradução nossa).⁴⁴

Dessa forma, para Eckert (2012), os estudos da primeira onda interpretaram o significado social da variação com base no entendimento geral das categorias que serviram para selecionar e classificar os falantes, e não através do conhecimento direto dos próprios falantes e de suas comunidades. Ainda em conformidade com essa pesquisadora, esses padrões apontaram questões sobre o que subjaz às categorias sociais primárias, dando origem a uma segunda onda, caracterizada por estudos etnográficos de populações mais definidas localmente.

Quanto à chamada segunda onda, esta contém aspectos etnográficos quantitativos da variação, são assim reconhecidos pela pesquisadora, tendo em vista os estudos desenvolvidos por Labov (1963) em Martha's Vineyard (Labov, 1963). Sobre os “achados” desses estudos, comenta: “E aqui está a prova de que essas ondas não são puramente cronológicas, porque este estudo antecede a primeira onda - na verdade, é o estudo de referência que estabeleceu que a segunda onda poderia acontecer” (Eckert, 2005, p. 5).

⁴⁴ These studies established a regular and replicable pattern of socioeconomic stratification of variables, in which the use of non-standard, and geographically and ethnically distinctive variants, correlates inversely with socioeconomic status. These studies also showed a regular stylistic stratification of variables at all levels in the socioeconomic hierarchy, with the use of non-standard and distinctively regional variants correlating inversely with formality of style.

Os estudos etnográficos concentram-se em comunidades menores, no entanto, por períodos relativamente longos, e visam descobrir categorias sociais localmente salientes. Essas categorias são descobertas em virtude de seu lugar na prática social local, e, como resultado, os estudos etnográficos trouxeram uma visão mais clara de como as formas de falar são imbuídas de significado local. Remetendo-nos, ainda, à segunda onda, Eckert (2005) destaca que a visão da variação como indexação⁴⁵ da afiliação a grupos e categorias locais aproxima as correlações de classe da experiência concreta e ilustra o valor positivo do vernáculo e da resistência ao vernáculo, dependendo do local das redes particulares na economia política. Na segunda onda, os estudos de variação voltaram-se para métodos etnográficos para se aproximar da dinâmica local de variação, buscando categorias locais que pudessem lançar luz sobre a relevância das categorias macrosociológicas para a vida no ambiente local e traçando uma relação direta entre a dinâmica social que deu origem a essas categorias e o uso de variáveis linguísticas.

Ainda em conformidade com Eckert (2012), os estudos etnográficos da segunda onda forneceram uma perspectiva local sobre os resultados dos estudos de levantamento da primeira onda, estabelecendo a conexão entre as categorias macrosociológicas e as categorias e configurações locais mais concretas que lhes dão significado no terreno. Todavia, como os estudos da primeira onda, os estudos da segunda onda enfocavam categorias aparentemente estáticas de falantes e equiparavam a identidade à afiliação da categoria. A etnografia, contudo, evidenciou a prática estilística, mesmo que esses estudos não tratassem explicitamente a natureza das relações indexicais entre variáveis e categorias sociais.

Para Eckert (2012), enquanto as duas primeiras ondas viam o significado da variação como consequência incidental do espaço social, a terceira onda o vê como uma característica essencial da linguagem. Variação, nessa perspectiva, constitui um sistema semiótico social capaz de expressar toda a gama de preocupações sociais de uma comunidade. E, como essas pre-

⁴⁵ Termo usado em estudos linguísticos (Sociolinguística Variacionista), nesse caso, elaborado por Eckert (2008) que teve como inspiração os estudos de Silverstein (2003). Para Eckert (2008), os significados das variáveis não são precisos ou fixos, mas constituem um campo de potenciais avaliações - um campo indexical, ou constelação de significados ideologicamente relacionados, qualquer um dos quais pode ser ativado no uso situado da variável. O campo é fluido e a cada nova ativação o potencial modifica-se com base em conexões ideológicas (Eckert, 2008). Mais ainda: a ordem indexical (Silverstein, 2003) é central para a mutabilidade dos sinais indexáveis. Em algum estágio inicial, uma população pode se destacar, e uma característica distintiva do discurso dessa população pode atrair atenção. Uma vez reconhecido, esse recurso pode ser extraído de seu ambiente linguístico e vir, por si só, para indexar a participação nessa população. Pode então ser chamado em movimentos ideológicos em relação à população, invocando modos de pertencer a, ou características ou posturas associadas a essa população (Eckert, 2005).

ocupações mudam continuamente, as variáveis não podem ser marcadores consensuais de significados fixos: pelo contrário, sua propriedade central deve ser a mutabilidade indexada. Com base em Hebdige (1984), citado por (Eckert, 2012), compreendemos que essa mutabilidade é alcançada na prática estilística, à medida que os falantes fazem movimentos sócio semióticos, reinterpretando variáveis e combinando-as e recombinaando-as em um processo contínuo de bricolagem.

A terceira onda é concebida por Eckert (2005) como um foco emergente na variação, tendo a variação como um recurso para a construção de significado social. Na concepção da terceira onda, o indivíduo é visto não como um “guarda solitário”, mas ligado à matriz social por meio de formas estruturadas de engajamento, construindo, portanto, uma identidade ao equilibrar a participação em várias comunidades de prática e em formas de participação em cada uma dessas comunidades.

Nessa construção de identidade, ao equilibrar a participação em várias comunidades de prática e em formas de participação em cada uma delas, a prática estilística surge como chave para todo o processo de construção. Desse modo, o estilo, para o sociolinguista, não é uma coisa, mas uma prática: é a atividade na qual as pessoas criam significado social, visto que, para a pesquisadora, nem a linguagem nem o mundo social são estáticos, e a prática estilística faz parte da prática em que a mudança, ou a estabilidade, é provocada.

A título de ilustração, trazemos a pesquisa de Lisboa (2015) com discussão em torno da terceira onda da Sociolinguística (Eckert, 2005), uma vez que essa perspectiva se preocupa com a variação linguística como um recurso para a construção do significado social e esse tipo de estudo acontece em comunidades de prática, observando a língua dentro do contexto social e a maneira como os falantes a utilizam para construir sentidos e identidades sociais. Sob esta visão, a linguagem interage, inclusive com outros sistemas simbólicos, como vestimenta, comportamento, olhar etc. Então, não há como dizer que a preocupação está voltada apenas para a estrutura da língua, sem considerar o contexto social em que as interações ocorrem ou as funções dos traços linguísticos. A compreensão da variação na terceira onda só se torna possível ao pensar a prática através da observação local (Lisboa, 2015, p. 44). Vale lembrar, ainda, que a pesquisa em questão se filia à vertente funcionalista.

Lisboa (2015), em sua pesquisa *Doutor e outras formas de tratamento direcionadas aos profissionais jurídicos: análise de uma comunidade de prática à luz da terceira onda da sociolinguística*, faz um estudo a partir de pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e as vertentes formalista e funcionalista da Linguística, por acreditar ser esse um debate profícuo para os Estudos de Linguagem. A seguir, trata das três ondas da sociolinguística, conforme

a nomenclatura usada por Eckert (2005) e adotada por ela neste trabalho. Por fim, traz o aporte teórico que fundamenta a discussão: relações de poder, de solidariedade e de neutralidade na e pela língua.

Tendo como fundamento os estudos de Eckert e McConnel-Ginet (2010) e outros pesquisadores como Freitag (2012), Mendes (2017), afirmamos que, na passagem da primeira para a terceira onda de estudos de variação, a visão da relação entre linguagem e sociedade foi alterada. A ênfase na prática estilística na terceira onda coloca os falantes não como portadores passivos e estáveis do dialeto, mas como estilísticos agentes, adaptando estilos linguísticos em projetos contínuos e ao longo da vida de autoconstrução e diferenciação. Tornou-se claro que os padrões de variação não se desdobram simplesmente da posição estrutural do falante em um sistema de produção, mas fazem parte da produção ativa da diferenciação social por meio do estilo.

Destacamos algumas pesquisas, realizadas no Brasil, em torno da terceira onda, a exemplo de Mendes (2017) e Freitag (2012), entre outros. Mendes (2017, p. 103), “a pesquisa empreendida por Labov [1972] /(2008) em Martha’s Vineyard pode ser considerada típica da chamada terceira onda (Eckert, 2012) da Sociolinguística”. Mais adiante, o linguista remeteu-se a outro estudo realizado por Labov [1966] /(2006) também considerado seminal, que trata sobre o inglês falado em Nova Iorque. Com isso, pretendeu esclarecer também que a gênese do que é chamado de terceira onda já se fazia presente nos estudos labovianos.

Em um outro trabalho, anterior ao de Mendes (2017), Freitag *et al.* (2012), objetivando contemplar as pesquisas sociolinguísticas na perspectiva de terceira onda, discutem procedimentos metodológicos que deveriam ser adotados para a organização de novos bancos de dados, incluindo-se sugestões sobre coleta e expansão de *corpora* de diferentes comunidades de fala e diferentes comunidades de prática.

Na perspectiva de padronização de procedimentos de organização de bancos de dados sociolinguísticos, observamos que Freitag *et al.* (2012) levaram em conta trabalho relacionados às três diferentes ondas da pesquisa Sociolinguística, destacaram, no entanto, no referido trabalho, a terceira onda, apesar de ser considerada, pelos pesquisadores, ainda incipiente aqui no Brasil.

Ao nos referirmos a Mendes (2017) e Freitag *et al.* (2012), objetivamos, por um lado, mostrar uma atuação de Labov quanto a análise linguística em ondas, mas também, apontarmos o quanto Eckert (2012) assume a análise em terceira onda, reforçando a noção de práticas estilísticas, e, da mesma forma, a premissa de que os significados sociais das variantes linguísticas são, eles próprios, variáveis e, dessa maneira, mutáveis.

Em conformidade com Eckert (2005, 2012) quanto à compreensão dos estudos linguísticos em “ondas”, entendemos que o conceito de identidade formulado por Hall (2006) atende a nossas expectativas quanto à análise de nossos dados e tem sido amplamente usado nas pesquisas de abordagem Sociolinguística Variacionista.

Destacamos que a Comunidade Quilombola de Rio das Rãs já tem *corpus* constituído e que já se prestou a inúmeras pesquisas e análises de fenômenos linguísticos no que concerne a estudos de base Sociolinguística, sendo esse *corpus* estratificado segundo orientação da primeira onda sociolinguística (sexo, faixa etária e grau de instrução) e, por afiliação, comunidade afro-brasileira, concorre para aprofundamento em estudo de caráter etnográfico, seguindo à direção de estudos em terceira onda, ou comunidades de prática como designa Eckert (2012).

Na Sociolinguística, entre os termos caros, conforme mencionamos, há o termo “Comunidade de Prática”, que trata de um conceito analítico do trabalho de Lave e Wenger (1991) e de Wenger (1998), cada vez mais, empregado na pesquisa Sociolinguística. Na compreensão de Eckert e McConnell-Giner (1992), uma comunidade de prática é um agregado de pessoas que se reúnem em torno de um engajamento mútuo em algum esforço comum.

Para melhor evidenciar a compreensão de comunidade de prática, recorremos a Bagno (2017), que pontua que o conceito pode abranger colegas de trabalho, membros de um grupo religioso, amigos que se encontram regularmente etc. Continua ele esclarecendo que a ideia se baseia na premissa de que os modos de falar derivam de atividades ou práticas em que se engajam as pessoas em questão. Falantes individuais podem ser membros de diversas comunidades de prática e assumir diferentes papéis dentro delas. Para concluir, nas palavras do linguista, “as comunidades de prática, portanto, oferecem um meio de explicação para diversos aspectos das identidades dos falantes. São compatíveis com a noção de **identidade** não como um atributo social, mas como um conjunto de práticas contextualizadas (Bagno, 2017, p. 54, grifo do autor) – SWA⁴⁶.

Nessa perspectiva, vislumbramos a Comunidade Quilombola de Rio das Rãs como comunidade de práticas, a exemplo do que fez Assis (2019), ao afirmar, em sua pesquisa, que reconhece a comunidade quilombola com a identificação perceptível de engajamento mútuo, construído ao longo do tempo, pelas gerações, a respeito do modo de vida, da labuta com a terra e da luta pela sobrevivência. Desse modo, o autor ainda confere outra característica fundamen-

⁴⁶ Referência à fonte bibliográfica que serviu de ponto de partida para a redação do verbete. Nesse caso, SWA (Swann *et al.*, 2004).

tal para assim “classificar” a Comunidade de Rio das Rãs em questão, ao falar sobre o empreendimento de negociar em conjunto, caracterizado pelas atividades laborais, realizadas coletivamente com o objetivo primordial voltado à sobrevivência e comercialização do produto excedente. Na Comunidade de Rio das Rãs, de acordo com Assis (2019),

(quer de fala quer de prática), através do repertório compartilhado pelo modo de falar, formas de pronunciar palavras e expressões características da cultura e da convivência, é possível perceber o uso vernáculo da língua e sua variação de acordo com os fatores faixa etária, sexo, escolaridade e prática social, característica importante para a configuração da comunidade de prática. O reconhecimento da comunidade de prática é uma questão de pertencimento de uma determinada comunidade, principalmente no que se refere às práticas sociais, o que afeta diretamente as práticas linguísticas. Em uma *comunidade de prática* podem-se perceber as interações sociais compartilhadas, mas sempre seguindo o padrão específico de uma mesma cultura. As interações sociais com o grupo de trabalho levam a compartilhar mutuamente repertórios e experiências, estabelecendo uma relação com a identidade da comunidade (Assis, 2019, p. 45).

Podemos, assim, por meio de entrevistas, localizar diferentes contextos que marcam essa comunidade em destaque quanto ao aspecto identitário, desde questões de religiosidade a questões étnico-culturais. Não identificamos, nas falas desses partícipes, necessariamente uma marca de religião de matriz africana como imaginam muitos, mas, ao contrário disso, são inúmeras as referências feitas à religião, sobretudo, de fundamentação pentecostal. No entanto, é muito clara a vivência que essa comunidade, em tempos idos, tem com a religião de matriz africana, também, perceptível nos excertos a seguir.

(14) **AFSm3RRr** - [...] - *a gente* serve a Deus também, *a gente* também conhece mais irmãos, é mais uma família também, né [...]

(15) **AFSm3RRr** - [...] Porque eu já participei também as vezes já participei assim de ir pra lugares, assim, pra ir assim de terreiro assim que, muito tempo, sabe? Porque a mulher que eu morava com ela, ela mexia com essas coisas assim com essas coisas até um certo período de tempo, depois largou, entrou na igreja, *a gente* começou caminhar pra igreja evangélica e tudo Deus transforma, Deus faz, é conforme a boa vontade da gente, por que se você não tem a boa vontade de se libertar, então, Deus liberta, agora e as vezes se você não tem a boa vontade, Deus só diz assim que: “Faça sua parte que eu ajudo”, né? [...]

(16) **AFSm3RRr** - [...] porque quando *a gente* tem Deus, *a gente* deve se humilhar até mesmo pra aqueles que as vezes te joga não sei quantas pedras, porque, pode muitos jogar pedra ni você, te espredejar, até o pescoço, mas cada um é uma pedra que aquela pessoa joga em você, Deus tá colhendo elas todinha, e todinha e depois você vai ver o resultado daquela pessoa.

Percebemos, claramente, na fala de AFSm3RRr, sinais de que ela já teve vivência em rituais de religião de matriz africana conforme excerto (15). Também, nesse excerto, percebemos que a informante, pertencente à comunidade, começou a frequentar uma igreja denominada evangélica. Para argumentar sobre a experiência em religião, há, inclusive, um detalhe no excerto (14) que, apesar de ser uma passagem bíblica, é usualmente encontrado em fala de pessoas de denominação evangélica: “*a gente serve a Deus também*”. O que pode ser comparado ao versículo bíblico: “Quanto a mim e à minha casa, serviremos a Iahweh” (Josué 24, 15b) (Bíblia de Jerusalém, 2010, p. 346). Acrescentamos a essa discussão, o seguinte excerto:

(17) **ALSm3RRr** - *A gente tem que dá o testemunho, que depois que a gente aceitou Jesus, é que as coisa...tudo...tudo ...foi tudo, na minha vida, as coisa dentro de casa, tudo foi...pra mim foi depois que passei a ser crente.*

Observamos, na narrativa de ALSm3RRr, excerto (17), uma mudança no aspecto religioso, marcada em: “[...] depois que a gente aceitou Jesus” e, na sequência, “[...] depois que passei a ser crente”. Nesse caso, pressupõe-se que a informante poderia ter outra relação quanto à participação em algum movimento religioso, ou não. No entanto, esses trechos nos mostram um determinado movimento no sentido de crença religiosa de viés evangélico.

Durante a entrevista com VASm3RRr, em um dado momento, ela se declarou evangélica, porém, ainda, trazia lembranças das rezas católicas relativas ao momento em que as parteadas realizavam partos:

(18) **VASm3RRr** - *Salve Rainha, mãe da misericórdia, vida e doçura, esperança nossa, Deus nos salve nós degradados filhos de Eva, a Vós suspirando, gemendo e chorando neste vale de lágrima, pois Senhora advogada nossa, a nós volvei ou depois deste desterro, mostrai Jesus, bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus.*

Apresentadas essas questões da comunidade quilombola, a respeito da religiosidade, intentamos, trazer dados linguísticos passíveis de análise e não apenas apontar características da comunidade em tela. No embate, de bases linguísticas apontadas ao longo desta pesquisa, a questão social é colocada no lugar que lhe é de direito na teoria Sociolinguística, afinal, nesse aporte teórico, que traz à tona o viés social, pauta-se por compreender a importância do teor sócio-histórico e cultural na constituição do vernáculo de uma comunidade de fala.

Vale lembrar que, nessa teoria [Sociolinguística], a Sócio-história ganha impulso nos estudos linguísticos, dada a sua importância na explicação dos fenômenos da língua e no seu funcionamento no seio de uma dada comunidade, reconhecendo a relevância da presença e da

contribuição dos agentes sociais na condição de partícipes efetivos da constituição da língua, em consonância com os acontecimentos sociais no entorno da comunidade a que pertencem (Guimarães, 2014).

Diante do exposto, vemos que, nos estudos sobre a compreensão do funcionamento da linguagem, quer por experiência filosóficas ou em contexto sócio-histórico e cultural, o estudo da língua tem sido um crescente. Temos acompanhado aspectos teóricos no campo da Linguística e a relação língua, linguagem e sociedade, em que se tem a língua em funcionamento, a língua em uso.

Quanto à Sociolinguística e suas possibilidades de análises e constituição de *corpus*, existem inúmeros caminhos a serem percorridos, inclusive, a pandemia pode mostrar-nos, pesquisadores e pesquisadoras, além dos limites existentes, possibilidades e tendências. Referimo-nos ao modelo de análise por meio de ondas e a importância que cada uma (primeira, segunda e terceira) tem ocupado, quer no avanço quanto a uma historiografia dos estudos linguísticos, quer nos aspectos que já se mostraram frutíferos. São com essas possibilidades que abraçamos teorias que cumprem determinados papéis em uma pesquisa, seja na construção de métodos e metodologias que amparam as pesquisas, a exemplo das dimensões micro de estudo com unidade de análise não mais centrada na comunidade de fala, seja nas acepções de redes sociais e comunidades de prática.

Assim, ressaltamos a relevância de se considerar as peculiaridades de cada abordagem, a articulação quer de método e metodologia, quanto à organização, planejamento e execução quando das bases, tendo em vista a coleta de dados na atualidade, bem como perspectivas de análise, discussão e descrição de fenômenos linguísticos.

4.1.2.1 *O que dizem, teoricamente, sobre o que as mulheres dizem*

É recorrente ouvirmos à pergunta: homem e mulher falam de modo diferente? Várias respostas já foram dadas. Desde a compreensão do ponto de vista fisiológico a questões linguísticas também de inúmeras ordens, a saber, de ordem gramatical, lexical e pronúncia.

Levando-se em conta estudos linguísticos que, para além de análise de ordem gramatical, lexical e fonológico de uma língua, Coulthard (1991) ressalta que:

Os estudos interativos consideram, por exemplo, o modo como os eventos da fala são organizados no seu todo, como os tópicos são iniciados, desenvolvidos e concluídos e como as pessoas tomam o turno de fala em uma conversa. Considera também: como o *status* social e o prestígio condicionam quem fala

e o que fala, como a necessidade de ser educado/a atinge as escolhas de vocabulário e gramática, e como o significado está relacionado ao comportamento não-verbal (Coulthard, 1991, p. 9-10).

Ao afirmar os interesses dos estudos interativos mencionados, Coulthard (2011) pretende também manifestar sobre o interesse dele quanto ao objetivo do livro *Linguagem e sexo* que é de não apenas das diferenças relacionadas com os sexos (no que se refere à pronúncia, escolha de vocabulário e estruturas gramaticais): “mas também das diferenças no direito à fala, na cooperação entre participantes, nas estratégias de interrupção, na escolha de tópico, no grau de polidez do/a falante e no uso de movimentos faciais e corporais” (Coulthard, 1991, p. 10).

Quanto aos interesses revelados por Coulthard (1991, p. 15), há um outro que também, indiretamente, diz respeito à temática estudada por nós: “não irei falar de diferenças absolutas, mas sim do uso mais frequente de determinado termo por um ou outro sexo”. Nessa perspectiva, Paiva (2015, p. 33) acrescenta que “as diferenças mais evidentes entre a fala de homens e mulheres se situam no plano do léxico”.

Nesse sentido, a fala do homem e da mulher, por exemplo, de acordo com Silva (2001),

se faz marcar na organização linguística. Temos **variantes de sexo** (masculino ou feminino). No português mineiro observamos que o uso do diminutivo é recorrente na fala feminina: ‘Olha que gracinha aquele vestidinho amarelinho!’ Parece difícil imaginar um homem dizendo o mesmo enunciado. No caso do português, quando ocorre a variante sexo, esta é expressa em termos de frequência de uso. Não há em português marcas gramaticais, palavras específicas ou padrões de entonação que sejam somente utilizados por falantes de um único sexo. (Silva, 2001, p. 13-14, grifo da autora),

Mesmo compreendendo que, de partida, não haja na língua portuguesa as características mencionadas por Silva (2001), como inexistência de marcas gramaticais, palavras específicas, nem padrões de entonação que sejam somente utilizados por falantes de um único sexo, nessa argumentação é reconhecido pela pesquisadora que há usos mais próximos a um ou a outro sexo. Portanto, a estrutura da língua portuguesa, como afirma Castilho (2010, p. 212), “não explorou muito fortemente a diferença entre sexos, se comparadas com outras línguas. Em algumas línguas, a própria morfologia é diferente, segundo quem fala é um homem ou uma mulher”.

O que dizem sobre o que as mulheres dizem? Responder a essa pergunta demandaria muito tempo e vários pontos de vista. A análise da dimensão social da variação e da mudança linguística, segundo Paiva (2015),

não pode ignorar [...] que a maior ou a menor ocorrência de certas variantes, principalmente daquelas que envolvem o binômio forma padrão/forma não padrão e o processo de implementação de mudanças estejam associados ao gênero/sexo do falante e à forma de construção social dos papéis feminino e masculino. (Paiva, 2015, p. 33)

A propósito do que adverte Paiva (2015), Labov (1990), em análise multivariada de dados do Projeto Filadélfia sobre Mudança e Variação Linguística, indica que a diferenciação sexual é independente de classe social no início de uma mudança, mas essa interação se desenvolve gradualmente à medida que aumenta a consciência social da mudança.

Desse modo, aponta 2 (dois) princípios básicos com ênfase na variável sexo. Para o linguista, em 1) uma estratificação sociolinguística estável, os homens usam, com uma frequência maior, as formas não-padrão que as mulheres; e 2) na maioria dos fenômenos de mudanças linguísticas, são as mulheres que utilizam com maior frequência que os homens as formas não padronizadas (Labov, 1990).

Entre os resultados mais claros e consistentes da pesquisa sociolinguística em uma comunidade de fala, estão as descobertas relativas à diferenciação linguística de homens e mulheres. A esse respeito, Lopes (1993) comenta que, no processo de variação estável, as mulheres não poderiam simplesmente ser consideradas como conservadoras, mas percebe-se que preferem e utilizam as formas padrão de maior prestígio, evitando formas estigmatizadas. Entretanto, nos processos de mudança linguística, ocorreria um fenômeno inverso, pois, nesse caso, as mulheres apresentam-se como inovadoras, introduzindo as variantes não padrão. Contudo, esse comportamento linguístico de homens e mulheres não é sempre o mesmo nas diferentes segmentações da sociedade, pois há de se considerar a interação entre sexo e outras categorias sociais através de uma análise multivariacionista. Conforme Lopes (1993),

Como resultado de *seu* trabalho, Labov (1990) atesta que, no caso do princípio 1, há uma diferença quantitativa quanto ao comportamento linguístico entre os sexos, uma vez que ambos utilizam as formas ‘não-padrão’, em escalas diferentes, ou seja, uns mais que os outros. Por outro lado, no tocante a efetiva mudança linguística, contrariamente ao que ocorre na variação estável (princípio 1), os resultados são menos regulares, uma vez que não há um meio de predição, em nenhum caso, se foram os homens ou as mulheres que deram início à mudança linguística. (Lopes, 1993, p. 60)

Dando continuidade à discussão, Vianna (2011), à semelhança de Weinreich, Labov e Herzog (1968), afirma que um novo modelo que englobasse a heterogeneidade – bem como os condicionadores sociais e estilísticos para essas escolhas – propiciaria descrições mais adequadas no nível da competência linguística e, além disso, produziria uma teoria que desse conta da

mudança linguística, superando alguns dos paradoxos da linguística histórica. Segundo os autores mencionados, é, a partir da heterogeneidade diagnosticada no desempenho do indivíduo que se poderia investigar estrutura e funcionamento da língua, ou seja, o estudo da estrutura linguística deveria se dar em termos do exame de fatos linguísticos, conforme manifestados no dia a dia das pessoas, no contexto social da comunidade de fala. Entre os avanços trazidos pelo novo quadro, Vianna (2011) afirma que:

talvez a maior inovação laboviana em oposição à linguística histórica resida no fato de se *partir do presente para explicar o passado*: uma vez que é postulado básico da Teoria Sociolinguística que a variação é constante, seria possível, a partir do estudo da variação linguística no presente, entender o passado e o futuro. Em outras palavras, o presente sintetizaria uma dupla ponte: guardaria reflexos de evoluções ocorridas no passado e indícios de evoluções linguísticas futuras. (Vianna, 2011, p. 48-49)

Na acepção de passado e presente mencionada por Vianna (2011) e a correlação, reportamo-nos ao contexto da alteração do quadro pronominal do PB causada pela alternância do uso de *nós* e *a gente*. Havemos de pensar o processo pelo qual passou o substantivo “gente” e sua evolução para “a gente”, não mais ocupando lugar de substantivo, mas de pronome. Se pensarmos pelo viés da tradição gramatical, retomando aos autores brasileiros, a exemplo de Bechara (2004), é sem esforço que percebemos que, em uma sincronia pretérita, o uso de *a gente* não lograva um valor social de prestígio, conforme atestamos na seção 3.3 *A gente e a tradição gramatical*.

No entanto, observamos um uso intenso da expressão *a gente* e a sinalização dos estudos sociolinguísticos apontando para maior implementação desse uso, não mais pelas classes populares ou falantes com pouca escolarização, mas, também, em falares “cultos”. Logo, somos levados a refletir constantemente, para além do comportamento linguísticos adotado pelos homens e mulheres, sobre padrão e não-padrão e sobre as formas prestigiadas e estigmatizadas.

Com base em uma publicação datada de 1966, Labov (2008 [1972]) afirma que, na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens e são mais sensíveis do que os homens ao padrão de prestígio. Para o autor, o padrão é particularmente marcado nas mulheres da classe média baixa, que exibem a forma mais extrema desse comportamento. Afirma Labov (2008 [1972])

as mulheres são mais sensíveis do que os homens aos valores sociolinguísticos explícitos. Mesmo quando usam as formas mais extremas de uma variável

sociolinguística em avanço em sua fala casual (cap. 6), as mulheres se corrigem mais nitidamente do que os homens nos contextos formais. Labov (2008 [1972], p. 282)

Além disso, ao discutir o problema da avaliação, Labov (2008) afirma que, nos seus estudos do encaixamento da mudança linguística em sua matriz social, são vistos exemplos em que a forma nova avança mais rapidamente em uma classe particular de falantes e destaca que foi uma mulher de classe média alta que colocou para ele o problema sociolinguístico primordial. De acordo com Labov (2008), em diversos lugares, foi possível observar que

as mulheres adotam as formas inovadoras mais rapidamente do que os homens, e observamos o efeito poderoso do grupo de pares pré-adolescentes sobre a mudança da linguagem de seus membros. Essas correlações objetivas demonstram claramente que algum mecanismo de interação social está em ação, o qual não pode ser o produto de simples pressões estruturais ou da simples imitação. Parece que a variação social desempenha um papel sistemático na mudança linguística. Para saber como, precisamos ver que informação social é comunicada por essas variações. (Labov, 2008, p. 353-354)

Nesse sentido, Labov (2008) também trata sobre a noção de prestígio, que precisa ser definida em termos das pessoas que a usam e da situação em que é usada. Além disso, deverá sair da área da especulação e ser posto sob o foco da investigação empírica, explorando outras dimensões da informação social expressiva veiculada pelas formas linguísticas inovadoras.

Labov (2008) traz, entre outras, contrições para os problemas da transição, do encaixamento e da avaliação ao tratar do mecanismo da mudança sonora. Vejamos alguns itens que podem auxiliar na análise de nossos dados:

- 1) As mudanças sonoras geralmente se originam num subgrupo restrito da comunidade de fala, num momento em que a identidade diferenciada desse grupo tinha sido enfraquecida por pressões internas ou externas. A forma linguística que começou a mudar era, frequentemente, um marcador de *status* regional com uma distribuição irregular dentro da comunidade. Nesse estágio, a forma é uma variável linguística indefinida.
- 2) As mudanças começaram como generalizações da forma linguística para todos os membros do subgrupo. Podemos nos referir como *mudança vinda de baixo*, isto é, abaixo do nível da consciência social. A variável não apresenta nenhum padrão de variação estilística na fala daqueles que a usam, afetando todos os itens numa das classes de palavras. A variável linguística é um *indicador*, definido como uma função de pertencimento ao grupo.

- 3) Gerações sucessivas de falantes dentro do mesmo subgrupo, reagindo às mesmas pressões sociais, fazem a variável linguística avançar mais um passo no processo de mudança, para além do modelo estabelecido por seus pais. Podemos nos referir a este estágio como *hipercorreção vinda de baixo*. A variável agora é definida como uma função de pertencimento ao grupo e à faixa etária.
- 4) Depois que a mudança sonora, com seus valores associados, alcançou os limites de sua expansão, a variável linguística se tornou uma das normas que definem a comunidade de fala, e todos os membros da comunidade reagem de maneira uniforme a seu uso (sem necessariamente ter consciência disso). A variável agora é um *marcador* e começa a exibir variação estilística.
- 5) Se o grupo no qual se originou a mudança não era o grupo de maior *status* social na comunidade de fala, os membros do grupo de maior *status* acabam por estigmatizar a forma resultante de mudança, por meio do controle que eles têm das várias instituições da rede de comunicação⁴⁷.

Dando prosseguimento, na perspectiva de estudo de fenômeno linguístico a despeito da alternância de uso de *nós* e *a gente* no PB, com vista na variação e mudança, há inúmeras experiências que vêm demonstrando que a conjugação da Sociolinguística e o Funcionalismo tem rendido bons resultados. Assim é que apresentamos a contextualização, o que é o Funcionalismo e o que essa teoria acrescenta aos estudos linguísticos.

4.1.3 O Funcionalismo

Vimos, ao longo da seção anterior, o desenrolar da construção dos estudos relacionados à linguagem verbal humana e os diversos interesses lançados sob esses estudos e os caminhos percorridos para se dar o surgimento da Linguística em perspectiva, mesmo, de ciência da linguagem.

Para tanto, situamos os estudos linguísticos no século XIX com a finalidade de enfatizar a sua importância e ressaltamos o legado teórico deixado pelos pesquisadores afiliados aos estudos históricos-comparativos, sobretudo, os neogramáticos.

Com o surgimento do *Curso de Linguística Geral* (CLG), em 1916, como já foi mencionado nesta seção, Saussure elege a língua como centro de sua teoria, trazendo a noção de

⁴⁷ O item 5 desta lista, equivale ao item 9 apresentado por Labov, compreendendo o conjunto (9 a 13) – que se refere a *mudança vinda de cima*. (Labov, 2008, p. 210-211).

sistema. Com isso, a noção de sistema passa a ocupar uma função primordial: “não é a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de construir uma língua, vale dizer: um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (Saussure, 2012, p. 42). E, nessa linha de raciocínio, para se firmar na *língua* como objeto de estudo, faz definições a exemplo do que se segue: “Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos em que, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e em que as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (Saussure, 2012, p. 46).

A demarcação da ideia da língua encaixada na noção de sistema é deixada bem explícita, inclusive, quando Saussure (2012[1916]) traz a imagem da língua grudada à ideia de uma partida de xadrez: “de um lado ou de outro, estamos em presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações. Uma partida de xadrez é como uma realização artificial daquilo que a língua nos apresenta sob forma natural” (Saussure, 2012, p.130).

Assim apreendida, a língua nessa condição de sistema elucida valores e, consequentemente, traz para si os demais termos técnicos usados por Saussure para configurar sua teoria. Uma vez aceita a noção de língua configurada à constituição de um *sistema*, esse termo, mais adiante foi substituído por *estrutura*.

Retomamos brevemente o Estruturalismo a fim de afirmarmos que, de acordo com Martelotta e Kenedy (2015), essa foi a tendência desenvolvida na linguística a partir da publicação do CLG, tendo sua primeira expressão nos trabalhos do Círculo Linguístico de Praga, a partir de 1928. O chamado Estruturalismo foi, então, adquirindo novos adeptos, como os que fundaram a chamada Escola de Copenhague, a exemplo de Hjelmslev: “A análise linguística estava, então, restrita à rede de dependências internas em que se estruturam a língua.” (Martelotta; Kenedy, 2015, p. 11).

No que se refere ao Círculo Linguístico de Praga, com base em Fontaine (1978), Martelotta e Kenedy (2015, p. 12) sinalizam

outras influências, além das provenientes de Saussure que levaram os linguistas a se dedicar ao estudo da lógica interna do sistema da língua. Essas outras influências provinham do filósofo Husserl, e, principalmente da teoria da Gestalt (Koffka, 1935), que se deu por meio de seu frequente contato com o psicólogo alemão Karl Bühler.

Observarmos que Bühler implementa uma feição funcionalista à linguística de Praga. Nesse sentido, por meio de Fontaine (1978), citado por Martelotta e Kenedy (2015), temos

conhecimento de que Bühler foi o avalista filosófico do aspecto funcionalista do estruturalismo praguense. Isso porque, via a “função” como um elemento essencial à linguagem.

Diferente do feito de Bühler, Saussure deixa a função de fora dos estudos linguísticos ao propor a distinção entre *langue* e *parole* e, tecnicamente, toma a primeira como o objeto de estudo da linguística. A esse respeito, Martelotta e Kenedy (2015) observam que essa proposição teórica elaborada por Saussure enquanto estratégia retirou do âmbito dos estudos linguísticos o interesse por possíveis influências sofridas pela estrutura gramatical das línguas, provenientes de aspectos pragmático-discursivos.

Quanto à noção de *função*, embora esse seja um termo muito usado em variados campos, não é tão simples de se lidar com ele: “Um dos termos mais usados de LINGUÍSTICA, com uma série de significados” (Crystal, 2000, p. 122, grifo do autor). Nesse sentido, compreendemos que Martelotta e Kenedy (2015) comungam com o pensamento de Crystal (2000) quando afirmam que, para Nichols (1984), a noção de função é um pouco mais problemática, na medida em que vários autores a utilizam para caracterizar suas análises, que nem sempre apresentam características semelhantes. Assim assumem que

função é um termo polissêmico e não uma coleção de homônimos. Todos os sentidos do termo de certa forma se relacionam, por um lado, com a dependência de um elemento estrutural de elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não estrutural) e, por outro lado, com o papel desempenhado por um elemento estrutural no processo comunicativo, ou seja, a função comunicativa do elemento (Martelotta; Kenedy, 2015, p. 12).

Vimos, então, que há uma diversidade de possibilidades quanto aos significados de *função* e uso da noção a ela atribuída, sem contar que seu funcionamento perfaz, ou melhor, seus sentidos se relacionam tanto no domínio estrutural e a não estrutural. Coadunando com o papel desempenhado por um elemento estrutural no processo comunicativo, ou seja, a função comunicativa do elemento, como bem afirmaram Martelotta e Kenedy (2015).

Há, no entanto, uma ressalva efetuada por Martelotta e Kenedy (2015) quanto à marca do Funcionalismo dos linguistas de Praga:

O que caracterizou suas análises foi a adoção de uma noção teleológica de função. Para eles, a língua deve ser entendida como um sistema funcional, no sentido de ser utilizada para determinado fim. Nas palavras de Fontaine (1978: 22), referindo-se ao Círculo Linguístico de Praga, “a intenção do locutor apresenta-se como a explicação ‘mais natural’ em análise linguística: essa intenção do locutor é que fundamenta o discurso” (Martelotta; Kenedy, 2015, p. 13).

Com isso, identificamos dois polos denominados: Formalista e Funcionalista. Destacamos também, o termo “funcionalismo”, que, a partir da década de 1970, ganhou força nos Estados Unidos,

passando a servir de rótulo para trabalho de linguistas como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, que passaram a advogar uma linguística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso. Ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. [...] para compreender o fenômeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída (Martelotta; Kenedy, 2015, p. 17)

Destacamos os textos considerados pioneiros na constituição da escola funcionalista norte-americana: *The Origins of Syntax in Discourse: A Case Study of Tok Pisin Relatives* publicado em 1976 por Gillian Sankoff e Penelope Brow com o propósito de trazer evidências das motivações discursivas geradoras das estruturas sintáticas de relativização do *tok pisin*. Já em 1979, foi publicado o texto *From Discourse to Syntax: Grammar as a Processing Strategy* por Givón, através do qual ele tem como propósito afirmar que a sintaxe existe para desempenhar uma certa função que determina sua maneira de ser, já dando indícios para a interdependência entre sintaxe, semântica e pragmática.

Enfatizamos que a linguística Norte-Americana foi dominada por uma tendência formalista (Bloomfield) e persiste até os dias atuais por meio do Gerativismo. No entanto, houve também uma tendência para o polo funcionalista. Nesse sentido, Franz Boas, além de influenciar o descritivismo, influenciou a tradição etnolinguística de Sapir e Whorf, bem como Bolinger, Kuno, Del Himes, Labov e outros (etno- e sociolinguistas). Chamamos a atenção também para a importância de Langacker e Lakoff que, embora tenham aderido à gramática cognitiva, “devem ser vistos como uma franca caminhada em direção ao polo funcional” (Martelotta; Kenedy, 2015, p. 16).

Tendo feito esses destaques quanto ao polo funcionalista, Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 21) fazem-nos saber que o Funcionalismo Linguístico diverge das abordagens formalistas (Estruturalismo e Gerativismo) por conceber a linguagem como um instrumento de interação social e pelo interesse de a investigação linguística ir além da estrutura gramatical. Dessa forma, essa corrente linguística busca, no contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua.

Para esses pesquisadores, a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Assim, conforme Cunha, Costa e Cezario (2015), são relacionados e interdependentes os da sintaxe, da semântica e da pragmática, cabendo à descrição sintática a investigação das circunstâncias discursivas

que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso. Segundo a hipótese funcionalista, a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, a estrutura é motivada pela situação comunicativa. Nesse sentido, a estrutura é uma variável dependente, pois o uso da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema. A necessidade de investigar a sintaxe em termos da semântica e da pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais (Cunha; Costa; Cezario, 2015, p. 21).

Nesse sentido, é válido afirmar, como propósitos funcionalistas, a interdependência da sintaxe, semântica e pragmática, esta, talvez, podendo ser considerada como um domínio maior que provoque motivações sintática e semântica. Para além disso, há de se registrar a estreita relação entre estrutura linguística e situação comunicativa. Dito isso, é válido retomar o nosso interesse na análise dos dados de Rio das Rãs quanto ao uso de *nós* e *a gente* na concepção de uso interativo da língua.

Quanto aos pressupostos teóricos funcionalistas, embora existam “inúmeros”, para esta pesquisa, realizamos um recorte e optamos pelas seguintes questões a serem abordadas: 1) fala; 2) iconicidade; 3) pancronia e 4) unidirecionalidade, compreendendo serem esses elementos suficientes para embasamento de nossa análise.

Sintetizando e, tendo em vista a divergência das abordagens formalistas (Estruturalismo e Gerativismo) e por conceber a linguagem como um instrumento de interação social e pelo interesse de a investigação linguística ir além da estrutura gramatical, o Funcionalismo busca, no contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua. Como já foi mencionado, a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Quanto ao pressuposto teórico da *iconicidade*, do ponto de vista linguístico, trata-se de um termo que é definido como um correlato natural entre forma e função, entre o código linguístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo). Para os linguistas funcionalistas, a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência. Dada a faculdade humana da linguagem, há a suposição geral de que a estrutura linguística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana.

Com relação à motivação entre *expressão* e *conteúdo* na língua, trata-se de uma discussão que, de algum modo, retoma à antiguidade clássica, realizada pelos gregos que se dividiram em grupos denominados *convencionalistas* e *naturalistas*. Debate que teve, posteriormente, seu desdobramento na discussão *anomalistas* e *analogistas*. Controversa, inclusive, retomada por Saussure no século XX, adotando, este, posição favorável à concepção convencionalista. Desse modo, reafirmando o caráter arbitrário da língua (Cunha; Costa; Cezario, 2015).

Se, por um lado, Saussure defendeu a arbitrariedade da língua, sendo, inclusive, o primeiro princípio defendido por ele - “primeiro princípio: a arbitrariedade do signo” -, por outro lado, Cunha (2010) nos informa que a iconicidade, um dos pressupostos funcionalistas, compreendido como o não-arbitrário, é defendida a partir da compreensão da correlação natural e motivada entre forma e função, ou seja, entre o código linguístico (expressão) e seu significado (conteúdo).

À semelhança do que já foi mencionado, Cunha, Costa e Cezario (2015) afirmam, ainda, que os linguistas funcionalistas defendem a ideia de que a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência: “como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é a de que a estrutura linguística revela o funcionamento da mente, bem como as propriedades da conceitualização humana do mundo” (Cunha, 2010, p. 167). Desse modo, “a relação entre forma e significado é aparentemente arbitrária, uma vez que o significado original do elemento linguístico se perdeu total ou parcialmente, assim como a motivação para sua criação” (Cunha, 2010, p. 167), mas, recuperada a motivação da criação, a motivação vem à tona.

Destacamos uma observação valorosa realizada por Peirce (1940) e o incremento acerca da discussão forma e função, ou melhor, sobre código linguístico (expressão) e seu significado (conteúdo) e a relação iconicidade e arbitrariedade com Bolinger (1977). Por um lado, Peirce (1940) discorda parcialmente da ideia de total arbitrariedade e, de algum modo, retoma a ideia já mencionada a respeito do debate “naturalista”, conjugando-o à postura “convencionalista”, afirmando que

a sintaxe das línguas naturais não é totalmente arbitrária, e sim isomórfica ao seu *designatum* mental. No entanto, esse isomorfismo da sintaxe, ou correlação entre forma e função, não é absoluto, e sim moderado. Na codificação sintática, princípios icônicos (cognitivamente motivados) interagem com princípios mais simbólicos (cognitivamente arbitrários), que respondem pelas regras convencionais (Cunha, 2010, p. 167).

Já Bolinger (1977) postula, com o isomorfismo linguístico, “que a condição natural da língua é, e vice-versa, revelando, assim, sua face radical”, “que sofre reformulação após estudos relacionados à variação e mudança linguística constatarem a existência de duas ou mais formas alternativas de dizer a mesma coisa”. Na língua que usamos no dia a dia, segundo Cunha, Costa e Cezario (2015), especialmente no que tange à língua escrita,

existem por certo muitos casos em que não há uma relação clara, transparente, entre forma e conteúdo. Há contextos comunicativos nos quais a codificação morfossintática é opaca em sua função. Tomadas sincronicamente, determinadas estruturas exibem um acentuado grau de opacidade em relação aos papéis que desempenham. Assim, encontramos correlação entre uma forma e várias funções, ou entre uma função e várias formas (Cunha; Costa; Cezario, 2015, p. 23).

Diante dessas considerações, constatamos que existem, no Funcionalismo Linguístico, posturas mais radicais e outras mais brandas em relação à iconicidade. Quanto à *unidirecionalidade*, Cunha, Costa e Cezario (2015) afirmam que o desenvolvimento de novas estruturas gramaticais é motivado quer por necessidades comunicativas não satisfeitas, quer pela ausência de designações linguísticas para determinados conteúdos cognitivos. Dessa forma, a gramaticalização é interpretada como um processo diacrônico e um contínuo sincrônico que atingem tanto as formas que vão do léxico para a gramática como as formas que mudam do interior da gramática.

Tendo em vista processo pancrônico, o caráter cíclico da evolução linguística é, de acordo com Cunha, Costa e Cezario (2015),

postulado por Givón (1979) que formula o seguinte esquema processual para representar os processos diacrônicos de regularização do uso da língua, desde o ponto mais imprevisível até a fase terminal: *discurso* > *sintaxe* > *morfologia* > *morfofonologia* > *zero*. De acordo com essa trajetória unidirecional de gramaticalização, alguns itens lexicais passam a ser utilizados em contextos nos quais desempenham certa função gramatical, ainda não totalmente fixada. Progressivamente, via repetição, seu uso vai se tornando mais previsível e regular, resultando numa nova construção sintática com características morfológicas especiais, podendo, posteriormente, desenvolver-se para uma forma ainda mais dependente, como um clítico ou um afixo, com eventuais adaptações fonológicas. Com o aumento frequente de uso, essa construção tende a sofrer desgaste forma e função que poderá causar seu desaparecimento, dando início a um novo ciclo (Cunha; Costa; Cezario, 2015, p. 45-46).

Alguns teóricos funcionalistas propõem que, semanticamente, a trajetória de gramaticalização se manifesta na passagem do concreto para o abstrato. Em outras palavras, o argumento

direciona a compreensão de que entidades abstratas emergem da experiência humana com o mundo concreto. Traugott e Heine (1991), citados por Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 45-46), propõem a seguinte escala para representar o processo de *abstratização* gradativa no percurso de gramaticalização dos elementos linguísticos: espaço > (tempo) > texto.

Já Brinton e Traugott (2005) explicam que os funcionalistas partem do pressuposto de que há uma relação casual entre sentido e a estrutura linguística e que, além disso, fatores exteriores à língua podem definir a estrutura linguística. A linguagem, conforme os referidos linguistas, é uma atividade humana e não um epifenômeno de uma capacidade estática.

Destacamos a importância da abordagem funcionalista para a análise dos nossos dados, uma vez que tem um dos primeiros objetivos o de ir de encontro com a abordagem formalista e, a seguir, pela concepção da linguagem como interação social e pelo alcance da investigação linguística nessa perspectiva e, dessa forma, poder ir além da estrutura gramatical, valorando o contexto discursivo como lugar da motivação para os fatos da língua.

Sumariamente falando, trazemos a visão funcionalista da linguagem nas concepções a seguir de Givón (1995):

- ✓ A linguagem é uma atividade sociocultural;
- ✓ A estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- ✓ A estrutura é não arbitrária, motivada, icônica;
- ✓ Mudança e variação estão sempre presentes;
- ✓ O sentido é contextualmente dependente e não atômico;
- ✓ As categorias não são discretas;
- ✓ A estrutura é maleável e não rígida;
- ✓ As gramáticas são emergentes;
- ✓ As regras de gramática permitem algumas exceções.

Considerando-se os pontos demonstrados, fixemos, na subseção 4.1.3.1 *O processo de gramaticalização*, no que se diz respeito ao termo gramaticalização e já nos encaminhando para um processo de conciliação entre pressupostos presentes no Funcionalismo Norte-americano e na Teoria da Variação e Mudança Linguística Laboviana.

4.1.3.1 O processo de gramaticalização

Para dar início a esta subseção, tomamos um trabalho minucioso de Bagno (2017), *Dicionário crítico de sociolinguística*, em que são tecidos conceito e definição acerca do processo

de gramaticalização. Para o autor, o conceito de gramaticalização é antigo e remete-se aos inícios da linguística indo-europeísta com Bopp e Humboldt.

Para Bagno (2017), o estudo da gramaticalização é especialmente caro aos pesquisadores filiados ao paradigma do Funcionalismo Linguístico, e, apesar da explícita rejeição da parte de Labov (1994) dos princípios funcionais como explicação para os processos de mudança linguística, muitos praticantes da Sociolinguística Variacionista apelam à gramaticalização como instrumental explanatório desses processos.

Bagno (2017) remete-se a um outro trabalho de própria autoria, Bagno (2012), para falar acerca da temática em foco (gramaticalização). Assim, Bagno (2012) afirma que a gramaticalização, ao lado da analogia e da economia linguística, participa do que ele chama de fatores cognitivos indutores da mudança linguística. Desse modo, o autor pontua que a Sociolinguística Variacionista demonstrou de que modo a variação, a concorrência entre variantes, leva à mudança, mas não se preocupou em explicar a origem dessas formas variantes. Quando se trata da morfossintaxe, ele alega que as formas inovadoras podem ter sua origem justamente em processos de gramaticalização. Para ilustrar essa afirmação, aponta uma variação existente no português brasileiro, entre as formas *nós* e *a gente* para exprimir a primeira pessoa do plural. Ou seja, a concorrência entre um pronome herdado diretamente do latim e outro pronome surgido do processo de gramaticalização do sintagma nominal *a gente*, convertido em pronome pessoal.

Entre outras discussões, Bagno (2017), sob fundamentos de Bybee (2015), explana sobre os seguintes mecanismos de mudança associados à gramaticalização: (1) Amalgamação e redução fonética; (2) Especialização ou perda de contraste paradigmático; (3) Expansão categorial; (4) Descategorização; (5) Fixação de posição; (6) Desbotamento ou generalização; (7) Mudança semântica por acréscimo de significado advindo do contexto; (8) Metáfora ou extensão metafórica e (9) gradualidade do processo e unidirecionalidade (Bagno, 2017).

Já Sousa (2008) faz um levantamento quanto ao fenômeno da gramaticalização, lembrando que esse fenômeno linguístico, na verdade, ressurgiu no século XX, visto que noções de gramaticalização já tinham sido apresentadas, desde o século X, na China, quando os escritores registravam a diferença existente entre símbolos linguísticos plenos e símbolos linguísticos vazios; e, na França, quando, no século XVIII, o filósofo Etienne Bonnot de Condillac afirmava que as unidades gramaticais vêm de lexemas e que os afixos vêm de formas livres. Nesse mesmo século, em 1746, Condillac explicou as desinências pessoais do verbo pela aglutinação de pronomes pessoais e afirmou que o tempo verbal vem da coalescência de um advérbio temporal com o tema verbal. No século XIX, em 1822, Humboldt já anunciou a ideia de

que um estágio evolucionário da língua precedeu a estrutura gramatical das línguas humanas, quando somente ideias concretas eram expressas.

Retomada essas informações ao longo dos séculos sobre o fenômeno da gramaticalização, Sousa (2008) remete-se ao século XX, apontando a acepção cunhada por Meillet (1965, p. 131): “atribuição de um caráter gramatical a um termo palavra anteriormente autônomo”, constitui um tipo de mudança linguística sujeita a alguns princípios como reanálise, analogia, reduções fonológicas, alterações semânticas, unidirecionalidade, transparência metafórica e metonímica.

A seguir, Sousa (2008) destaca três classes de palavras apresentadas por Meillet (1965): as palavras principais, as palavras acessórias e as palavras gramaticais, salientando que, entre essas, acontece um processo de transição chamada de gramaticalização. Na tentativa de concretizar a transição de uma construção lexical para outro como um processo *continuum*, Meillet (1965) compara a gramaticalização à imagem de um espiral, figura que reflete continuamente um processo cíclico, inacabado, infinito (Sousa, 2008).

Destacamos nomes como os de Hodge (1970) e Givón (1971), uma vez que marcaram o ressurgimento da gramaticalização por meios das afirmações: “A sintaxe de ontem é a morfologia de hoje” e “A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem.”. Importa observar, ainda, que a informação de Givón (1971) está relacionada às línguas africanas: para o linguista, as formas verbais atuais, radicais com afixos, derivam da combinação de pronomes com verbos independentes.

Para a presente pesquisa, assumimos, com Hopper e Traugott (1993, p. 15), o fenômeno linguístico de gramaticalização como “o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.”, a exemplo da gramaticalização de *nós* e *a gente* referendados na seção *Uso do pronome a gente: descrição do objeto de estudo* desta tese.

A seguir, trazemos os princípios da gramaticalização que nos orientam para a análise de nossos dados: Estratificação, Divergência, Especialização, Decategorização e Persistência, em conformidade com Hopper (1991):

Estratificação - Hopper (1991) postula que dentro de um domínio funcional amplo, novos estratos, novas camadas estão continuamente emergindo e assumindo funções que eram exercidas por outros itens. Ao emergir um novo estrato, uma nova camada, os antigos não são necessariamente descartados, podendo, pois, permanecer e coexistir com os mais recentes em uma mesma sincronia. Ou seja, se uma forma se torna uma das camadas de um determinado

domínio, dado o processo de gramaticalização sofrido, as outras formas que competem com o elemento mais recente, devem ser levadas em conta quando da análise.

No excerto a seguir, flagramos a informante VASm3RRr, em um mesmo recorte temporal, o substantivo *gente* e o pronome *a gente*.

(19) E aí agora meu padrin falava que ela pegava *a gente* e nós corria com medo, aí agora, as vez que aí pro lado de Andreino tinha, tinha o canto delas, elas cantava: "Pega eu mãe d'água gosta da fundo do mar, trabalhava e banhava no mar". Aí elas corria, mas muita *gente* ela botava pra sair de lá, as vez agora aí, *a gente* ia, agora todo ano *a gente* ia ela foi costumando ... costumando, mas toda vez que nós ia lá nós via ela. A feição dela era de mulher né, era assim, mas o cabo era assim que nem cabo de peixe, né, sentava assim jogava o cabo assim, aí ela abanava o cabo assim na água fazia "báaah... báaah" aí aquela maré na água.

Divergência – Esse princípio, por sua vez, aponta que, quando uma forma lexical gramaticaliza-se, a forma fonte original pode permanecer como um item autônomo, sem sofrer mudanças fonológicas e sofrer as mesmas mudanças a que estão submetidos os itens lexicais que integram sua classe. Assim, há a existência na língua de pares de formas de etimologia comum, mas de funcionalidade diversa. Nesse sentido, dá-se a forma cristalizada na relação determinante - determinado de *a gente*, e, conseqüentemente, há a estratificação da forma inovadora, não admitindo, assim, outras especificações.

Relacionando esse princípio ao nosso objeto de estudo, percebemos que, enquanto a forma *gente*, na condição de substantivo, pode ter a ela adjungido o sufixo “inha”, característica comum aos substantivos, formando uma expressão, a rigor, depreciativa, como “gentinha”, a forma pronominal, embora oriunda da mesma palavra “gente”, não apresenta essa condição.

Especialização - Refere-se ao estreitamento das possibilidades para se codificar uma determinada categoria (redução de variantes), à medida que uma destas opções começa a ocupar mais espaço pela sua condição de mais gramaticalizada. Uma consequência, indício, portanto, dessa especialização, é o aumento na frequência de uso da forma mais adiantada no processo de gramaticalização e, assim, há a tendência de uma forma tornar-se mais obrigatória, já que a escolha e uso da outra forma diminuem.

Com isso, o determinante (artigo) “a”, ao agrupar-se de forma fixa ao nome (substantivo) “gente”, passou a exercer a função de pronome realizado como *a gente*.

Decategorização – esse princípio prevê perdas ou neutralização de marcas morfológicas e características sintáticas das categorias plenas, a exemplo de nomes e verbos, e assunção de atributos característicos de categorias secundárias, ou seja, remete-se à perda por parte da

forma em processo de gramaticalização, dos marcadores opcionais de categorialidade e de autonomia discursiva. Com isso, a rigor, os nomes deixam de identificar participantes no discurso e, os verbos, de reportar novos eventos.

As formas, em geral, tendem a perder os traços das categorias mais lexicais ou plenas e passam a assumir marcas de categorias secundárias como aconteceu com “gente” que deslocou-se de Nome (“gente”) para Pronome (*a gente*).

Persistência – Está relacionado à manutenção de traços semânticos da forma fonte, por parte da forma em processo de gramaticalização. A preservação dos traços perceptível nos estágios iniciais e intermediários da gramaticalização pode se diluir nas etapas mais avançadas. É por meio do princípio da persistência que certas restrições são explicadas em muitos casos, experimentadas por um dos estratos.

Na forma pronominal *a gente*, há a ideia de coletividade presente no substantivo do qual se originou, *gente*.

Antes de passarmos para a análise dos nossos dados, consideramos relevante apresentar alguns pontos levantados por Lopes (2003) referentes à gramaticalização de *a gente* - resultados identificados na investigação relacionada ao século XIX:

- a) Como se observou, nos resultados gerais e nas três fases históricas analisadas, o emprego dêitico da forma *a gente* é um dos fatores mais importantes no processo de gramaticalização;
- b) A forma pronominal *a gente* tem um emprego mais genérico que específico;
- c) A posição de *a gente* no SN torna-se mais fixa e rígida. A forma passa a ser utilizada a partir do século XIX como núcleo isolado no SN, comportando-se como um verdadeiro pronome pessoal, em conformidade com o Princípio da Especialização;
- d) Há maior probabilidade de ocorrer a forma pronominal *a gente* entre personagens do sexo feminino. Os personagens masculinos, seja no teatro, seja na literatura, utilizam a nova forma com menor frequência;
- e) Tempos verbais associados à interpretação genérica (presente do subjuntivo, presente do indicativo e formas infinitivas) já no século XIX aparecem com mais frequência combinadas à forma pronominal *a gente*;
- f) O caráter genérico e indeterminado que a forma *a gente* herda do substantivo de origem: referente [–específico], em conformidade com o Princípio da Persistência.

Nesta seção, *Pressupostos Teóricos*, com vistas a situar a nossa pesquisa teoricamente, apresentamos os aportes teóricos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1990, 2008), dando uma especial atenção aos princípios sociolinguísticos sobre a terceira onda (Eckert, 2005,

2012), e do Funcionalismo Norte-americano com foco nos princípios da gramaticalização. Sigamos, após esta seção, para os *Pressupostos Metodológicos*.

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, apresentamos a proposta metodológica da pesquisa. Para fins de análise, utilizaremos o Programa *AntConc*. Com vista a atender o propósito de exposição e descrição metodológica, organizamos esta seção em 5 (cinco) partes, assim discriminadas: inicialmente, na subseção 5.1, trazemos a Sócio-história da Comunidade de fala: Rio das Rãs, em 5.2 Variável dependente; em 5.3, mostramos a constituição do *corpus* de língua oral; em 5.3.1, discutimos sobre comunidades de fala⁴⁸ e de prática; em 5.4, descrevemos a metodologia de análise: métodos quanti-qualitativo; e, em 5.5, apresentamos os procedimentos de análise, acrescido do item 5.5.1, em que falamos sobre o Programa *AntConc* e o funcionamento dele nesta pesquisa.

Dada à formação de base Sociolinguística e Sócio-histórica da pesquisadora e ao objetivo de se realizar uma discussão dos dados com foco na fala feminina na comunidade de Rio das Rãs, o *corpus* usado nesta pesquisa foi estratificado em sexo (masculino e feminino), faixa-etária e grau de escolaridade.

5.1 Sócio-história da comunidade de fala: Rio das Rãs

A história da Comunidade quilombola de Rio das Rãs é, acima de tudo, uma história de luta pela terra e por sua identidade. Um fator importante para essas lutas foram as memórias resguardadas pelos “mais velhos” e passando para as gerações futuras. Memórias determinantes no processo de aquisição da posse e titulação da terra.

Segundo Dutra (2007) - professor e pesquisador com experiência na área de História (Bahia e Brasil República) e atua nos temas voltados à Memória, Identidades, Cultura, Comunidades Negras, Cultura Documental e Patrimonial, Cultura Afro Brasileira, Ensino de História, Antropologia Cultural e História Oral - o Laudo Antropológico, que será retomado, a seguir, proporcionou o reconhecimento da comunidade do Rio das Rãs foi feito a partir de levantamento com as comunidades com o objetivo demonstrar como ocorreu a ocupação e a permanência dos requerentes no território. E com o levantamento realizado, não ficou demonstrada a

⁴⁸ Dada à formação de base Sociolinguística e Sócio-histórica da pesquisadora e ao objetivo de se realizar uma discussão dos dados com foco na fala feminina na comunidade de Rio das Rãs, o *corpus* usado nesta pesquisa foi estratificado em sexo (masculino e feminino), faixa-etária, profissão, grau de escolaridade e estada fora da comunidade.

identificação de um proprietário, a não ser que o território onde encontrava o mucambo pertencia a Grande Fazenda Batalha que, por sua vez, pertencia aos Guedes de Brito, tendo como último herdeiro Joana Guedes de Brito.

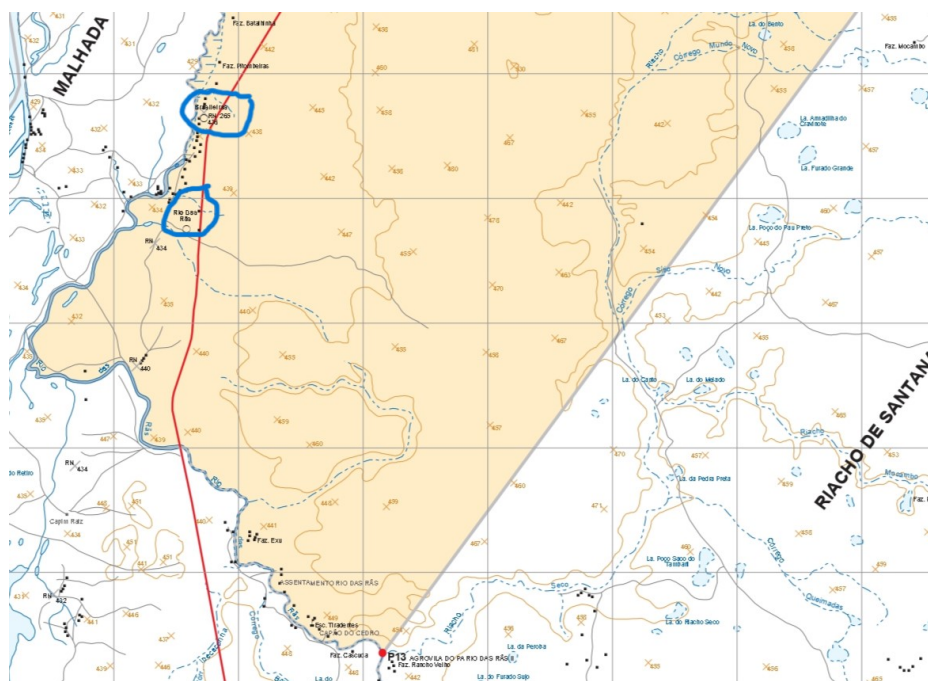
Além disso, o estudioso afirma que no ano de 2000, houve o reconhecimento pela Fundação Palmares da comunidade do Rio das Rãs como uma comunidade quilombola, e esse reconhecimento foi de fundamental importância para os seus membros, pois o reconhecimento não caracterizou e se restringiu apenas a questões relacionadas ao espaço territorial, mas, sobretudo, voltou-se a questões identitárias, contemplando o modo de vida e a cultura, além de garantir, pelo menos, legalmente, políticas públicas que visem a proporcionar melhor qualidade de vida à comunidade.

Tendo como base a Dissertação *A concordância nominal de número na comunidade quilombola de Rio das Rãs: análise das variáveis linguísticas e extralinguísticas* de Lécio Barbosa de Assis (2019), a Comunidade de Rio das Rãs está localizada à margem direita do Rio São Francisco, a aproximadamente 70 km da sede do município de Bom Jesus da Lapa - BA e compreende uma área de mais de 38 mil hectares com aproximadamente 590 famílias que se distribuem por diversos pontos de seu território nas localidades conhecidas como Brasileira, Capão do Cedro, Exu, Riacho Seco, Mocambo, Pau Preto, Retiro e Rio das Rãs.

De acordo com Carvalho (1993), a comunidade de Rio das Rãs acompanha as margens do São Francisco por cerca de seis quilômetros. Podemos observar que no Laudo Antropológico de Rio das Rãs (Carvalho, 1993) - No referido laudo denomina-se de *Comunidade Negra de Rio das Rãs* o grupo social formado pelos habitantes das localidades Brasileira, Rio das Rãs, Aribá, Bom Retiro, Capão do Cedro, Enchu e Riacho Seco. Estas localidades eram habitadas, no momento da perícia, por 899(oitocentos e oitenta e nove) pessoas, ocupando 177 (cento e setenta e sete) residências. A localidade de Rio das Rãs localiza-se às margens do Rio São Francisco. Não deve ser confundida com a comunidade de Rio das Rãs como um todo, nem com o curso d'água com o mesmo nome, o rio das Rãs (Carvalho, 1993, p.74).

Podemos ver no mapa as duas comunidades com maior população e número de residência: Brasileira e Rio das Rãs, marcada em azul, que fica dentro do território do Quilombo Rio das Rãs nas margens direita do curso d'água do Rio das Rãs.

Apresentamos, a seguir, o mapa com a localização das comunidades quilombolas Brasileiras e Rio das Rãs, circuladas em azul (Figura 1). Destacamos que a linha em tom, também, azul, que demarca o limite entre o município de Bom Jesus da Lapa e o município de Malhada é o Rio das Rãs. Além do mapa, apresentamos a distribuição da população de Rio das Rãs por habitantes e residências no Quadro 4:

Figura 1 – Mapa com a localização das comunidades quilombolas Brasileiras e Rio das Rãs

Fonte: Mapa geambiental descritivo Bom Jesus da Lapa - SEI-BA, 2015.

Quadro 4 – Distribuição da População por Habitantes e Residências

Número	Localidades							Total
	Brasileira	Rio das Rãs	Capão do Cedro	Aribá	Enchu	Riacho seco	Bom Retiro	
Residências	87	66	06	02	12	03	01	
População	429	337	37	06	78	11	01	

Fonte: Laudo Antropológico de Rio das Rãs (Carvalho, 1993, p.75).

Os habitantes da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs têm, na agricultura familiar, a sua principal fonte de sobrevivência. Informação que se faz presente, ao longo desta tese, em excertos compostos pelas falas das moradoras da comunidade quilombola em questão. Para além disso, programas governamentais, a Previdência Social, Programas como Bolsa Família, aposentadorias Rurais constituem fontes de rendas, representadas, muitas vezes, pelo termo “cartauzin”⁴⁹.

Silva (2010) aponta essas ditas fontes de rendas como fontes importantes para o surgimento de atividades de comércio e serviços que incluem pequenos armazéns, padarias, mercadinhos e o abate regular de gado bovino para o consumo local. Além disso, o autor apresenta

⁴⁹ Há um uso recorrente da forma diminutiva no léxico das mulheres negras de Rio das Rãs, a exemplo do termo *cartauzin* para nomear um objeto que tem um significado que implica na vida econômica da comunidade.

duas outras fontes de rendas, a saber, o processo migratório para várias regiões do Brasil e envio de dinheiro dos que moram em São Paulo.

Para Silva (2010), com relação ao processo de migratório, houve um significativo deslocamento de jovens e adultos das regiões de Mangal e de Rio das Rãs com vistas a serem utilizados como mão de obra para o corte de cana, tendo como remuneração, um trabalho assalariado em fazendas capitalistas do Oeste baiano, Goiás e São Paulo.

Outra fonte de renda que complementava a economia quilombola era a renda enviada pelas famílias de Rio das Rãs que se mudaram para São Paulo no auge do conflito pela posse da terra, entre as décadas de setenta e noventa do século passado. Com esses recursos recebidos pelos familiares dos integrantes da comunidade de Rio das Rãs, os quilombolas que investiam na compra de gado. Com isso, os parentes que não migraram, cuidavam desse gado (Silva, 2010).

Em um trabalho monográfico, apresentado no Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia, *Campus XVII*, Bom Jesus da Lapa, 2014, intitulado *Associações e o Fortalecimento da Agricultura Familiar: um olhar sobre Brasileira, uma comunidade remanescente de quilombo*, Rodrigues e Souza (2014) realizaram uma pesquisa socioeconômica na localidade de Brasileira, comunidade que faz parte do quilombo de Rio das Rãs.

Rodrigues e Souza (2014) afirmam que a Comunidade de Brasileira é a segunda maior comunidade no território do Quilombo Rio das Rãs, tem uma população de aproximadamente 320 habitantes em 100 famílias. Essa pesquisa foi realizada em novembro de 2013, teve como informante 10 (dez) agricultores familiares da comunidade, utilizou-se o método entrevistas semiestruturadas. Os participantes foram, em sua maioria do sexo masculino, casados, com faixas etárias entre 31 e 60 anos, com ensino fundamental incompleto, tendo apenas um concluído o ensino médio (Rodrigues; Souza, 2014).

Os resultados dessa pesquisa, de algum modo, dialogam com as informações apresentadas pelas moradoras da Comunidade de Rio das Rãs por meio das entrevistas e com a pesquisa acima realizada por Silva (2010). A título de contextualização, observemos os resultados obtidos por Rodrigues e Souza (2014): 74 % da renda dos agricultores da Brasileira “não chegava a um salário mínimo mensal.” 19% recebiam um salário mínimo e 6% mais de um salário. Do levantamento foi constatado, também, que 91% das famílias viviam da agricultura familiar, 6% da aposentadoria. Do ponto de vista da economia do lugar, a pesquisa mostra que 65% das famílias utilizam em seu consumo parte do que cultivam em suas propriedades (Rodrigues; Souza, 2014). Observamos que essa pesquisa, apesar de ter sido realizada com apenas uma das localidades que forma a comunidade quilombola, é representativa tendo como base o que foi

relatado anteriormente por Silva (2010), pois os entrevistados caracterizam a maioria dos quilombolas de Rio das Rãs.

Quanto à escolaridade dos quilombolas do Rio das Rãs até o final do século XX, era muito precária. Até o início dos anos dois mil, se caracterizava pela precariedade e pela improvisação, isso é, “as escolas do ensino fundamental funcionavam com pequenas turmas em espaços construídos de pau a pique, e com professores leigos, alguns das próprias comunidades e, outros, provenientes da sede de Bom Jesus da Lapa”.

Silva (2010), contudo, com relação à educação, faz uma diferenciação entre a comunidade de Mangal e as demais, já que os filhos dos quilombolas dessa localidade desde a década de oitenta, do século passado, passaram a ter acesso à educação formal quando foram estudar nas escolas das fazendas vizinhas. O que permitiu a conclusão do ensino fundamental e, posteriormente, o deslocamento para as escolas de Paratinga para conclusão dos estudos. Por isso, conforme o autor, a educação no quilombo já apresentava um diferencial: a maior parte dos professores era originária da própria comunidade, ainda que ensinassem mediante contratos precários de prestação de serviços da prefeitura de Sítio do Mato. (Silva, 2010)

A respeito da docência ser composta por indivíduos pertencentes à própria comunidade, a partir de 2002 o MEC passou a fazer uma série de investimentos em outras localidades, inclusive, a comunidade de Rio das Rãs, permitindo assim que “uma parte dos professores dessas unidades, todos com o 2º grau completo e, alguns, com licenciatura plena, é originária do próprio quilombo, e a outra parte vem da sede do município”. (Silva, 2010, p.103)

Apesar dos avanços apresentados por Silva (2010), ocorridos no início do século na educação do quilombo, Rodrigues e Souza (2014) mostram que a escolaridade ainda era muito baixa, tendo em vista que 69% dos entrevistados não tinham concluído o ensino fundamental, 4% tinham o ensino fundamental completo, 9% o ensino médio incompleto, 6% o ensino médio completo e 12% eram analfabetos. O que pode deduzir “que apesar de uma grande parte ter frequentado a escola não conseguiu concluir o ensino fundamental” (Rodrigues; Souza, 2014, p.49).

Outro ponto que merece atenção diz respeito à religiosidade. Silva (2010) relata haver uma grande religiosidade na localidade de Mangal, festejos a São Gonçalo e a marujada afirmando que a “vida cultural do quilombo gira em torno dos calendários religiosos que revivem os costumes antigos dos antepassados, através de eventos dedicados aos santos católicos e aos deuses de procedência africana.” E, conclui, afirmando que essa localidade é conhecida por ter “feitiçeiro” (Silva, 2010, p. 285). Vemos que a realidade de Mangal difere em parte com a de Rio

das Rãs quanto à tradição religiosa. Por um lado, há pessoas ditas evangélicas e outras católicas. E a expressão mais usada pelos moradores de Rio das Rãs é, geralmente, “curador”⁵⁰.

Macedo (2015, p. 76) apresenta um quadro que aproxima das informações dadas pelas moradoras e moradores de Rio das Rãs à pesquisa realizada por nós. A estudiosa afirma que a maioria das pessoas de algumas comunidades é iminentemente evangélica. Em Brasileiras e Rio das Rãs: “no Quilombo existem 05 igrejas, sendo 01 católica em Brasileira e 04 igrejas evangélicas: a Mundial do Poder de Deus em Vila Martins, a Assembleia de Deus em Rio das Rãs e Brasileira, a Igreja Pentecostal Deus é Amor e a Cristo Vive em Brasileira”. Afirma, ainda, que “segundo informações dos quilombolas, a quantidade de evangélicos dessas igrejas está crescendo. Em Brasileira, o número de evangélicos também é grande e na localidade de Rio das Rãs a população é predominantemente evangélica”.

Com relação as religiões de matriz africana, essa mesma autora apresenta dois Centros de Jurema e ou Umbanda, o dos seguidores do Senhor Andreino, que fica localizado em Papaconha, uma localidade perto do Exu; e um Centro Espírita do Senhor Osvaldo Arcanjo de Oliveira, localizado em Brasileira. Informa, também, que, em cada localidade, existe uma devoção a um santo da Igreja Católica e que, na comunidade de Rio das Rãs, o padroeiro é São João; em Exu, é o Divino Espírito Santo; e em Brasileira, o padroeiro é São Sebastião. Para este, a pesquisadora justifica o motivo: “escolheram São Sebastião para padroeiro por causa da luta daqui, porque São Sebastião foi um Santo guerreiro, foi torturado e lutava pelo povo” (Macêdo, 2015, p. 76)

Para outra ocasião, podemos até aprofundar sobre essas questões que envolvem características e formas do viver das comunidades quilombolas, mas realizando um desfecho sobre a sócio-história do lugar que compõe a comunidade de fala da pesquisa que ora realizamos, trazemos mais uma informação sobre a constituição dessa comunidade, diz respeito à memória da presença indígena⁵¹ na comunidade. Informação que será encontrada na seção 6 Entre *nós e a gente* que trata da análise dos dados desta pesquisa.

⁵⁰ Curador – Termo utilizado pelas moradoras/es de Rio das Rãs para designar curandeiro, aquele que cura as doenças por meio de rezas, ervas, feitiço. O curador é uma figura muito importante nas comunidades quilombolas, não sendo diferente em Rio das Rãs; pessoa que praticava a medicina de cunho popular, sobretudo, no período do difícil acesso a médicos em Rio das Rãs.

⁵¹ Para Dutra (2007), a associação entre indígenas e negros vivendo em comunidades para fugirem das ameaças não é uma característica de Rio das Rãs, mas, sim, uma prática no Brasil.

5.2 Variáveis dependentes e sociais

Estudamos a variável *1ª Pessoa do Plural* (P4⁵², nos termos de Câmara Júnior (1970)) no PB e suas variantes *a gente* e *nós* na função de sujeito e, com base no processo de gramaticalização, consideramos o uso da variável *a gente*.

Em nossas reflexões, consideramos as variáveis sociais sexo (masculino e feminino), faixa etária (jovem, adulto idoso) e grau de escolaridade.

5.3 Constituição do *corpus*

O *corpus* do Português Popular de Rio das Rãs (PPRR) foi composto por entrevistas que possuem em média 60 (sessenta) minutos de gravação, realizadas entre os anos 2012.

Este banco de dados de fala foi viabilizado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Oeste da Bahia – Campus de Bom Jesus da Lapa (Projeto PIBIC/UFOB, 2015)⁵³ em parceria com o Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em (Sócio)Funcionalismo – CNPq, o Grupo Janus, que tem se destacado por realizar inúmeras pesquisas na área da Sociolinguística, do Funcionalismo, do Sociofuncionalismo e da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU).

Para a mostra de língua oral, optamos por entrevistas de orientação sociolinguística no Português Afro-brasileiro da comunidade quilombola de Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, no interior do Estado da Bahia. São 24 (vinte e quatro) informantes, com pertencimento afro-Brasileiro. Dada a orientação Sociolinguística, o *corpus* foi estratificado por sexo (masculino e feminino), faixa etária (jovens – 25 a 35 anos; adultos – 45 a 55 anos; idosos – mais de 65 anos), grau de escolaridade (nenhum ano de escolarização a 5 anos) e estada fora da comunidade (viagem de pequena duração).

⁵² P 1 (primeira pessoa do singular); P 4 (primeira pessoa do plural); P 2 (segunda pessoa do singular); P 5 (segunda pessoa no plural); P 3 (terceira pessoa do singular) e P 6 (terceira pessoa do plural). (Câmara Júnior, 1970).

⁵³ Maura Canjirana e Lécio Assis, sob a coordenação do Prof. Dr. Danilo da Silva Santos Brito (UESB/JANUS – UFOB).

5.3.1 Comunidades de fala e de prática

Neste estudo de Variação e Mudança Linguística, há, entre muitos outros, dois aspectos apontados por Labov (2008) que consideramos importantes e assumimos nesta investigação: “não podemos entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre”, bem como “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo” (Labov, 2008, p. 21). Esses aspectos motivam inúmeros pesquisadores e pesquisadoras a constituírem bancos de dados para fomento dessas pesquisas em todo o país.

Ressaltamos que, com finalidade de contextualizar a comunidade de fala referente a este estudo, na seção 1. deste trabalho, trouxemos, no subtópico 1.2.3 intitulado *Rio das Rãs: uma sócio-história*, uma breve informação acerca da comunidade de Rio das Rãs: trata-se de características específicas da comunidade de fala em questão, por meio de narrativas dos próprios moradores e moradoras.

Objetivando situar nossa investigação quanto à compreensão de comunidade de fala e de prática, reportamo-nos a uma abordagem de Labov (1972) sobre comunidade de fala.

A comunidade de fala não se define por nenhum acordo marcado quanto ao uso dos elementos da língua, mas sobretudo pela participação num conjunto de normas estabelecidas. Tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamento avaliativo e na uniformidade de modelos abstratos de variação, que são invariantes com relação aos níveis particulares de uso (Labov, 1972, p. 120- 121).

Sobre essa afirmação, Monteiro (2018) aponta complexidade quanto ao alcance do conceito de comunidade. De acordo com o linguista, por um lado, a complexidade se dá pela dificuldade de se estabelecer os limites geográficos ou sociais de uma comunidade; por outro lado, ocorre pelo fato de os linguistas não serem unânimes aos critérios de demarcação. Desse modo, destaca quais seriam as tarefas da Sociolinguística, cuja função é descrever as línguas em sua diversidade funcional e social, e as tarefas do pesquisador que se constituem em registrar dados, iniciando seu trabalho nas situações concretas em que a fala ocorre, em vez de partir do modelo abstrato, como adverte o próprio linguista. Mas eis que chega o que ele chamaria de a primeira indagação: “que tipo de fala se deve analisar?” - o discurso do indivíduo tomado isoladamente ou as características das manifestações linguísticas de um determinado grupo social? Indagação que também nós fazemos e que será respondida ao longo de nossas discussões.

Já Freitag (2014), por meio do protocolo de coleta de dados e de como se constituem as comunidades de fala e de prática, destaca aspectos valorosos quanto à abordagem da Sociolinguística, nos moldes labovianos, em sua perspectiva “macro” e “micro”. Conforme a autora, enquanto, na abordagem sociolinguística macro, o protocolo de coleta de dados requer a realização de entrevistas sociolinguísticas com informantes selecionados aleatoriamente de acordo com perfis pré-definidos que constituem as células sociais da amostra da comunidade de fala (homogênea), a abordagem sociolinguística micro requer uma abordagem de natureza etnográfica, com a observação e a documentação de interações de todos os indivíduos que compõem a comunidade de práticas, uma vez que a estratificação de comunidades de práticas é heterogênea. A autora esclarece que uma documentação de base etnográfica requer muito mais tempo e envolvimento do pesquisador com a coleta de dados do que uma documentação baseada em entrevistas sociolinguísticas com indivíduos aleatórios de uma comunidade de fala (Freitag, 2014, p. 14).

Além disso, ainda de acordo com Freitag (2014), é importante destacar que as abordagens comunidade de fala e comunidade de prática não são concorrentes ou conflitantes, mas complementares. Segundo a autora, através da abordagem de comunidades de práticas, alinhada à 3ª onda dos estudos sociolinguísticos⁵⁴, é possível analisar o papel do indivíduo em fenômenos de variação e mudança linguística, cujo papel não é definido, *a priori*, em função de fatores sociodemográficos amplos, mas de acordo com as relações constituídas no interior desses espaços sociais. As motivações sociais estilísticas da escolha, conforme esse modelo de abordagem, podem ser investigadas de maneira mais cuidadosa, “permitindo desvelar de que modo variantes linguísticas podem veicular significados sociais localmente fundamentados” (Freitag, 2014, p. 14)

Para além da complexidade na constituição de *corpus*, vivenciada por pesquisadores e pesquisadoras que lidam com esse formato de informação (entrevistas), por conta do período demarcado pela pandemia da Covid-19⁵⁵, que teve início em 2020, cujo ciclo tem se fechado ou diminuído em sua totalidade no início de 2023, muitos trabalhos ainda estão sendo retomados nessas perspectivas de constituição de banco de dados, sem falar nos inúmeros trabalhos que foram totalmente parados e reiniciados com outras proposições de *corpus*.

⁵⁴ Conforme Eckert (2012), citado por Freitag (2014, p. 14).

⁵⁵ No momento inicial da pandemia, de acordo com as experiências vividas por nós (pesquisadores e pesquisadoras), acreditávamos que tudo iria “passar” rapidamente. Diferente do que esperávamos, dia após dia, meses, anos se passaram. Vimos morrer muitas pessoas em todo o mundo e uma situação muito precária foi estabelecida no Brasil.

Após muitas e muitas mortes e uma situação de pânico e isolamento social, achávamos que não íamos conseguir realizar a pesquisa. Porém, tivemos disciplinas ofertadas em um sistema remoto. Em uma dessas disciplinas, após leituras e reflexões de natureza Sociolinguística/Variação e Mudança Linguística, o livro *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gêneros sociolinguísticos brasileiros*, organizado pelas pesquisadoras Freitag e Severo (2015), teve um papel muito inspirador no sentido de decidirmos investigar o uso variável de *nós* e *a gente*, em função de uma adequação de *corpus*. Desse modo, conseguimos, então, realizar ajustes no projeto que já estava em andamento.

No entanto, informamos que, para alcance de objetivos desta pesquisa, tínhamos, também, a intenção de colher outros dados na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs: os dados escritos que seriam coletados pela pesquisadora por meio de aplicação de teste e cartas trocadas entre os moradores/as do lugar, de acordo com orientações relevantes quanto à coleta de dados da comunidade de prática defendida por Eckert (2012). Por conta das consequências oriundas da pandemia da COVID-19, isso não foi possível. Talvez, em um momento futuro, seja realizado, com vistas a complementar a discussão ora realizada.

Acrescentamos, também, a informação de que, devido ao caos estabelecido por ocasião da COVID-19, muitas discussões foram realizadas, *online*, pelos pesquisadores e pesquisadoras que atuam na área de Variação e Mudança Linguística no que diz respeito à coleta de dados na perspectiva da Sociolinguística. Essas “novas” fontes de dados, segundo Oushiro (2020), como dados da internet, entrevistas *online* e questionários *online*,

abrem muitas perspectivas para estudos sociolinguísticos e podem fornecer dados tão ou mais naturais quanto os de entrevistas sociolinguísticas tradicionais. Todos os tipos de coleta têm suas vantagens e desvantagens, mas a utilização de vários tipos pode compensar as fontes de erro de cada um. As presentes reflexões partiram principalmente da situação que vivemos em 2020, a de isolamento social e da pandemia, que objetivamente nos impede de fazer coleta de dados do modo mais tradicional; tal quadro também nos conduz a reflexões mais gerais sobre o trabalho de campo da sociolinguística, independentemente da pandemia (Oushiro, 2020, p. 20).

Assim, Oushiro (2020) instiga-nos quanto à geração de dados e ao trabalho de campo do sociolinguista, pontuando a existência de vantagens e desvantagens dessas novas perspectivas, em detrimento das coletas realizadas de maneira mais tradicional, além de salientar a relevância de utilizarmos tipos diferentes de coleta no intuito de compensar as fontes de erro. Desse modo, cabe aos pesquisadores e pesquisadoras terem a consciência do quanto se faz necessária uma

postura ética no que se refere às decisões tomadas e ao resguardo dos participantes das pesquisas para que estes também não tenham quaisquer prejuízos.

Adiante, discutiremos sobre a metodologia de análise dos nossos dados sobre o uso do *a gente*. Dada a natureza desta pesquisa e escolha de quadros teóricos, a metodologia de análise por meio do modelo quanti-qualitativo mostrou-se muito adequada.

5.4 Metodologia de análise: métodos quanti-qualitativos

Para análise dos dados acerca do uso do *a gente* encontrados nesta pesquisa, optamos pelo método misto (pautado no equacionamento entre a metodologia qualitativa e quantitativa) por concordarmos com Bryman (1998), citado por Cunha Lacerda (2016), quando afirma, ao tratar sobre natureza qualitativa, que esse tipo de análise de dados se estabelece a partir da perspectiva do pesquisador sobre o objeto, preocupando-se com os seguintes passos: a) oferecer uma descrição detalhada do objeto de análise; b) compreender o contexto em que o objeto analisado ocorre; e c) considerar como os conceitos surgem a partir dos dados. Nesse sentido, a metodologia qualitativa busca uma descrição detalhada do objeto investigado a partir do contexto em que é instanciado.

Quanto à metodologia quantitativa, Cunha Lacerda (2016), com base em Diehl (2004), pauta-se na quantificação dos dados analisados, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação. Assim, a fim de realizar o levantamento e a análise dos dados, o método quantitativo se caracteriza pelo emprego de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. Dessa maneira, o método misto consiste na combinação de elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa com o propósito de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o objeto de análise.

No que se refere pontualmente à análise linguística, Schiffrin (1987), citado por Cunha Lacerda (2016), defende o equacionamento entre a metodologia qualitativa e a quantitativa. Ou seja, quando os dois métodos de pesquisa são associados, é possível que o pesquisador obtenha um número elevado de ocorrências e uma análise adequada da formação e da estrutura de determinados padrões, uma vez que pode se pautar em uma prévia descrição das categorias nas quais os dados serão enquadrados e na elaboração de generalizações analíticas a partir da quantificação das ocorrências. Desse modo, o pesquisador dispõe de um número elevado de ocorrências de determinados padrões a fim de obter uma análise mais apurada tanto do objeto investigado quanto do próprio contexto em que ele ocorre.

Quanto aos trabalhos que tratam de mudança linguística, há uma tendência de se abordar o viés quantitativo como recurso explicativo para a própria ocorrência da mudança. É o que Bybee (2003, 2007, 2011), Martellota (2009) e Traugott (2011) defendem, de modo bastante pontual, quando sublinham o papel da frequência de uso no processo de mudança. Para a nossa análise, tomamos como base a defesa feita por Martelotta (2009), citado por Cunha Lacerda (2016, p. 87), quando afirma que “a frequência de uso deve ser considerada não apenas para identificar as relações dos elementos linguísticos sob análise nos seus diferentes contextos, mas principalmente para descrever o valor desses elementos no uso e os movimentos de mudança que ocorrem na língua”.

Além disso, segundo Traugott (2011), observamos que a frequência de uso assume um estatuto bastante específico: a repetição, resultando em frequências recorrentes, constitui ou pode vir a constituir um mecanismo de mudança linguística, juntamente com os mecanismos da reanálise e da analogia. Ou seja, a repetição, que é derivada da produção do falante, seria um dos elementos propulsores para a implementação da mudança.

5.5 Procedimentos de análise

Tendo em vista que o objetivo geral deste estudo é definir e explicar padrões de usos gramaticais de alternância dos pronomes pessoais de Primeira Pessoa do Plural *nós* e *a gente* na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, o método misto pareceu-nos bastante propício para a análise das ocorrências quanto ao uso do *a gente* por conter, em sua proposta, a associação da metodologia quantitativa e qualitativa, por meio das quais podemos explanar e interpretar os dados dessa pesquisa de cunho de Variação e Mudança Linguística pelo viés da Sociolinguística e Funcionalismo, conforme assumimos na seção anterior.

Além disso, assumimos uma associação de teorias entre a Sociolinguística Variacionista e pressupostos funcionalistas e compreendemos essa *parceria* como uma frutífera possibilidade de diálogos entre as 2 (duas) teorias para melhor enxergar a complexidade do objeto em estudo, o que justifica, aqui, a proposta de uma investigação tendo como aporte essa interface. Com base em Tavares (2003), Vianna (2011, p. 47) argumenta que “o estudo de interface não implica a incorporação dos conceitos de cada teoria tal como foram formuladas; antes disso, fundamenta-se na interpretação convergente dada a eles”. Desse modo, como postula Tavares (2003), citado por Vianna (2011, p. 47), “não se trata da soma ou junção de pressupostos teórico-metodológicos de um modelo e de outro, e sim do estabelecimento de pressupostos que resultam

da conversa entre modelos”. Assimilando esses argumentos, propomos, portanto, a análise do objeto a partir de uma perspectiva sociolinguística e funcionalista.

Assim, no intuito de alcançarmos o nosso objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: 1) definir e explicar padrões de usos gramaticais (emprego variável dos pronomes pessoais *nós* e *a gente*) na fala de mulheres usuárias do PP na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs; 2) levantar os temas recorrentes nas narrativas femininas, relacionando-os à constituição sócio-histórica da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs; 3) analisar as formas de uso do pronome *a gente*, observando padrões sociolinguísticos quanto a esse uso em outras variantes; 4) analisar a forma, sentido e função do pronome *a gente* usado na fala da mulher do PP na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs; 5) relacionar o uso do pronome pessoal *a gente* na fala da mulher quilombola de Rio das Rãs enquanto marca de identidade; 6) contextualizar o padrão do português popular no Brasil, em especial, o de variante rural, por condicionamentos históricos, afro-brasileiros, contrastando com os dados do Português Popular da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs. Para tanto, realizamos as seguintes ações:

- (i) levantar as ocorrências de *a gente* e *nós* no *corpus* do PPRR, como ocorre em: *a gente* não era assim (ADSh3RRr); *nós* num é nada (ADSh3RRr);
- (ii) organizar uma pasta para cada informante e com arquivos contendo as ocorrências de dados já levantados;
- (iii) submeter os dados ao programa *AntConc*;
- (iv) interpretar, descrever e explicar o fenômeno da alternância do uso da variável *nós* e *a gente*.

5.5.1 Programa *AntConc*

O programa *AntConc* foi desenvolvido pelo Professor Lawrence Anthony, da Universidade de Waseda, no Japão e encontra-se disponível para *download*. Uma das vantagens que o programa *AntConc* apresenta diz respeito ao fato de, na mesma janela, ser possível navegar por diferentes opções de análise, que permitam descobrir como o elemento pesquisado ocorre, o quanto ocorre e em que contexto ocorre (Cunha Lacerda; Dall’orto, 2016). Vejamos as ferramentas disponíveis no programa e a importância de cada uma delas:

- (i) *WordList* – consiste em gerar uma lista de palavras em ordem alfabética ou por frequência de todas as palavras que constam nos arquivos, possibilitando saber a posi-

ção *Rank* ocupada por essas palavras, principalmente, daquela/s de interesse da investigação linguística, a exemplo de *nós* e a construção/ expressão *a gente*, quer seja em frequência e ocorrência em um *corpus*.

- (ii) *Concordance* – ferramenta responsável por mostrar os resultados à pesquisa em um formato KWIC (*KeyWord In Context*), o que permite ver como as construções são comumente usadas em um *corpus*. O resultado é apresentado em três colunas. Na primeira, quantificam-se as ocorrências; na segunda, apresentam-se as linhas de concordância com destaque para as palavras-chave no contexto; e, na terceira, há a identificação do arquivo em que se encontra. Para a nossa pesquisa, como trabalhamos com *corpus* de modalidade oral, quando há uma busca de excerto, dentro do programa, ao aparecer os resultados, fica visível a qual informante pertence o excerto selecionado;
- (iii) *Concordance Plot* – colabora com as nossas pesquisas, uma vez que o dispositivo que constitui uma ferramenta de plotografia de concordância, possibilitando a visualização dos resultados da pesquisa em forma de gráfico denominado *Hits*. Algo semelhante a um código de barras, mostrando a distribuição, no arquivo em questão, da construção em análise no *corpus*.
- (iv) *File View* – Ferramenta que mostra o texto bruto de arquivos individuais. Isso permite investigar, com mais detalhes, os resultados gerados pelas ferramentas *Concordance* e *Concordance Plot*, pois as diferentes ocorrências ficam sinalizadas;
- (v) *Clusters/N-Grams* - essa ferramenta gera uma lista com as palavras mais próximas à esquerda ou à direita do termo de pesquisa. Ao utilizar esta ferramenta, podemos verificar quais elementos aparecem mais à direita ou mais à esquerda do que está se investigando, facultando a identificação de *chunks*;
- (vi) *Collocates* - ferramenta que também contribui para o refinamento das pesquisas linguísticas, uma vez que ela permite investigar padrões não sequenciais na língua;
- (vii) *Keywords* - que gera uma lista de palavras-chave, comparando a frequência das palavras dos arquivos em análise com a frequência das palavras de um outro *corpus*.

A funcionalidade do *AntConc* e das ferramentas que o constituem mostrou-se adequada para a análise e explicação dos dados desta pesquisa, de caráter de Variação e Mudança Linguística pelo viés da Sociolinguística e Funcionalismo.

Os dados, submetidos ao Programa *AntConc* 3.5.9 (*Windows*) 2020, devido às ferramentas nele existentes puderam ser muito úteis quanto à observância do fenômeno linguístico *a gente*, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo.

6 ENTRE NÓS E A GENTE: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Palavra alguma, seja ela falada, escrita, consagrada, repudiada, inventada, nada diz tudo. Por isso várias, muitas. Vozes múltiplas e diversas me ajudam a ampliar, a aprofundar o sentido da história. Há ainda vazios, eu sei
(Evaristo, 2016, p. 104-105).

Após uma vasta caminhada em torno dos interesses quanto aos estudos da linguagem e, nesse sentido, foram vários e das mais diferentes áreas do conhecimento, reportamo-nos às inúmeras iniciativas vindas também de diferentes lugares geográficos, temporal e, também, perspectivas, conforme vimos em Weedwood (2002). Observamos o quanto a linguagem, por meio da língua articulada em contexto social, e o quanto a criação de significado social vêm favorecendo o aprofundamento dos estudos a respeito da variação e mudança linguística.

Uma vez instituída a linguística na acepção de ciência, já mencionada, nos *Pressupostos Teóricos*, observamos cada movimento, formulação e posicionamento acerca da noção sobre linguagem, língua e sociedade. Além da observação sobre a escolha de metodologia e métodos usados nas diferentes abordagens, objetivando, frequentemente, por parte dos estudiosos, adotar o que melhor se aplica para um resultado mais robusto quanto à análise de dados linguísticos.

Realizados esses percursos, organizamos as nossas análises da seguinte forma: trouxemos, na primeira parte, dados estatísticos coletados em entrevistas orientadas nos moldes sociolinguísticos e, a seguir, fazemos um adendo quanto ao uso de alguns princípios aplicados à terceira onda dos estudos sociolinguísticos, na denominação comunidades de práticas⁵⁶. Desse modo, trouxemos elementos que, a nosso ver, justificam a composição do que estamos compreendendo como comunidades de práticas, e, por fim, nossas discussões acontecem na perspectiva funcionalista (Hopper, 1991).

6.1 Nossos dados

⁵⁶ Não foi possível realizar a coleta de outros dados na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs (os dados escritos que seriam coletados pela pesquisadora por meio de aplicação de teste e cartas trocadas entre os moradores/as do lugar) situação já mencionada na seção de metodologia.

Iniciamos, desse modo, a discussão e análise dos dados desta pesquisa, a partir de fundamentos da Sociolinguística Variacionista e apoio de estudos da sócio-história (Mattos e Silva (2004); Lucchesi (2000) sob o contexto da heterogeneidade da língua e seus aspectos sociais e criação de significado social. Recorremos a princípios básicos usados por Labov (1990) em uma análise multivariada de dados do Projeto Filadélfia, sobre Mudança e Variação Linguística, mencionados ao longo deste estudo, seção *O que dizem teoricamente sobre o que as mulheres dizem*.

Desse modo, apontamos os 2 (dois) princípios básicos com ênfase na variável sexo. Quais sejam: 1) em uma estratificação sociolinguística estável, os homens usam, com uma frequência maior, as formas não-padrão que as mulheres; e 2) na maioria dos fenômenos de mudanças linguísticas, são as mulheres que utilizam com maior frequência que os homens as formas não padronizadas (Labov, 1990). Nesta discussão, há um ponto em comum referente ao uso das formas não padrão. Ou seja, tanto os homens quanto as mulheres usam-na. O que muda, então, é o estado da estratificação sociolinguística em questão (se variação estável ou mudança linguística).

Com esse raciocínio, seguimos para os dados da nossa pesquisa. Trata-se do uso variável entre *nós* e *a gente* em uma comunidade quilombola de Rio das Rãs. Para esta discussão, interessa-nos saber se, nessa comunidade de fala e de prática, as mulheres usam mais a forma *nós* ou *a gente*.

Submetendo nossos dados ao Programa Estatístico *AntConc*, através da ferramenta *Word List*, disponibilizada no programa e mais bem explicitada na Seção de *Pressupostos Metodológicos*, em uma rodada “descontextualizada” encontramos 770 (setecentos e setenta) ocorrências do uso⁵⁷ do termo *gente*. Nesse caso, números de dados, apenas levemente significativo na Sociolinguística e relevante para o Funcionalismo, uma vez que o pronome *a gente* foi igualmente computado junto ao substantivo “gente”. No entanto, obtivemos, por meio da ferramenta *Concordance*, a frequência de 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) ocorrências do pronome *nós* e 592 (quinhentos e noventa e duas) para *a gente*, portanto, uma diferença de 133 (cento e trinta e três) ocorrências na frequência de uso.

6.1.1 Dados gerais entre homens e mulheres

⁵⁷ Ressaltamos que os conceitos “ocorrência de uso” e “ocorrência de frequência” ainda que, em certos contextos, façam lembrar “type” e “token”, tais conceitos [*type* e *token*] não se aplicam nesta pesquisa.

Os dados aqui apresentados foram fornecidos pela ferramenta *Concordance Plot*⁵⁸, conforme apresentado na seção da metodologia, justifica a colaboração nesta pesquisa por ter um dispositivo que constitui uma ferramenta de plotografia de concordância, possibilitando a visualização dos resultados da pesquisa em forma de gráfico (algo semelhante a um código de barras, mostrando a distribuição, no arquivo em pesquisa, da construção que se está analisando no *corpus*) e organizados por nós em um único Quadro, com a frequência de uso do *nós* e *a gente* nas modalidades *Hits*⁵⁹ e *Rank*⁶⁰.

Tabela 1 – Concordance Plot - Aplicação *a gente* e *nós*

PLOT	INFORMANTE	HITS		RANK	
		A GENTE	NÓS	A GENTE	NÓS
01 - HOMEM F3	ADSh3RRr	58	17	04	08
02 - MULHER F2	ANSm2RRr	51	79	06	02
03 – HOMEM F3	APSh3RRr	23	11	09	10
04 – HOMEM F1	IANh1RRr	34	77	08	03
05 – MULHER F1	IRSm1RRr	51	06	06	11
06 – MULHER F2	IRSm2RRr	89	06	01	11
07 – HOMEM F2	JBSH2RRr	16	78	10	04
08 – MULHER F3	LFSm3RRr	62	18	02	07
09 – MULHER F1	MAXm1RRr	60	32	03	05
10 – HOMEM F1	MMSH1RRr	60	12	03	09
11 – HOMEM F2	TFSH2RRr	53	98	05	01
12 – MULHER F3	VASm3RRr	35	23	07	06

Fonte: Elaboração própria.

A *Concordance Plot* mostrou-nos a frequência de *a gente* e *nós* em dados gerais (homens e mulheres). Em *Hits*, pudemos observar a frequência de uso do fenômeno em análise e, em *Rank*, foi possível verificarmos a classificação ocupada na realização da ocorrência do objeto de pesquisa.

Desse modo, observamos que, na comunidade quilombola de Rio das Rãs, nas rodadas a seguir discriminadas, as mulheres ocuparam os 3 (três) primeiros lugares no Rank, quanto ao uso de *a*

⁵⁹ Concordance Plot – dispositivo que constitui uma ferramenta de plotografia de concordância, possibilitando a visualização dos resultados da pesquisa em forma de gráfico denominado *Hits*. Algo semelhante a um código de barras, mostrando a distribuição, no arquivo em questão, da construção em análise no *corpus*.

⁶⁰ *WordList* – consiste em gerar uma lista de palavras em ordem alfabética ou por frequência de todas as palavras que constam nos arquivos, possibilitando saber a posição *Rank* ocupada por essas palavras, principalmente, daquela/s de interesse da investigação linguística, a exemplo de *nós* e a construção/ expressão *a gente*, quer seja em frequência e ocorrência em um *corpus*.

gente e os primeiros lugares quanto ao uso de *nós* foram ocupados, em sua maioria, pelos homens. Para melhor visualização, apresentamos os 3 (três) primeiros lugares em frequência de uso das formas *a gente* e *nós* realizadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

Tabela 2 – Comparativo resumido - *a gente* e *nós*

INF	HITS	RANK	INF	HITS	RANK
<i>A GENTE</i>			<i>NÓS</i>		
IRSm2RR	89	01	TSSh2RR	98	01
LFSm3RR	62	02	ANSm2RR	79	02
MAXm1RR	60	03	IANh1RR	77	03

Fonte: Elaboração própria.

Considerando o uso dos pronomes *nós* e *a gente*, como forma conservadora e inovadora, respectivamente, conforme explicamos anteriormente, vemos que as mulheres da comunidade quilombola de Rio das Rãs têm um comportamento linguístico inovador em relação aos homens, dialogando bem, dessa forma, com os princípios sociolinguísticos, nos quais a mulher, a rigor, é posta como conservadora, primando pela variante de maior prestígio, mas, ao contrário disso, quando a forma variante não sofre estigma, a mulher lidera o uso. Ressaltamos, contudo, que, para além desse pressuposto sociolinguístico é preciso estamos atentos à comunidade em que o vernáculo está sendo estudado. A seguir, explicaremos de forma mais detalhada esses dados.

Quanto à afirmação sobre o que dizem teoricamente sobre o que as mulheres dizem, trazemos, mais uma vez, os 2 (dois) princípios básicos com ênfase na variável sexo, quais sejam: 1) em uma estratificação sociolinguística estável, os homens usam, com uma frequência maior, as formas não-padrão que as mulheres. Isso ocorre, em geral, em função do papel ocupado pela figura da mulher. Nesse sentido, há uma movimentação da mulher em prezar pelo prestígio a ser usado por ela e por aqueles a que ela educa; e 2) na maioria dos fenômenos de mudanças linguísticas, são as mulheres que utilizam com maior frequência que os homens as formas não padronizadas. Quando a forma inovadora não apresenta traços que a estigmatizem, a exemplo de determinadas palavras de cunho sexual, as mulheres, a rigor, apresentam uma elevada frequência de uso da forma nova (Labov, 1990). Como dissemos, anteriormente, contudo, é preciso observamos que mulher é essa, de onde ela fala, em que lugar ela mora e, assim, qual é o perfil social dessa mulher.

6.1.1.1 Variáveis sociais (sexo e faixas etárias)

Nesta subseção, apresentamos os dados de uso do *a gente* em frequência de uso e percentuais da variável sexo e faixa etária. Com isso, pretendemos observar o comportamento social nessa comunidade quanto a esse uso. Em um total de 592 (quinhentas e noventa e duas) ocorrências, as mulheres obtiveram 348 (trezentos e quarenta e oito) frequência de uso de *a gente*. O equivalente a 58,79% dos dados e os homens, por sua vez, 244 (duzentos e quarenta e quatro) frequências de uso em 595 (quinhentos e noventa e cinco), ou seja, 41,21 %. Na Tabela 3, podemos visualizar esses resultados a partir da estratificação etária dos informantes femininos:

Tabela 3 – Aplicação - *a gente* pelas mulheres de Rio das Rãs.

FAIXAS	FREQUÊNCIA	%
1	111/592	18,75%
2	140/592	23,65%
3	97/592	16,39%
TOTAL	348/592	58,79%

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 3, os resultados esboçam que as mulheres de Faixa 2 lideram quanto ao uso frequente de *a gente* (140/592), perfazendo 23,65%, seguida da Faixa 1 (111/592) com 18,75% e, por fim, da Faixa 3 (97/592), equivalente a 16,39%. É salutar registrar que os resultados nas três faixas etárias foram muito próximos, sobretudo, os resultados das Faixas 1 e 3. Esse equilíbrio de uso entre as faixas etárias são características que nos sinalizam uma variação estável.

Para além desses resultados apresentados, por meio da Tabela 3, constatamos, ainda, que as mulheres na comunidade quilombola de Rio das Rãs, considerando-se as 3 (três) faixas, têm usado 58,79% de *a gente*, o que revela um comportamento linguístico no qual está mais presente a forma inovadora.

Quanto aos homens, verificamos que esses realizaram a forma *a gente*, em um percentual menor do que as mulheres. Ficando assim especificado: os homens, em um total de 592 (quinhentos e noventa e duas) ocorrências, realizaram 244 (duzentos e quarenta e quatro) ocorrências da forma *a gente*, o equivalente a 41,21% dos dados.

Os homens da Faixa 1 fizeram uso mais frequente de *a gente* 94/592 (noventa e quatro) ocorrências, equivalendo a 15,88%, seguido, respectivamente, das Faixa 3 realizando 81(oitenta e uma) ocorrência, 13%, e da Faixa 2, 69 (sessenta e nove) ocorrências, 11,65%. Vejamos a Tabela 4:

Tabela 4 – Aplicação - *a gente* pelos homens de Rio das Rãs

FAIXAS	FREQUÊNCIA	%
1	94/592	15,88%
2	69/595	11,65%
3	81/595	13,68%
TOTAL	244/ 595	41,21 %

Fonte: Elaboração própria.

Por meio da Tabela 2, há, de forma semelhante ao uso realizado pelas mulheres, níveis de frequência muito próximos, que variam de 11,65% a 15,88%. Comparando os dados de uso de *a gente*, as mulheres de Rio das Rãs são mais inovadoras que os homens, com resultados assim especificados: Mulheres = 348/595 (58,79%) e homens = 244/595 (41,21%). Com esses resultados, notamos que as mulheres usaram a forma inovadora com maior frequência que os homens, correspondendo, conforme já mencionamos, ao esperado na teoria sociolinguística.

Tabela 5 – Aplicação - *a gente* pelos homens e mulheres de Rio das Rãs

Mulheres	Homens
348/592 = 58,79%	244/ 595 = 41,21 %

Fonte: Elaboração própria.

Em termos percentuais, os homens da Faixa 2 são os que demonstraram mais resistência à forma inovadora (11,65%). Talvez, uma relação de contato com o público externo, por meio de pequenas viagens, justifique esse comportamento, ou mesmo por assumir alguns cargos na própria comunidade, a exemplo de presidência de associação e coordenação de assembleias, haja um uso maior do *nós* por parte dessa parcela da população na Comunidade.

Um outro dado que podemos extrair das Tabelas 1 e 2 é a diferença em percentual entre as três faixas das mulheres no uso do *a gente* e o uso realizado pelos homens. As faixas etárias 1, 2 e 3 femininas, embora tenham apresentado uma porcentagem de uso muito próxima, com índices de 23,65%, 18,75% e 16,39, respectivamente, o menor índice na Faixa Etária 3 das mulheres é superior ao maior índice, que aconteceu na Faixa Etária 2, dos homens (15,88%).

Dando continuidade à discussão dos dados desta pesquisa, apresentamos a frequência de uso pelas mulheres da forma *nós*. Observamos que, em sua totalidade, as mulheres usaram com menor frequência a variável padrão. Essas informantes realizaram 164 (cento e sessenta e quatro) frequências em um total de 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) ocorrências, totalizando 36%.

Nesses resultados, destacamos que as mulheres que compõem a Faixa 2 (dois) são as que mais utilizaram a forma *nós* com índice de 18,6%. Talvez, parte da justificativa usada para os homens desta faixa (2), aplique-se às mulheres dessa mesma faixa, ou seja, uma relação de contato com o público externo.

Tabela 6 – Aplicação de *nós* pelas mulheres de Rio das Rãs

FAIXAS	FREQUÊNCIA	%
1	38/459	8,40%
2	85/459	18,60%
3	41/459	9,0%
TOTAL	164/459	36,0%

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à frequência de uso, pelos homens, da forma padrão, *nós*, configurou-se mais conservadora, como podemos observar na Tabela a seguir.

Tabela 7 – Aplicação de *nós* pelos homens de Rio das Rãs

FAIXAS	FREQUÊNCIA	%
1	89/459	19,5%
2	176/459	38,4%
3	28/459	6,1%
TOTAL	293/459	64,0%

Fonte: Elaboração própria.

Do ponto de vista de frequência de uso, frente aos dados, podemos afirmar que os homens na comunidade de Rio das Rãs são mais conservadores que as mulheres, com frequência de uso do pronome *nós* em 64,0 %.

Tabela 8 – Aplicação de *nós* pelas mulheres e homens de Rio das Rãs

Mulheres	Homens
164/459 = 36,0%	293/459 = 64%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com princípios de Labov (1990), é possível perceber que o uso de *a gente* na comunidade em questão, encontra-se compatível à variação, tendo em vista que as formas variantes coexistem e convivem no vernáculo em análise, e, quiçá, possamos inferir, futuramente,

indícios de uma mudança em progresso, uma vez que, em caso de mudança, são as mulheres quem saem à frente quanto ao uso de forma não padrão. Para além dessa questão, a Faixa 3, notoriamente, na variável sexo, homens usaram 13,68 % e as mulheres 16,39%, portanto, foi menos utilizada pelos homens. Dessa forma, o pronome *a gente* parece estar tentando ocupar o lugar de *nós*.

Verificamos, na pesquisa de Lopes (1993), que, no grupo “eu-ampliado”, confirmou-se a hipótese de que há uma diferenciação no emprego de *nós* e *a gente* em relação a um uso mais restrito ou mais genérico. Podemos inferir que os homens façam um uso mais restrito. Vez que o uso restrito favorece o uso do *nós*, ao passo que o uso mais genérico favorece ao emprego de *a gente*. Nesse caso, as mulheres estariam fazendo uso mais genérico que os homens, informação que discutiremos mais ao abordarmos os resultados funcionalistas.

Na abordagem de pessoa gramatical, realizada na seção sobre o objeto, efetuada por Crystal (2000), fica explícito que outras distinções formais nas línguas podem ser feitas a exemplo do *nós*. Podendo-se falar em *nós* “inclusivo” ou “exclusivo” (falante, ouvinte e outros X falantes e outros, mas não o ouvinte); formal (ou ‘honorífico’) X informal (ou ‘íntimo’), como *vous* e *tu* no francês; masculino X feminino; definido X indefinido (cf. *one* em inglês, *se* em português) e assim por diante. Além desses, Crystal (2000) destaca a existência ainda diversos usos estilisticamente restritos como nos usos especiais de *nós* (plural de modéstia).

Conforme afirmamos, essa discussão será aprofundada na análise referente ao Funcionalismo, mas optamos por adiantá-la para que seja possível visualizar os aspectos relacionados às distinções formais de *nós* e *a gente* na condição de eu-ampliado na abordagem sobre identidade quilombola na subseção, 6.2 *A gente e as comunidades de prática: uma comunidade quilombola*, bem como aplicação do esquema “eu-ampliado”, usando como suporte o esquema (Lopes, 1993; 2003) em que se tem: eu+tu/você, eu+ele/ela, eu+vós/vocês, eu+eles, eu+todos.

Compreendemos que esse seja um ponto alto da nossa discussão, vez que, como bem explicitado anteriormente na descrição do objeto de estudo, ao assumir a forma *a gente* como variável de *nós*, estamos compreendendo que essa forma é passível de representar os diversos sentidos de *nós*, tida pela tradição gramatical como plural de *eu*.

(20) **IRSm2RRr** - Ah, foi boa, né, porque *a gente*, sei lá, era um monte de irmão, *a gente* trabaiava na roça, era, trabaiava na ilha, era no rio, tinha que atravessar o rio todo dia, mas *a gente*, no mesmo tempo que trabaiava, *a gente* brincava, divertia, sabe? (eu+todo mundo), ou seja, a informante e um monte de irmão).

As pesquisas com fundamentos teórico-metodológicos de Variação e Mudança Linguística vêm apontando a implantação no PB nas variedades popular e culta, de modo que Lopes (1993) tem chegado à conclusão de que os fatores linguísticos que condicionam o uso de *nós* e *a gente* são os mesmos, tanto para os falantes com pouca escolaridade (Omena, 1986), quanto para os de formação universitária completa. Entre os falantes cultos, os homens e as mulheres de meia-idade, estão sofrendo pressões sociais maiores, em função de suas atividades profissionais, estão, talvez, retardando, a efetivação da mudança. Destacamos que, em nossa pesquisa, também são os homens e as mulheres de meia-idade que estão fazendo uso da forma conservadora, *nós*, com maior frequência, impactado no processo da mudança.

Na próxima subseção, refletimos sobre o uso de *a gente*, tendo em vista a proposta de Eckert (2005, 2012) na acepção de terceira onda de análise sociolinguística, vislumbrando comunidades de prática e, quando possível, estabelecendo um diálogo com o valor semântico de ampliação do *a gente*.

6.2 *A gente* e as comunidades de prática: uma comunidade quilombola

Como foi definido na fundamentação teórica, para Eckert (2005), uma comunidade de prática é um agregado de pessoas que se reúnem em torno de um engajamento mútuo em algum esforço comum, estudos com foco emergente na variação, tendo-a como um recurso para a construção de significado social.

A partir dessa compreensão, abordamos alguns elementos relevantes, presentes na comunidade quilombola de Rio das Rãs, que, trazendo características inerentes à constituição de uma comunidade de prática, colocam esse espaço nessa condição, a saber, (1) identidade quilombola, (2) luta pela posse da terra, (3) hábitos e costumes, abrangendo aspectos de solidariedade, (4) elementos do passado que repercutem no presente, a exemplo de influências da cultura indígena, em especial às suas lendas, aspectos religiosos e, por fim, o acesso à educação. Além, de já termos mencionado, também, a presença da religiosidade.

6.2.1 *Identidade Quilombola*

Quando os membros dessa comunidade narram suas histórias, sempre o fazem na concepção de elementos do passado, com referência ao presente e sentem que não se constituíram quilombolas “hoje”, ou seja, já o são em termos de suas origens, de onde nasceram, cresceram e cultivam experiências específicas da própria comunidade. Se há novidade nesse contexto,

talvez, seja quanto ao termo “quilombola” em si, pois, esse termo, até para algumas pessoas da comunidade soa como uma “novidade”.

No excerto (21), a apresentação realizada pela informante AFSm3RRr revelam características que moldam a identidade quilombola desde questões de origem à vivência dentro da comunidade. Observemos:

(21) AFSm3RRr - [...] **Sou quilombola, beradeira do Rio Grande mesmo, nasci na beira do rio e convivi lá aos quatro pra cinco anos na beira do Rio Grande** [...] era um tempo que menino sabia o que que era fazer panelinha, fazer comidinha, *a gente* fazia comidinha, *a gente* fazia brinquedinho, tanto brinquedinho de barro, que ali que *a gente* fazia e fazia fogueira, fazia fogueirinha, ah, *umbora* fazer um cozinhado, meus filhos não sabe o que que é brincar de fazer um cozinhado, naquele tempo *a gente* sabia o que era fazer um cozinhado, *umbora* chamar o vizinho, a vizinha, o compadre, a comadre (risos), né? Era uma coisa muito, muito sadia, era uma maravilha, né, não tinha negócio de *rexa*, né? Os meninos de primeiro brincava, hora que tinha menino agoniado, tinha menino que batia, pegava um, metia o cacete, só que ali brigava ali mesmo ficava e acabava, né, e naquele período ali da briga daqui a pouco fazia as pazes de novo, e pai e mãe não sabia, e Deus o livre de saber, aí agora que nêgo apanhava, né, graças a Deus pelo menos na minha infância, até um período foi.. foi ótimo. (grifo nosso)

Nesse excerto (21), identificamos características que justificam a identidade quilombola quando a informante afirma ter nascido em contexto de beira de rio e, até nas brincadeiras, são visíveis a formação de agrupamento: “*umbora* chamar o vizinho, a vizinha, o compadre, a comadre (risos), né?”. A seguir, FFSm3RRr também se apresenta como quilombola e moradora de beira de rio:

(22) FFSm3RRr - Era. **Eu morava na beira do rio. Lá na beira do rio**, aí depois, que ... **somo quilombola**, entendeu? E era tudo da gente, mais, como o conflito do grileiro... eles exportou a gente como se a gente fosse uma carga de bicho por outro lugar, entendeu? Aí *a gente* foi, em primeiro lugar *a gente* foi. Quando ele derrubou as casa da gente. Eu mesmo, pegou um caminhão e botou as minhas tea, as madeira da minha casa, os meus filho, e todas minhas coisinha que tivesse, que *a gente* não tinha nada. Hoje em dia que *a gente* diz que tem tudo, mas antigamente ... botou tudo dentro do carro e *a gente* foi pro Rio das Rãs. Morar num lugar que chama Manga, no Rio das Rãs. O povo chegou lá, jogou a gente tudo num lugarzinho lá, num lugarzinho no chão, *a gente* desceu com todo peso, com os fô chorando, e eu chorando também muito. (grifos nossos)

Nesse excerto (22), FFSm3RRr usa *a gente* para designar a si mesma e aos filhos (eu+eles), além de deixar explícita a marca de pertencimento à comunidade quilombola: “Eu morava na beira do rio. Lá na beira do rio, aí depois, que ... **somo quilombola**, entendeu? E era tudo da gente, mais, como o conflito do grileiro... eles exportou a gente como se *a gente* fosse uma carga de bicho por outro lugar, entendeu?” Com o desequilíbrio mostrado nesse excerto quanto à grilagem de terra, observamos que, para se chegar à certificação de quilombola, no caso,

quilombo rural, houve uma movimentação entre os moradores da terra, e, como consequência, uma luta pela posse dessa terra foi encampada, promovendo, assim, a união dos membros da comunidade, dessa vez, em torno do reconhecimento da comunidade, conforme podemos compreender no excerto (23):

(23) **LFSm3RRr** - Nossa, aquilo a gente, *a gente* viu bastante coisa. Mais, mais era os home. Que nós morava lá na beira do rio, foi onde ele não buliu, nesse, nesse setor onde *a gente* morava e aí agora mais aqui tem gente que tem mais coisa pra contar de que eu. Que nem ali, Seu F, né M? [...] **a luta aqui foi feia, foi braba essa luta aqui.** (grifo nosso)

Nesse excerto, LFSm3RRr, aparentemente, dá a entender que o *a gente* empregado refere-se a própria informante. No entanto, ao envolver outras pessoas que “sabiam” contar sobre a luta, ou seja, é todo o grupo que se encontra em contexto de “despejo” – (eu+eles + todo mundo) – a informante, os filhos e outros assentados de mesma afiliação. Parece-nos ficar constatado, mais uma vez, o uso do *a gente* como representação de uma coletividade em busca de algo desejado e necessário por e para todos.

Para as características fluidas da comunidade, trazemos da seção 2.2.2 *A mulher, negra, quilombola de Rio das Rãs: uma questão de identidade*, elementos que testificam o comportamento dos indivíduos que se encontram em uma determinada dinâmica impressa nos modos sociais do viver. Há características que compõem a identidade da comunidade, em estudo, porém, essas características de origem já não são mais as mesmas, por se tratar de um processo histórico inserido na dinâmica do jogo da vida. Desse modo, recorremos a Hall (2006)⁶¹ que define identidade, conforme mencionamos no espaço em que discutimos o nosso objeto de estudo.

Assim, em conformidade com Hall (2006), podemos compreender que, por estar no mundo, essa comunidade tenha mantido as suas características primeiras (originais), mantido suas condições culturais, religiosas ligadas à sua ancestralidade, porém, ao lado disso, essa mesma comunidade vive em um universo de constante negociação. E nessa dinâmica da vida,

⁶¹ Do ponto de vista de identitário, Hall (2006) afirma que as pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado, mas sendo obrigadas a negociar com as culturas em que vivem, mas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, pois elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a um e, ao mesmo tempo, a várias casas, e não a uma casa particular, como define Hall (2006) por meio da metáfora “casa”.

incluindo-se os conflitos de terra, é que surge a necessidade de certificação da terra quilombola, e, assim, inicia-se uma luta pela posse da terra como podemos verificar na subseção a seguir.

6.2.2 Luta pela posse da terra

Na luta pela posse da terra, a comunidade passou a organizar algumas ações, uma delas foi a viagem para Salvador e Brasília, momento em que homens e mulheres juntos mostravam força perante as autoridades e no enfrentamento da repressão.

(24) **FFSm3RRr** - [...] Nós é quilombola. Era não, *eu* sou quilombola. E aí agora esse homem deu pra tremer, deu pra temer, e essas menina ria, cala boca, meninas [...]. Então o negócio foi quente, mas no fim, nós resolvemo o problema com Deus na frente, e todos, resolvemo, hoje em dia eu tenho saudade, quando um diz assim, **oh diah, tem reunião em Brasília, como eu não sou gente mais pra mim ir, tá lá. Salvador! Salvador!** Nós ficamos em Salvador, nós ficava doze dia, em Brasília nós fiquemo quinze, quatorze dia em Brasília, nós fiquemo assim, mas também ninguém podia passear não, tinha poliça por todo lado, se tinha um homem e uma mulher? O home dormia naqueles casarão de cá, e a mulher dormia naqueles casarão das mulheres, não dormia junto não. Nós só via um os outro na hora da comida. Tinha um pirão, um pirão, um pirão, **a gente** comia esse pirão. Na hora que nós ia pra lá, pro, pro, atacar os, os, os grandão de lá. Com aquelas faixa e nós tudo sentado, um bocado de quilombola, sentado. E agora que nós quer a solução! Nós quer a solução! Nós quer a solução! Nós quer a solução! Anté nós achava a solução que nós vinha o grupo que ficava cá, rezando, rezando, pedindo a Deus por nós, e pra nós vim mesmo, entendeu? E aí, então nós conseguiu chegar, conseguimos chegar, hoje em dia nós tamo aqui, não tamo muito seguro não porque ainda tem muito pepino, que agora esse quanto mais passa tempo mais eles, torna reviver, né? Aquilo ali. Mas com muito esforço, com muita luta, nós conseguimos alguma coisa (eu+outras mulheres +eu+homens ou eu+elas+eles). (grifo nosso)

No excerto (24), vimos ações pela posse e regulamentação da terra que, teoricamente e, também, na prática, já lhes pertencia. A luta pela terra é um traço que compõe essa condição quilombola, diretamente ligado à essa identidade. Na seção 2.2.1, *Sócio-histórica da comunidade*, trazemos uma falante que declara o quanto a vida tem melhorado frente a esse contexto de garantia, de se ter a condição da terra “certificada”.

Dado continuidade à composição da comunidade de prática trazemos, ainda, outros elementos que retratam hábitos e costumes, salientando ações de solidariedades.

6.2.3 Hábitos e costumes: um momento de solidariedade

Nas práticas cotidianas, os membros da comunidade expressavam seus hábitos e costumes, por meio do trabalho na roça, no preparo da terra, no plantio e na colheita. A forma de produzir era também um momento de diversão e trabalho, isso porque era realizado de forma coletiva, tantos pelos adultos quanto pelas crianças. Podemos constatar isso nos excertos (25) ao (28).

(25) **IRSm2RRr** - Ah, foi boa, né, porque **a gente**, sei lá, era um monte de irmão, **a gente** trabaia na roça, era, trabaia na ilha, era no rio, tinha que atravessar o rio todo dia, mas **a gente**, no mesmo tempo que trabaia, **a gente** brincava, divertia, sabe? Lá naquele riozão lá, né? Era um pouco... antes era sofrido porque **a gente** vivia da roça, né, tinha que tá trabaiano na enxada, era, tinha *momona*, que na roça de minha mãe, tinha muita *momona*, **a gente** plantava, **a gente** tinha que coê essa *momona*, cuidar, pra vender pra poder ajudar nalguma coisa, então assim, foi sofrido por um lado que tinha que trabaia desde criança, mas ao mesmo tempo **a gente** trabaia e adivertia nem sentia, nem sentia muito, aí meu pai também morreu **a gente** tava muito criança, eu mesmo tinha, ia fazer onze ano quando meu pai morreu. **A gente** já trabaia na roça e quando ele ainda trabaia, **a gente** já trabaia na roça, na enxada, mas eu acho que **a gente** era feliz e não sabia, né? { a informante dá gargalhadas} Porque a família era todo mundo junto, era ali, **a gente** também tem que trabaia, brincar, e, por exemplo, **a gente** ia pro rio, pra roça, que *prantava* o milho no lameiro, que **a gente** chamava, na vazante, quando o rio Aí, minha mãe colocava a gente pra ir, mandava a gente oiá os *priquito* que ia comê o mi, e **a gente** lá caia na água, ia tomar banho no rio lá, quando, aí, mas um dia mesmo, **a gente** foi tomar banho, o barco... deixou o barco só assim encalhado, né? Não *marrou* o barco e aí veio um ventin assim e tirou o barco...(grifo nosso)

Vimos que as muitas atividades eram realizadas, coletivamente, inclusive, pelas crianças, como já foi abordado - eu, criança quilombola - (eu + eles, eu + membros da família, eu + todo mundo). Atividades visíveis também na pesca e na criação de pequenos animais domésticos, realizada por todos os membros da família. Mais uma vez, estamos diante do pronome *a gente* sendo utilizado como referência a um coletivo por uma causa comum.

(26) **IRSm2RRr** - **a gente** era muito feliz, porque era a família todo mundo junto, **a gente** trabaia, divertia, brincava. Então, graças a Deus, assim, mesmo que **a gente** foi criado ..., que o pai da gente morreu, mas **a gente** não passou fome porque da roça **a gente** tirava o sustento, né, pra, pra gente alimentar e também criava, igual porco, cabra, galinha, então, assim, graças a D..., pescava, que tinha rio, tinha lagoa, então graças a Deus assim, então, não viveu assim bem, mas também, graças a Deus, assim, fome **a gente** nunca passou, então pra mim foi uma infância boa, né, porque foi isso que Deus proporcionou pra gente e **a gente** recebeu com felicidade. Então, graças a Deus pra mim minha infância foi boa. (grifo nosso)

Nesse excerto (26), vemos a constituição de comunidade de prática desde a infância, nos momentos em que estão próximos na realização das atividades diárias. Observamos, assim, um eu (criança quilombola) + todos os componentes da família.

(27) **IRSm2RRr** - Moço assim. *A gente* planta assim, as vez um cheiro verde, agora mesmo, meu marido tá fazeno um canteirin ali, já plantou uma cebola, um pouco de alho, já tá, a cebolinha já tá... aí *a gente* sempre plantou uma cebolinha sempre-verde nas *vazia*, sabe? Assim, pra ter assim pra temperar. Agora ele fez um canteirin ali no coisa porque tem as galinhas tem que cercar. Aí cercou com a rede, plantemo uma cebolinha ali, já tá nasceno. Então assim, *a gente* sempre planta um pouco pra ter. Mas aqui uma época teve uma horta comunitária aqui, mas esse negócio de água aí, deu problema na bomba, ficou muito tempo sem água. Aí acabou a comunidade desistiu porque morreu a, a horta morreu tudo.

No excerto (27), as atividades, que eram efetuadas pelas crianças e os pais, continuam sendo feitas pelos moradores na fase adulta de suas vidas. É a mulher que planta em companhia do marido: “*a gente* sempre plantou uma cebolinha” (eu+ele) e em “plantemo uma cebolinha ali” em “plantemo”, sugere o uso de “nós” – um “eu” por natureza, ampliado (nós) pela “natureza” de P4, diferentemente de *a gente* que é empregado em lugar de P4, mas com comportamento verbal de P3. Abrimos um parênteses aqui para exibir um fenômeno de variação, quando, no excerto (61), verificamos a coocorrência de variantes linguísticas na fala de uma mesma informante, ao usar formas verbais que ora realizam a concordância com o pronome *a gente*, como “plantou”, e ora usando a concordância com o pronome *nós*, como em “plantemo”.

(28) **LFSm3RRr** - *A gente* criava ovelha, muita ovelha, *a gente* criava galinha, *a gente* criava muito porco, aí as mulé ajudava os marido porque nós pegava o ovo da galinha pra vender, *a gente* pegava, ah, hoje não tem nada de mustura, *a gente* já ia lá pegava um bode, matava uma galinha, engordava muito porco, pegava um porco daquele, né?

No excerto (28), temos mais um exemplo de uma atividade que configura a constituição da comunidade de prática. Nesse fragmento da entrevista, percebemos várias ações que têm como sujeito o *a gente*, representando um grupo que criava ovelha, que criava galinha, que criava porcos. Há, ainda, o registro da cooperação entre homens e mulheres (eu+eles+elas): “as mulé ajudava os marido” e, ao que nos parece, também, é possível perceber uma certa divisão de tarefas, como se coubesse ao *a gente* (eu+elas), entre outras: com relação às galinhas, pegar os ovos e vendê-los; com relação aos porcos, alimentá-los.

Observamos que, ao longo das entrevistas, as informantes fazem referência aos pais, desse modo, vai se firmando a ideia de grupo, de comunidade que se junta para fazer “coisas”

em comuns. Atividades como plantio, criação de pequenos animais, pesca e outros engajamentos. É o marido que ajuda à mulher, são filhos que ajudam aos pais, todos se juntam para irem a uma igreja ou para realizarem assembleias, por exemplo.

Além desses aspectos da solidariedade, acrescentamos outros como que estiveram presentes nas entrevistas, como os empréstimos, que seja de vestes para casamento, que seja de utensílios e, até mesmo, da produção. Nessas narrativas, por vezes, as mesmas pessoas vão assumido posições diversas na comunidade e, assim, estabelecendo interligações entre o momento de hoje (presente) e o momento de ontem (passado) e vice-versa, como veremos com mais detalhes na próxima subseção.

6.2.4 Elementos do passado e do presente

Na tentativa de mostrar as características que compõem a comunidade, com afastamentos e proximidade de certos elementos que em um tempo pretérito eram comuns entre os membros dessa comunidade, o que justifica a marca identitária do grupo - A ancestralidade que hoje é reconhecida e tendo a terra e seus frutos como marca dessa vivência (pesca, plantio, ir à igreja, participar de assembleias, etc.).

A noção de tempo, geralmente, é representada na comunidade de Rio das Rãs nas palavras e expressão: de primeiro, hoje em dia, naquela época, naquele tempo, lá, aqui – entre outras, esses são expressões que demarcam, além do tempo, o espaço.

Para a comunidade, a noção de tempo e espaço traz uma memória em que o passado se repercute no presente. Isso é visto quando lendas indígenas são recontadas, bem como quando aspectos religiosos, práticas tradicionais de uso de plantas medicinais, consulta a curandeiros e rezadeiras são relatados, e, ainda, através de uma educação transmitida conforme os costumes, além de um acesso à educação formal, oferecida pelos próprios moradores dentro de suas limitações.

No excerto (29), vemos como as influências indígenas fazem parte da memória coletiva, expressa, nesse caso, através da lenda sobre a mãe d'água.

(29) **VASm3RRr** - Ia né? Tinha muita ... **Mãe d'água aí tinha ... Na beira maga mesmo tinha ela ... Nós ia pegar água ...** Nós pescava, aí né, aí tinha um tinha um porto que lavava peixe e tinha um porto enrimba que nós pegava água, tinha vez que nós ia com as vasilha d'água quando nós chegava lá, nós ia descendo o porto, ficava era no mêi d'água aquela mulhezona com aquele cabelão no mêi d'água fundando e descendo, fundando e descendo. E aí agora meu padrin

falava que ela pegava a gente e nós corria com medo, aí agora, as vez que aí pro lado de A⁶². tinha, tinha o canto delas, elas cantava: "Pega eu mãe d'água gosta da fundo do mar, trabalhava e banhava no mar". Aí elas corria, mas muita gente ela botava pra sair de lá, as vez agora aí, **a gente** ia, agora todo ano **a gente** ia ela foi costumando ... costumando, mas toda vez que nós ia lá nós via ela. A feição dela era de mulher né, era assim, mas o cabo era assim que nem cabo de peixe, né, sentava assim jogava o cabo assim, aí ela abanava o cabo assim na água fazia "báaah... báaah" aí aquela maré na água. (grifos nossos)

Com a narrativa de VASm3RRr, excerto (29), percebemos, por meio de uma detalhada narrativa, o quanto a influência da cultura indígena permeava o imaginário das pessoas da comunidade quilombola. No excerto (30), inclusive, a informante demonstrava estranhamento ao fato de pessoas, na atualidade, não acreditarem na existência da Mãe d'Água. Verificamos que a falante acreditava ter visto, de fato, a Mãe d'Água. Com esse relato, fica exposto claramente a noção de passado e presente. Destacamos, ainda, nesse excerto o uso das formas variantes *a gente* e *nós* (*a gente* ia ela foi costumando ... costumando, mas toda vez que nós ia lá nós via ela). Nesse uso, o sentido dos pronomes de primeira pessoa representa eu+elas+todo mundo.

(30) VASm3RRr - Muitos num acredita não, mas muitas pessoa que ainda aqui do quilombo sabe que tinha ela aí, agora com esse tempo seco disse que ela mudou, ela só ficava ni lugar que tinha orgo, né? Onde n'água, mais que ela mudou, agora ninguém sabe se ela mudou pro mar, nem se mudou pro Rio Grande, ela mudou, mais praqui nesses gramado, nos caminho aí tinha ela. Tinha índio, eles caminhava aí, encontrava às vezes concentrava as aldeia deles, né? Eles fazia assim aquelas casinha de barro, assim coberto assim, eles morava, mas ia pro mato, cortava abelha, colhia o mel e matava os passarinho e assava e comia com mel. Aí tinha vez que *a gente* ia daqui lá pro Juá, tava tudo dentro do mato: "iu ... iu... iu...iu ..." Já sabia que era eles *a gente* pegava o caminho e se, se mandava, quem eles não gosta lá eles estranhava, se fosse assim uma pessoa, duas, conforme seja, eles queriam investir, mas *a gente* desviava e ia embora, tem uns dois aqui em cima mas...

Pudemos ver nesse excerto (30), convívio entre as pessoas negras e indígenas e crença na "Mãe d'Água", imagem que muitos fazem como Iara, outros, Mãe d'Água (uma sereia, às vezes loira, mulher da cintura para cima, peixe da cintura para baixo, que fica sobre um rochedo, cantando) – (*Aí tinha vez que **a gente** ia daqui lá pro Juá, tava tudo dentro do mato; a gente pegava o caminho e se, se mandava; a gente* desviava e ia embora).

No próximo excerto, retomamos a infância das mulheres quilombolas, mostrando a falta de "oportunidade" causada pela dificuldade de se locomoverem para a sede do município (Bom Jesus da Lapa) e terem acesso à educação formal, sobretudo, porque tinham que trabalhar para ajudarem aos pais nos serviços da roça.

⁶² Usamos a inicial no nome próprio com finalidade de preservação de identidade.

(31) **MAXm1RRr** - É o seguinte, a minha infância foi muito difícil, porque eu não tive muita oportunidade, a oportunidade que eu tive é porque eu meus pai a situação era muito financeira, *a gente* não tinha muitas condições assim, né? Eu queria estudar meu pai me tirou da escola, me jogou na roça, entendeu? Foi muito difícil pra nós, né? *A gente* trabalha na zona rural. As coisa tão difícil, entendeu? Aí, meu pai me tirava do serviço, e me, me tirava da escola, me colocava no serviço, eu como a mais velha ali, né? Os mais velho era muito castigado assim para trabalhar, né? Porque o mais novo, eu cuidava dos pequeno, tinha a questão da roça, né? Minha mãe rapava mandioca, meu pai ia fazer algum serviço, né? Foi muito difícil de na verdade. Então, ele não me dava oportunidade pra eu aprender, pra eu ir para a escola, não tinha muita oportunidade, as coisa pra nós era muito difícil mesmo, *a gente* teve do feijão, mi, abóbora, do que planta, né? Então as coisa que nós vivemo era dali. Então não tinha muita oportunidade e aí, eh, nós morava no Rio das Rãs, chegou a oportunidade de nós vim aqui pro assentamento do Rio das Rãs, aí nós mudemos pra cá e tudo, aí, eu, jovem, entendeu? Não estudei, aí arrumei um namorado aí fui muito bem depois, né? Casei nova, jovem, podia ter estudado mais, né? Aí arrumei os filho, entendeu? Eu por aqui parei, mas eu creio que um dia Deus vai me dá mais outra oportunidade pra mim, eu consegui meus objetivo, porque nunca é tarde, né? *A gente* não pode parar, né? Tem que dar mais continuidade na escola, eu achei, né? Eu até que fiz a matrícula na escola lá, mas não foi possui eu ir né porque R. no corte de cana direto e viajava pra lá e pra acolá e meus nenê pequeno e eu moro assim um pouco afastado dos outros você bem que é longe, eu não posso ficar assim, deixar minhas criança sozinho para poder sair, então eu falei que vou dar um tempo, né? Mas eu creio que Deus vai me dar outra oportunidade e eu vou correr atrás porque *a gente* não pode parar, né? Então eu tô aqui graças a Deus. Aí, eu tenho três criança, que são umas bênçã, tá tudo estudando, já, né? Graças a Deus, né? Estão todos estudando pra mim é um prazer muito grande. Mas eu quero dar continuidade de novo, né? Se Deus quiser.

Nesse relato, temos explícitas a necessidade de estudar e a existências das escolas, “escolas” que funcionaram embaixo “de pé de pau”. Essas escolas, mesmo sem estrutura física adequada, representavam, em determinada ocasião, um ideal de educação, de formação existente no seio da comunidade. A escola era o símbolo de um espaço concreto em que as pessoas se ajuntavam com uma finalidade de estudar, sob uma condição de que aquele/a que “sabia” ensinasse ao que não tinha “as letras”⁶³. As pessoas se agrupavam, assim, para “garantir” essa formação, essa instrução. Destacamos, nesse excerto, o uso do *a gente*, em *a gente não tinha muitas condições assim, né?*, significando eu+eles(a minha família).

Da mesma forma que a comunidade teve um espírito de luta pela terra, teve também a educação como conquista. Por meio das narrativas, ficou evidente que há uma tentativa de fazer com que esses/essas moradores/as entrem nesse processo de estudo formal, inclusive, para permanecerem na comunidade, com expectativas de (re)construção do lugar.

⁶³ Expressão usada para falar de pessoas que tinham instrução adquirida nas escolas formais.

Nesses relatos, há narrativas de que os jovens, em particular, saem desse espaço que é a comunidade, com o sentido, ou seja, o desejo de conseguir algo *lá fora*⁶⁴, como o grupo costuma falar. No entanto, de imediato, muitas vezes, esses jovens voltam por não se adaptarem à cidade grande. Uma outra forma de saída das pessoas da região quilombola acontece quando, segundo eles, se veem “obrigados mesmo a saírem” e fazem isso em busca de recurso em prol da saúde, ou seja, trata-se de saídas curtas da comunidade com a finalidade de algum tratamento de saúde em específico.

Quanto ao excerto (32), o passado e o presente também se encontram no rememoração das práticas tradicionais de uso das plantas medicinais na cura de doenças:

(32)VASm3RRr - Era, graças a Deus não fartava nada, *a gente* trabalhava, minha irmã, não tinha essas coisa só de home trabalhar ... de enxada, de enxadão, abri cova pra plantar, os serviço que home fazia muié fazia mas não fartava o alimento em casa não, graça a Deus, tem de tudo, *a gente* fazia essa sena aí que hoje em dia o povo faz bassoura era remédio dessa gripe aí de primeiro. *A gente* pegava ela botava pra ferventar tirava aquela primeira calda, depois botava pra ferver, quando cabar adoçava com um pouquinho de ... de mel, botava azeite doce, óleo da amêndoa. [...] *a gente* fazia pegava aquela erva cidreira, cozinhava com casca, com fôia de juá, com manjerição, quando acabar botava, pegava o ... aí cozinhava quando acabar fazia aquilo, pegava botava o doce, quando acabar botava a resina. Cê já viu resina? Cozinhava a resina fazia aquele inxarope, *a gente* enchia assim aquelas garrafa, todo dia tomava assim aquelas, aquela cuié, dava as criança, bebia e nêgo sentia mior. Hoje em dia tudo quanto é remédio é gelado, por isso as complicação, porque como é que a pessoa tá com febre, aí vai pro bixado, chega lá toma uma vacina gelada, né? Toma um remédio gelado, aquilo ali que é de miorar, aquilo ali faz é cozinhar por dentro.

Podemos perceber, ainda, no excerto (33), claramente, que, por dificuldade de acesso a um sistema de saúde e também por crença, os habitantes desse espaço recorriam, muitas vezes, a um curandeiro. Diferente dos dias atuais em que já existem melhores possibilidades de mobilização do quilombo para a cidade.

(33)ANSm2RRr - Ôh minha irmã quando *duecia*, tinha vez que tinha um curador aí em cima, que não sei se cê ouviu falar, que era A., *a gente* ia pra lá, nós pegava e arrumava o dinheiro, fazia, mandava fazer *oiada*, porque nós não ia ni médico, era difícil ir ni médico nós ia e, e nós vem com aquela fé e nós sarava, sarava, nós todo só ia pra esse, pra esse A., chegava lá fazia *oiada*, passava os remédio, nós tomava e melhorava. Não tinha negócio de ir pra Lapa não, porque não tinha condições de ir pra Lapa. E também, eu tive um menino também que eu fiquei ruim, eu tive que ir lá também, é no caso o D. né, e aí eu fui e graças a Deus foi bem, tomei os remédio tudo certinho e melhorei. Nós sempre ia tudo era pra lá, não ia pra Bom Jesus da Lapa não.(grifo nosso)

⁶⁴ Geralmente estão falando em sair da comunidade para São Paulo.

Através da análise desses excertos, pudemos perceber as mulheres quilombolas que, em suas variadas práticas, comuns constituem uma comunidade de prática com características do fazer, do sentir e do se comunicar semelhantes. É possível notar, ainda, que não propositada ou conscientemente talvez, uma organização própria dos ritos a que se dedicam em sua rotina, com finalidade de ter organizada a comunidade quilombola na qual todas as informantes são afiliadas.

Vimos até aqui que a comunidade, em estudo, traduz, entre outros fatos, por meio do uso coletivo do *a gente*, as práticas de sua convivência cotidiana, revelando características que a coloca em um lugar “ideal” de identidade quilombola e que, pelo conjunto de ações comuns, remete-nos à idealização de comunidade de prática quer pela posse da terra, quer pelo anseio quanto à implementação da educação, que, também, configura-se em formato de luta. Assim, são rotinas, hábitos, comprometimento de solidariedade entre seus membros, aspectos culturais, elementos ditos do passado e do presente que permeiam as entrevistas – todos os elementos, até aqui apresentados.

Vimos o quanto a comunidade de Rio das Rãs tem atividades em comum, um elo que envolve cada morador, cada moradora em uma espécie de ilha. Coadunando com a interpretação de Assis (2019), mencionada na seção 4.1.2 *Sociolinguística*, que afirma ser a comunidade de Rio das Rãs, através do repertório compartilhado pelo modo de falar, formas de pronunciar palavras e expressões características da cultura e da convivência, ser reconhecida como de prática, pois o reconhecimento da comunidade de prática é uma questão de pertencimento de uma determinada comunidade, principalmente no que se refere às práticas sociais, o que afeta diretamente às práticas linguísticas.

Em uma comunidade de prática, conforme Assis (2019), podemos perceber as interações sociais compartilhadas sempre seguindo o padrão específico de uma mesma cultura. As interações sociais com o grupo de trabalho levam a compartilhar mutuamente repertórios e experiências, estabelecendo uma relação com a identidade da comunidade. Dessa forma, por tudo que foi exposto, os informantes da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs constituem uma comunidade de prática.

Ao longo das entrevistas, vamos observando que as mesmas pessoas têm um determinado comportamento que, por vezes, se altera, em função da dinamicidade da vida que provoca mudanças, contudo, mesmo diante disso, há enraizados aspectos da cultura vivenciada pelos seus membros ainda que tais fatos estejam afastados cronologicamente da vida que levam na atualidade. Em outras palavras, mesmo considerado a passagem de alguns anos, a distância temporal, ainda existem em suas memórias fatos, eventos e práticas comuns, a exemplo do culto de raiz

africana, a exemplo do terreiro, curandeiros, samba, capoeira, casamentos; e festejos populares ligados à religião católica, como a de São João, entre outros; a exemplo do fazer doméstico e no campo; a exemplo das lutas pela posse da terra e do desejo em poder estudar.

Quando os moradores/as moradoras falam, por exemplo, da saúde, em termos do acesso, relatam como algo que foi excessivamente difícil em um determinado tempo e, assim, trazem falas que esboçam como se davam as formas de tratamentos que eram por meio de remédio naturais, ou seja, folhas de plantas, casca de pau e que eram feitos na comunidade com o auxílio de curador. Um passado que, no momento presente, foi substituído pelo médico.

Compreendemos que, nos dias atuais, não mais com os conflitos já vividos pela posse da terra, a comunidade em mantida pela luta em termos de melhoria de vida dos seus membros, lavoura, pesca, se juntam, que é na prática diárias. Para isso, participam de associações, de reuniões para chegarem a decisões em torno dessa melhoria. É bom que se diga que os conflitos existem em tamanhos absurdos não apenas na comunidade de Rio das Rãs, mas, em outras comunidades de mesma afiliação e em comunidades quilombolas urbanas, inclusive.

Diante disso, vimos adequação ao que, em seus estudos linguísticos, Eckert (2005, 2012) define como comunidades de práticas e a esse grupo. Vejamos também que, na construção de significados sociais, principal foco da linguista, é o próprio significado social uma variante. Nesse sentido, podemos compreender uma construção ampliada desse significado, vez que ele é concebido por um olhar sócio semiótico, podendo fazer parte dele tanto a língua falada e sua noção de estilo, como articulação de outros elementos como roupa, gestos e outros.

Dada a realidade sócio semiótica, como compreende Eckert (2005, 2012), a variação constitui um sistema semiótico social capaz de expressar toda a gama de preocupações sociais de uma comunidade. E, como essas preocupações mudam continuamente, as variáveis não podem ser marcadores consensuais de significados fixos; pelo contrário, sua propriedade central deve ser a mutabilidade indexada e essa mutabilidade é alcançada na prática estilística, à medida que os falantes fazem movimentos sócio semióticos, reinterpretando variáveis e combinando-as e recombinaando-as em um processo contínuo de “bricolagem”. Daí, podemos dizer que o uso de *a gente* e *nós* passa também pelo processo de negociação, conforme o papel ocupado pelos falantes em diferentes “turnos” de fala e diferentes lugares sociais de fala (lugares geográficos e simbólicos ocupados pelas mulheres).

6.2.5 A mulher negra quilombola de Rio das Rãs: uma questão de identidade

Buscamos, nessa subseção, traçar um perfil sócio-histórico das mulheres negras da comunidade quilombola de Rio das Rãs. Com essa finalidade, perguntamos: 1) Quais problemas foram revelados nas falas das mulheres de Rio das Rãs, 2) Quais temas são recorrentes, quais dificuldades são revelados e como a mulher quilombola de Rio das Rãs se percebe, por exemplo, antes de ter filho e depois, como todas essas questões são representadas na escolha lexical relacionada aos pronomes pessoais *nós* e *a gente*?

Aprofundamos nosso estudo referente a algumas situações que acontecem à mulher negra, parte desta pesquisa. Como esta mulher compôs a semântica das formas *nós* e *a gente* e como compôs os valores sociais em que vivem. Esta etapa do nosso estudo está em demonstrar o fenômeno linguístico pronominal *a gente* com alternância ao pronome *nós*: como a mulher negra compôs as estratégias de uso do pronome em questão [*a gente*].

Diante do levantamento realizado acerca da temática do cotidiano da mulher negra quilombola de Rio das Rãs, foi possível verificar, por meio da fala dessas mulheres, a percepção de si, da própria vida, na comunidade quilombola, na representação de identidade tanto feminina quanto linguística e noções de passado e presente. Noções do que “era” e do que “é” a exemplo do movimento de “gestação” dos filhos e outros acontecimentos relacionados a esse mesmo processo (gravidez, parto, parteira, médico, curador, remédio, morte) sentimentos: “amor” *versus* “raiva”, “pau” *versus* “pedra”, “dureza de coração”, alegria *versus* e sofrimento: “tudo que prantava dava”; perda de ente querido – morte de marido, enfim.

Ressaltamos, assim, que as narrativas efetuadas na subseção 5.1 *Sócio-história da comunidade de fala: Rio das Rãs*, que fazem parte dos *Pressupostos Metodológicos*, seção 5, desta pesquisa, já foi possível, para além da composição da seção, antecipação de resultados e dados quanto ao emprego do pronome pessoal *a gente* em lugar do pronome canônico *nós* e as estratégias linguísticas de comportamento feminino dessa comunidade afro-brasileira.

6.2.5.1 Mulheres quilombolas de Rio das Rãs: o que *a gente* diz

A infância dessas mulheres negras, quilombolas é interpretada em consonância ao que foi a vida dos seus pais. Há momento em que essa realidade vivenciada se confunde mesmo com a dos seus próprios pais. A começar, para elas, a infância está atrelada à luta pela posse da terra,

sendo essa, um dos sinais de reconhecimento de ancestralidade⁶⁵, por um lado, e, por outro, a relação das moradoras dessa comunidade com as águas, ou seja, intimidade com o rio ou águas da chuva, as águas e seus prolongamentos quanto ao uso dessa para a cultura de plantas e animais.

Verbos como “invadir”, “derrubar” são recorrentes. Bem como palavras e expressões que se remetem a águas: “água de cabeça”, “latra”, peixe, barco, canoa etc. Interessante observar que também as plantações e criação de animais participam da simetria água/terra.

Observemos trechos na fala de MAXm1 – excertos (34), (35), (36), (37), (38) e (39) - que expressam essa relação mencionada à infância > vida dos pais > desejo de estudar > necessidade de trabalhar:

MAXm1⁶⁶:

(34) É o seguinte, a minha infância foi muito difícil, porque eu não tive muita oportunidade, a oportunidade que eu tive é porque eu meus pai a situação era muito financeira, *a gente* não tinha muitas condições assim, né? Eu queria estudar meu pai me tirou da escola, me jogou na roça, entendeu? Foi muito difícil pra nós, né?

(35) *A gente* trabalha na zona rural. As coisa tão difícil, entendeu? Aí, meu pai me tirava do serviço, e me, me tirava da escola, me colocava no serviço, eu como a mais velha ali, né? Os mais velho era muito castigado assim para trabalhar, né? Porque o mais novo, eu cuidava dos pequeno, tinha a questão da roça, né?

(36) Minha mãe rapava mandioca, meu pai ia fazer algum serviço, né? Foi muito difícil de na verdade. Então, ele não me dava oportunidade pra eu aprender, pra eu ir para a escola, não tinha muita oportunidade, as coisa pra nós era muito difícil mesmo.

(37) *a gente* veve do feijão, mi, abobra, do que planta, né? Então as coisa que nós vivemo era dali. Então não tinha muita oportunidade e aí, eh, nós morava no Rio das Rãs, chegou a oportunidade de nós vim aqui pro assentamento do Rio das Rãs, aí nós mudemos pra cá e tudo, aí, eu, jovem, entendeu?

(38) Não estudei, aí arrumei um namorado aí fui muito bem depois, né? Casei nova, jovem, podia ter estudado mais, né? Aí arrumei os filho, entendeu? Eu por aqui parei, mas eu creio que um dia Deus vai me dá mais outra oportunidade pra mim, eu consegui meus objetivo, porque nunca é tarde, né?

(39) *A gente* não pode parar, né? Tem que dar mais continuidade na escola, eu achei, né? Eu até que fiz a matrícula na escola lá, mas não foi possui eu ir né porque R. no corte de cana direto e viajava pra lá e pra acolá e meus nenê pequeno e eu moro assim um pouco

⁶⁵ Compreendemos a ancestralidade como valor central nas culturas africanas, sendo a ancestralidade fonte de sabedoria, identidade, pertencimento e saúde. Honrar os ancestrais e os mais velhos, significa reconhecer a sabedoria dos que vieram antes de nós. Significa tomar a vida em sua plenitude. << [⁶⁶ A fala de MAXm1, excertos de \(34\) a \(39\), foi fragmentada com finalidade metodológica. Em outras palavras, trata-se de uma fala sequenciada, um mesmo discurso.](https://diaspora.black/blog/cultura-negra/o-que-e-ancestralidade-e-o-que-ela-pode-nos-ensinar-sobre-nos-mesmos#:~:text=Ancestralidade%20e%20Senioridade%2C%20s%C3%A3o%20valores,a%20vida%20em%20sua%20plenitude!>> Acesso em: 04 de março de 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

afastado dos outros você bem que é longe, eu não posso ficar assim, deixar minhas criança sozinho para poder sair, então eu falei que vou dar um tempo, né? Mas eu creio que Deus vai me dar outra oportunidade e eu vou correr atrás porque *a gente* não pode parar, né? Então eu tô aqui graças a Deus. Aí, eu tenho três criança, que são umas bênção, tá tudo estudando, já, né? Graças a Deus, né? Estão todos estudando pra mim é um prazer muito grande. Mas eu quero dar continuidade de novo, né? Se Deus quiser.

A infância e a vida adulta se misturam para essas, hoje, mulheres. Situação bastante perceptível nas narrativas femininas ao falarem de infância e, logo em seguida, falam já em casamento e nascimento de filhos e, claro, algumas consequências que requerem posicionamento. É só observarmos um “querer” no excerto (34). Querer estudar, mas é retirada da escola e jogada na roça, jogada no serviço: “me jogou na roça”. Nesse caso, mesmo que involuntariamente, a ação do pai representava uma retirada de oportunidade “eu não tive muita oportunidade [...] meus pai a situação era muito financeira, *a gente* não tinha muitas condições assim, né?” para atender a uma necessidade imediata de sobrevivência.

Identificamos, nessa falta de “oportunidade”, a negação de um direito inalienável da condição humana que tem implicações a acesso a bens culturais advindas da educação. Nesse caso, educação formal. Não se tratando de uma negação efetuada necessariamente pelo pai, mas a uma questão mais ampla. Uma negação advinda do ponto de vista de política social. Daí, manifestação de violência, de opressão.

No excerto (35), é revelado um espaço de atuação, que é a roça, “zona rural”. Mais uma vez, a opressão da retirada da escola para efetuar trabalhos voltados para a renda da família. Ou seja, desde a infância essa menina-mulher exercia uma função, uma participação na vida econômica, no seio da família, da comunidade. Como se não bastasse a baixa condição socioeconômica e ela, também, é a causa, a infância dessa falante implicou a negação quanto ao direito à educação formal, condição imposta de assumir tal responsabilidade por ser a irmã mais velha.

Os excertos (36), (37) e (38) trazem um diálogo entre si quanto à necessidade do trabalho coletivo efetuado pelos membros da família. O serviço explícito da mãe (36), e, do pai, implícito⁶⁷, no entanto, explícito no (37) dado o modo de vida da família quanto à utilização da lavoura para tirar o sustento de seus membros. Nesse mesmo excerto, verificamos, apesar da falta da “oportunidade de estudo”, ou seja, da negação ao direito à educação formal, a oportunidade de uma melhoria de vida representada pelo movimento de sair das margens do Rio das Rãs para o Assentamento do Rio das Rãs. Ao contrário do que se possa parecer, esse movimento

⁶⁷ O que pode significar qualquer serviço, trabalho informal.

implica melhoria de vida, pertença. Reconhecimento de um “lugar”, o da ancestralidade, pertença a um grupo de resistência: “eh, nós morava no Rio das Rãs, chegou a oportunidade de nós vim aqui pro assentamento do Rio das Rãs, aí nós mudemos pra cá e tudo, aí, eu, jovem, entendeu?”

Em (38), observamos o drama, a opressão no que concerne ao direito à educação formal e a implicação de se constituir, em tenra idade, uma família. Com isso, são os filhos que chegam, e, o desejo ao acesso à educação perpetua: (*A gente não pode parar, né? Tem que dar mais continuidade na escola, eu achei, né?/ e eu vou correr atrás porque a gente não pode parar, né?*) Com isso, o que era desejo pessoal é realizado por meio dos filhos: “Aí, eu tenho três criança, que são umas bênçã, tá tudo estudando, já, né? Graças a Deus, né? Estão todos estudando pra mim é um prazer muito grande.” E, ao mesmo tempo, continuidade e perspectiva da realização de do sonho pessoal: “Mas eu quero dar continuidade de novo, né? Se Deus quiser.”.

Em linha geral, observamos o uso variável dos pronomes *nós* e *a gente*. Ressaltamos que em algumas circunstâncias o *a gente* parece ser usado em uma relação com um *eu sozinho/a* (excerto (35)), mas ao mesmo tempo, por tratar-se de um acontecimento que abrange outras meninas-mulheres da comunidade, percebemos, desse modo, um *eu* plural, uma circunstância identitária. Seguindo o raciocínio identitário, o excerto (37) permite-nos melhor esse olhar quanto a alternância do *nós* e *a gente*, com nuances, inclusive de uso de concordância do verbo “viver”.

Dando continuidade à constituição sócio-histórica da comunidade de fala de Rio das Rãs, a documentadora pergunta sobre as amigas de infância: “**DOC.:** E com relação as suas amigas de infância, você foi uma pessoa que teve muitos amigos de infância?”.

(40) **MAXm1:**Eu tive assim, né? Que eu tive muita assim amizade com as menina, né? *A gente* jogava bola no tempo de minha infância eu jogava muita bola, gostava muito de jogar bola, aí eu jogava bola assim, aos sábado, no final de semana assim a tarde, no domingo a tarde jogava bola, mas depois, cê sabe, né? Aí depois *a gente* cresce, aí produz uma família já é outra coisa, né? Aí *a gente* produz outra família, já vem marido, né? Agora já vem as criança, aí eu também em seguida fiquei evangélica, né? E a igreja não permite essas coisas, né? Aí, eu também, os amizade ainda continuam os mesmo, né? Agora são outros amizade, né? Porque *a gente* foca mais assim, a igreja e a gente certas amizade, assim, que *a gente* vê, né? O que é bom e o que ruim, e tem hora que eu nem, e tem amizade e não tem. Mais é assim, na base da igreja, né? Que meus amizade é mais com as irmã da igreja, né? Por que *a gente* canta num do grupo de jovem, né? dos véi, das senhoras, tem assim proximidade mais com os jovem, né? Tem os vizin, né? E aí...

Vejamos a narrativa de IRSm1 quanto à infância:

(41) **IRSm1RRr.**: Minha infância foi um pouco complicada porque, foi uma minha infância assim, não tinha nada, meus pais trabalhavam na roça, pesca, essas coisa assim pra gente manter assim, **a gente** também ia assim pra roça cedo, começou ir pra roça cedo, pra ajudar eles pra ter alguma coisa pra se manter e não tinha muita brincadeira, **a gente** não costumava brincar muito, ter que ajudar os meus pais, as vezes meus pais ia e eu tinha que cuidar da casa também ajudar com meus irmão, então foi bem complicada a minha infância, assim, não foi uma infância muito boa de brincadeira, e aí depois tive que vim pra escola, comecei a estudar.

O excerto (41) localiza a moradora quanto à sua infância, justificando-se dado à constituição da sócio-história da comunidade quilombola quanto à infância e às diversões, levando-se em conta o *status* solteira, casada, evangélica, acrescentando-se a isso a realidade de se ter filhos.

DOC.: Então sua diversão é mesmo na igreja, né?

(42) **MAXm1:** É. Na igreja, é, porque cê ver, né? Porque tem uns movimento, as vez, de futebol, tem uns movimento por aí, mas tá todo mundo, num churrasco, aniversário, né, por aí, né, só que eu não sou muito, né. E vou, né, assim família. As vezes a vizinha faz aniversário e fala: “M., você vem aqui?” Aí já ou naqueles aniversário ali... ficou ali até onde dar para ficar, né, porque depois você sabe, ali vem bebida, né? Vem muita destas coisas daí...

Um ponto recorrente no ambiente da comunidade quilombola dizia respeito à solidariedade, representada por meio das palavras *partilha* e *dividir*. Atos de solidariedade que vão da comida (alimentação) e objetos a serviços. O relacionamento é tão próximo a ponto de a “vizinhança”, “amigos” e “agregados” serem considerados como “membros da família”. Afirmações observáveis nos excertos (43) e (44), considerando-se o uso de um *eu*, semanticamente, plural (43) e um *a gente* para além de representar um *eu* “sozinho” (43 e 44).

(43) **MAXm1:** Igual também assim, tem assim, que eu *realmento*, **a gente** criava porco, ovelha, cabra, né? Gado, o pessoal que ia comprar, né? Tinha os comprador lá, que **a gente**, se eu tivesse dez galinha, aí vendia duas, três e comprava, assim, as vez, o óleo, né? Eu comprava, farinha não comprava, porque **a gente** tinha de fatura, mas **a gente** comprava um óleo, eu comprava, **a gente** comprava o açúcar, né? O sal, mas lá graças a Deus, o giro é muito bom lá⁶⁸, graças a Deus, era muito legal lá.

(44) **MAXm1:** Tinha é verdade, assim. Se eu matasse um porco e tivesse dez *vizin*, meus dez *vizin*, tudo comia mais eu. Se eu matasse um porco, hoje é sábado, hoje eu vou matar um porco, aqueles dez *vizin* ali, todo mundo almoçava, assim carne né, **a gente** dividia, toicin, *dasse* pra todos os dez *vizin*. Se eu pegasse, rancasse o mandioca, e *dasse*, as vez, dois sacos de farinha, aqueles *vizin* meu que *tasse* sem farinha, dava, comia, farinha, assim, dividia, né? Oh, fulano, tô com farinha, que é isso? Não, vou dá farinha pra fulano, eu vou dar farinha pra ele ali, né? Era farinha, tapioca, mesma coisa, tudo, era muito bom, viu?

⁶⁸ Referência às margens do rio, conotação de moradia que já, constituindo-se um tempo passado.

Sempre com vistas à relação passado/presente, vale observar aspectos quanto à luta pela terra aliados à solidariedade - partilha de bens e serviços:

(45) **MAXm1RRr:** Era compartilhado. Se alguém *duecisse*, as vez, hum, aconteceu um causo com minha mãe, né? Minha mãe *dueceu*, ela ficou muito tempo assim, abatida, muito assim, né? A vizinha saía da casa dela, largava os afazer, largava o esposo e ia dormi com minha mãe. “Ah! vou dormi com V. que ela pode não passar bem de noite, ela não ficou bem esses dias, vou ficar com ela pra ver como ela fica, se equilibra mais”. Aquela vizinha lavava roupa da gente, aquela vizinha fazia comida, penteava o cabelo da gente, aquela vizinha dava nosso banho, a vizinha dava banho, penteava o cabelo, aquela vizinha limpava a casa, lavava louça, fazia tudo. A vizinha, aquela harmonia, assim, aquela, aquele carin, era um ajudando o outro, né? Era muito bom.

Trazendo-se para a esfera do presente, MAXm1 fala que “Era uma família. Eu sinto muito falta, porque hoje em dia tá mudado, né, porque o pessoal, tá todo... hoje em dia se o cara bota uma sandália ele nem olha procê. Somos todos igual, né? Pra mim, lá, era muito legal”. Maxm1, assim como outras moradoras, sempre traz para sua fala esses termos que evidenciam essa realidade especificada pelo espaço geográfico (“lá” é beira do rio; “Hoje em dia” é a morada no alto) para demarcar tempo.

No próximo excerto,

(46) **Maxm1RRr.:** Aprendi, aprendi. Hoje em dia eu sou humilde, né? *A gente* sendo humilde *a gente* consegue muitos objetivo, né? Eu gostei, eu aprendi muito. Aprendi, eu sinto muito falta, sinto muita saudade, se aquele tempo voltasse pra mim o mundo, nós era outro, sabia? Se aquele tempo voltasse, assim algumas coisa, né? Voltasse, *a gente* era outro, assim, que *a gente* tinha paz, tinha amor, tinha alegria, tinha mais reverência um ao outro, né? É, respeito, *a gente* tinha assim, aquela, é que, como é que se diz? *A gente* tinha aquele carinho. *A gente* era mais humano, entendeu? Hoje em dia, ninguém assume assim, (ININT), rebeldia, né? Questão das, das muitas de coisas, né? Assim, tá muito assim, né na lei não, assim um tipo de negócio, assim, pra você ver, lá no Rio das Rãs não tinha assim, negócio de pedofilia, esse negócio assim de estupro, não tinha este negócio de, como é que fala, mulher? De, de não tinha muito certas coisa, não tinha, né? E aqui cê tá vendo, o negócio tá fêi, né? Aquele negócio de droga, de alcoolismo, né? Então, tá muito visível, né? E lá pra nós não tinha isso, tinha os bar, vendia tudo, mas geralmente, uma pessoa idosa, uma pessoa mais de idade, ia lá e bebia sua pinguinha lá e bebia lá e ficava de boa e aqui hoje os (ININT) é aberto, a pessoa fuma, né?

Esse excerto (46) permitiu-nos observar o quanto o uso do pronome *a gente* tem implicação um conjunto, representação da comunidade quilombola [eu + todo mundo]. A informante, moradora da comunidade + qualquer outra pessoa dessa comunidade + mais todo mundo.

Quanto ao aspecto da educação/ escolaridade, encontra-se marcado por situação de leitura ou dificuldades para a efetua-la. Assim, estudo, leitura, sobretudo, da Bíblia estão correlacionados.

Assim, vimos que existem certas dificuldades e percepção de si a partir da situação educacional. Ironicamente, como apontado, por meio da negação de um direito inalienável que é o direito à cidadania, à educação formal, a escolarização. A educação negada a essas mulheres traz consequências: silenciamento e opressão, para citar apenas duas. Essa negação pode ocasionar na vida dessas mulheres, entre outros, um não acesso a bens culturais.

(47) **MAXm1RRr**: O meu pai. O meu pai não deu oportunidade por que assim, eu tive muita vontade de estudar, mulher, muita vontade, vontade de estudar mesmo, eu tinha a cabeça boa, em matemática eu dou dez, dez a zero em matemática, dava uns segundo, umas horinhas ali e eu fazia tudo, você ia corrigir e, beleza. Eu não tenho grande *dificuldade*, é assim, eu conheço as letra, mas quando junto cadê a muié pra falar as palavra? Eu não falo, e se me apertar eu não consigo, não sai nada mesmo, porque meu pai não me dava oportunidade pra mim estudar, porque ele fala vá assim: "Não tem condições, né? Não temos nada, né? Vamo trabalhar, vamo trabalhar". E os mais véi é I., S. e eu, então minha mãe demorou mais pra ter mais filho. Nós que era os mais velho, nós deu continuidade no serviço, ele me tirava da escola para ajudar ele aqui na roça, era pra tampar uma cova, era pra plantar mandioca, plantar cova, semear um capim, era pra plantar o milho, na época da mandioca, era pra colher, rapar mandioca, nós apertar, né e todo o movimento do serviço.

Não há como não se identificar rupturas no processo de aprendizagem, impossível participar, acessar a educação formal ofertada quer por escolas ou outro meio. Aqui vemos realidades interessantes quanto à percepção de si: o querer estudar, não ter dificuldade quanto às letras e os números (*eu conheço as letra, mas quando junto cadê a muié pra falar as palavra?*). No entanto, não se teve oportunidade, pois, a família, na pessoa do pai, precisava da ajuda da filha e demonstrava não ter condição de mantê-la na escola. Apesar da falta de oportunidade mencionada, há, no excerto (48), uma projeção de si, o vislumbrar de um grande sonho:

(48) **MAXm1RRr**: Tem, tem. Tem um sonho meu Deus. Tem. Tem vontade, um sonho muito grande de realizar meu sonho: pra mim sentar assim com um caderno, pra mim lê ele, é as vez, assim, eu abri uma bíblia, pegar esta bíblia e ler tudo, e depois eu voltar, decifranho ela, comparação ao assim, ali ni Lucas 10:07 a do senhor, em comparação falar assim: Venha a mim todos que tiver cansado e eu vós aliviarei, então pra mim falar aquela palavra todinha e voltar é, como é que fala, pra mim voltar, voltar...

Não "relendo" como sugere, inicialmente, a documentadora, mas "interpretando", há no excerto a seguir a presença de um forte anseio manifestado no termo "decifrar" um texto e uma

significativa adjetivação de “prazer grande” por meio do termo “lindo”. Vejamos o excerto para que o comentário fique mais evidente.

(49) **DOC.:** Relendo?

MAXm1RRr.: Não que eu vou ler, voltar decifrano ela todinha, né?

DOC.: Interpretando.

MAXm1RRr.: Interpretando, isso. voltar interpretando, pra mim é um prazer muito grande, não é lindo?

DOC.: Ah, é.

MAXm1RRr.: É lindo, viu! Você lê ali e voltar *interpretano*, é lindo, viu?

DOC.: Que você não consegue ler a bíblia, né?

MAXm1RRr.: E ler algumas, bem, mais assim que eu vejo, né? A bíblia *a gente* tem muita dificuldade pra aprender ler. Por que a pessoa que é professora mesmo, igual a você, tem palavra que nós gagueja, cê acredita? Gagueja, tem cada nome, meu Deus do céu, né não? Tem cada um nome que só Deus na causa.

DOC.: Ah, você tem um sonho de, um dos seus sonhos é ler?

MAXm1RRr.: É ler, é ler, é ler.

O anseio pelo estudo, pelo direito à educação formal faz parte da luta não só das pessoas quilombolas de Rio das Rãs, mas de populações negras e indígenas em todo o território brasileiro. Mesmo com inúmeros obstáculos, já podemos falar no direito à educação quilombola, tema a ser melhor discutindo na seção 7, *Nós e a gente, teoria, pesquisa e escola*.

Alimentando-se o sonho da moradora do quilombo de Rio das Rãs, talvez seja possível parafrasearmos Conceição Evaristo e dizermos que tudo tem seu tempo certo. Não vê a semente? A gente semeia e é preciso esquecer a vida guardada de debaixo da terra, até que um dia, no momento exato, independente do querer de quem espalhou a semente, ela arrebenta a terra desabrochando o viver (Evaristo, 2017, p. 91).

Vimos na constituição de “comunidade de prática”, seção 6, referente a análise dos dados, informações que demonstram que em dado momento, pessoas vão se juntar, agregar com finalidade de oferecer acesso à educação “pretendida” formal. Porque pretendida, realizada de modo bastante precário e distante do que prevê a legislação.

Ainda no plano da percepção de si, MAXm1RRr tem uma atitude positiva quanto à sua linguagem, seu modo de expressar:

(50) **MAXm1RRr.:** Mulher é o seguinte: *a gente* vai ali crescendo e aprendendo, vendo aquilo ali, né? *A gente* sabe mais ou menos, *a gente* tem a noção do que é certo e do que é errado. Nossos pai deu pra nós muito exemplo, pra nós e o que é bom nós *aprendemo*, aí a *a gente* aproveita, né? *A gente* tenta falar as coisa mais certa, né, negócio de mentira, nem ver. *A gente*, uma mulher da Áustria veio aqui fazer um pesquisa na Brasileira e aqui no Rio das Rãs. Lá na Brasileira foi E. de S. e aqui foi eu, filha de V. , M. , e aí, ela fez a perg... a entrevista, né? E no final da entrevista, aí teve a reunião, agora ela disse, olha gente: “Eu sou da Áustria, trabalho

aqui, da área quilombola do Rio das Rãs, né? Aí eu fui na Brasileira ontem, com E. e aí, aqui com M. Fui privilegiada porque é uma pessoa que não sabe a ler, não sabe escrever, ela tem oportunidade de falar palavras tão assim bem esclarecido, eu gostei muito, ela tá de parabéns”. Ela me agradeceu muito, né? Porque digo assim *a gente* tem que focar no que é bom, né? E assim vai nascendo e vendo aquilo ali, né, e também vai da criação dos nossos pai, né? Nossos pai falava assim, não, coisa boa vocês aproveita, né? Ensinou *a gente* a saber falar, saber respeitar. Porque hoje em dia, o respeito em primeiro lugar, né? *A gente* tem que aprender respeitar, e aprender a falar as coisa certa, tem coisa que convém e tem coisa que não convém você falar, né? Então temos que focar mais naquilo que nos convém nós falar, né? Então eu fui privilegiada e eu gostei muito, entendeu? Pra mim, era um prazer, tamos aí, qualquer coisa, precisando.

Para a realização do sonho, MAXm1RRr expressa com clareza o que deseja: “voltar decifrado”, para expressar “interpretar”, decifrar. “Decifrar” situações de opressão, e silenciamento. Resistir e avançar. Assim, por sentir que expressa bem, autoestima elevada quanto à linguagem e aponta estratégias:

(51) **MAXm1RRr**: Dá. A gente ...o primeiro sábado do mês é ceia e o segundo, não, e o terceiro sábado do mês é o grupo das senhoras, né? Eu já sou, sou casada no civil e eu, eu sou batizada nas água, eu já participo da ceia, e eu já canto no grupo de senhoras, as vezes me dão oportunidade, eu falo com os irmãos: “Na paz do Senhor, pra mim é motivo de alegria, aqui narrando as palavras do Senhor, vamos agradecer em Seu Nome, porque Deus é Maravilhoso”. Aí, eu vou ler a *bíblia*, que é assim, se você der oportunidade na igreja, eu tenho que ou ler a *bíblia*, ou cantar um hino, ou eu tenho que contar um testemunho, testemunho, algo que aconteceu comigo, um algo de maravilhoso, de contar aquilo ali, porque as oportunidade são muito pouca. E hora, né? Esgota rapidinho, né, depende do culto, né? Se fosse de oração, das dez as, das oito as dez se for culto domingo a tarde é das três as seis. Então a oportunidade é muito pouca, então, pra mim, eles gostam muito, né? Eles sempre me dá oportunidade pra mim pregar, né? Eu abro o culto, não fechar, né? Por que fechar já é o irmão, né? Ele vai ler a palavra, né? Mas se me der oportunidade: “M. vai ler a palavra?” Um versículo bem *facin* lá, eu já vou lendo, né? Pra na hora eu falar aquela palavra ali, então é, eles trata eu muito bem, gosta, entendeu? Me dá oportunidade: “Hoje a M. vai pregar”. “Então hoje M. vai dar a abertura do culto”. “M. vai cantar o hino”. Eu pra mim, é muito bom, eles gosta muito porque eu expresso bem, tem pessoas que ficam gaguejando, né? E eu não, eu converso demais, eu falo mesmo, eu... vamo falar, vamo, tô aqui, as vezes trava um pouquinho a língua, mas depende da palavra também, fica meio embolada, mas falo bem, acho que eu falo bem esclarecido, que dá pra todo mundo entender, né? É muito maravilhoso na igreja.

Vimos no excerto (51) que MAXm1RRr, embora se reconheça como pessoa que não sabe escrever, nem ler, demarca uma atitude positiva quanto à própria linguagem. No excerto (52), contra a opressão do não poder avançar, vislumbrava-se melhorias, em um determinado ponto, quanto à educação e outras mudanças. Já não precisa estudar “debaixo dos pau”. Ao se ser indagada sobre mudanças quanto à saúde e acesso à comunidade de Rio das Rãs, podemos ouvir as vozes de outras moradoras (IRSm1RRr e FFSm3RRr).

(52) **IRSm1RRr**: Antes era muito difícil, hoje já mudou muito que antes *a gente* não tinha energia, morava nas casinha de barro, não tinha energia, é, a escola, *a gente* estudava, já estudou debaixo dos pau também, igual no tempo da minha mãe, até com meus irmão mais velho já chegou estudar debaixo do pau porque não tinha colégio. Hoje não, hoje já tem o colégio, hoje já tem um posto de saúde, já tem um médico *atendeno*, agora já tá *construino* um posto de saúde aqui dentro, energia já tem, hoje muitas pessoas aqui dentro tem internet, hoje mudou muito, não é mais igual antes, a pessoa não sabia de nada, com a internet, com celular, TV a pessoa não assistia, não tinha energia, já mudou muito agora. Muitas coisa que *a gente* não sabia, através da internet *a gente* já sabe.

DOC.: A questão da água. Como está?

INF.: A que água tá difícil aqui dentro porque a água é, tem um poço, tem uma água assim que *a gente* tem direto. Tem dias que tem água, tem dias que não tem. Tem tempo que fica meio sem água, aí quando o carro-pipa vem entregar a água do carro-pipa usa da torneira pra fazer alguma coisa, mas não é direto que tem água na torneira também. E quando chove, e enche as caixa e vai, pra tomar tem que tomar água de chuva quando o carro-pipa dá porque a água que tem aqui da torneira não é apropriada pra tomar porque é água com muito sal e não é tratada, então não tem como só usa mesmo pra lavar uma coisa e pra tomar banho.

DOC.: E naquela época como era as escolas aqui? Tinha escola? Como era que os meninos aprendiam a ler, a escrever?

FFSm3: As escolas era meio complicado. Ficava debaixo de pé de pau. Ficava debaixo dos pé de pau. Nas casa das pessoa, na casa daquelas professora, que tinha essa Maria Borja, tinha dona Nilza, tinha Cleusa, ficava debaixo desses pé de pau, dando aula. Menino pegando lenha, pega um bucado de feixe de galho pra fazer a merendinha pra eles cumer. Os próprio aluno era os próprio panhador de lenha, os proprio fazedor de merenda. Era. Ficava debaixo de pé de pau pra mode eles poder prender e foi os que aprendeu. Ao menos, os mais velho foi prendido assim. Meu irmão mesmo, Lazinho, Lazinho prendeu tudo assim, não dava nada por ele, mas ele fez tudo, a escola. Meu menino que mora em São Paulo foi prendido assim, ia pra escola com ... nesse instante tava falando com meu neto, com a capanguinha de pedacin de calça aqui do lado, debaixo do braço, na hora que ele ficou mais velho deu pra me ajudar também. Era de tardinha ele ia sozinho, uma légua. Ia sozin de tardinha de a pé. Ia pra, pra escola, então ele, ele, ele, ele prendeu, formou, fez faculdade, depois que foi pra São Paulo fez faculdade, minha filha também prendeu aqui também. Prendeu aqui, e fez o ensino, a faculdade ela começou fazer, mas ela parou porque aí dinheiro ficou difícil, trancou, mas nessa época dos (ININT) o tempo era difícil.

DOC.: E demorou muito tempo?

FFSm3RRr: Até depois que chegou aqui no Rio das Rãs foi um tempo ali foi debaixo do pé de pau ainda. Hoje em dia que tá tudo bom, tem colégio, né?

DOC.: Os professores vem de fora ou são daqui mesmo?

FFSm3RRr: Vem um bando de fora. Agora que tá mais poco. Mas foi, antigamente tinha os daqui mesmo. Tinha Nilza, tinha, tinha Maria Borja, Cleusa, depois foi começando chegar, começando chegar, hoje em dia é só essa Juvenice.

DOC.: Que não é daqui, né?

FFSm3RRr: É. E tem muitos na Brasileira.

Já vislumbramos, nas falas, “avanços”, inclusive, tecnológicos nessa comunidade. A seguir, podemos verificar que, nessa realidade, escola e trabalho tornaram-se incompatíveis. Pelo relato, a informante nos fala sobre o ato abrir mão da escola aos 15 anos para trabalhar, pois era necessário. Percebemos, nesse depoimento, que a educação era importante, mas o trabalho e,

consequentemente, a remuneração era a sobrevivência. Nesse sentido, era essa atividade que precisava ser escolhida. Assim, mais uma situação de opressão se mostra no excerto (53):

(53) **IRSm1RRr.**: A escola também era um pouco complicada porque não tinha muito, comecei estudar já com sete anos de idade aí estudei um pouco tive que parar pra sair, **com meus quinze anos eu sair pra trabalhar, pra poder ajudar também, pra mim ter alguma coisa, depois eu parei de estudar, desistir da escola pra trabalhar, tive que trabalhar**, até chegou o ponto que eu tive o meu filho, também nasceu com muito problema, tive que lutar, ficava mais no mundo do que próprio em casa, cuidano dele na luta, e, é muito difícil, muito complicado mesmo. A vida da gente aqui. Não tinha acesso a nada, que não tinha um médico, pra levar ele no médico, a escola era bem complicada, agora hoje tá mais, mais melhor um pouco que hoje já tem atendimento médico, já atende aqui dentro mesmo, já tem a escola bem mais avançada aqui, já forma aqui mesmo. E já mudou bastante aqui. Tá bem mais melhor, numas coisa, ni outras ainda tá muito complicado, ainda falta muita coisa aqui dentro.

Finalmente, é de LFSm3 a “sacada” da importância da leitura. Para ela, “Que quando eu vim dá fé que o mundo não vivia sem a letra, foi que eu peguei no pé de meus filho”. Com relatos como esse, notamos que a comunidade quilombola de Rio das Rãs vem demonstrando maior interesse pelo acesso à educação e melhorias nas estruturas físicas.

Quanto às tarefas domésticas e ao trabalho não remunerado (homens/ mulheres) – marido “ajuda” muito, filho também “ajuda”. Revelações presentes nas narrativas femininas: homens e mulheres trabalham igual, fato que coloca em prática uma das dimensões de se ser quilombola: solidariedade.

Vimos aqui uma realidade (Rio das Rãs) que aponta para uma solidariedade, para o trabalho homem/mulher. Assim, a exemplo de Suarez (1997) que defende a ideia de que o uso do conceito gênero não pode ser reduzido ao contato sexual entre homens e mulheres, mas ao conjunto das relações sociais entre mulheres e entre os homens. Partindo do pressuposto de que a antropologia clássica tem uma dívida, sobretudo, com as mulheres que foram invisibilizadas nos relatos etnográficos ou reduzidas apenas às dimensões que envolvem a sexualidade. Suarez (1997) defende que é preciso observar e descrever o que as mulheres realmente fazem e pensam ao invés de escutar o que os outros dizem que elas fazem e pensam. No caso específico desta pesquisa, buscamos escutar o que realmente dizem essas mulheres.

(54) **DOC**: Os meninos também ajuda?

IRSm2 RRr.: Ajuda. Eles ajuda, eles limpa a casa, eles faz alguma coisa, porque se pra fazer eles até que fica assim mei mas eles faz. Aí eu pedia fazer isso eles vão fazer né, [**a gente**] teve que ensinar os nossos fi porque se não, a hora que arrumar uma pessoa tá dando o que falar, né? **A gente** tem que tá falando, tem que ta pos fi é ... incentivando eles pá ... Porque eu, eles não vai ter, eu não vou ter a vida (ININT) né? Então eu tenho que ensinar eles, pra eles, amanhã

ou depois dizer, minha mãe me ensinou, meu pai me ensinou. É assim igual meus avô, meus avô me ensinou e eu tenho naquela ... que eles me ensinaram. Que a ... a ... a ... que de primeiro era duro as coisa, quem era nós pra ir ni festa, quem era nós pra ir ni ... liberdade com qualquer coisa não, e hoje em dia os fi nosso tá tudo liberto, pra ir ni festa, pra ir nisso, pra ir naquilo, nós não ia não, não ia mesmo.

Outras pesquisas realizadas tanto em comunidades negras como Rio das Rãs e Brasileira apontam para a nítida divisão de tarefas de gênero a separar homens e mulheres. Nessa divisão, não uma interdição absoluta que impeça as mulheres de exercerem atividades consideradas masculinas como derrubar árvores de machado para abrir novas roças como não será bem visto socialmente um homem que lava a roupa em casa ou no rio, contudo parecem, ao que os informantes narram, haver uma partição das tarefas mais relacionadas ao fazer feminino e ao fazer masculino (Dutra, 2007).

Também é nessa mesma pesquisa que Dutra (2007) ressalta algumas tentativas de mulheres negras que tiveram experiência vivenciadas no Estado de São Paulo quanto à distribuição de tarefas domésticas. Nesse sentido, há sensibilização de alguns homens para realização dessas tarefas, mas são “tentados a retrocederem”, mediante às piadas e às galhofas daqueles que resistem a tais mudanças de costumes.

Enquanto não retrocedem, recorremos a trechos dos excertos, respectivamente, (48) e (52) contra todo o tipo de opressão: sonho de leitura e de doação por parte das professoras e dos alunos que se colocavam para realizar o que fosse necessário para alcançar objetivos ligados à educação:

(48)-**MAXm1RRr**.: Tem, tem. Tem um sonho meu Deus. Tem. Tem vontade, um sonho muito grande de realizar meu sonho: pra mim sentar assim com um caderno, pra mim lê ele, é as vez, assim, eu abri uma bíblia, pegar esta bíblia e ler tudo, e depois eu voltar, decifrano ela.

(52) **IRSm1RRr** “Nas casa das pessoa, na casa daquelas professora, que tinha essa Maria Borja, tinha dona Nilza, tinha Cleusa, ficava debaixo desses pé de pau, dando aula. Menino pegando lenha, pega um bucado de feixe de galho pra fazer a merendinha pra eles cumer. Os próprio aluno era os próprio panhador de lenha, os próprio fazedor de merenda. Era. Ficava debaixo de pé de pau pra mode eles poder prender e foi os que aprendeu. Ao menos, os mais velho foi prendido assim.”

Dado alguns contextos de similaridade, traremos o item “Economia” para esse mesmo espaço de discussão “Tarefas domésticas, trabalho não remunerado e lazer” que, mais uma vez, relaciona a vida cotidiana e as águas da chuva na produção de alimentos quer seja para prover a alimentação dos membros da comunidade, quer seja para a utilização com os animais:

(55) **DOC.:** Mas você sempre teve assim vontade de sair daqui, morar em outro lugar, assim para trabalhar?

MAXm1RRr: Para construir, eu tenho.

CIRC.: Manhêêê!!!

MAXm1RRr.: Por que você sabe, né? Tudo é custosa, você sabe, né? Cê vê, chuva não tá tendo grande chuva né, não tem como plantar lavoura, não tendo como produzir aquilo ali, né? Que cê vê, Os outros anos tinha muita chuva para plantar milho que fazia, né? Tudo porque o milho né? Você compra tudo. Fazer ração, tudo. Aí, mandioca a mesma coisa, né? Produzia pra alimentação e pra ração pros bicho também, pra os animal que nós cria, então *a gente*, então, se eu conseguisse um lugar que tivesse outra alternativa pra mim e meus filho eu não pensava duas vez, eu saia fora, porque cê sabe a situação que é, aqui as coisa são muito difícil, meu marido tem problema de coluna, ele não pode trabalhar, não pode pegar nem dez quilo, tem vez que ele tá aqui na cama, eu tenho que tombar ele pra um lado e tombar pra outro.

DOC.: Mas seu marido tá aqui? Ou no corte da cana?

MAXm1RRr: Não, ele tá aqui. Tá qui. Foi até pra Lapa hoje. Mas tá aqui em casa.

DOC.: Mas vocês tem um momento de diversão?

MAXm1RRr: Tem... tem assim, as vez tem aniversário dos menino, né? e eu faço em bolinho em família, nós faz uma festinha ali, né? As vez final de ano, eu faço uma almoço aqui em casa, né? É uma coisa de rotina, né? É uma coisa de família. Começou com minha avó. Minha vó, final de ano, todo ano tinha almoço na casa dela, e aí, nós pegamo o exemplo, né? Todo final de ano, dezembro ou faz dia primeiro ou faz natal,né, faz o almoço em família, convida pai, mãe, sogro, sogra, né? Faz aquele almoço ali e nós almoça ou então faz uma janta, *a gente* janta, né? É gostoso!

DOC.: Hoje você ainda vai pra roça?

MAXm1RRr: Se for necessário eu vou. Vou juntar mato, fazer coivara, vou colocar fogo, Sivaldo capina os matos, eu vou juntano , que vai cortano, vou juntando, vou.

DOC.: Se fosse pra você, ... tem alguma roça no Rio das Rãs?

Maxm1RRr: Tem, tem, tem.

DOC.: Aí, ná época certa vocês ...

Maxm1RRr: Nós vai, vai, G. campina os mato, eu pego o ciscador e sai juntano, *a gente* junta os mato que tão seco e já coloca fogo, ele corta aquele broto de mato que já tão grandão, ai eu vou juntando. Ai, coloca... Junta assim as coivara e na hora que secar coloca fogo.

Relacionando-se ao item anterior, que nos reporta à economia, à situação econômica, se mostra nessa comunidade quilombola, também, por meio de alguns benefícios do governo federal muito bem representado pelo termo “cartãozin do governo”. Nesse contexto, podemos mencionar que a principal política segue na direção da luta pela posse da terra enquanto modo de assegurar direito, pertença africana e não podemos deixar desapercebida a relação terra/ água quanto ao uso de alguns verbos e expressões, a exemplo de “panhou”, “juntar água na caixa”, “beber”, “banhar”, “lavar”, “lavar roupa” e palavras e expressões como “pesca”, “peixes”, “cozinha da gordura do peixe”, “maré”, “rio”, “rio seco”, “poço”, “torneira”, “água de chuva”, “carro-pipa”, “bomba quebra”, “barco”, “lança”, “canoa”. Entre muitos outros termos e expressões que nos levariam a características básicas dessa comunidade quilombola e a relação do todo quanto à vida e a relação das vidas humanas com a da natureza e, por que não dizer,

processo também relacionados a indústria, a industrialização. Seguindo o levantamento temático, sob a perspectiva da economia, elencamos, aqui, a “pesca” e “roça”:

(56) **IRSm1RRr.**: Na pesca, na roça, mesmo, plantava alguma coisa, comia era da roça e da pesca. Ninguém tinha nada, não tinha salário nenhum. Era alguma vez pegava um peixe, vendia, pegava alguma coisa de roça e vendia, pra poder ter pra comer, porque ninguém tinha salário, ninguém tinha trabalho pra poder, é, viver aqui na roça não tem, não tem salário nenhum, né? Então era só da roça mesmo, e da pesca. Hoje até isso mudou, né, que **a gente** planta não dá nada também. A pesca, **a gente** pesca num, é difícil achar um peixe pra comer, até isso mudou hoje, mas antes era muito bom. Pelo menos a pesca e a roça ajudava muito **a gente**. Hoje que tá mais parado, o rio secou também, era um rio muito bonito, hoje já tá seco, já tá os lugar tudo cortado, as roça **a gente** planta quando termina de nascer já morre de novo. Então hoje tá difícil essas parte assim tá bem difícil, muito complicado. A pessoa luta e não consegue nada.

O Cultivo/Plantio/Criação de animais, como já foi dito, encontram-se na relação com o rio “beira do rio”, relação existente desde os primeiros povos, considerando o que o rio pode proporcionar à criação de animais, à cultura de produtos da região e à sobrevivência familiar. Nesse relato, flagramos falas sobre os produtos da região (plantas, remédio, frutas, verduras e animais), o trabalho por meio de uma cultura sustentável (pesca, plantas medicinais, plantação e criação de animais).

É importante acrescentar que o cultivo/plantio/criação de animais pode ser incorporado à dimensão econômica, como mencionamos, mas, também, podemos considerar, mais uma vez, a relação água/terra, passado/presente (excerto 56).

Chamamos a atenção para os termos: “Grileiro”, fazendeiro, posseiro, quilombo e quilombola, sobretudo os “grileiro” e “posseiro”, termos muito usuais em situação de conflito envolvendo a posse da terra. Interessante observar que, apesar disso, na fala das mulheres, não foi possível localizar as palavras “grileiro” e “posseiro”. No entanto, foram recorrentes *fazendeiro*, *quilombo* e *quilombola*. Desse modo, o termo *fazendeiro* está diretamente relacionado à história de conflito na comunidade quilombola de Rio das Rãs. Quanto aos termos *quilombo* e *quilombola*, foi reservada uma subseção especialmente para tratar sobre eles, a saber, 2.2.1 *Ressignificando o conceito de quilombo e quilombola*.

A relação passado e presente é uma tônica em discussão acerca de comunidade negras rurais e é muito interessante observar essa relação passado/presente quanto à comparação de produtos cultivados na própria terra e produtos adquiridos por meio de compras – onde se compra “buteco”, (passado) “comercin” (presente).

(57) **IRSm1RRr.**: Sim. Eu gosto muito daqui. Eu não, eu queria que tivesse uma mudança, que mudasse aqui pra melhor, **pra gente** ter um emprego, ter alguma coisa pra não precisar sair

daqui porque eu gosto desse lugar, mas do jeito que tá tem que sair porque não dá pra se manter aqui sem serviço, sem nada, é ruim, complicado. É, as vezes, tem que sair. Eu mesmo só tô aqui porque eu tô cuidando do meu filho, não posso trabalhar e cuidar dele ao mesmo tempo porque ele tá sempre levando no médico e fora daqui as pessoa não aceita, não pega pessoa com menino assim pra trabalhar, né, mas quando terminar eu tenho que sair pra trabalhar pra se manter.

O excerto acima, mostra-nos uma relação da moradora com o lugar, com a comunidade e as dificuldades encontradas, como a falta de assistência quanto à saúde. No entanto, reconhece que é seu lugar de pertencimento.

Indagada sobre histórias que a moradora lembra, a resposta, também, está diretamente relacionada à noção de um tempo de luta e de conquista, apresentada no excerto (58) a seguir:

(58) **IRSm1RRr**: A história que eu sei, é mais assim história mesmo da luta do que teve, as briga que teve com, as briga que teve que as pessoa queria o lugar e **a gente** lutano pra não ter que sair do lugar, né, era muita briga, eles luta, invadir, derrubar casa, pro mode, como chegou a derrubar a casa do meu tio, o mato, eles ia pro mato, (ININT) era poderoso pra poder vim tirar **a gente** do lugar, do lugar, pra eles tomar de conta, né? Mas aí teve umas pessoas que veio de fora também, aquele tempo os povo sem estudo, sem nada, não tinha estudo, não sabia nada, né? Eles fazia o que queria, mas vieram as pessoas de fora que tinha estudo que ajudou muito na, pra gente conseguir. Foi graças as pessoas que vêi de fora e as luta dos povo aqui junto conseguiu a, ah, eu sei de muitas história mas ...

O excerto a seguir, ainda, reporta-se à história voltada à infância. Mais uma vez, um deslocamento quanto ao passado/presente e toda a implicação identitária:

(59) **IRSm1RRr**: Era antes tudo era no rio porque **a gente** morava na beira do rio, pegava água pra cozinhar **a gente** pegava a água na cabeça, carregava água, pra fazer as coisa em casa, lavava roupa no rio, tomava banho no rio, tudo **a gente** fazia no rio, só que hoje como **a gente** não mora na beira do rio, tem muita dificuldade, né? De, assim, de fazer isso. Quando a falta água aqui que fica muito tempo, às vezes o poço quebra, a bomba quebra e aí tem que as pessoas não tem como lavar roupa em casa, não tem como fazer nada, aí usa a água da de tomar, que é a água do carro-pipa pra fazer as coisa e tem que lavar roupa, vai montado, hoje já vai de moto também, já tem moto, que antes não tinha, né? Vai de, de cavalo, vai de moto, pro rio pra lavar que não tem comolava, né?

Quanto à Mobilidade, sob a compreensão do transporte e forma de viver (jovens que vão em busca de emprego e voltam para o lugar); horários; lancha (antes); tempo da viagem – (*demorava 2 dias*); presente passado (beira do rio (canoa, barco) – alto (carro na porta); rede para transportar mortos, carro de boi; transportar mandioca de barca. Com isso, “braço”, “remo” como forças motrizes dos meios de transportes em espaços fluviais.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras quilombolas, em nome e prática da solidariedade, uma parteira acompanhava estas mulheres e juntas, ressignificavam a vida e na figura da parteira, a vida se renovava.

Quando aos avanços Tecnológicos observados, grosso modo, na comunicação – celular, TV, energia, internet e nos meios de transportes - forma de mobilidade de *ir e vir*: “na canela”, a pé, no trabalho, trator, verificamos, nos excertos de fala, o quanto essa realidade se faz presente na contemporaneidade da Comunidade em estudo. Observemos:

(60) **MAXm1RRr:** É. Era muito difícil. Hoje a tecnologia tá muito avançada, né? **A gente** vai pra Lapa, todo dia tem carro, depende do transporte, onze hora você tá em casa, né? O veículo de comunicação hoje em dia, né? Internet, o celular, você tem o celular, tem o notebook, tem um tablet. Evoluiu muito, né? **Aí a gente** vai para Lapa, são 72 km, né? Depende do veículo que você for, o máximo onze hora, meio dia você tá em casa, né? Melhorou muito, tem estrada, tomem, né, tinha estrada na verdade, mas era braço, era remo. Moço, você no barco, remava três dias, chegava em comparação, no Curral das Vargens, dormia, aí no outro dia tornava pegar, quando chegava bem na Pitombeira, dormia, aí até, tornava pegar no outro dia cedo, e chegava em Lapa. Era muito difícil, mas agora graças a Deus tá muito avançado, né? Além do transporte e a tecnologia, né? Tá muito...

Com isso, avanços nos meios de transportes e nas tecnologias que favorecem a comunicação entre si, vale observar contextos culturais relacionados a festas, tradições, crenças.

Festas, tradições (incluir casamento), crenças (curador = remédio sem médico); Religiosidade (crenças), “inimigo ronda” – era de terreiro; “Nunca deve cuspir no prato que comi”, “Nessa estrada aqui eu não piso porque fulano pisou nela”, trechos bíblicos, noção de pecado herdada da cultura de tradição judaico-cristã. Não podemos perder de vista essa “intromissão” ou “introdução” de outras crenças e costumes e a retomada de crenças e costumes voltados à ancestralidade dessa comunidade. Vejamos o próximo trecho:

(61) **ANSm2RRr.:** Ôh minha irmã quando *duecia*, tinha vez que tinha um curador ai em cima, que não sei se cê ouviu falar, que era Andreino, **a gente** ia pra lá, nós pegava e arrumava o dinheiro, fazia, mandava fazer *oiada*, porque nós não ia ni médico, era difícil ir ni medico nós ia e, e nós vem com aquela fé e nós sarava, sarava, nós todo só ia pra esse, pra esse Andreino, chegava lá fazia oiada, passava os remédio, nós tomava e melhorava. Não tinha negócio de ir pra Lapa não, porque não tinha condições de ir pra Lapa. E também, eu tive um menino também que eu fiquei ruim, eu tive que ir lá também, é no causo o Douglas né, e ai eu fui e graças a Deus foi bem, tomei os remédio tudo certinho e melhorei. Nós sempre ia tudo era pra lá, não ia pra Bom Jesus da Lapa não.

As mulheres quilombolas de Rio das Rãs dizem o que é ser mulher quilombola em sua comunidade e foi por meio delas que vimos como se dá a organização cotidiana de suas vidas,

da realização das suas atividades que consistem em trabalho coletivo em família e agregados; da infância que é um misto de trabalho e diversão; das atividades de solidariedade promovidas pela comunidade, sejam elas econômica, religiosa ou social. Ou mesmo da luta pela educação formal, que, aliás, muitas dessas mulheres não tiveram acesso.

Desde a chegada forçada ao Brasil, o povo negro tem forjado um conjunto de lutas e forma de organização e foi ele o responsável em garantir que hoje essa população passe da casa do 54% dos brasileiros. Os quilombos são uma dessas formas de organização e não se constitui apenas na condição de ex-escravizados, mas pelos modos de organização e base de resistência, passando pela experiência do quilombo dos Palmares até chegar aos dias de hoje, implodindo o sistema escravista e suas ramificações, sendo as mulheres agentes promotoras desse processo.

Nesta seção, trouxemos, para a análise, inicialmente, os dados quantitativos, apontado, assim, qualitativamente, respostas para as nossas perguntas com relação ao uso do *nós* e do *a gente* por homens e por mulheres quilombolas. Nesse caminhar, constatamos que as mulheres usam mais a forma *a gente*, usam mais do que a forma *nós* e usam mais do que os homens, liderando a inovação dessa variante. Em seguida, por meio de excertos do vernáculo da Comunidade de Rio das Rãs *Pressupostos Teóricos*, com vistas a situar a nossa pesquisa teoricamente, constatamos, elencando e discutindo temas fundamentais para a comunidade, que a Comunidade de Rio das Rãs constitui uma comunidade de prática. É necessário esclarecer que, ao tempo em que discutíamos os excertos, mostrávamos os valores semântico-funcionais do *a gente*, que, em um *continuum*, possui referência que pode ir de *a gente=eu* para *a gente=eu+todo mundo*.

Respondidas as nossas inquietações nesta pesquisa, propomos, na seção seguinte, um diálogo entre a pesquisa realizada e o ensino e, assim, entre o *chão da academia* e o *chão da escola*.

7 NÓS E A GENTE: TEORIA, PESQUISA E ESCOLA

Tendo em vista os resultados desta pesquisa quanto ao uso variável dos pronomes *nós* e *a gente* na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, objetivamos propor um diálogo entre o objeto de estudo e a relação deste com a escola, tendo em vista as teorias Sociolinguística Variacionista e Funcionalismo Norte-Americano.

Partimos do pressuposto de que a educação seja um direito, um bem inalienável, como preconiza a Constituição brasileira de 1988 em seu artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quando a Carta Magna garante que a educação é um direito de todos e que visa o pleno desenvolvimento das pessoas e o exercício da cidadania, esse direito torna-se universal. E, ao garantir a universalidade do direito, a Constituição possibilita aos diversos setores da sociedade a lutarem pela inclusão ao sistema educacional dos diversos cidadãos. Tomamos como exemplo, as pessoas com necessidades especiais (físicas e intelectuais) e passam a ter seus direitos garantidos, sobretudo, com a inclusão destes em escolas regulares, evitando, assim, maiores casos de segregação.

Com referência à educação voltada às comunidades quilombolas, diante de uma reivindicação antiga, alguns dispositivos legais foram sancionados, a exemplo da Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira* e, posteriormente, o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 e a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.

O Parecer CNE/CEB nº 16/2012 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, tendo como base as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica de 2010 e as deliberações da Conferência Nacional de Educação - CONAE de 2010 (Conae, 2012, p. 1).

Com o propósito de atendimento a especificidades, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013, p. 425), no que diz respeito à educação voltada às comunidades quilombolas, determinam que:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (Brasil, 2013, p. 425).

Retrocedendo, um pouco, no tempo, outro documento importante para a elaboração das políticas nacionais quanto à educação quilombola é o da Conferência Nacional de Educação, realizada em 2010, em que algumas orientações foram retiradas como:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (CONAE, 2010, p. 131-132; CNE, 2011, p. 7)

Já a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, tendo como base o parecer CNE/CEB nº 16/2012 e outros dispositivos legais, reza que,

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas remanescentes;

- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- h) da territorialidade.

No estado da Bahia, a educação quilombola foi regulamentada pela Resolução Nº 68, de 30 de julho de 2013, do Conselho Estadual de Educação, que reafirma as determinações e compromisso assumidos pela Resolução do CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.

Em Bom Jesus da Lapa, desde 2005, a Secretária de Educação já tinha constituído uma Coordenação da Diversidade Étnico-Racial, “[...] a partir de uma reivindicação do Movimento Quilombola e pela força da Lei 10.639/03.” Conforme Resolução 004 (20017, p. 19), desde 2015, a Secretaria de Educação de Bom Jesus da Lapa vem procurando ter um diálogo constante e reflexivo com “os territórios quilombolas do município, principalmente por meio do Movimento Quilombola e das escolas localizadas nesses territórios”, no intuito de estabelecer Diretrizes curriculares para as escolas quilombolas. (Resolução 004, 2017, p.19)

Dessa forma, como resposta às orientações legais, em 2017 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Escolar Quilombola, através da Resolução nº 004 de 20 de dezembro 2017, sendo reafirmados todos os compromissos e determinações das resoluções nacional e estadual.

O diálogo ocorrido no Município de Bom Jesus da Lapa foi considerado um fator importante para a construção de um Escola Quilombola, pois, segundo o CNE (2011), para que se construa eixos pedagógicos, é necessário que se leve em consideração o contexto social, cultural, político e econômico no qual a instituição escola está inserida. Assim,

Dada a situação de tensão, violência, racismo, violação dos direitos humanos, extermínio, opressão e luta vivida pelas comunidades quilombolas do país, não seria possível pensar diretrizes para essa modalidade de educação, sem considerar o contexto social, cultural, político e econômico no qual ela está inserida. Há que se pensar as especificidades e os pontos comuns dessas comunidades na sua inserção na sociedade de maneira mais geral (CNE, 2011, p. 29).

Para o CNE (2011), as diretrizes curriculares são de vital importância para as universidades e escolas da educação básica que venham construir propostas pedagógicas que levem em consideração a realidade onde a instituição escola está inserida.

Portanto, tais diretrizes curriculares orientam os sistemas de ensino, as Universidades e as escolas de Educação Básica a desenvolver propostas pedagógicas em sintonia com a dinâmica local, regional e nacional da questão quilombola no Brasil. Ao dialogar com a legislação educacional geral e produzir uma normatização específica para as realidades quilombolas, o CNE orienta Estados e municípios na construção das próprias diretrizes curriculares em consonância com a nacional e que atendam à história, à vivência, à cultura, às tradições, à inserção no mundo do trabalho próprios dos quilombos da atualidade, os quais se encontram representados nas diferentes regiões do país (CNE, 2011, p. 29).

Com relação, ainda, à construção de um currículo e de uma proposta pedagógica para as escolas quilombolas, o texto do CNE (2011), acrescenta que todo o corpo docente e administrativo da instituição seja preparado para que tenha a capacidade de fazer a articulação entre o conhecimento escolar, a cultura, a política e a economia onde a mesma esteja engajada:

Considerar uma escola com qualidade social significa mais do que alcançar destaque nos índices de desenvolvimento da educação. Implica a capacidade dessa escola de se voltar, de fato, para a realidade da comunidade na qual está inserida, considerando sua história, sua cultura, o modo de viver e de sentir. Para tal, os profissionais da educação, ou seja, gestores, professores, especialistas, auxiliares de serviço, técnicos, monitores e agentes da comunidade, devem ter formação inicial e continuada de qualidade, que dê conta de fazer a devida articulação entre o conhecimento escolar, a cultura, a política e a economia. Isso acarreta também a construção de outro Projeto Político-Pedagógico, da implementação de uma perspectiva emancipatória no processo de avaliação, na efetivação de outra política de alimentação e transporte escolar que dialogue com a realidade local (CNE, 2011, p. 25).

Para melhor contextualização da comunidade quilombola que tratamos nesta pesquisa, e compreendidas as questões acima postas, buscamos dados a respeito da população quilombola no Brasil, mesmo sendo esses dados um desafio, inclusive, para o IBGE (2022) que, pela primeira vez, levantou-os em sua pesquisa.

Tabela 9 – Pulação Quilombola

	População Total	Pessoas Residentes em Território Quilombola	Pessoas quilombolas Residente em Território Quilombola
Brasil	1.327.802	203.518	167.769
Bahia	397.059	22.445	20.771
Bom Jesus da Lapa	4.012	4.012	3.757
Rio das Rãs	-	1.574	1.564

Fonte: Elaborado pela autora com base no IBGE (2022).

Na tabela 9, observamos a população quilombola nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Momento em que chamamos à atenção para dois aspectos: Dados referentes à 1) *Pessoas Residentes em Território Quilombola* e 2) *Pessoas quilombolas Residente em Território Quilombola*. A população Quilombola no Brasil, em sua totalidade, é de 1.327.802, na Bahia, 397.059, no Município de Bom Jesus da Lapa, 4.012 e em Rio das Rãs, 1.574 Pessoas Residentes em Território Quilombola e 1.564 Pessoas Quilombolas Residente em Território Quilombola.

A seguir, trazemos os dados referentes ao número de alunos matriculados nas escolas dos Quilombos de Rio das Rãs, Brasileira e Exu.

Tabela 10 – Número de Alunos Matriculados nas Escolas dos Quilombos: Rio das Rãs, Brasileira e Exu

Escolas		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	EJA	Educação Especial
Municipal Quilombola	Emiliano Joaquim Vilaça	14	19	38	60	147	3
Municipal Elgino Nunes Souza		11	24	54	73	42	4
Municipal Francisco Xavier		3	5	30	36	37	1
Total		28	48	122	169	226	8

Fonte: Elaborado pela autora com base no QEdU Censo 2022.

Na Tabela 10, que trata do número de alunos matriculados nas escolas quilombolas de Rio das Rãs, Brasileira e Exu, podemos visualizar a totalização de oferta de vagas nas Comunidades Quilombolas Rio das Rãs, Brasileira e Exu. São 601 (seiscentas e uma) vagas, distribuídas entre as modalidades Creches (28), Pré-Escola (48), Anos Iniciais (122), Anos Finais (169), EJA (226) e Educação Especial (8). O maior número de matrícula está concentrado na EJA, seguindo para os matriculados nos Anos Finais e os Anos Iniciais.

Do ponto de vista do ensino, cremos que para lidar com os conteúdos voltados para o ensino da Língua Portuguesa e, especificamente, lidar com os conteúdos relacionados à língua em relação à sociedade, faz-se premente que seja efetuado um levantamento minucioso sobre as pessoas e o lugar a que se destinam o conteúdo a ser ministrado. Para o objeto de estudo desta pesquisa, na realidade de Brasil, devemos considerar a região Nordeste, a Bahia, o Oeste da Bahia, o Município de Bom Jesus da Lapa, o Território Quilombola de Rio das Rãs e, finalmente, a Comunidade Quilombola de Rio das Rãs.

Sumariamente, em se tratando do Brasil, suas regiões (estados), municípios e territórios, levando-se em conta as diversidades encontradas nesses espaços geográficos, (regiões e suas especificidades), há que se pensar, de modo igual e amplamente, nos recursos materiais e humanos necessários (estruturas físicas, manutenção, quadro de pessoal e público alvo). Feitas essas considerações, voltemos o nosso olhar ao objeto desta pesquisa e suas implicações.

Ressaltamos, mais uma vez que a língua, a linguagem como um bem sociocultural, passíveis de garantia de direitos que possibilitem, por sua vez, o exercício pleno da cidadania e preparação para o trabalho, língua e linguagem como instrumentos de inter+ação que se concretizam por meio de textos nas modalidades verbais e, falando-se de um modo aligeirado sobre pré-requisitos, dada a complexidade, é necessário que os alunos tenham noções básicas sobre a organização da língua e seu funcionamento, vez que a língua, para além de instrumento de comunicação, representa os saberes e cultura de um povo.

Com foco para o assunto em pauta, aos alunos e alunas, devem ser asseguradas noções básicas, entre outras, sobre concordância verbal, nominal e sujeito das orações. Em outras palavras, há uma necessidade de os alunos compreenderem os aspectos reticulares que compõem a língua em seus aspectos fonético-fonológicos e morfossintáticos, em consonância com os aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos.

De modo geral, ainda que sejam considerados os vários instrumentos gerados nas pesquisas linguísticas, ainda são os manuais das gramáticas prescritivas que se encontram em vigor nas instituições de ensino. Muitas vezes, a maioria delas, por uma pressão que tem origem nas próprias escolas, outras vezes, não poucas, pressão advinda do seio das famílias dos estudantes.

A título de contextualização, feita a abordagem referente às diretrizes voltadas à realidade quilombola, ousamos propor uma atividade a respeito do uso variável *nós* e *a gente* que pode esta ser avaliada e, quem sabe, validada para ser aplicada em escolas dessas comunidades, quiçá, em outros espaços educacionais. Conforme considerações efetuadas na seção sobre a descrição do objeto de estudo desta pesquisa.

A rigor, a tradição gramatical traz, em sua base, noção, denominação e, evidentemente, prescrição a respeito da língua, nesse caso, a língua portuguesa no Brasil sobre elementos que a compõem. Na subseção 3.3 *A gente* e a tradição gramatical desta tese, discutimos, a partir de renomados autores que atuam nessa vertente, entre outros, Cunha e Cintra (1985), Bechara (2004) e Almeida (2005).

Buscamos, assim, localizar a forma *a gente* funcionando como sujeito e ocupando o lugar do pronome *nós*, conforme o que discutimos na mencionada subseção. Encontramos em tais

gramáticas a forma *a gente* denominado como índice de indeterminação, pronome de tratamento, e, ainda, expressão realizada por pessoas com baixo grau de escolarização, ou mesmo, sem escolarização. Desse modo, representando um vazio, uma visão unilateral do fenômeno em estudo, vindo a ser aspectos, arduamente, tratados por linguistas que representam diferentes áreas, a exemplo dos inúmeros estudos Sociolinguísticos e Funcionalistas, dentre outros.

No âmbito, ainda, dos aspectos da prescrição relacionada aos pronomes, quanto à sua definição e quadro em que se encontram organizados, não aparecem diferenças significativas entre eles. Ou seja: a exposição feita dos pronomes, pela tradição gramatical, consiste, em sua maioria, em apresentar os tipos, de acordo com a natureza, função e sentido, em possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos, interrogativos, tratamento e pessoais.

Vimos, ainda, na seção sobre a descrição do objeto, que os pronomes pessoais são caracterizados por denotarem três pessoas gramaticais: 1) quem fala (1ª pessoa – singular (eu) e plural (nós); 2) com quem se fala (2ª pessoa – singular (tu) e plural (vós) e 3) de quem se fala (3ª pessoa – singular (ele, ela) e plural (eles, elas). Quanto à forma, podem ser, segundo suas funções, retas ou oblíquas. As primeiras funcionam como sujeito da oração e as segundas, como objeto (direto ou indireto) e do ponto de vista da acentuação, distinguem-se as formas tônicas e átonas. Nesta pesquisa, nosso interesse esteve voltado à forma reta, em primeira pessoa do plural.

O objeto *a gente*, às vezes, aliás, muitas vezes, não são localizadas no item em que se pressupunha “ideal” (quadro dos pronomes). A exemplo disso, vimos que Cunha e Cintra (1985) mencionam *a gente* relacionando-o ao português popular, tanto da Europa como do Brasil e de África, destacando que a palavra *gente* costuma levar o verbo para a primeira pessoa do plural e nem sequer mencionam o *a gente* no quadro dos pronomes, nem mesmo em nota de rodapé.

O *a gente* a que os autores referiram acima, encontra-se na seção de *Figuras de sintaxe*, no item que trata da silepse de pessoa, com exemplificação a seguir: - **A gente** precisa de mostrar às raparigas que não **somos** nenhuns miseráveis (F. Namora, *TJ*, 94); - No fundo **a gente** se consolava, **pensávamos** em nós mesmos. (Autran Dourado, *IP*, 27) e - **A gente perdemos** sempre, mas nunca que **desistimos**... (Luandino Vieira, *NANV*, 200.). (Cunha; Cintra, 1985, p. 616, grifo dos autores).

Quanto a Bechara (2004, p. 166), em nota de rodapé, como vimos, refere-se ao uso do *a gente* como um contexto da língua que vem se ampliando na contemporaneidade. Para ele, “o substantivo *gente*, precedido do artigo *a* e em referência a um grupo de pessoas em que se inclui

a que fala, ou a que está sozinha, passa a pronome e se emprega fora da linguagem cerimoniosa”. Assim como Bechara (2004), Almeida (2005, p. 172) trata da forma *a gente* no grupo de pronomes de tratamento.

Contextualizamos o posicionamento de alguns gramáticos, além de identificarmos, até aqui, uma falta de consenso desses quanto à classificação do pronome pessoal e a variável em pauta.

Em uma gramática há a classificação de pronome pessoal do caso reto (Cunha; Cintra, 1985), menciona esse *a gente*, colocando-o na condição exemplos de conteúdo Figuras de Sintaxe (silepse de pessoa), em outras, há a classificação pronome pessoal de tratamento (Bechara, 2004; Almeida, 2005).

Além da tradição gramatical, recorreremos à abordagem linguística. Da mesma sorte, aos dicionários de língua portuguesa e os especializados. Cada ferramenta dessas contém em si orientações específicas que nos levam a interpretações, de igual modo, específicas. Ou seja, em oposição à tradição gramatical, a tradição linguística objetiva lançar um olhar para os fenômenos da língua, sob aspecto heterogêneo.

Do ponto de vista sócio-histórico contemporâneo do PB, compreendemos que a terceira pessoa vem influenciando na alteração do quadro dos pronomes pessoais a exemplo do pronome *a gente*, apresentando um funcionamento de P4, no entanto, com pessoa gramatical em P3.

Quanto ao aspecto do registro e compreensão do *a gente* no PB, a rigor, linguistas, a exemplo de Castilho (2010), explicita a variação *a gente* em lugar de *nós*, quer na morfologia do português brasileiro popular, quer na morfologia do português brasileiro culto.

Na morfologia nominal e pronominal, o gramático e linguista aponta a alteração no quadro dos pronomes pessoais: por um lado, “(i) substituição de *nós* por *a gente*” no Português Brasileiro Popular; e, por outro, no Português Brasileiro Culto, a alteração no quadro dos pronomes pessoais: “(ii) substituição progressiva de *nós* por *a gente*” (Castilho, 2010, p. 207).

Com isso, não podemos perder a oportunidade de sermos concordes com Castilho (2010), e, com amparo teórico laboviano (Labov, 2008), reafirmarmos a necessidade da investigação do uso do *a gente* em comunidades de fala, considerando-se a importância dos aspectos sócio-históricos da constituição da língua portuguesa (Lucchesi, 2000) e a necessidade, também, de investigação em comunidades de prática (Eckert, 2005; 2012). E, de igual modo, promovermos reflexões em torno de benefícios e possíveis consequências advindas pelos usos de uma forma pronominal em lugar de outra. Falamos, inclusive, do ponto de vista de estilo proferido por Eckert (2005, 2012).

Retomando às considerações de Castilho (2010), quanto à morfologia verbal, o linguista observou a elevação da vogal temática no pretérito perfeito: *fiquemu, falamu, bebemu*, - no PB Popular, pontos semelhantes a esses foram identificados, também, em nosso presente estudo na comunidade quilombola em questão, conforme excerto a seguir. Quanto ao português brasileiro culto, o linguista confirma a manutenção da vogal temática, continuando o presente e o pretérito: *ficamos, falamos, bebemos*.

Vejamos os excertos 62, 63 e 64:

(62) **ALSm3RRr** - *A gente* foi com um pouquin de roupa, pois ela [mãe de ALS] tava doente. Ai, quando, *a gente* [ALS e a irmã] foi mais ela. [...] Antes de *nós* chegar nos Campin, meu tio José, mas meu tio Manel já alcançou *nós*. Aí, *nós* já tava cansada. Ela deixava *nós* no camin e aconteceu que *nós* passemo em um lugar que a onça preta, passou na frente noossa [...].

Na fala de ALSm3RRr, excerto (62), além do uso variável de *nós* e *a gente* (formas expressas), observamos uma característica apontada por Castilho (2011), quanto à elevação da vogal temática com verbos no pretérito perfeito em caso do português popular brasileiro: Ex.: *passemo, rompemo e moremo*. Além do mais, nos três últimos excertos observamos um apagamento, recorrente, do –s na DNP.

Explorando um pouco mais esse excerto, verificamos a terceira pessoa usada pela informante, o que Benveniste (2005) chamou de *não pessoa*, bem como alguns dos nossos linguistas brasileiros. Reunimos aqui, também, nesse contexto de terceira pessoa, o que ficou bem explicitado ao longo da seção sobre a descrição do nosso objeto de estudo. “Ela” ou “elas” caso consideremos a junção, no contexto, “mãe” e “irmã”.

Decidimos trazer esse contexto de terceira pessoa com finalidade de um breve destaque às características da não pessoa, uma vez que essa pessoa gramatical representa o tema da conversa, podendo referir-se a outras pessoas ou coisas, aquela sobre a qual é o discurso, o objeto enunciado, aquilo de que se fala. Ou seja, é a pessoa, diferente das primeira e segunda, que traz a condição de retomada do conteúdo já mencionado. É, também a pessoa que constitui, junto às primeira e segunda, o quadro a que Lopes (1993, 2003) usa para a análise dos dados das pesquisas realizadas por ela, o denominado “eu-ampliado”: [eu+você(s); eu+ele(s); eu+ela(s); eu+você+ele(a/s) e eu+todo mundo. E é essa terceira pessoa que vem influenciando na reorganização do quadro dos pronomes, tanto nos casos do pronome *a gente*, quanto no pronome *você*.

Sobre esse excerto, queremos trazer mais uma observação. Embora vimos o uso alternado entre *nós* e *a gente*, e que, em termos de estratégias, conforme o resultado dos dados do nosso estudo, as mulheres negras de Rio das Rãs usam, com maior frequência, a forma *a gente* para

nomear a prática delas como mulheres atuantes na comunidade, mas há um ponto em que a falante, em questão, nos permite crer quanto à forma *nós*. Naquele contexto, era a forma escolhida, mesmo, pela falante: “*nós passemos em um lugar que a onça preta, passou na frente nossa”.*

Com o uso do pronome de uso característico do pronome possessivo e que se remete à primeira pessoa do plural, *nós*. Em outras palavras, a falante poderia ter feito opção por “da gente”.

Nos próximos excertos, voltamos nossa atenção ao verbo, atenção já iniciada no excerto anterior (62):

(63) **ALSm3RRr** - Quando *nós passemos* bem pra frente, quando *nós passemos* no lugar, tava aquele fedor de cabaça. Chega tava mesmo. E aí *nós rompemos, rompemos*.

(64) Aí, *nós ficou* lá por pouco tempo. O máximo que *nós moremos* lá foi de cinco a seis ano.

O excerto (63) traz a manutenção do pronome de primeira pessoa do plural, e retomada do verbo *passar* na mesma circunstância do excerto anterior (elevação da vogal temática e apagamento do -s na DNP) e uso dos verbos *romper*, *passar* e *morar* flexionados em primeira pessoa do plural: *rompemos*, *passemos* e *moremos*, com o apagamento do -s e elevação da vogal temática em DNP-*mo* [-emo]. Além disso, o fenômeno da simplificação morfossintática da qual, dentre outros, Castilho (2010) e Lucchesi (2009) vem falando (“*nós ficou*”).

No excerto (64), verificamos um caso de verbo em P3, com pronome em P4 e realização do verbo *morar*, como nos demais excertos quanto à elevação da vogal temática e apagamento do -s.

A rigor, conforme Castilho (2010), há uma simplificação na morfologia de pessoa, dadas as alterações no quadro dos pronomes pessoais, reduzindo-se a conjugação a apenas duas formas diferentes: *eu falo*, *você/ ele/a gente/ eles fala*. Por hipercorreção, advertiu o autor que podemos ouvir *a gente falamos*; e, por consequência também da presença de *a gente*, a morfologia de pessoa reduziu a três formas (às vezes, a quatro formas diferentes): *eu falo*, *você/ele/a gente fala/ eles falam*. Quando ocorre *nós*, ocorrerá a quarta forma: *nós falamos*. Que, a nosso ver, também remete ao princípio de persistência (Hopper, 1991), pois, nesse exemplo em particular, o *a gente* carrega semanticamente o valor de coletividade presente no substantivo gente.

Na visão de Castilho (2010, p. 477), tanto é possível comutar nos mesmos contextos⁶⁹, dando-nos a entender a “expressão” *a gente* como sinônimo de *eu* ou de *nós*. Ainda no quadro

⁶⁹ [*a gente e nós; nós, nós, a gente, a gente; nós, a gente*] – Cf. exemplos (1-45), (1-46) e (1-47) (Castilho, 2010, p. 477).

dos pronomes pessoais no Português no Brasil, em se tratando da primeira pessoa (singular ou plural) no que concerne ao uso de *a gente*, tanto pode ocorrer em contexto de sujeito quanto de complemento. Se, por um lado, tivemos como objeto de estudo o *a gente* em posição de sujeito, no entanto, consideramos, com Castilho (2010) um ganho quanto à descrição, explicação e análise de fenômeno relacionado ao Português do Brasil e suas variáveis.

Perini (2010) advertiu-nos quanto às análises que abrangem a forma *a gente*, vez que, em certos casos, analisados como pronome são, na verdade, nome e diferencia nitidamente de *você*, *eu*, *ele*, que, por exemplo, não pode ocorrer com artigo. Com essa afirmação, Perini (2010) faz-nos lembrar, inclusive, que nem sempre é tão fácil proceder à análise de dados, tendo em vista o uso da forma *a gente*. Pareceu-nos, no entanto, na exposição do linguista, um espaço ainda vago quanto ao *a gente* como variante de *nós*, fato que se opôs ao que fez Castilho (2010) quando trouxe para dentro do quadro dos pronomes esta ocorrência, expondo a recorrência do uso do *a gente*, inclusive, por falantes dos mais diversos graus de escolarização e classe social.

Conforme vimos, Neves (2011) classificou o pronome pessoal como tendo uma natureza fórica, o que equivale dizer que o pronome pessoal é um elemento que tem como traço categorial a capacidade de fazer referência pessoal: a) a uma pessoa ou coisa que foi (função anafórica) ou vai ser (função catafórica) referida no texto, nesse caso, especialmente os pronomes de terceira pessoa; e b) a um dos interlocutores (função exofórica ou dêitica), ou seja, a uma pessoa que pertence ao circuito de comunicação. Nesse caso, a primeira e a segunda pessoas.

No excerto (65), falamos da pessoa gramatical anterior a um verbo que é conjugado em P3: Os “ausentes”, pessoa gramatical que compõe o eixo da não-subjetividade, da não pessoa (Benveniste; Neves), também apresentados no excerto (62).

(65) **LFSmRRr** - E aqueles véi de primeiro era carrasco. **Eles** [os véi de primeiro] dizia que *nós* num botava pra estudar não pra não fazer escrito pra mandar pros rapaz [...]. Aí ***a gente*** ficou, fiquemo tudo analfabética tanto eu como minhas prima que morou nesse lugar. Então, ***a gente*** num teve muito gozo, da infância que era zona rural, trabalhando, né? E aí, já sabia como que era a vida aqui da roça, que *a gente* num teve infância nenhuma.

Conforme apresentamos na seção 3.4.1 Pesquisas Contemporâneas, Luchesi (2009), baseando-se no espectro semântico da forma *a gente*, o traço [-específico] ainda se mantém forte e argumentou que a correlação entre o uso de *a gente* e a referência mais genérica é geral, sendo também detectada nas análises variacionistas de outras variedades do PB (Omena, 1996, p. 204; Lopes, 1998, p. 416).

As comunidades quilombolas que fazem parte da pesquisa de Lucchesi (2009), em dados gerais, quanto ao uso de *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural, *nós*, o uso de *a*

gente atingiu praticamente três quartos do total de ocorrências, apontando uma margem elevada em frequência de uso⁷⁰.

Vistos assim, dados de pesquisas em comunidades afro-brasileira, realizadas no interior da Bahia, incluindo a comunidade quilombola de Rio das Rãs, mostraram que o uso da forma *a gente* encontra-se em ampla frequência de uso. Resultados como estes, instigam reflexões e tomadas de decisões quanto ao ensino da língua nas escolas.

Considerada a variação linguística encontrada nas pesquisas realizadas por nós e no *corpus* deste estudo, na seção 7 *Nós e a gente: teoria, pesquisa e escola*, propomos atividades que, a nosso ver, podem proporcionar aos falantes da língua portuguesa um uso das formas pronominais que melhor contribuam para comunicar, interagir com os seus familiares/ vizinhos e demais usuários/as da língua portuguesa, com vistas na função e valor ocupados pelos pronomes *nós* e *a gente*.

Sumariamos alguns aspectos fundamentais sobre o pronome e pessoas pronominais para, finalmente, propormos algumas atividades. Antes de mais nada, lembramos do quanto é importante termos nosso olhar fixo na legislação brasileiro quanto à educação quilombola, voltada para o ensino Básico, referida acima. Assim como, é fundamental que a conquista realizada pelo movimento negro seja observada e praticada.

Nesse sentido, a Resolução CNE/CEB nº 8, em seu Art. 1º que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, em seu inciso I e alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, já apresentadas nesta seção, que estabelece os fundamentos para o ensino quilombola.

Levando-se em consideração a diversidade do país, é importante, nesse sentido, que tomemos para nós anseios de pesquisadores e pesquisadoras que vem se posicionando acerca dessas demandas linguísticas, a exemplo da explanação de pesquisas apresentadas em julho de 2020 na mesa “Estudos da Sociolinguística de Contato no Brasil” no evento *ABRALIN AO VIVO - Linguists Online*.

Nessas discussões, foram levadas em conta a importância dos aspectos históricos, sociais, geográficos, políticos, glotopolíticos e educacionais para a descrição de variações e mudanças que resultam de diferentes contextos de Contato Linguístico (CL), retratando o uso das línguas envolvidas em cada situação.

⁷⁰ *A gente* 73,0 % em frequência de uso (1328/1820) e *nós* com 27% em frequência de uso (492/1820). (Lucchesi, 2009).

Assim, refletiram sobre as situações de contato, tendo em vista quatro categorias: a) fenômenos que se referem à mudança induzida pelo contato; b) fenômenos que envolvem manutenção de línguas em situação minoritária; c) fenômenos ligados a deslocamento, substituição e morte de línguas e d) fenômenos que resultam na criação de novas línguas, como os pidgins e os crioulos. E o fizeram a partir de três exemplos de contato, contextos que retratam algumas dessas categorias, apontando a diversidade etnolinguística e cultural de nosso país: a diversidade das normas discursivas do português indígena, as atitudes linguísticas perante uma língua de imigração e o português rural afro-brasileiro (Savedra; Christino; Spinassé; Araújo, 2021).

Levando-se em consideração todos os aspectos levantados, até aqui, quanto à diversidade que paira no Brasil, e tendo em vista a Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, apontamos sugestões de atividades didático-pedagógicas quanto ao fenômeno linguístico pesquisado.

Cabe-nos esclarecer que a atividade proposta não foi aplicada. Assim, consideramos como sugestão e, obviamente, passível de ajustes para quem desejar aplicar.

ATIVIDADE 1

1. Observar, por meio de questionamento oral, se os alunos percebem a diferença de uso entre a forma *nós* e *a gente*.

[Espera-se que os alunos respondam se percebem ou não o uso das formas mencionadas, que correspondem à primeira pessoa do plural.]

QUESTÕES PROVOCADORAS PARA A DISCUSSÃO:

Quando é que usam *nós*; Quando é que usam *a gente*; Quando usam as duas formas; Quando usam apenas uma.

2. Nos excertos a seguir, que fazem parte do vernáculo dos informantes da Comunidade de Rio das Rãs-Ba, observe e identifique qual tem sido a forma utilizada pelos informantes com a função de primeira pessoa do plural.

- a) Então toda aplicação já supõe uma interpretação que para **nós**, se **a gente** analisa objetivamente é que vê que vai se constituir uma análise. [EF POA 278]

[**nós e a gente**]

- b) Então, quando **nós** fazemos, por exemplo, uma pesquisa, quando **nós** fazemos uma consulta bibliográfica, a rigor, eu tenho que dizer que é a rigor, porque normalmente **a gente** tira exatamente o pedaço do livro que (...) **a gente** tira retalhos. [EF POA 278]

[**nós, nós, a gente, a gente**]

- c) Meu marido ele... ele é vice-presidente lá da ANPA (...) Até domingo passado mesmo *nós* fizemos um... um chá em benefício (...) Que(r) diz(e)r que o mais que *a gente* anda assim de... diversão é com esta turma da diretoria. [DID POA 45, com adaptações].” [*nós e a gente*] (Castilho, 2010, p. 477).

[Espera-se que, primeiro, os alunos respondam a esse questionamento e, posteriormente, levem esse questionamento, como pesquisa, para a comunidade da qual fazem parte.]

ATIVIDADE 2

1. Trazer os resultados da pesquisa que foi levada para a comunidade a fim de sejam discutidos.
2. Mostrar que, durante muito tempo, a forma *nós* foi considerada como uma forma padrão, uma forma de prestígio, e o *a gente*, uma forma a ser evitada. Contudo, os resultados das pesquisas no âmbito da Sociolinguística Variacionista têm mostrado, atualmente, a ampla progressão em frequência de uso da variante *a gente* pelos falantes do PB.

Mediante à progressão em frequência de uso, temos observado, sobretudo, na TV o quanto as formas *nós* e *a gente* vem se alternando. A exemplo disso, em setembro de 2023, com uma temática de violência na Bahia (poderio bélico de facções), tratou-se do registro de mais de 40 mortos em confrontos com policiais durante o mês de setembro, entre eles, o policial federal Lucas Caribé. A maioria mortes aconteceu em bairros periféricos de Salvador, como Valéria, Águas Claras, Calabar e Alto das Pombas⁷¹. Vejamos a manchete da G1 Bahia e, a seguir, a fala do governador:

Manchete: Jerônimo Rodrigues falou sobre assunto nesta terça (26), em um evento em Brasília. Bahia registrou mais de 40 mortos em confrontos com policiais durante o mês de setembro.

Jerônimo Rodrigues: “**Nós temos equipamentos, automóveis blindados foram enviados, temos a plena certeza que a gente vai conseguir sair dessa**”.

[Espera-se que os alunos percebam o uso *nós* na fala do governador, no entanto, espera-se que também que percebam o uso do *a gente* como forma ampliada [eu + ele + você + todos. Isto é, o governador da Bahia, o Governo Federal, o telespectador e toda a população do Estado. Nesse caso, dá-

⁷¹ O texto e vídeo podem ser acessado em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/09/26/governador-da-ba-fala-sobre-onda-violencia-no-estado-e-reafirma-que-nao-havera-intervencao-federal-certeza-que-a-gente-vai-sair-dessa.ghtml>.

se a ideia de um conjunto de ação envolvendo o próprio governador, contando com a ajuda do Governo Federal e de toda a sociedade baiana, numa perspectiva de, também, tranquilizar à população]

ATIVIDADE 3

1. Trazer excertos retirados das falas femininas já destacadas ao longo desta tese e coordenar uma discussão a partir da fala das mulheres usuárias da língua portuguesa da comunidade em questão.

2. A partir dos excertos, observar se o uso do *a gente* remete-se a si mesmo/a, *eu* em contextos representados pelas formas a seguir: *eu+você(s)*, *eu+ele(s)/ ela(s)*, *eu + você(s)+ ele(s)*, *eu + todo mundo* (Lopes, 1993, 2003).

MAIS ALGUMAS QUESTÕES PROVOCADORAS PARA A DISCUSSÃO:

Qual/Quais/são é o(s) pronome(s) que se usa(m) como representação de coletividade na qual estamos incluídos?

Quem usa essa(s) forma(s)?

Há uma sugestão de uso para essa(s) forma(s)?

Há mais de um sentido de referência para essa(s) forma(s) na língua em uso?

Caminhado para a conclusão desta seção, retomamos a Benveniste (2005) a nos esclarecer que as chamadas pessoas pronominais estão em discussão, uma vez que, para ele, a pessoa só é própria às posições “eu” (1ª pessoa) e “tu” (2ª pessoa), sendo a 3ª pessoa a forma não pessoal da flexão verbal. A terceira pessoa, portanto, “foi conformada às duas primeiras por razões de simetria e porque toda forma verbal indo-europeia tende a por em relevo o índice de sujeito, o único que pode manifestar. Temos aqui uma irregularidade de caráter extremo e excepcional” (Benveniste, 2005, p. 252-253). Conforme o linguista, compreendemos que a 3ª pessoa “ele/eles, ela/elas” pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, e é considerada como a não pessoa.

Diante do exposto, é possível vislumbrar a língua e sua concretude por meio de textos, ressignificando-a, dado o seu uso social, e tomando teorias linguísticas como aportes, nesta pesquisa, a Variação e Mudança Linguística e o Funcionalismo e amparo em estudos sócio-históricos.

Com base nos pressupostos linguísticos, expostos na seção 3. *Uso do pronome a gente: Descrição do objeto de estudo*, sob orientação teórica da Sociolinguística e do Funcionalismo, afirmamos que pesquisadores e pesquisadoras no Brasil têm se debruçado em realizar estudos que favoreçam a constituição sócio-histórica do português no Brasil e, com isso, contribuindo, não só na sistematização de mapeamento de pesquisas, mas na ampliação das possibilidades

em termos teóricos e metodológicos voltadas à prática de ensino e aprendizagem sobre a aquisição e usos da língua, podendo, inclusive, ter implicação em projeto de Extensão, no caso desta pesquisa, em consonância com o movimento negro de Rio das Rãs e representação institucional da universidade nas qual está lotada a pesquisadora.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, *Nós e A Gente na Fala Feminina na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs no Interior da Bahia*, consistiu em investigar padrões de uso **variável** do pronome *a gente* enquanto estratégia linguística usada pelas mulheres falantes do PP, com vista à compreensão da constituição de identidade de gênero feminino quilombola de Rio das Rãs. Para tanto, elegemos os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1990, 2008), com especial atenção à terceira onda (Eckert, 2005, 2012) e à comunidade de prática. Além disso, mostramos, amparados, no Funcionalismo Norte-Americano, os princípios da gramaticalização que atuaram sobre o pronome *a gente*, em conformidade com Hopper (1991).

Em termos metodológicos, optamos por uma pesquisa de caráter quantiquantitativo e, para tanto, analisamos uma amostra composta de 12 (doze) entrevistas de falantes (6 (seis) homens e 6 (seis) mulheres) da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, extraídas de um *corpus* constituído por 24 (vinte e quatro) entrevistas. Os dados extraídos desta pesquisa foram submetidos ao programa estatístico *AntConc* e obtivemos, por meio da ferramenta *Concordance*, a frequência de 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) ocorrências do pronome *nós* e 592 (quinhentos e noventa e duas) para *a gente*, sendo, portanto, uma diferença de 133 (cento e trinta e três) ocorrências na frequência de uso.

A totalidade dos dados encontrados, apontou que as mulheres quilombolas de Rio das Rãs realizaram 58, 79% (348/592) da forma *a gente* e os homens 41,21 % (244/ 595). Quanto ao uso da forma conservadora *nós*, as mulheres usaram 36% (164/459) em frequência de uso do pronome conservador e os homens, nessa variável, usaram 64% (293/459).

Comparando-se esses dados relacionados ao uso de *nós* e *a gente*, as mulheres de Rio das Rãs foram mais inovadoras que os homens. Nesse caso, do ponto de vista de frequência de uso, os homens na comunidade de Rio das Rãs demonstraram um comportamento linguístico mais conservador que as mulheres, resultados que ratificaram as nossas hipóteses.

Sintetizando, podemos afirmar que as mulheres de Rio das Rãs, do ponto de vista da variável linguística, usaram mais a forma inovadora (58, 79%) *a gente*, em oposição a (36%) da forma conservadora *nós*.

Confirmadas as nossas hipóteses de que o caráter conservador verificado acerca da mulher falante da variante popular está em um *continuum* que se afasta mais da visão conservadora à medida que essa mulher assume novos espaços e valores sociais (Silva, 2005) e de que a forma *a gente* encontra-se progredindo mais rapidamente na fala das mulheres mais que na dos homens.

Quanto à hipótese de que as mulheres de Rio das Rãs se identificam como quilombolas e usam o pronome *a gente* para falarem de si, do seu cotidiano e demais membros da comunidade de mesma denominação se ratifica, vez que podemos interpretar esse dado tanto do ponto de vista estatístico (as mulheres quilombolas de Rio das Rãs realizaram 58, 79% (348/592) da forma *a gente* e os homens 41, 21 % (244/ 595), quanto da *performance* assumida por essas mulheres negras.

Ressaltamos que, conforme um dos fundamentos da Sociolinguística que leva em conta a variação, considerando os papéis e as atividades desempenhados nas relações sociais, no âmbito das Comunidades de Práticas, concebidas por Eckert (2005/2012), identificamos que o pronome *a gente* assegura configuração de identidade de gênero feminino na prática de serem mulheres na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs.

É interessante observarmos que, nos estudos de primeira e segunda onda, o foco está centrado na estrutura, ao passo que, na terceira onda, a tendência se volta para o indivíduo em interação com seus grupos. Em Rio das Rãs, uma comunidade quilombola feminina. E as mulheres negras, do lugar, em seu quilombo, desempenharam, sim, papéis do que é ser mulher negra quilombola, atestando bem, o que afirmaram Eckert e Mc Connell (2010, p. 102) e Eckert (2005/2012), que a comunidade de prática consiste em um conjunto de pessoas agregadas em razão do engajamento mútuo em um empreendimento comum.

Fundamentamos nossa compreensão do fenômeno do pronome pessoal de primeira pessoa do plural, com base na Transmissão Linguística Irregular, compreendemos que os processos históricos de contato massivo e prolongado entre línguas, podem conduzir à formação de uma língua historicamente nova, ou uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato (Lucchesi, 2000). Nesse sentido, consideramos a variedade popular da Comunidade Quilombola de Rio das Rãs, como resultado do processo de colonização instaurado no Brasil, que teve consequentes ramificações nas regiões do país.

Nesse sentido, acreditamos nas permanentes investigações de fenômenos linguísticos no PB, com perspectiva da construção Sócio-histórica deste. Assim, a advertência realizada por Mattos e Silva (2004), encontra-se em vigor, dada a importância de um olhar que contemple a magnitude territorial e a heterogeneidade sociocultural e econômica do Brasil.

Por último, diante dos nossos achados científicos, provocamos um diálogo entre o fenômeno linguístico no contexto social estudado e ensino.

Encerramos a tese com alguns desejos:

- desejamos que esta constitua um material que provoque interações junto a outros estudiosos do tema central ou dos temas que estão à margem que, aqui, foram trazidos;
- desejamos que, em momento oportuno, a intervenção didático-pedagógica possa vir a ser realizada pela pesquisadora e por outros docentes com os ajustes que se fizerem necessários;
- desejamos afirmar e reafirmar que todo o espaço constitui sempre um espaço de luta e, assim, afirmamos a importância social desta pesquisa, sobretudo, para a população forte e resistente da Comunidade de Rio das Rãs, a quem agradecemos pelas histórias socializadas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- ALKMIM, T. Sociolinguística. *In*: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.
- ALMEIDA, Marilea. Memória e Identidade: Uma análise da Comunidade Quilombola de São José (1998-2004). *In*: COLÓQUIO IDENTIDADE, 2008, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônico XIII Encontro de História da ANPUH**, 2008. p. 1-10. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212983441_ARQUIVO_anphu2008II.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AMARAL, I. G. R. do. Inferiorizando mulheres no período imperial brasileiro: a influencia do direito. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- Antigo Testamento: BÍBLIA, A.T. Jasue. *In*: **Bíblia Sagrada**. Tradução de La Bible de Jérusalem, edição de 1998, 346. São Paulo: Editora Paulus, 2010.
- ANTHONY, L. **AntConc corpus analysis toolkit**. Versão 3.5.9.0.
- ASSIS, L. B. de. **A concordância nominal de números na Comunidade Quilombola de Rio das Rãs: análise das variáveis linguísticas e extralinguísticas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2019.
- AULETE, C. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 2 ed. v. 4. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística**. Parábola: São Paulo, 2017.
- BAGNO, Marcos. Pronome não é classe, é função. *In*: BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 462-466.
- BAHIA. Secretária da Educação do Estado. Resolução nº 68 do Conselho Estadual de Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola no Sistema Estadual de Ensino da Bahia**. Salvador, BA, 2013. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_68_2013.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.
- BATTISTI, E.; OTHERO, G. E FLORES. **Conceitos básicos de linguística: sistemas conceituais**. São Paulo: Contexto, 2021.
- BECHARA, E. 4. Pronome. *In*: BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 162-172.

BENVENISTE, Émile. **Problema de linguística geral I**. 5 ed. Tradução de Maria da Glória Novak: Revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. Campinas: São Paulo, Pontes, 2005.

BOLINGER, Dwight. **Meaning and form**. Londres: Longman, 1977.

BOM JESUS DA LAPA, **Comunidade Quilombola Rio das Rãs e Brasileira, Geoambiental**. Bahia: SEI – Superintendência de Estudos Econômico e Sociais da Bahia – Secretária de Planejamento, mapa descritivo, color, Escala 1: 150.000. Disponível em: https://ftp.sei.ba.gov.br/Geoinformacao/mapas/munic/vigente/mapa_com_descritivo_atual. Acesso: 07 de Jan. 2024.

BOM JESUS DA LAPA. Secretária Municipal de Educação. Resolução 004 do Conselho Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Bom Jesus da Lapa, BA, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/DIRETRIZES%20QUILOMBOLAS%20-%20DI%20C3%81RIO%20OFICIAL%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/DIRETRIZES%20QUILOMBOLAS%20-%20DI%20C3%81RIO%20OFICIAL%20(1).pdf). Acesso em: 24 fev. 2024.

BORBA, F. S. (org.) **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BORGES, Paulo. **A gramaticalização de *a gente* no português brasileiro**: análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Trad. Carlos A. L. Salum. Cutrix, São Paulo, 2004.

BOUQUET, S.; ENGLER, R. **Escritos de linguística geral**. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. 2012: São Paulo, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>> Acesso em: 10. JAN. 2021.

BRASIL. **Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>> Acesso em: 10. JAN. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Cria o Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil. Publicado no Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 26 jan. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

BRASIL. **Código Criminal de 16 de dezembro de 1830**. Sancionado por D. Pedro por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós

Queremos a Lei seguinte. Publicado na Coleção de Leis do Brasil, de 1830. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 11 de fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. **Dispõe sobre o Código Comercial. Publicado na Coleção de Leis do Brasil**, de 1850. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 11 de fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Cria o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Publicado no Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 05 jan. 1916. Disponível em: <Planalto.gov.br/civil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em 11 de fev. 2020.

BRASIL. Lei 4.121, de 27 de agosto 1962. **Cria o Estatuto da Mulher Casada**. Publicado no Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 03 set. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962>. Acesso em 20 de fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB 16/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação quilombola**. Brasília, DF, DOU de 05 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 8. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, DF, DOU nº 224, 20 de nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Comissão da Câmara de Educação Básica. **Texto - referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8527-texto-referencia-diretrizes-curriculares-educacao-quilombola-cne2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRITO, D. da S. S. **A Concordância Verbal No Português Popular do Brasil: aspectos empírico-teóricos da concordância verbal na terceira pessoa do plural ou p6 na comunidade de vitória da conquista – BA**. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – Bahia.

BRINTON, Laurel J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Lexicalization and language change**. In the series Research Surveys in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press.

CAMARA JR., M. **Dicionário de linguística e gramática**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 191-192.

CAMARA JR., M. **Dicionário de linguística e gramática: Referente à língua portuguesa**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAMARA JR., M. **Estrutura da língua portuguesa**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. Edição original: 1970.

CANGIRANA, J. L. **O Português Afro-Brasileiro**: a concordância verbal na terceira pessoa do plural na comunidade quilombola Rio das Rãs – BA. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Cadernos CRH**. Salvador: n.36, p 2009-215, jan/jun. 2002.

CARVALHO, José Jorge de (org.). **Lauda antropológico sobre a comunidade rural negra do Rio das Rãs**. Coordenação. Brasília: novembro de 1993, p. 74.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. O sexo: Português de homem e de mulheres. *In*: CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução J. A. Medeiros e E. Raposo. Coimbra: Arménio Amado, 1975.

COELHO, I. L. *et al.* **Sociolinguística**. LLV/CCE/UFSC: Florianópolis, 2010.

COULTHARD, M. **Linguagem e sexo**. São Paulo: Ática, 1991.

CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética**. Tradução e adaptação [da 2 ed. inglesa ver. e Ampliada, publicada em 1985], Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. **Revista Linguística** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Volume Especial, p. 83-101, dez. 2016.

CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral. Uso do software *AntConc* na análise de dados do uso. *In*: Rosário, I. C.; LOPES, M. G. (org.). **Metodologia da pesquisa funcionalista**. No prelo.

CUNHA, A. F. da. Iconicidade. *In*: Martelotta, M. E. (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 167-174.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4 ed. revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2 ed. e 21 impressão. Rio de Janeiro: Fronteira, 1985.

CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (org.) **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015.

CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (org.) **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015.

CURTO, José. Resistência à escravidão na África: O caso dos escravos fugitivos recapturados em angola, 1846- 1876. *Afro-Ásia*, n. 33, 2005, p. 67-86.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística**. Tradução de Frederico Pessoa Barros *et al.* 14. ed. São Paulo: Cultrix, [1973] 2004.

DUTRA N. O. **Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso**: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ECKERT, P. Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. **Annual Review of Anthropology**, v. 41, p. 87-100, 2012.

ECKERT, P. **Variação, convenção e significado social**. Paper Presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America. Oakland CA. Jan. 7, 2005. Disponível em: <<<http://www.justinecassell.com/discourse09/readings/EckertLSA2005.pdf> . Acesso em: 7 jan. 2024.

ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (org.) **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010 [1992], p. 93-107.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Revisada. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coord. Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FONSECA, Humberto José; SILVA, Zoraide Portela. Quilombos: escravidão e resistência. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**. Vitória da Conquista, v.5, n.9, p. 234-250, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6573> Acesso em: 30 dez. 2020.

FREITAG, R. M. KO. Covariação em uma comunidade de práticas. In: LOPES, Norma da Silva; RAMOS, Jânia; OLIVEIRA, Josania Moreira de (org.). **Diferentes olhares sobre o português brasileiro**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 13-28.

FREITAG, R. M. Ko; MARTINS, M.A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de Dados Falares Sergipanos: Falares Sergipanos Database. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p.156-164, abr./jul. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420.2013v14n2p156> . Acesso em: 4 maio 2020.

FREITAG, R. M. Ko.; MENDONÇA J.J. Inclusão, cooperação e gênero. *In*: CARVALHO, D; BRITO, D. (org.) **Gênero e língua(gem):** forma e usos. Salvador: EDUFBA, 2020. 125-126.

FREITAG. R. M. ko; SEVERO, C. G. (org.) **Mulheres, linguagem e poder:** estudo de gênero na sociolinguística brasileira. São Paulo: Blücher, 2015. *E-book*.

GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. *In*: GIVÓN, Talmy. **Syntax and semantics and syntax**. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, Talmy. **Historical syntax and synchronic morphology:** an archaeologist's field trip. Chicago: Linguistic Society, 1971.

GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins/ Academic Press, 1979.

GIVÓN, Talmy. **Syntax**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1990. v. II.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GONZALEZ L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaio, intervenções e diálogos. Org. Flavio Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, M. A. de S. **Variação na concordância nominal de número no português popular de Vitória da Conquista – BA:** contribuições para compreensão da sócio-história do português do Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HODGE, C. T. **The linguistic cycle**. Language in Society, 1970.

HOOKS. B. **Ensinando a transgredir:** A educação como prática da liberdade. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOPPER, P. J. On some principles of gramaticaliation. *In*: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B.(ed.). **Approaches to Gramaticalization**. Amsterdam: J. Benjamins, v. 1, 1991.

HOPPER, P.J.; TRAUGOTT, E. C. **Gramaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Hora, Dermeval da; Schwindt, Luiz Carlos. A consoante lateral palatal em uma comunidade quilombola. *LETRÔNICA Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PU-CRS Letrônica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-21, jan.-dez. 2022 e-ISSN: 1984-4301.<
<https://doi.org/10.15448/1984-4301.2022.1.42525>>

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manuel. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados de Língua Portuguesa/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: classificações e identidades quilombolas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-quilombolas>. Acesso em: 24 fev. 2024.

IZQUIERDO, P. **Sexodependentes**: 21 histórias de mulheres radicais. Tradução Gabriela Matias. Lisboa: Paralelo 40, 2008.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, W. The intersection of sex and social class in the course of linguist change. *In*: David Sankoff *et al.* (ed.). **Language Variation and change**. Cambridge, Univ. Press, Vol 2, nº 2, 1990.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. 3. Ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LACERDA, M. B. **Colonização dos corpos**: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LISBOA, C. M. de O. M. **Doutor e outras formas de tratamento direcionadas aos profissionais jurídicos**: análise de uma comunidade de prática à luz da terceira onda da sociolinguística. 2015. Dissertação. (Mestrado).

LOPES, C. R. S. *Nós e a gente* no português falado culto do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 14, n. 2, 1998.

LOPES, C. R. S. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. 1993. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LOPES, C. R. S. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003, v. 18. p. 174.

LOURENÇO, Nelson. Mulemba. **Revista Angolana de Ciências Sociais**, 2015. **Globalização e glocalização**. O difícil diálogo entre o global e o local. p. 17-31. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/203>.<https://doi.org/10.4000/mulemba.203> Acesso em: 09 de set. 2021.

LUCCHESI, D. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. S.; FIGUEIREDO. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D. A representação da primeira pessoa do plural. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACÊDO, D. de J. S. **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico BA**: Indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, Bahia. 2015.

MARTELLOTA, M. E.; KENEKY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M. A.; CEZARIO, M.M. (org.). **Pressupostos teóricos fundamentais**: teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015. p.11-20.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português são dois**: novas fronteiras, novos problemas. São Paulo, Parábola, 2004.

MATTOS, Hebe. **Remanescentes das comunidades dos quilombos**: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **REVISTA USP**. São Paulo, n.68, p. 104-111, dez/fev 2005-2006 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13486> Acesso em: 10 jan. 2021.

MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1965.

MENDES, Eliane Aparecida Goulart. **Variação Nós ~A Gente**: implementação em diferentes comunidades de fala em Minas Gerais. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MENDES, R. B. A terceira onda da sociolinguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Novos caminhos da linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

MENDONÇA, J. de J.; NASCIMENTO, J. dos S. Estratégias de indeterminação do sujeito: polidez e relações de gênero. In: FREITAG, R. M. ko; SEVERO, C. G. (org.) **Mulheres, linguagem e poder**: estudo de gênero na sociolinguística brasileira. São Paulo: Blücher, 2015. 225 - 238 ePUB.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. **Rio das Rãs e o conceito de quilombo**. In: VII CONNEPI, 2012, Palmas, Tocantins. Tema: Ciência, Tecnologia e Inovação: ações sustentáveis para o desenvolvimento regional. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/schedConf/presentations> Acesso em: 10. Jan. 2021

MOREIRA, J. L. **O Pronome Se Na Sócio - História Do Português Popular Do Brasil:** um estudo sociolinguístico do vernáculo da comunidade quilombola do Rio das Rãs. 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista.

SUÁREZ, Mireya. **A Problemática das Diferenças de Gênero e a Antropologia.** In: **Neuma Aguiar. Gênero e Ciências Humanas:** Desafio às Ciências desde a Perspectiva das Mulheres. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, Record, Coleção Gênero, 1997.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov.** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

MORAIS, Yasmin. **“O Que é o Feminismo Negro?”.** Medium, 2019. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/feminismo-negro-uma-breve-hist%C3%B3ria-85469d357215>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

MUNANGA. Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África.** Revista Povo Negro – 300 anos - USP, São Paulo: n. 28, p. 56-63, dezembro/fevereiro 95/96. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364> Acesso em: 02 ago. 2021.

MÜLLER, Nathalia; SEVERO, Cristini Gorski. Língua, cultura e identidade em Florianópolis: as rendeiras e suas cantigas. In: FREITAG, R. M. ko; SEVERO, C. G. (org.) **Mulheres, linguagem e poder:** estudo de gênero na sociolinguística brasileira. São Paulo: Blücher, 2015. *E-book*.

NASCIMENTO. Beatriz. **Uma História feitas por mãos negras:** Relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NEVES. M. H. de M. **Gramática de usos de português.** 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA, A. C. M. de. A evolução da mulher no Brasil do período da Colônia a República. VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão -SE, 20 a 22 de setembro de 2012. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1. P. 19-30, 2015.

OMENA, N. P.; BRAGA, L. M. “*A gente está se gramaticalizando?*”, in: MACEDO, A. T., RONCARATI, C. & MOLLICA, M. C. (org.): **Variação e Discurso**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p.75–84.

OUSHIRO, Livia. Coleta de Dados para Pesquisas Sociolinguísticas (Em Tempo de Pandemia). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 35, online, 2020. **Anais do XXXV ENANPOLL**, online, 2020. p. 1-8. ISBN: 2319-0087. Disponível em: <https://anpoll.org.br/enanpoll-2020-anais/resumos/digitados/0001/PPT-eposter-trab-aceito-1259-1.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OUSHIRO, Livia. Conceitos de identidade e métodos para seu estudo na sociolinguística. **Revista Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador: n. 63, Núm. Esp. P. 304-325, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/archive>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à Sociolinguística variacionista**. 4.ed., 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. p. 69-74.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Os quilombos baianos**. In.: Revista Brasileira de Geografia, p. 79 – Outubro - Dezembro de 1962.

PERINI, Mário A. Pronomes oblíquos. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

QEDU. **Escolas quilombolas 2022**. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/29043697-escola-municipal-quilombola-emiliano-joaquim-vilaca/censo-escolar> Acesso em 24 fev. 2024.

RATTS, Alex. **EU SOU ATLÂNTICA**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Imprensa oficial: São Paulo, 2006.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 14–39, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362/30220> Acesso em: 17 de dez. 2023.

RIBEIRO, Ruth P. Quilombola, eu? desajustes práticos de uma nomeação legal. Da luta política – e acadêmica – à institucionalização dos direitos. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, I, 2016, Aracaju. **Anais**. Aracaju: Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS Universidade Federal de Sergipe, 2016. p. 1253-1264

ROCHA, M. E. G. T. **Justiça e Cidadania**: Os direitos da mulher nos 30 anos da Constituição Federal Brasileira 11 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.editorajc.com.br/>>. Acesso em 11 de fev. 2020.

RODRIGUES, A. M.; SOUZA, A. R. DE. **Associações e o Fortalecimento da Agricultura Familiar**: um olhar sobre Brasileira, uma comunidade remanescente de quilombo. 2014, 72 f. Monografia (Especialista em Administração) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Bom Jesus da Lapa, Bahia. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Território, Direito e Identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Iará, Bahia. **Antíteses**, Londrina-PR, v. 3, n. 5, p. 221-245, jan./jun. 2010, Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 17 dez. 2020.

SANTOS, K. Carine dos; ARAÚJO, A. S. Marcas linguísticas e polidez e sexo/gênero. *In*: FREITAG, R. M. ko; SEVERO, C. G. (org.) **Mulheres, linguagem e poder**: estudo de gênero na sociolinguística brasileira. São Paulo: Blücher, 2015. p. 209-224. *E-book*.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 34. ed. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

SAVEDRA, M. M. G.; CHRISTINO, B.; SPINASSÉ, K. P.; ARAUJO, S. S. de F. Estudos em Sociolinguística de Contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 01-28, 2021.

SCHMIDT, Simone Pereira. O feminismo, ainda. In: FREITAG, R. M. ko; SEVERO, C. G. (org.) **Mulheres, linguagem e poder**: estudo de gênero na sociolinguística brasileira. São Paulo: Blücher, 2015. *E-book*.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Raça e gênero**. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 174-206.

SILVA, Antonio de Moraes, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau**, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K). 752 p. Editor: Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Antonio de Moraes, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, 1638-1734. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre Rafael Bluteau**, reformado, e acrescentado por Antônio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. (Volume 2: L - Z). 541 p. Editor: Lisboa Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Acesso em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>>. 26 de julho de 2022.

SILVA, J. A. A. da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil**: um panorama sociolinguístico de três comunidades no interior da Bahia. 2005. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Valdélis Santos. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. **Revista Afro-Ásia**. Salvador n. 23, 2000. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20987/13588>. Acesso em: 28 dez 2020.

SILVA, Valdélis Santos. **Rio das Rãs e Mangal Feitiçaria e poder em territórios quilombolas do Médio São Francisco**. Tese (Doutorado em estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, p 357. 2010.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUSA, V. V. **Os (Des)Caminhos do Você**: uma análise sobre a variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome *você*. 2008. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual (o Rio das Rãs como remanescente de quilombos). **Revista de Ciências Humanas Florianópolis**. Florianópolis, v.16, n.24, p.93-110 out.

de 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100009 Acesso em: 10 jan. 2021.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2006.

TELES, Lorena Féres da Silva. Amas de leite. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VÉRAN, Jean François. Rio das Rãs memória de uma "comunidade remanescente de quilombo". **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, 1999, p. 295-323. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002310> Acesso em: 10. jan. 2021.

VIANNA. J. S.; LOPES. C. R. Variação dos pronomes “nós” e “a gente”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, Jussara (org.). **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 109-131.

VIANNA, Juliana Barbosa de Segadas. **Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português**. 2011. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.